



Projeto de lei nº 40, de 2008

Mensagem nº 8, de 2008, do Sr. Governador do Estado

São Paulo, 13 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação desse egrégio Parlamento o anexo projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado de São Paulo para o período compreendido entre os anos de 2008 a 2011.

Com fundamento no artigo 174, § 1º, da Constituição do Estado, a propositura estabelece para o período os programas da administração pública estadual e dos demais Poderes, com seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Visa o projeto, seguindo os ditames constitucionais, a orientar as proposições de diretrizes orçamentárias e disciplinar as elaborações das leis orçamentárias anuais. Constan do projeto anexo as propostas elaboradas pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.

Este Plano reflete as diretrizes apresentadas no Programa de Governo e postas em prática desde o primeiro dia desta gestão, visando ao enfrentamento de grandes desafios que se apresentam para o Estado. Dentre estes, destaco o aperfeiçoamento do ensino público; a ampliação da assistência à saúde; a oferta de condições dignas de moradia à população; a abertura de oportunidades de inclusão social para os mais pobres e vulneráveis; o reforço à segurança pública e a contenção do crime organizado, e a criação de condições para que a economia acelere seu ritmo de crescimento, com mais equilíbrio regional e maior geração de empregos.



GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

- 2 -

Avançar na direção desses objetivos exige do Governo visão ampla das necessidades e possibilidades do nosso Estado, temperada, sobretudo, por um profundo senso de responsabilidade.

Justificada, assim, a minha iniciativa, submeto a matéria ao exame dessa ilustre Casa de Leis, e aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

José Serra
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Vaz de Lima, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.



GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº _____, **de** _____ **de** _____ **de 2008**

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008/2011.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Esta lei institui, na forma do Anexo que a integra, o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011, em cumprimento ao disposto no artigo 174, § 1º, da Constituição do Estado, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas da administração pública estadual e dos demais Poderes do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Artigo 2º - Os programas, a que se refere o artigo 1º desta lei, constituem o elemento de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas fixadas nas leis de diretrizes orçamentárias e as programações estabelecidas nos orçamentos anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

Artigo 3º - O Poder Executivo submeterá à autorização legislativa eventuais alterações nos programas ou em seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas, referidos no artigo 1º desta lei, quando da elaboração de sua proposta de diretrizes orçamentárias e proposta orçamentária, orientando a ação governamental para o exercício subsequente.

Artigo 4º - As codificações de programas deste Plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias.



GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

- 2 -

Parágrafo único – Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até o término dos programas a que se vinculam.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos _____ **de**
de 2008.

José Serra

Sumário

Introdução 1

Capítulo 1

O Estado de São Paulo e o contexto macroeconômico..... 17

- 1.1 Perspectivas e desafios para o período do PPA 2008-2011..... 17
- 1.2 Cenário externo: o panorama econômico internacional 19
- 1.3 A economia brasileira e os principais parâmetros
macroeconômicos 23
- 1.4 A economia de São Paulo: desenvolvimento recente 28
- 1.5 Dinâmica demográfica de São Paulo: mudanças e desafio
econômico 36
- 1.6 Desempenho das finanças públicas do Estado de São Paulo .. 38
- 1.7 Instrumentos adicionais de ação para o desenvolvimento: as
Parcerias Público-Privadas - PPP 40

Capítulo 2

Desenvolvimento e Eqüidade Social 45

2.1	Educação.....	46
2.2	Saúde.....	50
2.3	Habitação	53
2.4	Assistência e Desenvolvimento Social.....	56
2.5	Cultura	59
2.6	Esporte, Lazer e Turismo.....	60
2.7	Emprego, Trabalho e Renda	63

Capítulo 3

Justiça e Segurança: a valorização da cidadania e promoção dos direitos humanos 65

3.1	Justiça e defesa da cidadania	66
3.2	Segurança Pública.....	69
3.3	Administração Penitenciária.....	72
3.4	Ministério Público	73
3.5	Tribunal de Justiça	73
3.6	Defensoria Pública	74
3.7	Tribunal de Justiça Militar	76

Capítulo 4

Infra-estrutura e Meio Ambiente 77

4.1	Saneamento e Energia	78
4.2	Transportes.....	82
4.3	Transportes em Regiões Metropolitanas.....	83
4.4	Preservação do Meio Ambiente	86

Capítulo 5

O desenvolvimento de São Paulo e a infra-estrutura de conhecimento, inovação e tecnologia..... 89

- 5.1 Estratégias de comércio exterior e relações internacionais..... 91
- 5.2 A agenda paulista de inovação e competitividade..... 92
- 5.3 As ações importantes: o que se pretende fazer..... 93
- 5.4 O Sistema Paulista de Parques Tecnológicos..... 95
- 5.5 Ensino superior e profissional 96
- 5.6 Fomento à inovação tecnológica..... 97
- 5.7 Inovação tecnológica e desenvolvimento científico na saúde ... 99
- 5.8 O agronegócio e a pesquisa agrícola 99

Capítulo 6

A Gestão Pública: ações inovadoras de gestão e melhoria de qualidade 103

- 6.1 A importância da gestão frente aos novos desafios institucionais 104
- 6.2 O papel do Estado como regulador..... 105
- 6.3 Estado parceiro da sociedade: a participação da iniciativa privada e das entidades sociais.... 106
- 6.4 Estado articulador 107
- 6.5 Planejar e buscar uma gestão pública mais efetiva 108
- 6.6 Eficiência e eficácia do gasto público 110
- 6.7 Gestão de recursos humanos 112
- 6.8 Melhoria da organização do Estado..... 113
- 6.9 Difusão de informações do governo para o cidadão: as prestações de contas..... 114

Introdução

Promover um salto de qualidade na educação e na saúde públicas. Integrar e expandir o transporte público, principalmente nas regiões metropolitanas. Ampliar a infra-estrutura humana e física para que a economia paulista possa melhor aproveitar as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade, provendo um maior equilíbrio entre as regiões do estado e acelerando a geração de emprego e renda. Estes são os grandes desafios que o governo do estado de São Paulo se propõe a responder no quadriênio de 2008 a 2011, contemplado por este Plano Plurianual.

Complementando esses objetivos prioritários, o governo paulista buscará também, no período mencionado, garantir mais segurança e tranquilidade aos cidadãos, respondendo com firmeza, dentro da lei, ao crime organizado; melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; e aprimorar a gestão pública, colocando-a em dia com as metodologias e tecnologias mais modernas de administração.

Para alcançar esses objetivos prioritários e complementares, o PPA 2008-2011 se baseia numa visão prospectiva e abrangente do desenvolvimento econômico e social do estado de São Paulo. Engloba diferentes dimensões do funcionamento do estado e do crescimento

projetado, mas dá ênfase à infra-estrutura, tanto à infra-estrutura humana, representada pela educação em seus três níveis e pelo ensino técnico de qualidade, necessário para atender à crescente demanda por serviços típicos das modernas economia e sociedade da informação, quanto à infra-estrutura física, representada por novas vias de transporte, que permitirão superar os gargalos remanescentes, assegurar o escoamento eficiente da produção e reduzir custos.

O PPA 2008-2011 é informado também pelas preocupações de aprofundar o conhecimento das diversas regiões do estado de São Paulo e estimular o pleno aproveitamento de suas potencialidades. Assim, no interior do estado, as ações prioritárias se concentrarão em investir na capilaridade do sistema rodoviário, com a recuperação das estradas vicinais e com a manutenção, ampliação e duplicação das rodovias estaduais. Será incentivada a inovação e serão apoiados os Arranjos Produtivos Locais e os Parques Tecnológicos, a partir do reconhecimento da diversidade regional e do caráter local. Será ampliada e aprimorada a rede de Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), aumentando a oferta de vagas de acordo com as vocações regionais e as peculiaridades das cadeias produtivas locais. E a preservação do meio ambiente receberá uma atenção especial.

A elaboração do PPA 2008-2011 levou em conta os dados mais atualizados e a visão mais integrada possível das mudanças recentes na economia e na sociedade, dentro e fora das divisas do estado paulista. E recolheu o conhecimento acumulado por dezenas de gestores públicos e especialistas, assim como as contribuições recebidas dos mais diversos setores da sociedade paulista.

O Volume 1 expõe, em linhas gerais, o contexto macroeconômico e demográfico e as diretrizes, metas e prioridades do plano.

O Volume 2 detalha os programas e as previsões de gastos, requeridos para implementar as metas e prioridades do plano.

Uma visão sintética do PPA 2008-2011 pode ser obtida considerando-se os principais programas e ações por secretarias.

Administração Penitenciária

As iniciativas nessa área voltam-se para o duplo objetivo de proteger a sociedade, contendo a violência e a criminalidade, e oferecer condições para a reinserção social dos presos. Com esses propósitos,

as prioridades de 2008 a 2011 consistirão em retirar os detentos dos anexos das delegacias, ampliar e modernizar o sistema prisional e fiscalizar a aplicação das penas alternativas à privação da liberdade para os delitos de menor gravidade. Será feito também um grande esforço para implantar e desenvolver sistemas de inteligência prisional nas diversas unidades, para prevenir rebeliões, fugas e outras atividades delituosas.

Serão construídos novos presídios, entre eles unidades específicas para mulheres, para presos em regime semi-aberto e para detentos provisórios, abrindo-se 37 mil novas vagas no sistema. Será oferecido ensino fundamental e médio a quase 155 mil presos. E serão implantadas mais nove centrais de atendimento aos egressos.

A Secretaria de Administração Penitenciária deverá receber R\$ 8 bilhões ao longo dos quatro anos.

Agricultura e Abastecimento

Para que o estado de São Paulo mantenha a liderança no agronegócio, dois programas serão prioritários: o Risco Sanitário Zero, que tem como objetivo ampliar e modernizar a capacidade estadual de vigilância sanitária e epidemiológica; e o Melhor Caminho, que irá recuperar mais de 10 mil quilômetros de estradas rurais, garantindo maior agilidade e segurança no escoamento das safras agrícolas.

A consolidação dos pólos regionais de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) para a adoção contínua de inovações tecnológicas reforçará o empenho em preservar o pioneirismo paulista na agropecuária e na agroindústria nacionais.

E, para diminuir os riscos da monocultura canavieira e da exclusão de setores importantes de produtores agrícolas, será buscado o melhor aproveitamento de vantagens comparativas do estado em outros segmentos de produtos, como na fruticultura, na floricultura e no reflorestamento.

A dotação prevista para a Secretaria da Agricultura chega a R\$ 3,8 bilhões.

Assistência e Desenvolvimento Social

Integrada às demais políticas públicas de cunho social, a assistência social visa a contribuir para a universalização dos direitos sociais,

enfrentando a pobreza extrema e provendo condições mínimas para o atendimento a contingências sociais. O principal objetivo é garantir o acesso a bens e serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, procurando ajudar a quem se disponha a ajudar-se.

No período de 2008 a 2011, terão destaque as ações de transferência de renda operacionalizadas nos programas Renda Cidadã, Ação Jovem, Geração de Trabalho e Renda e no Centro de Encaminhamento de Pessoas com Necessidades Especiais. Serão celebrados também convênios com municípios e entidades assistenciais para a implantação de 1.200 equipamentos sociais no estado.

O total de recursos previstos para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social chega a R\$ 1,7 bilhão.

Cultura

As iniciativas nessa área incluem a ampliação do acesso à fruição dos bens culturais, o apoio às produções culturais, inclusive por meio de programas orientados para o aprendizado de práticas artísticas, e as ações que favoreçam a geração de emprego e renda, especialmente por pequenos produtores e agentes culturais.

Entre as prioridades para o período de 2008 a 2011, destacam-se o Projeto Guri, que forma orquestras, corais e grupos musicais para crianças e jovens na faixa etária de 8 a 18 anos, e o projeto Fábricas de Cultura, direcionado à população jovem em situação de risco, que ganhará novas unidades. Também fazem parte das metas priorizadas a ampliação do acesso a eventos culturais por meio de ações como a distribuição de ingressos na rede de escolas públicas para sessões de cinema e teatro; a Virada Cultural, que se expandirá para um maior número de municípios do interior; e o programa Museu Vivo, que abrangerá a mudança do Museu de Arte Contemporânea para o prédio ocupado pelo Departamento Estadual de Trânsito no parque do Ibirapuera, a ampliação da Pinacoteca e a inauguração do Museu da História Paulista.

É de R\$ 2,2 bilhões o total de recursos previstos para a área nos próximos quatro anos.

Desenvolvimento

O estado de São Paulo mantém sua posição de liderança econômica no Brasil, mas se ressentido, como todo o país, do baixo crescimen-

to da produção e do emprego nos últimos anos por causa da política macroeconômica do governo federal, apesar das condições internacionais excepcionalmente propícias. As indústrias de bens de capital e de consumo durável, além das atividades do agronegócio e de outros segmentos produtivos voltados para a exportação, predominam no estado paulista e essas atividades têm sido especialmente afetadas pela combinação de juros altos e câmbio valorizado.

Esse quadro reforça a importância da adoção de políticas públicas que sejam capazes de agir direta e indiretamente para elevar a competitividade da produção paulista. Diretamente, pela implementação de políticas adequadas de gasto público e de atração de investimentos privados. Indiretamente, pela criação de condições que melhorem a logística de transportes e a fluidez das movimentações de carga, de modo a reduzir os custos associados à atividade produtiva.

São também importantes, para elevar a competitividade da produção paulista, as políticas relacionadas ao aumento do número de faculdades de tecnologia e escolas técnicas de alto nível, ao ensino de pós-graduação, à pesquisa científica e tecnológica, à oferta de serviços tecnológicos e à difusão de inovações.

Tendo em vista esses objetivos, o número de Faculdades de Tecnologia (Fatecs) será dobrado em relação a 2006, chegando a 52 unidades e ampliando em 171% o número de vagas. Não ficará atrás a expansão do ensino técnico, devendo as 76.946 matrículas atuais pularem para mais de 175 mil em 2011. E serão enfatizadas as ações destinadas a regulamentar e implantar a Agência de Fomento do Estado de São Paulo; a reforçar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Tecnológico, como instrumento complementar à Agência de Fomento na subvenção a suas linhas de crédito prioritárias; a implantar a Agência Paulista de Inovação e Competitividade; e a lançar o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos.

Os recursos previstos para a Secretaria de Desenvolvimento são de R\$ 5,3 bilhões.

Educação

O estado de São Paulo já venceu o desafio básico da inclusão escolar: 98,8% das crianças de 7 a 14 anos e 86,3% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados nas escolas de nível fundamental e médio

em 2006. Melhorar a qualidade do ensino é a nova prioridade para os próximos quatro anos.

Para enfrentar esse desafio mais complexo, o governo paulista lançou um Plano Estadual de Educação em agosto de 2007, com dez metas e dez ações prioritárias, referidas no capítulo 2 deste volume. Trata-se de metas audaciosas, como a alfabetização de todas as crianças com 8 anos de idade e a redução em 50% das taxas de reprovação na 4ª série do ensino fundamental e no ensino médio.

Para atingir as dez metas, serão utilizados instrumentos como propostas curriculares para toda a rede, retomada dos boletins escolares, aulas de recuperação, diversificação curricular (com opções para habilitações técnicas profissionalizantes), apoio à atualização dos docentes, melhoria da rede física e avaliações dos resultados do ensino, como o Saesp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

O ensino fundamental de nove anos começará a ser implantado em 2008 e a municipalização da 1ª à 4ª séries será acelerada, com ações articuladas que viabilizem a execução de uma política pública educacional para todo o estado.

Ainda em relação ao ensino fundamental, entre as ações prioritárias a serem desenvolvidas, merecerá atenção especial o programa Ler e Escrever, que prevê a distribuição de material pedagógico específico e a atuação de dois professores, um titular e outro auxiliar (um universitário bolsista), nas salas de aula da 1ª série, para que haja maior cuidado na alfabetização das crianças, essencial para o aproveitamento escolar nas séries seguintes. Como a aprendizagem é cumulativa, um baixo desempenho em leitura e escrita nas séries iniciais provoca graus sucessivamente maiores de fracasso escolar nas séries subsequentes.

Uma nova forma de incentivo aos funcionários, baseada na avaliação por desempenho, será lançada. Cada escola terá suas próprias metas, a serem alcançadas a cada ano. Ao atingi-las, todos os funcionários (diretor, supervisor, professores e pessoal administrativo) serão premiados com bônus, que podem chegar a 16 salários por ano. Trata-se de uma modalidade de incentivo, inédita no Brasil, mas bem-sucedida em outros países, que tem por objetivo valorizar o esforço conjunto da equipe da escola, comparando cada unidade escolar em

relação a ela mesma e considerando sua evolução no tempo. As escolas em situação mais crítica receberão apoio especial para superar suas dificuldades, a fim de que haja maior equidade no sistema.

A Secretaria de Educação deverá receber R\$ 56,8 bilhões no período.

Emprego e Relações do Trabalho

A geração de emprego e renda é um dos focos do atual governo paulista. Depende principalmente de taxas adequadas de crescimento econômico, estimuladas pelos programas e ações voltados para melhorar a competitividade da produção paulista e incrementar o ritmo de sua expansão. Mas abrange, complementarmente, quatro frentes de atuação desenvolvidas pelo governo estadual através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

Em primeiro lugar, o governo estadual, em parceria com a União e os municípios, mantém Postos de Atendimento ao Trabalhador disseminados em todo o estado, os quais oferecem serviços gratuitos de emissão de carteiras de trabalho, encaminhamento de seguro-desemprego, captação de vagas junto às empresas e intermediação de mão-de-obra, além de informações e inscrições para programas de qualificação profissional e de atendimento a pessoas portadoras de deficiências. Esse sistema será ampliado e aperfeiçoado para que haja maior facilidade de acesso para os trabalhadores e maior agilidade de informação por parte das empresas. Com a ampliação e o aprimoramento, as eventuais vagas não preenchidas fornecerão informações importantes para orientar os programas de qualificação profissional e direcioná-los para as reais necessidades dos mercados de trabalho locais.

Em segundo lugar, para os jovens que buscam o primeiro emprego, o governo estadual oferece, além de oportunidades de qualificação profissional, o incentivo a contratos de estágios (para alunos do ensino médio a partir dos 16 anos) e a contratos de aprendizagem (para alunos dos ensinos fundamental e médio a partir dos 14 anos).

Numa terceira linha de ação, levando em conta a importância dos pequenos e microempresários na geração de postos de trabalho, o governo estadual diminuirá as restrições de acesso ao crédito e o excesso de regulamentação que embarçam esses empreendedores, ampliando os empréstimos concedidos pelo Banco do Povo e aprofundando o Programa Estadual de Desburocratização, para que o tempo necessá-

rio à abertura de novos negócios caia de 150 dias para duas semanas.

Por último, o governo estadual propôs e a Assembléia Legislativa aprovou a lei do Piso Regional Paulista para empregados registrados que, trabalhando no estado de São Paulo, não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. A lei criou três faixas de salários de acordo com as características de 105 ocupações diferentes. Aperfeiçoado ano a ano, o piso salarial paulista garantirá aos trabalhadores do estado remunerações superiores ao salário mínimo nacional unificado.

Entre 2008 e 2011, a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho deverá receber R\$ 941 milhões.

Ensino Superior

O estado de São Paulo é um importante centro de produção e difusão do conhecimento, com universidades de reconhecida qualidade no país e no exterior. As instituições de ensino superior vinculadas ao estado abrangem a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e as Faculdades de Medicina de Marília e de São José do Rio Preto.

As prioridades do governo paulista nos próximos quatro anos, no que diz respeito ao ensino superior, consistirão em ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do estado e do país, utilizando inclusive tecnologias e metodologias de ensino a distância, a serem concretizadas na implantação da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo); em apoiar, através da Fapesp, a pesquisa científica e tecnológica e o aperfeiçoamento constante da formação em graduação e pós-graduação; e ampliar o acesso de jovens egressos do ensino público às universidades e faculdades públicas estaduais.

As funções voltadas para o ensino superior serão exercidas em articulação e conjugação de esforços com as instituições envolvidas, observando-se sempre o respeito à autonomia universitária e às características específicas de cada entidade.

O PPA 2008-2011 reserva R\$ 25 bilhões para a Secretaria de Ensino Superior, destinados essencialmente às três universidades públicas estaduais.

Esporte, Lazer e Turismo

Para o período 2008-2011, as prioridades nessas áreas podem ser reunidas em quatro grandes grupos: ampliação da infra-estrutura necessária à prestação de serviços com qualidade; melhoria dos equipamentos existentes; intensificação do acesso às atividades; e formação de recursos humanos.

Como principais ações, serão construídos, reformados ou ampliados, em parceria com as prefeituras, 2.000 equipamentos de esporte, lazer e turismo, localizados nas diversas regiões do estado; e serão capacitados 2.800 agentes de turismo.

A Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo receberá R\$ 397 milhões no período.

Gestão Pública

A eficiência na gestão pública e a qualidade do gasto público não representam objetivos em si, mas premissas para uma administração moderna e responsável. Mediante o aperfeiçoamento da gestão e do gasto, o governo estadual poderá alocar mais recursos para os investimentos sociais e para a infra-estrutura, o que permitirá melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade da economia paulista. A diretriz básica nessa área consistirá em consolidar uma mudança cultural na gestão do estado paulista, deslocando o foco nos meios para o foco em resultados.

Para aprimorar a organização do estado, serão instalados novos escritórios de governo nas sedes regionais, unificando o atendimento aos cidadãos e propiciando mais eficiência, rapidez e simplicidade.

Na gestão de recursos humanos, além da formação e capacitação de servidores de acordo com as prioridades do estado, será implantado um sistema de remuneração por desempenho, baseado em metas.

Para aprimorar a difusão de informações aos cidadãos, familiarizá-los com as novas tecnologias eletrônicas e agilizar seu acesso aos serviços públicos, a rede do programa Acessa São Paulo será ampliada dos atuais 403 infocentros para 841 e a do Poupatempo, dos atuais 18 postos para 61.

A Secretaria da Gestão Pública contará, no próximo quadriênio, com R\$ 3 bilhões em recursos.

Habitação

Além de reforçar as linhas de financiamento para a aquisição de casa própria, o governo estadual dedicará atenção especial a um programa de urbanização e regularização dos títulos de propriedade, no qual estado e prefeituras investirão na infra-estrutura urbana e social e apoiarão os moradores para que invistam na melhoria de suas moradias.

A urbanização atingirá 10 mil lotes, 19.500 unidades habitacionais em assentamentos e 39.650 famílias em favelas. O governo estadual atuará ainda em 3 mil unidades localizadas em cortiços e em 974 núcleos habitacionais.

Serão entregues 51.170 novas unidades residenciais e outras 29.300 serão financiadas.

Outra ação de destaque será a recuperação sócio-ambiental da Serra do Mar, beneficiando 12.850 famílias.

Os recursos previstos para a Secretaria da Habitação no PPA ultrapassam R\$ 5 bilhões.

Justiça e Defesa da Cidadania

Os programas e as ações nessa área sensível gravitarão em torno de dois eixos fundamentais: a ampliação do acesso à Justiça e a promoção da cidadania e dos direitos humanos.

As ações prioritárias abrangerão três conjuntos de iniciativas. O primeiro diz respeito à ampliação da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. A Fundação Casa, como é conhecida, presta assistência a cerca de 20 mil adolescentes, inseridos nas medidas sócio-educativas de privação da liberdade (internação), semiliberdade e meio aberto, de acordo com a idade e a gravidade do ato infracional praticado. Para melhorar o atendimento, o governo paulista iniciou um programa descentralizador, que prevê a municipalização das medidas em meio aberto, a ampliação das unidades de semiliberdade e a construção de novas unidades de internação, com prédios para até 56 adolescentes e próximos de suas famílias. A meta é desativar os grandes complexos e chegar a 64 dessas novas unidades até 2011.

O segundo conjunto envolve a construção, ampliação e reforma de fóruns, totalizando 71 intervenções no período. Somente a capital e a região metropolitana que a circunda, receberão quatro grandes obras

(nos municípios de Osasco e Guarulhos e nos bairros paulistanos da Lapa e de Itaquera).

Outro programa para melhoria do acesso à Justiça que será ampliado, é o relativo aos Centros de Integração da Cidadania. No período, serão construídas mais quatro unidades, todas em áreas de vulnerabilidade social.

A Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania disporá de R\$ 3,9 bilhões no quadriênio de 2008 a 2011.

Meio Ambiente

A atuação do governo paulista na preservação do meio ambiente objetivará, nos próximos quatro anos, reduzir o desperdício no consumo de recursos naturais (notadamente de água e energia) e diminuir a geração de resíduos (de lixo a gases de efeito-estufa).

O PPA prevê a implantação de 21 projetos ambientais estratégicos, sendo um dos principais a recuperação de matas ciliares, com demarcação de 1,7 milhão de hectares. O plano propõe um mecanismo inovador para impulsionar essa iniciativa. O reflorestamento de áreas ciliares poderá proporcionar, segundo cálculos da Secretaria do Meio Ambiente, a absorção e fixação de 136 milhões de toneladas de carbono, o que poderá viabilizar um aporte expressivo de recursos financeiros por meio de créditos de carbono ou de compensações voluntárias de emissões.

Outras iniciativas estratégicas incluem o Licenciamento Ambiental Unificado; os projetos Litoral Norte e Município Verde, visando ao planejamento ambiental; o projeto Serra do Mar, focalizado na gestão ambiental; e o programa Lixo Mínimo, que propõe eliminar a disposição inadequada de resíduos domiciliares, estimulando a reciclagem e extinguindo os lixões a céu aberto.

A Secretaria do Meio Ambiente receberá R\$ 3 bilhões entre 2008 e 2011.

Saneamento e Energia

Na área de saneamento, o PPA prevê um ritmo forte de investimentos no próximo quadriênio, tendo como objetivos universalizar o abastecimento de água a toda a população urbana; ampliar a coleta e o tratamento de esgotos para reduzir os focos de degradação ambien-

tal e sanitária nas aglomerações urbanas, especialmente nas áreas de proteção a mananciais; controlar as inundações urbanas; e eliminar os depósitos precários de lixo.

O programa Onda Limpa, que prevê investimentos de R\$ 1 bilhão para aumentar os índices de coleta e tratamento de esgoto na Baixada Santista, será um dos destaques. Para o combate às enchentes, outro destaque, estão reservados R\$ 656,7 milhões, destinados à construção de novos piscinões, ao desassoreamento de rios e córregos, à canalização de áreas críticas e à manutenção dos reservatórios já em operação. Estão previstos ainda investimentos para tratamento de esgotos e recuperação da qualidade das águas em pequenos municípios, através do projeto Água Limpa, e na Região Metropolitana de São Paulo, por meio da terceira etapa do projeto Tietê.

Nas atividades relativas à gestão da demanda de energia, estão programados o desenvolvimento de procedimentos, normas e recomendações para projetos de instalação, reforma e ampliação no âmbito da administração estadual e o levantamento e renegociação dos contratos de fornecimento de energia elétrica.

A Secretaria de Saneamento e Energia receberá um total de recursos previstos em R\$ 27 bilhões até 2011.

Saúde

As diretrizes, programas e ações na área da saúde, para o período de 2008 a 2011, objetivam a ampliação do acesso da população e a melhoria da qualidade do atendimento, através da expansão e aprimoramento das ações e serviços de saúde.

A implantação de 40 Ambulatórios Médicos de Especialidades, os AMEs, em todo o estado, é uma das prioridades. Trata-se de ambulatórios de alta resolutividade, que disponibilizarão exames como raio-x, eletrocardiograma, ultrassom, teste ergométrico, mamografia e densitometria óssea, entre outros. O objetivo é que o paciente possa obter um diagnóstico bem mais rápido, realizando consulta e exames no mesmo local e, no caso de necessidade, sendo encaminhado para tratamento médico especializado.

A expansão e a modernização das instalações da Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” (Furp) em Guarulhos e a inauguração da unidade em Américo Brasiliense constituem outra prio-

ridade. Permitirão aumentar a produção e a distribuição gratuita de medicamentos, ampliando o atendimento ao SUS e o número de farmácias Dose Certa. A meta é que as fábricas da Furp produzam 12,9 bilhões de unidades farmacêuticas até 2011 e que a variedade de remédios dobre em comparação com o início do governo atual.

Outro destaque será a construção de uma fábrica de hemoderivados, que produzirá imunobiológicos a partir do fracionamento de plasma de sangue humano.

A Secretaria de Saúde deverá receber R\$ 40 bilhões no período.

Segurança Pública

O governo de São Paulo continuará a perseguir a redução dos índices de violência e criminalidade no estado, adotando como postulado básico a firmeza da atuação policial, com observância do equilíbrio entre a segurança coletiva e os direitos individuais.

As metas principais nos próximos quatro anos serão a melhoria da gestão e a modernização da infra-estrutura das polícias paulistas, sobretudo dos sistemas de inteligência. Além dos investimentos na capacitação de recursos humanos e da integração operacional e do compartilhamento de informações entre as Polícias Civil e Militar, serão destinados recursos expressivos para a aquisição de novos equipamentos, como um moderno sistema de rádio digital para a comunicação entre os agentes policiais. Será ampliada também a vigilância por câmeras e serão modernizados os institutos médico-legais e de criminologia.

A iniciativa da Virada Social, adotada experimentalmente num bairro da capital, mostrou ótimos resultados e deverá ser expandida. Após a ocupação de núcleos de alta criminalidade por tropas da Polícia Militar, entram equipes sociais, compostas por educadores, agentes de saúde, assistentes sociais e outros profissionais. Entidades da sociedade civil continuarão sendo parceiras nesse projeto de atuação conjunta e multiprofissional.

A Secretaria de Segurança Pública deverá receber R\$ 38,6 bilhões no quadriênio, o terceiro orçamento por secretaria no período.

Transportes

A infra-estrutura viária receberá especial ênfase neste PPA, como já foi ressaltado. O governo estadual impulsionará projetos estruturan-

tes para o desenvolvimento de São Paulo, com reflexos positivos para o Brasil, como a ampliação do Rodoanel e a construção do Ferroanel em torno da capital, a remodelação e expansão das rodovias estaduais, a melhoria das estradas vicinais, a modernização e ampliação de portos e aeroportos para que sirvam também de plataformas para a exportação.

O PPA 2008-2011 prevê, por isso, grandes investimentos no setor. Para a transposição da região metropolitana, o trecho Sul do Rodoanel, com 61,4 quilômetros de extensão, será concluído. Aliado ao trecho Oeste, já finalizado, o trecho Sul reduzirá o movimento de caminhões na avenida Marginal do rio Pinheiros em cerca de 43% e na avenida dos Bandeirantes, em 37% aproximadamente.

No interior do estado, o destaque será o programa de recuperação de estradas vicinais, cujos 12 mil quilômetros estarão refeitos até 2011, com obras de recapeamento, drenagem e sinalização. A malha das rodovias estaduais também será recuperada e estendida. E portos e aeroportos operados pelo estado receberão melhorias.

A Secretaria dos Transportes contará com R\$ 22 bilhões de recursos no período.

Transportes Metropolitanos

O governo paulista orientará seus investimentos nessa área segundo duas estratégias básicas: primeira, a de expansão do Metrô paulistano e modernização do sistema da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); segunda, a de melhoria do transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, com a implantação de corredores expressos de ônibus e trilhos.

A rede do Metrô será expandida, por meio da ampliação das linhas 2 e 5 e da construção da linha 4. Além disso, novos trens serão adquiridos para aumentar a oferta de lugares nas linhas 1 e 3 e os serviços de operação e manutenção de todo o sistema serão modernizados.

As vias operacionais da CPTM, que se estendem por 253 km em 2006, serão modernizadas e ampliadas até 2011, sendo adicionados às linhas 99 trens de última geração, a maioria deles equipados com ar condicionado e TV de plasma e adaptados aos portadores de deficiência física. Novos sistemas de segurança e sinalização deverão reduzir o tempo de espera nas estações. E, além da remodelação das linhas an-

tigas, das quais 162 km serão transformados em metrô de superfície, novos serviços serão criados, como a extensão do Expresso Leste, as implantações do Expresso ABC e as do conjunto formado pelo Expresso Aeroporto e pelo Trem de Guarulhos.

Para racionalizar o transporte sobre pneus, uma das ações será a implantação do Corredor Noroeste, ligando municípios da Região Metropolitana de Campinas. Já a Região Metropolitana da Baixada Santista ganhará o Sistema Integrado Metropolitano com a implantação de uma ligação estrutural, que terá 19 quilômetros de extensão e 12 paradas.

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos receberá R\$ 32 bilhões entre 2008 e 2011, um dos maiores orçamentos do PPA.

Esses programas e ações, assim como a visão prospectiva que os fundamenta e articula, são expostos de modo mais desenvolvido nos capítulos que se seguem.

O Estado de São Paulo e o contexto macroeconômico

1.1 Perspectivas e desafios para o período do PPA 2008-2011

O Brasil atravessa período em sua história caracterizado por um conjunto de circunstâncias que há muito não se via. Estamos em meio a um ciclo internacional que parece ser virtuoso como poucos o foram na história contemporânea — exemplo disso é a fase que antecedeu o primeiro choque do petróleo, no começo dos anos 1970 — e no qual os frutos de um regime de política econômica doméstica, em vigor desde o final dos anos 1990, têm tido destaque no equacionamento dos desequilíbrios fiscais e no controle da inflação no País. Ainda assim, a política monetária — ou seja, os elevados juros reais dela decorrentes — não tem permitido que o País cresça mais aceleradamente, aproveitando totalmente seu potencial.

Como resultado de duas ordens de fatores — contexto internacional muito favorável, com liquidez em expansão, mas uma política econômica doméstica sem grande ousadia — a economia brasileira vem crescendo a taxas médias próximas a 4% no último triênio com baixa inflação e queda nos juros nominais e reais — embora no último caso ainda não tenhamos chegado a níveis internacionais. A expansão do crédito, dos níveis de emprego e dos salários tem permitido elevar a

demanda de consumo – e, mais recentemente, dos investimentos em capital fixo, tanto em máquinas e equipamentos como em construções – a taxas que, apesar de positivas, são ainda insuficientes para gerar renda e emprego na proporção necessária para solucionar os graves problemas que afligem boa parte dos brasileiros.

As inter-relações da economia brasileira com o resto do mundo se dão por intermédio de três formas apenas parcialmente relacionadas entre si: comércio de mercadorias e serviços, fluxos financeiros e, como caso especial desses, investimento direto estrangeiro (IDE), todos eles afetados pela evolução da economia internacional. Nesse sentido, o esforço de construção de cenários para o crescimento — a partir do qual se relacionarão outras variáveis cruciais para o desenvolvimento do Estado de São Paulo como a arrecadação de tributos e outras — deve se basear em cuidadoso levantamento das principais tendências mundiais no que diz respeito a essas variáveis. É a partir de um cenário internacional escolhido que se tem um leque de possibilidades para a economia brasileira, do qual se extrai o cenário nacional. Para essa escolha são levadas em conta limitações do contexto macrobrasileiro ligadas à capacidade de poupança e investimento, evolução da relação dívida/PIB, dinâmica demográfica e déficit do governo.

O crescimento robusto da economia mundial e a forte demanda por matérias-primas e alimentos por parte de países como China, Rússia e Índia, além das preocupações climáticas em parte associadas ao uso de combustíveis fósseis, que estimula a produção de alternativas, podem continuar por algum tempo. Entretanto, como contrapartida, a aceleração da inflação em diversos países pode levar a medidas corretivas visando a diminuir o ritmo de crescimento da liquidez e da demanda internacional. Há sinais de que esse processo está em curso, agravado pelas seqüelas financeiras associadas à questão do financiamento imobiliário nos EUA.

Definida a evolução provável do quadro internacional e dos principais agregados macroeconômicos para o Brasil, é possível imaginar uma trajetória qualitativa para a produção do Estado de São Paulo, daí resultando também uma estrutura produtiva esperada. Disso se depreende que, assim como a economia brasileira tem seu desempenho condicionado pelo da economia mundial, a economia paulista, e das regiões que compõem o Estado, também se vê limitada pelas possibi-

lidades da economia nacional e pela interação com os demais Estados da federação. Esse quadro de crescente complexidade, na medida em que se desagregam as projeções, sugere que nesse PPA se façam apenas indicações qualitativas prováveis e possíveis para o futuro.

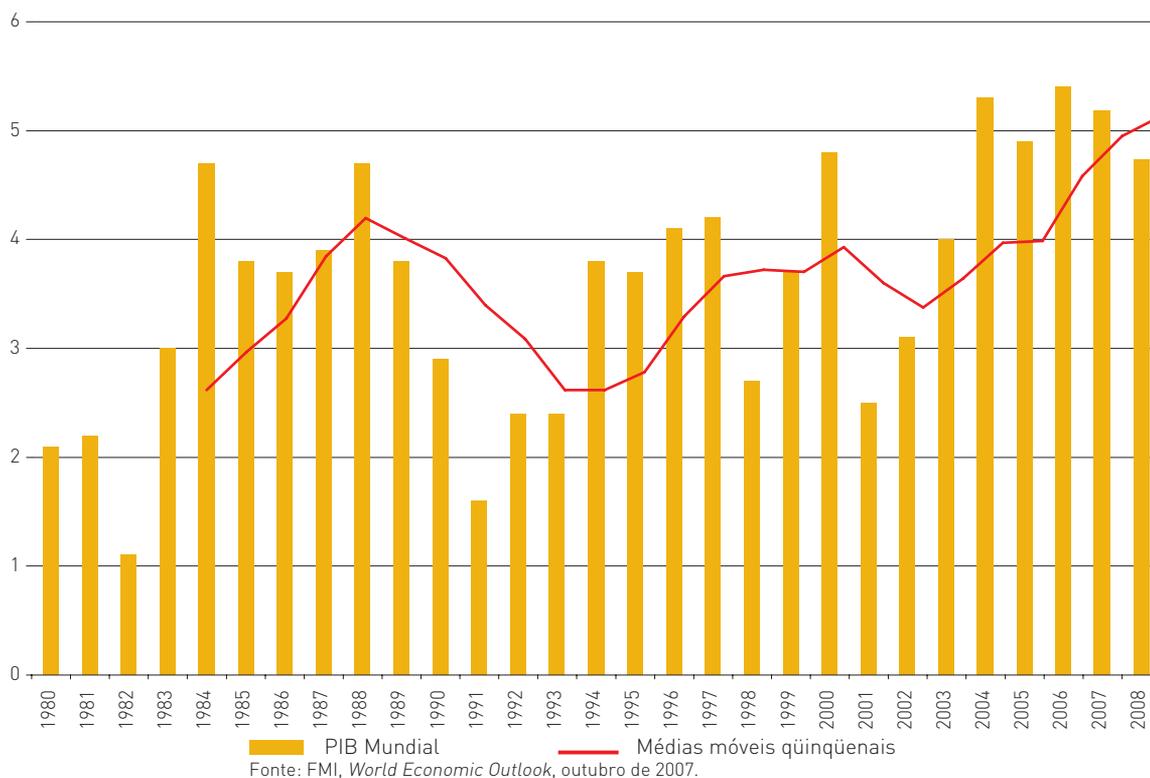
1.2 Cenário externo: o panorama econômico internacional

O cenário mais provável para a economia internacional nos próximos anos, assim como para a economia brasileira, é de crescimento a taxas médias superiores às da última década. Ainda assim, o Brasil deverá crescer menos do que as economias emergentes de forte crescimento como China, Índia e Rússia. Esse cenário não é despido de incertezas, obviamente. Entre essas destacam-se: (I) a possibilidade de desaceleração mais rápida da economia norte-americana, que teria a implicação de acarretar menos crescimento do comércio mundial e o efeito adicional de desviar recursos financeiros que seriam destinados ao Brasil. Os problemas no mercado imobiliário dos Estados Unidos são parte das causas dessa desaceleração; (II) desaceleração da economia chinesa, o que poderia provocar desequilíbrios financeiros ou produtivos internos nos EUA, também implicando redução no ritmo de crescimento do comércio e investimento mundiais; (III) ambos esses eventos se transmitiriam rapidamente para as demais economias, dado o peso dos EUA e China nas transações comerciais e financeiras mundiais.

O excepcional crescimento da economia mundial é apresentado no gráfico 1.1 a seguir. A média do quinquênio 2004-2008 se destaca – ressaltando-se que os números para o biênio 2007-08 são projeção do FMI. Não houve no último quarto de século uma fase de crescimento mundial com taxas da ordem de grandeza das recentemente observadas: a taxa média estimada para o quinquênio 2004-2008 alcança os 5,1% ao ano, com pouquíssima flutuação em torno desse valor. Mesmo o quinquênio 1984-88, de elevado crescimento, não superou a média de 4,2% ao ano. O crescimento recente só tem contrapartida no período do final dos anos 1960 até 1973, imediatamente antes do primeiro choque do petróleo.

Acompanhando o forte crescimento do PIB mundial, as importações e exportações globais também têm apresentado desempenho muito favorável. Segundo o FMI, o volume de comércio global de bens e serviços deverá crescer no biênio 2007-2008 à taxa média de 6,6% — acima da esperada para o crescimento do PIB mundial, de 5,0% ao ano.

Gráfico 1.1: Taxas de crescimento do PIB mundial e médias móveis quinquenais, 1980-2008 (%)



Uma explicação parcial para o sucesso recente está em que o comércio internacional desenvolveu novas modalidades de negócio, facilitadas pela revolução de produtividade permitida pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Outro aspecto relevante está na proliferação de acordos bilaterais, os quais têm permitido ampliar os fluxos de comércio devido à maior facilidade de concordância entre um número menor de partes, relativamente aos acordos multilaterais.

Como observação adicional, note-se que a previsão de inflação mundial — nas projeções do FMI — para o biênio 2007-2008 é inferior à

registrada para quase todos os demais anos da década em curso. Isso destoa dos alertas feitos recentemente por diversos analistas (e pelo próprio *Bank for International Settlements – BIS*), no sentido de que a forte demanda por *commodities* tem gerado aceleração da inflação em escala global. A elevação do preço desses produtos vendidos em larga escala, por um lado, beneficiou países exportadores nesse segmento, mas, por outro, tem gerado problemas inflacionários nas economias centrais (normalmente importadoras). Dessa forma, como medida de ajuste, as taxas de juros internacionais se elevaram até o começo da fase de turbulência provocada pela crise imobiliária nos EUA. No entanto, esses movimentos não prejudicaram os fluxos de recursos para os países em desenvolvimento de forma significativa, até o presente.

O excepcional nível de liquidez internacional também é estimulado por inovações financeiras possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. O contínuo desenvolvimento dos mercados de derivativos e de capitais, via criação de novos produtos e melhoria dos controles de risco, concorreu para manter baixas taxas de juros no passado recente e impulsionou o fluxo internacional de capitais. Tanto o capital financeiro quanto o capital para investimento direto têm se destinado às regiões e atividades com maiores oportunidades de ganho.

A tabela 1.1 apresenta as principais características da economia mundial utilizadas na elaboração do cenário brasileiro. Destaque-se a redução gradual do crescimento e comércio mundial nos próximos anos. A magnitude dessa redução é modesta, como se observa, acompanhando a idéia de que tem sido possível atravessar a desaceleração da economia norte-americana gradualmente e sem maiores traumas.

Tabela 1.1 — Crescimento projetado do PIB e do comércio mundiais e inflação nos EUA 2006 a 2011 (%)

	2006	2007	2008	2009-11
PIB mundial	5,4	5,2	4,8	4,5
Comércio (importações)	9,1	6,4	7,1	6,8
PIB-EUA	2,9	1,9	1,9	2,8
Inflação EUA (consumidor)	3,2	2,7	2,3	2,0

Fonte: FMI, WEO (outubro/07) para o PIB mundial, Comércio e PIB dos EUA; para os demais, resultados observados e estimativas próprias

Para o futuro, o que se espera é que a fase de desaceleração do crescimento dos Estados Unidos seja suave e curta, apesar do ajustamento do mercado financeiro à crise do setor imobiliário. E que haja desaceleração gradual na China, onde o crescimento vem sendo acompanhado de pressões inflacionárias nos preços ao consumidor (cuja taxa dobrou desde o início do ano passado). As previsões são de desaceleração do PIB mundial dos 5,2% de 2007 para 4,8% estimados para 2008 — portanto, pouco abaixo dos 5,4% de 2006— para uma média de 4,5% no triênio 2009-2011. O desempenho do comércio mundial, medido pelo ritmo das importações, acompanha o nível de atividade, mas de modo amplificado. A tendência é de crescimento ainda forte no quadriênio do PPA, mas menor do que no quadriênio 2004-2007.

Mesmo reconhecendo que este é um cenário moderado, ele embute riscos visíveis de duas ordens. Em primeiro lugar, como já mencionado, uma desaceleração mais brusca da economia norte-americana é possível, como resultado de uma crise financeira gerada pela inadimplência de parte substancial das hipotecas. Os efeitos seriam sentidos especialmente por inadimplementos em série de fundos financeiros seguidos de redução dos fluxos de capital de risco e de empréstimo para os países emergentes por precaução. A magnitude dessa redução é imprevisível, mas seus efeitos mais imediatos seriam percebidos pela redução dos fluxos de capital para o Brasil com implicações para a taxa cambial e os financiamentos. Dada a relação confortável das reservas cambiais brasileiras, os resultados não seriam tão severos pelo lado financeiro. Pelo lado real é de se prever, nessa eventualidade, uma diminuição do comércio como resultado da redução do nível de atividade econômica mundial. Além disso, os investidores parecem ainda não ter totalmente internalizado a corrente desaceleração econômica dos EUA e o grave problema de sustentabilidade de sua conta corrente — cujos déficits deverão situar-se em torno de 6% ao ano nos próximos dois anos. Por outro lado, a lenta desvalorização do dólar norte-americano tem agido no sentido de suavizar essa situação sem provocar maiores traumas na economia internacional.

O segundo risco mais previsível viria de uma aceleração da inflação mundial, especialmente nos países asiáticos importadores líquidos de produtos e matérias-primas alimentares e seus efeitos mais

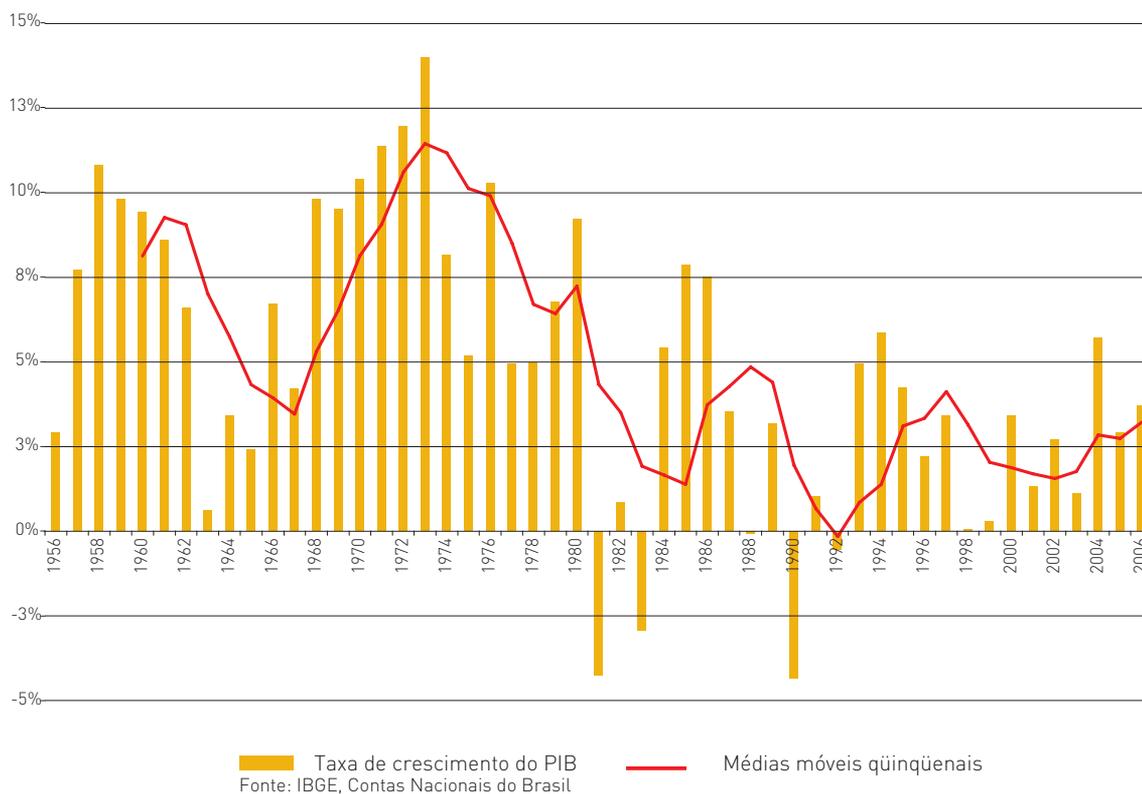
imediatos sobre o nível de atividade naqueles países. Os preços das principais *commodities* (com destaque para os produtos siderúrgicos), combustíveis e produtos alimentares sofreram forte elevação depois de 2004 (superiores aos aumentos anteriores), devido aos aumentos de demanda dos países asiáticos em condições de uma oferta menos elástica do que seria desejável. Isso gerou pressões inflacionárias especialmente nos países mais pobres, nos quais a cesta de consumo da população é relativamente mais concentrada nos alimentos. O caso da China é emblemático: com a forte aceleração dos preços ao consumidor no ano em curso e o robusto crescimento do nível de atividade, a reação das autoridades responsáveis pela política econômica tem sido a de elevar — até aqui gradual e lentamente — as taxas básicas de juros. Mas isso não provocou, até o presente, nenhum efeito perceptível sobre o crescimento do produto naquele país.

Além daquelas associadas à redução do crescimento mundial, outras incertezas subsistem a médio prazo no que toca aos rebatimentos sobre o plano doméstico: (I) a insuficiência da oferta de energia para sustentar o crescimento da produção a taxas mais elevadas do que as experimentadas nos últimos anos; (II) a fraca expansão da oferta interna de bens, dado o tímido comportamento dos investimentos até o presente, que pode gerar pressões inflacionárias pelo esgotamento das margens de capacidade ociosa na produção. Isso poderia ser parcialmente resolvido pelo atendimento da demanda doméstica com importações. Mas esse processo não é trivial, dependendo das escalas e da diversificação setorial em que possa ocorrer. As infra-estruturas portuária, de transporte e de distribuição podem não comportar os volumes adicionais de carga requeridos.

1.3 A economia brasileira e os principais parâmetros macroeconômicos

O desempenho recente da economia brasileira autoriza a assunção de algum otimismo quanto ao futuro, especialmente se cotejado com a *performance* média do último quarto de século. Isso se depreende do gráfico seguinte, que apresenta as taxas de crescimento de longo prazo do PIB do Brasil e sua média móvel quinquenal.

Gráfico 1.2: Brasil – Taxas de Crescimento do PIB e Médias Móveis Quinquenais, 1956-2006 (%)



Observe-se que no último quadriênio apresentado no gráfico (2003-2006) o PIB cresceu à taxa média de 3,4% ao ano, mercê das favoráveis condições internacionais e da política macroeconômica herdada do período anterior. Enquanto na longa década perdida de 1981-92 o País cresceu apenas a 1,4% anuais, em média, na década 1993-2002 o crescimento médio dobrou para 2,8% ao ano, apesar do contexto internacional desfavorável decorrente das crises do México, Ásia, Rússia e América Latina.

As projeções mais recentes de crescimento do PIB situam-se em torno de 5% para 2007 e da mesma ordem de grandeza para 2008. Caso essas projeções se concretizem, o país terá alcançado uma média de crescimento próxima a 4,5% ao ano no quinquênio 2004-08. Não chega a ser um desempenho brilhante tendo em vista as potencialidades ainda não devidamente exploradas. Entre estas se destaca a taxa de formação bruta de capital fixo que, situando-se presentemente na casa dos 17-18% do PIB, é muito baixa para garantir crescimento mais acelerado.

Se aceitarmos as premissas de um cenário internacional favorável para os próximos anos, em que o produto e o comércio internacional continuam crescendo — embora menos do que no passado recente —, os preços das commodities exportadas pelo Brasil se manterão elevados, mas inferiores ao atualmente observado. Isso permitirá, apesar do câmbio ainda valorizado que se antevê para o próximo par de anos, uma folga na balança comercial com equilíbrio na conta corrente ou, até mesmo, pequeno superávit nos anos iniciais deste PPA. Os ingressos de investimento direto do exterior continuarão altos nesse contexto, colocando mais pressão no sentido de apreciação da moeda nacional. Além disso, o Brasil caminha para obter o *investment grade*, o que tende a intensificar o influxo de capital do exterior e a pressão sobre a cotação cambial doméstica.

Da mesma forma, a excepcional liquidez da economia internacional observada nos últimos anos também poderá continuar, pelo menos no biênio 2007-2008, mas com maior aperto de crédito em relação aos anos recentes a partir do momento atual. Isso ainda configura um quadro favorável para a economia brasileira, com poucas ameaças aparentes no âmbito externo. De fato, como assinalado, a principal restrição ao crescimento brasileiro é de oferta, na medida em que os investimentos produtivos não têm crescido às taxas que seriam necessárias para viabilizar o crescimento da capacidade de produção a taxas mais elevadas do que as recentemente observadas. A continuar com essas taxas, as pressões inflacionárias poderão se fazer sentir.

Os resultados de 2007 e os dados referentes à produção e importação de bens de capital indicam elevação da taxa de investimento e, em conseqüência, um ligeiro aumento do produto potencial, o que tende a minorar os riscos de uma aceleração da inflação por essa via. Persistem, no entanto, os riscos de desaceleração associados ao estrangulamento da infra-estrutura física e, muito particularmente, à possibilidade de a oferta de energia não se expandir às taxas que seriam necessárias para satisfazer a uma demanda que cresce com o aumento do nível de atividade doméstica.

Desse modo, adotou-se para os parâmetros da economia brasileira um cenário em que os choques monetários e de risco são compatíveis com valores relativamente baixos de inflação e de uma trajetória de juros reais decrescentes. Essa hipótese de consolidação da inflação e dos juros em patamares baixos deriva da convicção de que a inflação está sob

controle. Mas os juros reais ainda estão elevados, cabendo reduzi-los. Em linha com esta visão, supõe-se uma trajetória de redução do prêmio de risco e do endividamento público. Com isso, a implementação de uma política de controle da inflação se torna factível mesmo com juros reais menores. Em particular, considera-se que a inflação vá alcançar taxas da ordem de 4% ao ano no quadriênio 2008-2011. Os juros nominais também se reduzirão paulatinamente, podendo chegar no triênio 2009-2011 ao nível de 10% ao ano. A tabela 1.2 retrata essas hipóteses. Dela resulta uma trajetória para o crescimento do PIB real em que à taxa de 5,2% para 2007 segue-se uma pequena redução para a média de 4,5% no triênio 2009-2011.

TABELA 1.2 Variáveis básicas do cenário nacional (%)

	2006	2007	2008	2009-2011
PIB	3,8	5,2	5	4,5
Juro nominal (SELIC)*	13,25	11,25	10	10
Inflação (IPCA)*	3,1	3,7	4	4
Juro real *	9,8	7,3	5,8	5,8

* fim de ano
Fonte: Equipe do PPA.

Um dos nós que estrangulam o crescimento do Brasil situa-se na evolução das contas públicas, dada a elevada carga tributária do País. O nível da carga tributária é uma decisão crucial de política econômica. Outra variável crucial é o nível do superávit primário. Em princípio, o governo poderia determinar livremente essas duas variáveis. Contudo, há dois fatores que restringem sua ação. De um lado, reduções excessivas do superávit primário poderiam implicar aumento indesejado da dívida pública, a menos que haja redução nos gastos correntes e, ou, de capital. De outro lado, a existência de despesas governamentais obrigatórias limita reduções da carga tributária quando o superávit é mantido constante. Dada a importância de manter-se uma dívida líquida sob controle, a ênfase da política fiscal deveria focar o lado dos gastos.

Nessa linha, uma hipótese prudente para a política fiscal no futuro deveria contemplar: (I) redução das transferências; (II) diminuição dos pagamento dos juros sobre a dívida pública com a redução gradual da taxa Selic; e (III) redução também gradual na taxa de crescimento das

despesas primárias de modo a gerar espaço para investimentos públicos em infra-estrutura. É importante levar em conta que a acumulação de capital — vale dizer, os níveis de investimento necessários para a sustentação do crescimento — é fortemente influenciada pela evolução da carga tributária e dos investimentos públicos, pois a carga tributária reduz a lucratividade de projetos produtivos e, portanto, a acumulação de capital. Os investimentos públicos em infra-estrutura têm efeito oposto: melhorias na infra-estrutura facilitam as outras atividades econômicas e assim criam incentivos para maior acumulação de capital produtivo.

A trajetória desejável vai contra a tendência recente, em que a estrutura das despesas do governo tem revelado aumento do consumo compensada por reduções no investimento público.

No que toca ao setor externo, mais especificamente à balança comercial, estima-se que os resultados serão menos elevados do que no passado recente já a partir de 2007. Ainda assim, prevê-se que a balança comercial permanecerá superavitária até 2011. No que se refere à balança de transações correntes, prevê-se também uma redução, embora sem causar impactos significativos na vulnerabilidade externa da economia brasileira.

A taxa de investimento da economia estará a maior parte do tempo entre 18% e 20%, ainda baixa para as necessidades de geração de empregos de boa qualidade na economia brasileira. Para um país que pretende crescer mais rápido, essa é uma limitação preocupante. Seria desejável um ajuste fiscal baseado na redução do consumo do governo concomitantemente com aumento do investimento governamental. No âmbito estadual, como veremos, essa preocupação é claramente reconhecida, ao mesmo tempo em que os desafios de construção de uma infra-estrutura física de qualidade são enfrentados.

Em resumo, as premissas adotadas, das quais decorrem as projeções — algumas qualitativas — neste PPA, são as seguintes:

1. A economia internacional continuará crescendo, mas com taxas menores do que as registradas nos últimos quatro anos. Isso resulta principalmente da evolução nos EUA e nos países asiáticos, com destaque para a China;

2. A economia dos Estados Unidos está em processo de desaquecimento desde o começo de 2006, em grande parte decorrente da correção nos preços do mercado imobiliário.

3. Para a economia brasileira, a manutenção do cenário de valorização cambial gerará contribuição do setor externo negativa para o crescimento no período do PPA, assim como ocorreu em 2006. Um corolário disso é que a indústria de transformação paulista poderá ser prejudicada pelo aumento das importações resultante da apreciação cambial e do crescimento da demanda de consumo;

4. A redução da taxa de juros e a obtenção do *investment grade* impulsionarão o investimento privado;

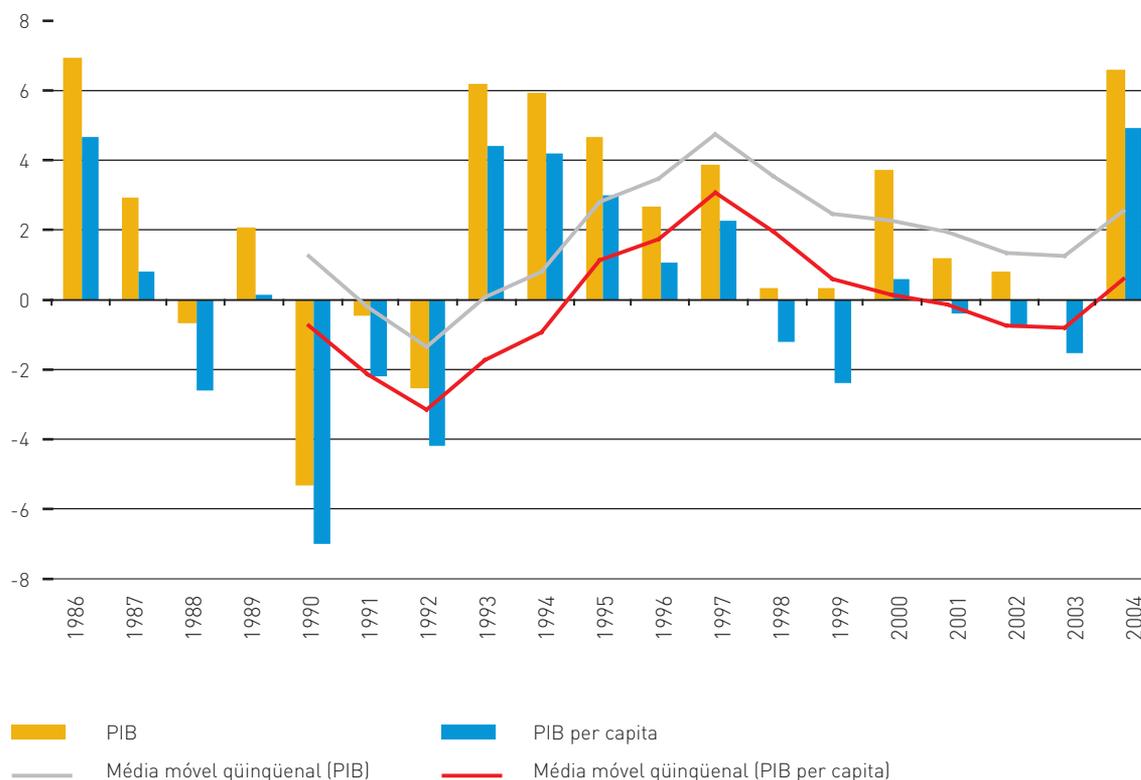
5. Haverá melhor qualidade no gasto público, com aumento das despesas em investimentos públicos em infra-estrutura. Estima-se que as reduções do gasto público em relação ao PIB serão modestas durante a maior parte do período deste PPA;

Os riscos de não-realização desse cenário decorrem principalmente, como já assinalado, de duas fontes: (I) gargalos da infra-estrutura, principalmente na oferta de energia; (II) possibilidade de desaceleração global mais brusca que o esperado da economia, do comércio e das finanças internacionais.

1.4 A economia de São Paulo: desenvolvimento recente

Como não poderia deixar de ser, dada a grande participação de São Paulo no total da atividade econômica do país, o desempenho da economia paulista nas duas últimas décadas se assemelha ao da economia brasileira, mostrado anteriormente no gráfico 1.2. O crescimento médio observado entre 1985 e 2004 chegou a 2% ao ano, por causa das reduzidas taxas de crescimento do nível de atividade nos períodos compreendidos entre 1987 e 2002 e entre 1998 e 2003, como se observa no gráfico 1.3.

Gráfico 1.3: São Paulo – Taxas de crescimento do PIB estadual, 1986-2004 (%)
 - PIB total e PIB per capita e Médias móveis quinquenais



Fonte: IBGE, Contas regionais.

Assim, além da perda de produção na fase de superinflação e de-sarranjo macroeconômico, a desaceleração do crescimento desde o final da década de 1990 atingiu a atividade econômica do Estado de forma intensa, como se depreende do gráfico. De fato, tanto as taxas médias de crescimento do PIB quanto as do PIB *per capita* mostram forte redução depois de 1997 e até 2003. No caso do PIB *per capita* observam-se taxas médias negativas entre 2001 e 2003, a exemplo do que se registrou entre 1990 e 1992, mas com menor intensidade em período mais recente.

Tabela 1.3 Estado de São Paulo – Estrutura do valor adicionado bruto por setores e atividades, médias 1985-87 e 2002-04 (%)

Valor adicionado bruto por setores e atividades*	Media 1985-1987	Média 2002-2004
Agropecuária	4,49	7,35
Indústria	54,22	43,65
Extrativa mineral	0,03	0,01
Transformação	46,65	34,63
Serviços de eletricidade, gás e água	2,41	3,21
Construção civil	5,13	5,79
Serviços	41,29	49,00
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,86	6,51
Alojamento e alimentação	0,90	1,30
Transportes e armazenagem	1,90	1,72
Comunicações	0,88	2,60
Instituições financeiras	13,34	9,98
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	5,70	13,19
Administração pública, defesa e seguridade social	6,85	9,92
Saúde e educação mercantis	1,80	2,14
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,59	1,09
Serviços domésticos remunerados	0,47	0,55
TOTAL	100,00	100,00

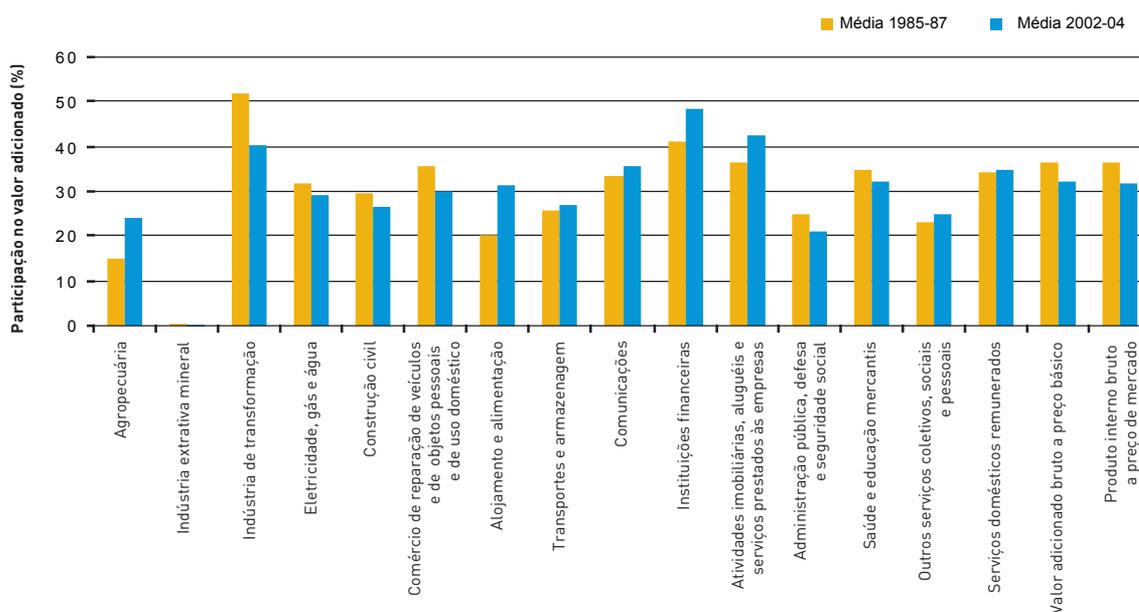
Fonte: IBGE, Contas regionais
*Valor adicionado bruto a preço básico corrente

Esse desempenho se refletiu, na última década e meia, em mudanças muito intensas nos setores e atividades que compõem a estrutura produtiva de São Paulo. Isso é mostrado na tabela 1.3, onde se destacam: (I) o forte ganho de participação do setor agropecuário, beneficiado, pelo lado da oferta, pelos ganhos de produtividade advindos da modernização, e pela forte demanda externa por commodities agrícolas e outros produtos da agropecuária; (II) igualmente forte perda da indústria, concentrada na Indústria de Transformação (que perde cerca de 12 pontos percentuais de peso no VA do estado) como resultado da diversificação espacial da produção e da política econômica na-

cional; (III) ganho na participação dos serviços, fortemente concentrado nas atividades modernas de Comunicações, Atividades Imobiliárias e Administração Pública.

Essas mudanças implicaram, modificações no peso que a economia paulista tem em relação à economia do país. Esse aspecto é retratado no gráfico 1.4, que permite os seguintes comentários.

Gráfico 1.4: Participação do Estado de São Paulo no valor adicionado bruto do Brasil* por atividades econômicas, médias 1985-87 e 2002-04 (%)

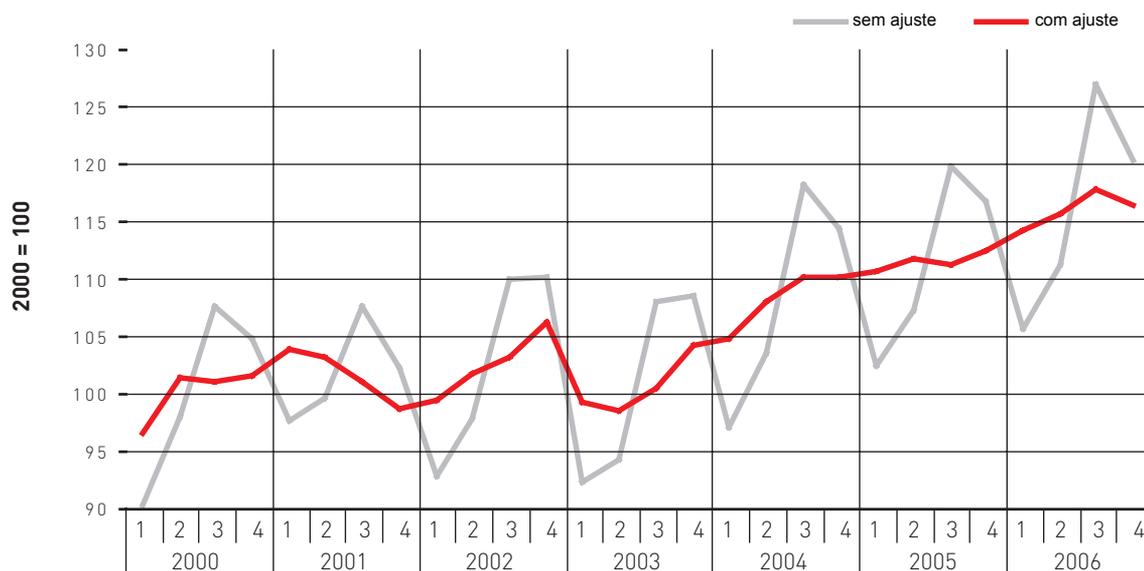


Fonte: IBGE, Contas regionais.

*Valor adicionado bruto a preço básico corrente

A perda de participação mais notável é a que diz respeito à indústria de transformação. De fato, respondendo por cerca de 52% do total nacional em meados dos anos 1980, a indústria paulista chegou no começo do século 21 a representar apenas 40% da indústria no Brasil (2004). Outro destaque notável é o ganho da agropecuária, que passa de 15% para 24% no mesmo período. Entre os demais aspectos positivos destacam-se: (I) os serviços das instituições financeiras, que aumentaram de 41% a 48% do produto gerado por este setor no Brasil; (II) as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, nas quais São Paulo passou de 36% para 42% do total brasileiro; (III) os serviços de comunicações, onde a participação passou de 33,6% para 35,6%; (IV) os serviços de alojamento e alimentação, que passaram de 20% a 31% do total do país; (V) os serviços de transportes e armazenagem, que aumentaram de 25,8% para 27,2% do produto gerado por esse setor no Brasil.

Gráfico 1.5: São Paulo – Evolução do PIB trimestral com e sem ajuste sazonal, 2000-2006



Fonte: Seade

Como resultado dessas mudanças, a participação de São Paulo na atividade econômica nacional diminuiu de 36,5% do PIB a preços de mercado na média do triênio 1985-87 para 31,8% na média do triênio

2002-04. Os resultados apresentados nesta seção estão baseados na metodologia do sistema de contas nacionais vigente até 2007 e os resultados relativos aos anos posteriores a 2004 revelarão, quando disponíveis as contas regionais com a nova metodologia, aumento da participação de São Paulo no total do país, em razão das características da estrutura industrial do Estado.

Na ausência dessas informações mais recentes do sistema de contas regionais é possível recorrer às estimativas do nível de atividade da economia paulista elaboradas pela Fundação Seade. Os cálculos para o PIB trimestral estimado para o Estado permitem confirmar a forte recuperação da atividade econômica desde meados de 2003. Isso está mostrado no gráfico 1.5, cujos dados cobrem o período que vai do começo de 2000 ao final de 2006 e mostram as séries de evolução do PIB paulista com e sem ajuste sazonal (produção física).

Deve-se enfatizar que o PIB paulista cresceu a quase 1,4% a cada três meses entre o segundo trimestre de 2003 (quando a recuperação se inicia) e o segundo trimestre de 2006, superior ao restante do Brasil. Essa evolução aponta para uma taxa de crescimento anual de quase 6% nos últimos três anos, até 2006.

1.5 Dinâmica demográfica de São Paulo: mudanças e desafio econômico

Uma variável importante na identificação das forças que impulsionam a economia e atuam nas condições de vida da população é a dinâmica demográfica, entendida como as transformações no ritmo de crescimento e na estrutura da população. No que toca ao Estado de São Paulo essa mudança é especialmente relevante pelas oportunidades que abre, bem como pelos desafios que coloca para as políticas públicas. Nesse sentido, os gráficos a seguir mostram como dois dos mais importantes fatores desse processo têm atuado no Estado de São Paulo no período recente: (I) a **taxa de fecundidade** – número médio de filhos por mulher – em acentuada redução; e (II) a **expectativa de vida ao nascer**, em ascensão. O movimento migratório, cujo dimensionamento é mais complexo, também tem peso importante nessa dinâmica, mas seu impacto é hoje bem menor que no passado.

Em consequência dessas tendências, a taxa de crescimento da população do Estado de São Paulo diminuiu de 3,5%, na década de 1970, para 1,8%, na de 1990, e deverá chegar a apenas 1,4% entre 2000-2010. A parcela da população paulista com menos de 15 anos reduziu-se de 39,6% para 26,3%, entre 1970 e 2000, e prevê-se que chegue a 23,3%, em 2010. Por sua vez, a expectativa de vida ao nascer aumentou de 62,6 anos, em 1970, para 71 anos em 2000 e prevê-se que atinja 75 anos, em 2010.

Gráfico 1.6 – Taxas de fecundidade e esperança de vida ao nascer, Estado de São Paulo (1970-2000)

Gráfico A
Taxa de fecundidade total (1)
Estado de São Paulo 1970-2000

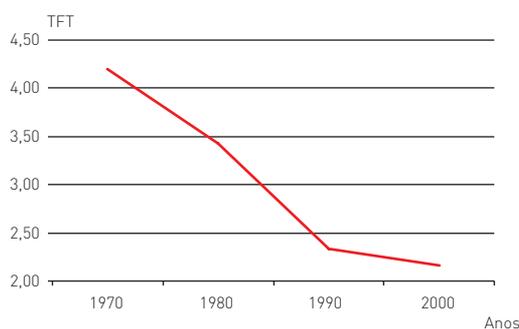
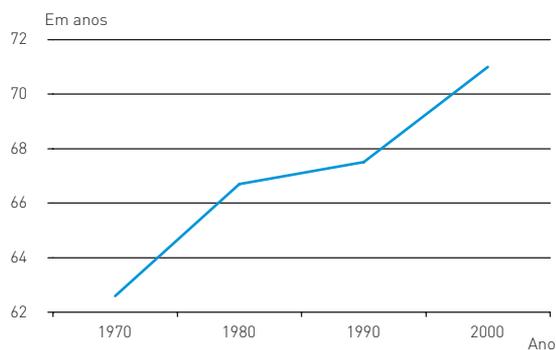


Gráfico B
Esperança de vida ao nascer
Estado de São Paulo 1970 - 2000



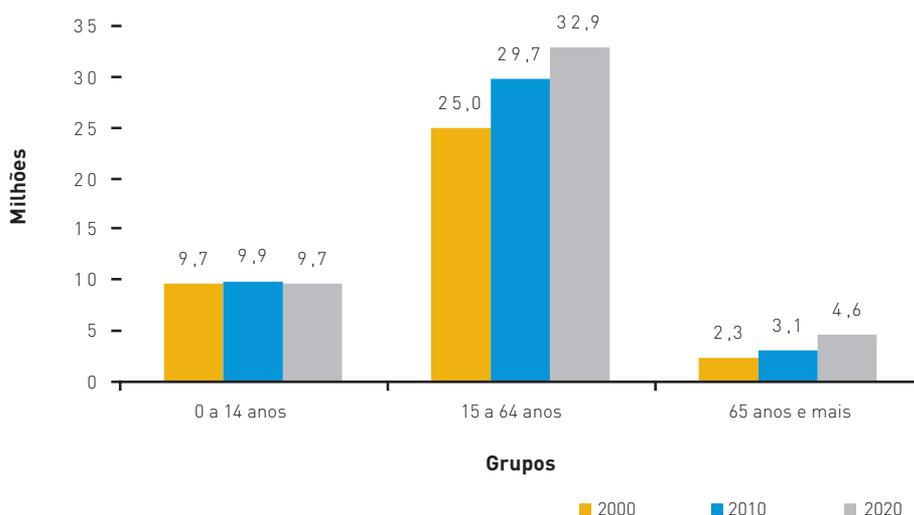
Fonte: Fundação Seade

As implicações dessas projeções são distintas para o desenho das políticas sociais e econômicas. São Paulo passa por um momento em que não só a razão de dependência – definida como a razão entre a população inativa (soma das pessoas com até 15 anos e com mais de 65 anos de idade) pela população potencialmente ativa (entre 15 e 64 anos) – deverá diminuir de 48% para 43,7%, entre 2000 e 2010, como também sua composição deverá mudar. Espera-se que a razão entre a população jovem e aquela em idade ativa passe de 38,9% para 33,4%, enquanto a razão equivalente para a população com mais de 65 anos aumente de 9,1% para 10,3%, nesse período. O gráfico 1.7 mostra a expansão dos contingentes populacionais por faixa etária entre 2000 e as

projeções para 2010 e 2020. Observa-se que a população jovem tende a manter-se próxima dos 10 milhões de pessoas no final da próxima década e da seguinte. Já a população de 15 a 64 anos, que constitui a maior parte da força de trabalho potencial, aumentará dos 25 milhões observados em 2000 para 29,7 milhões estimados em 2010 e para 32,9 milhões em 2020 revelando, nessas duas décadas, uma taxa de crescimento média de 1,4% ao ano. Os idosos (65 anos e mais) são o grupo que mais deverá crescer, em termos relativos: taxas de variação de 3,1% ao ano, entre 2000 e 2010, e de 4,2% entre 2010 e 2020.

Da perspectiva social, é uma mudança de perfil oferecida pela demografia, porque a menor pressão de crescimento no número de crianças e, portanto, da demanda por novos equipamentos, abre mais espaço para investimentos na melhoria dos já existentes e na qualidade do atendimento. Por outro lado, embora seja significativo o crescimento da população idosa, seu número absoluto é ainda pequeno, mas permite planejar a garantia de seu atendimento futuro.

Gráfico 1.7: População residente por grupos etários no Estado de São Paulo, 2000-2010



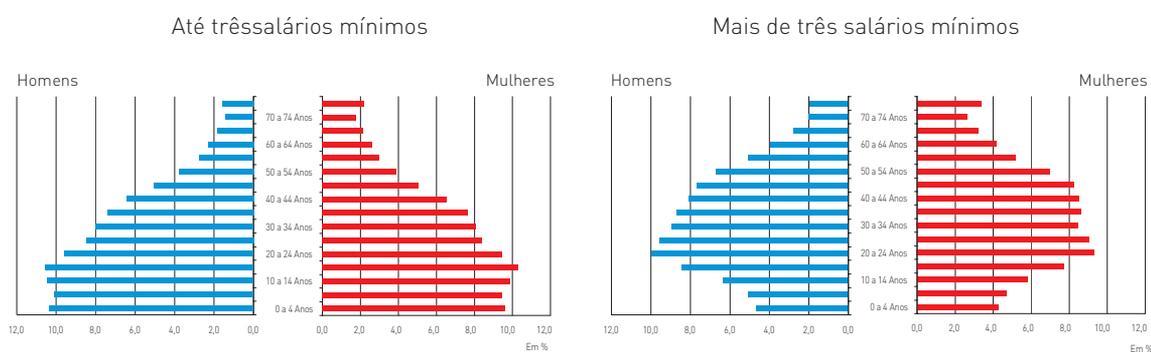
Fonte: Fundação Seade.

Em contraste, do ponto de vista da dinâmica econômica o desafio é grande e grave. Além de questões de natureza previdenciária, a mudança do perfil etário da população paulista tem fortes impactos sobre a necessidade de oferta crescente de postos de trabalho, em ritmo su-

ficiente para incorporar, além do estoque de desempregados, os novos ingressantes no mercado de trabalho, especialmente os jovens.

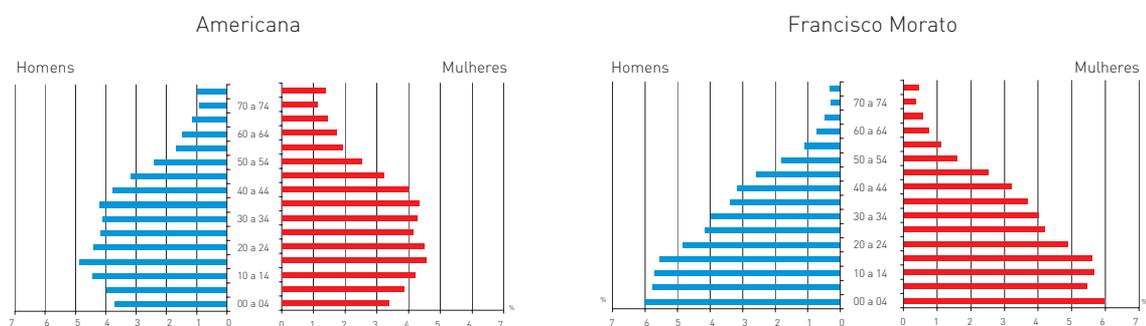
A despeito dessas tendências gerais da dinâmica populacional, as estruturas demográficas no Estado de São Paulo ainda são heterogêneas segundo condição socioeconômica e espaço territorial. Tal heterogeneidade ao mesmo tempo em que reflete essas desigualdades é um dos fatores que levam à sua reprodução. De modo geral, pode-se constatar que quanto maior a pobreza, mais jovem é a população e maior o seu crescimento (gráfico 1.8). Por seu turno, as estruturas etárias – e, por conseqüência, as demandas sociais a elas associadas – são também diferentes em termos regionais. O gráfico 1.9 exemplifica essa distinção a partir dos casos de dois municípios paulistas.

Gráfico 1.8: Estado de São Paulo - Pirâmide etária da população residente, por renda familiar *per capita*, 2000



Fonte: Dados brutos: IBGE - Censo demográfico 2000. Elaboração: Fundação Seade.

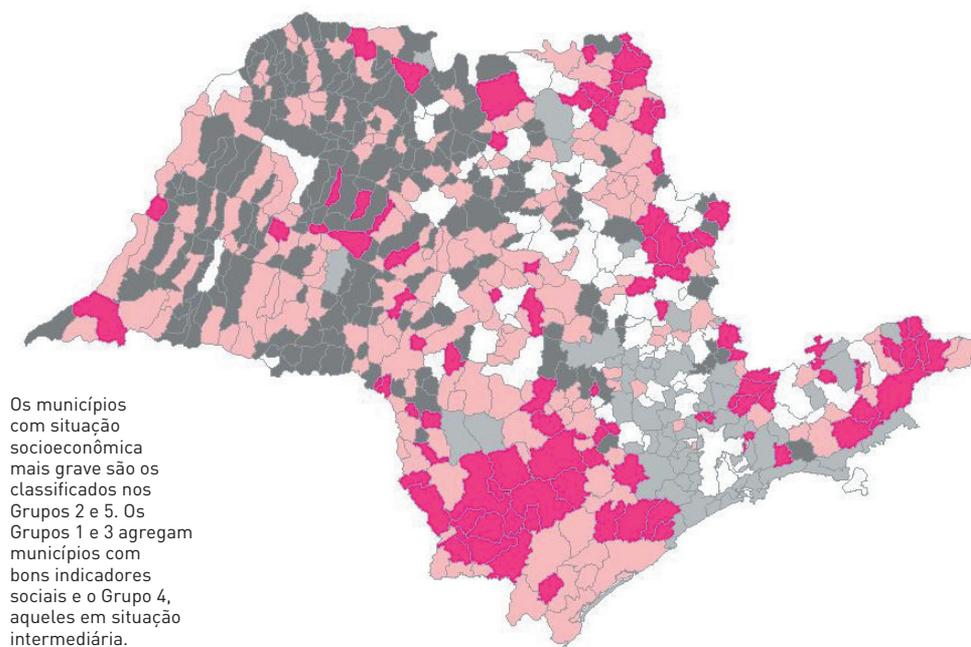
Gráfico 1.9: Pirâmide etária da população residente, por sexo, municípios de Americana e Francisco Morato, 2000



Fonte: Fundação Seade

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que mede a heterogeneidade e a evolução socioeconômica dos municípios paulistas revela que, embora tenham ocorrido importantes avanços na grande maioria deles, a heterogeneidade persiste. Além disso, mostra grande regularidade na distribuição espacial dos municípios segundo sua situação socioeconômica (mapa 1.1).

Mapa 1.1: Municípios segundo o IPRS 2006



IPRS 2004 (versão 2006)

- Grupo 1 - Municípios com índice elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais
- Grupo 2 - Municípios com níveis de riqueza elevados, mas indicadores sociais insatisfatórios
- Grupo 3 - Municípios com baixos níveis de riqueza, mas bons indicadores sociais
- Grupo 4 - Municípios com baixos níveis de riqueza e indicadores intermediários de longevidade e/ou escolaridade
- Grupo 5 - Municípios desfavorecidos tanto em riqueza como nos indicadores sociais

Fonte: Fundação Seade – Alesp

Segundo o IPRS, os municípios do entorno das três metrópoles paulistas e outros, localizados em áreas relativamente delimitadas, destacam-se como aqueles cuja situação socioeconômica é mais grave. Note-se que o IPRS utiliza médias municipais para compor esses grupos. Com isso, heterogeneidades internas aos municípios, sobretudo nos de maior porte, tendem a ser encobertas pelos indicadores médios. Para identificar áreas intra-urbanas que abrigam segmentos

populacionais socialmente vulneráveis, a Fundação Seade, também em parceria com a Alesp, desenvolveu o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Esse indicador constitui ferramenta importante para subsidiar a complementação de ações nessas áreas e vem sendo utilizado por diferentes secretarias estaduais.

1.6 Desempenho das finanças públicas do Estado de São Paulo

O esforço de ajuste fiscal que o Estado de São Paulo vem fazendo desde 1995 se manifesta inequivocamente pelo orçamento equilibrado: enquanto em 1993 o déficit orçamentário correspondia a 25,6% da receita total, em 1996 já havia sido revertido para uma situação de equilíbrio, registrando pequenos superávits orçamentários. É importante registrar que esse ajuste foi feito sem prejuízo de programas e projetos importantes para o desenvolvimento do Estado. O governo continuará a enfrentar no período deste PPA um conjunto de difíceis desafios, entre os quais se destacam, na área tributária e fiscal, os seguintes: (I) manter o equilíbrio fiscal de forma sustentável ao longo do tempo; (II) ampliar a arrecadação para fazer face aos gastos necessários ao desenvolvimento do Estado, sem elevar a carga tributária individual; (III) equacionar a dívida com o Tesouro Nacional, o INSS, da previdência dos servidores e a situação dos precatórios; e (IV) dar mais qualidade ao gasto público, melhorando as condições de governança.

Diversos passos para a superação desses desafios no campo tributário e fiscal vêm sendo tomados pela atual administração. Para o futuro, esses obstáculos à boa governança no campo fiscal continuarão a ser enfrentados com a mesma disposição e discernimento que têm caracterizado as ações do governo estadual nessa área no ano em curso. É oportuno listar as principais ações – tanto de curto como de longo prazo – no campo da gestão tributária que tem permitido obter os resultados registrados pelo Estado. No que tange às primeiras destacam-se:

- Redução da despesa com cargos em comissão;
- Levantamento de haveres e dívidas do Estado;
- Suspensão temporária de admissão e contratação de pessoal;

- Reavaliação e renegociação de contratos;
- Recadastramento de servidores ativos;
- Alienação do direito de exclusividade de pagamento da folha de salários;
- Contingenciamento de despesas.

Entre as medidas, cujos efeitos se farão sentir no médio e longo prazo, destacam-se:

- Obrigatoriedade do pregão eletrônico;
- Inversão das fases da licitação (PL 18/07);
- Avaliação das participações societárias do Estado (Decreto nº 51.760 de 17/4/07);
- Instituição do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS e dos demais tributos e taxas do Estado;
- Autorização para contratação de novas operações de crédito;
- Instituição do Cadastro Informativo de Créditos não-quitados de órgãos e entidades estaduais (Cadin Estadual) (PL 392/07);
- Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal - Nota Fiscal Paulista (PL 544/07).

Tabela 1.4 Receitas e despesas projetadas para o período do PPA (R\$ milhões correntes)

	2008 - 2011
I. Receita Total	413.574,4
(-) Operação de Crédito e Receita Financeira	10.490,7
II. Receita Bruta	403.083,8
Transferências Federais	19.332,1
Receitas Próprias	383.751,7
III. Transferências a Municípios	86.552,6
IV. Receitas Líquidas	316.531,2
V. Despesas	295.588,7
VI. Resultado Primário	20.942,5
VII. Serviço da Dívida (Líquido)	29.312,4

Fonte: SEP e Secretaria de Fazenda.

As ações previstas neste PPA são concretizadas pela política de gastos e receitas do governo do Estado. Um resumo das projeções de receitas e despesas consolidadas do Estado de São Paulo, que representa a política do governo para o período do PPA, encontra-se na tabela 1.4.

1.7 Instrumentos adicionais de ação para o desenvolvimento: as Parcerias Público-Privadas

Como São Paulo não dispõe dos instrumentos de políticas públicas do Governo Federal, é preciso atuar de forma criativa, utilizando os instrumentos existentes, além do gasto público, para alavancar o crescimento da produção e a competitividade do nosso Estado. Neste sentido, o Estado promoverá o uso das parcerias público-privadas (PPP's).

A origem desse instrumento está no sucesso das privatizações em âmbito nacional, que por sua vez inspirou sua aplicação nos Estados, incorporando as concessões de obras e serviços de utilidade pública à iniciativa privada.

As primeiras iniciativas do governo de São Paulo para estabelecer parcerias com o setor privado surgiram com o Decreto nº 40.000/95, que criou o “Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infraestrutura”. No ano seguinte o Programa Estadual de Desestatização — PED foi aprovado e sancionado e convertido na Lei nº 9.361/96, a chamada lei do PED. Diversas formas de participação da iniciativa privada sucederam-se sob a égide do Programa, combinando as seguintes situações: alienação direta de ativos, como empresas do setor elétrico, hotéis e balneários; venda de participações acionárias, através de ofertas públicas e aberturas de capital das estatais e concessão para a exploração de serviços públicos, como o de gás e rodovias.

Recentemente, o conselho diretor do PED aprovou a concessão para exploração da iniciativa privada do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, cujos recursos deverão ser utilizados na construção do Trecho Sul. O PED cumpriu os objetivos estratégicos esperados contribuindo, decisivamente, para o saneamento das contas estaduais, retomada do investimento público e desoneração do Estado, proporcio-

nando a desejada ampliação dos gastos nas áreas sociais. Não menos importante foi a construção de um novo ambiente de articulação entre o setor público e a iniciativa privada, que envolve repartição de riscos, cumprimento dos compromissos assumidos, criação de mecanismos para a solução negociada de conflitos, cujo cerne reside na confiabilidade dos contratos.

Esse processo abriu caminho para a adoção de novas modalidades de participação do setor privado, como é o caso das PPP's. Essa iniciativa aparece como consequência natural do processo de transformação do papel do Estado. Além disso, tendo-se reduzido o ritmo de venda e concessão dos ativos públicos considerados mais rentáveis, ela surge como alternativa para uma nova fórmula de estímulo às inversões privadas em importantes empreendimentos do setor público, cujo retorno torna possível o desenvolvimento de projetos e ações em áreas que dificilmente se viabilizariam economicamente apenas com base na cobrança de tarifa. A Lei nº 11.688 (19/5/2004) instituiu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, consolidando-o num instrumento estratégico de apoio às políticas públicas expressas em cada Plano Plurianual.

A lei federal promulgada em 30 de dezembro de 2004, forneceu diretrizes gerais para o funcionamento das PPP's, inclusive no âmbito dos estados e municípios. Entre os limites e contornos a serem obedecidos, se incluem: o prazo mínimo dos contratos, entre 5 e 35 anos; vinculação da PPP à prestação de um determinado serviço; estabelecimento de um limite anual de gastos com contratos de PPP a 1% da receita corrente líquida; e o disciplinamento dos dois tipos de concessão. A lei federal acabou por restringir as Parcerias Público-Privadas aos contratos administrativos de concessão, executados mediante as seguintes modalidades:

- concessão patrocinada, definida pela concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e
- concessão administrativa, definida pelo contrato de prestação de serviços de que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

O Programa Estadual de PPP, por sua vez, foi concebido em um ambiente de estrita obediência aos princípios de responsabilidade fiscal, condicionando os projetos de parcerias ao cumprimento dos seguintes pontos: elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro; demonstração da origem dos recursos para seu custeio; e comprovação de compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. O programa estrutura-se a partir das seguintes instâncias:

- O Conselho Gestor do PPP, subordinado diretamente ao Gabinete do Governador, e composto por secretários e procurador-geral do Estado, é a instância colegiada responsável pela coordenação, avaliação e fiscalização de todo o programa;
- A Unidade de PPP, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, fornece apoio técnico para a coordenação do Programa;
- Companhia Paulista de Parcerias (CPP), estatal vinculada à Secretaria da Fazenda, com capital integralizado, atuando principalmente enquanto sistema de garantias para contratos de PPP.

Desde a constituição do programa, o governo do Estado de São Paulo desenvolve uma carteira de projetos de PPP que concorre para a consolidação das diretrizes estratégicas estabelecidas no PPA 2008-2011. Sua implantação possibilita: a liberação de recursos públicos para serem aplicados nas áreas sociais; a realização de investimentos de interesse público, tanto na infra-estrutura como na área social, com parte dos recursos advindos da iniciativa privada; a geração de impactos positivos na expansão do emprego e renda da região onde será implantado o empreendimento.

Além do mais, dada a proximidade de objetivos e a sinergia existente entre os programas PED e PPP, projetos que se iniciam com características de uma concessão tradicional podem evoluir para uma PPP, e vice-versa. Não por acaso o Conselho Gestor do PPP e o Conselho Diretor do PED têm basicamente a mesma composição.

Em que pesem os resultados positivos obtidos com a implantação do programa, novos desafios deverão ser enfrentados, o que implica oferecer soluções e avançar, buscando, particularmente: aprofundar o monitoramento dos projetos; estimular o surgimento de novas propostas; estreitar as relações entre PPPs e outras formas de participação

da iniciativa privada em projetos de interesse do Estado; consolidar a tramitação dos projetos de PPP no Estado; aperfeiçoar o instrumental de acompanhamento dos projetos desenvolvidos no âmbito dos programas de parceria.

Desenvolvimento e Eqüidade Social

Os objetivos centrais das políticas sociais do Estado de São Paulo consistem em reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população. Os esforços e recursos direcionados para o campo social nos últimos dez anos proporcionaram avanços significativos nesse sentido, como aferido pela Fundação Seade em seus Indicadores Sociais do Estado de São Paulo. No PPA 2008-2011, as iniciativas até agora implementadas serão reforçadas e aperfeiçoadas a fim de combater situações graves que ainda perduram em determinadas áreas do Estado, particularmente nas periferias das metrópoles.

A despeito da dimensão econômica do Estado de São Paulo, as condições sociais de sua população ainda apresentam disparidades: enquanto uma parcela apresenta condições sócio-econômicas equiparáveis às de países desenvolvidos, há grupos vulneráveis em termos econômicos e sociais. A superação dessas disparidades demanda que o Estado trabalhe na busca da eqüidade e da ampliação das oportunidades, como se almeja nos programas e ações deste PPA.

2.1 Educação

A grande prioridade estratégica de São Paulo na área social é a educação por tudo que ela significa para o desenvolvimento de cada cidadão, do nosso Estado e do Brasil. São Paulo já venceu o desafio da inclusão escolar: 98,6% das crianças de 7 a 14 anos e 90% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentam a escola. O próximo desafio é o da qualidade do ensino. Para enfrentá-lo, o governo do Estado lançou em agosto deste ano, um novo Plano Estadual de Educação. Ele contempla os dez temas seguintes a serem cumpridos até 2010:

1. Todos os alunos de oito anos de idade serão plenamente alfabetizados. Como o aprendizado é um processo cumulativo, a alfabetização vai melhorar o aproveitamento dos estudantes em toda sua vida escolar futura.

2. As taxas de reprovação da 8ª série serão reduzidas pela metade.

3. O mesmo acontecerá com as taxas de reprovação do Ensino Médio.

4. Programas de recuperação de aprendizagem serão implantados nas séries finais de todos os ciclos (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).

5. Os índices de desempenho dos ensinos Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais aumentarão 10%.

6. A demanda de jovens e adultos por Ensino Médio será 100% atendida, com oferta diversificada de currículo profissionalizante.

7. O Ensino Fundamental de nove anos será implantado, em colaboração com os municípios, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries).

8. As estruturas de tecnologia da informação do Estado e da Rede do Saber serão utilizadas para programas de formação continuada de professores, integrando as 5.300 escolas estaduais. As ações nesse campo incluirão avaliação de resultados; apoio à formação e ao trabalho de coordenadores pedagógicos e supervisores para reforçar o monitoramento das escolas; apoio ao trabalho do professor em sala de aula, em todas as delegacias de ensino; capacitação dos dirigentes de ensino e diretores de escolas com foco na eficiência da gestão administrativa e pedagógica do sistema.

9. O programa de alimentação escolar será descentralizado e/ou municipalizado nos 30 municípios ainda centralizados.

10. Será implementado o programa de obras e infra-estrutura física das escolas, visando a garantir condições de acessibilidade em 50% das escolas, para atender à demanda dos alunos com deficiência; construção, ampliação e reforma de unidades de apoio; construção de novas salas de aula; reforma e melhorias em prédios escolares; recuperação e cobertura de quadras de esportes; implantação de circuito interno de TV para melhorar a segurança em escolas da Grande São Paulo; 100 % das escolas com laboratórios de informática e de ciência; 100 % das salas dos professores com computadores, impressoras e ambiente de multimídia; atualização e informatização do acervo de todas as bibliotecas das escolas.

Todas essas ações representam a continuação dos esforços bem sucedidos em curso. Um resumo das iniciativas específicas do Estado nos diversos níveis de ensino é apresentado a seguir

Ensino Fundamental – A parcela de responsabilidade do Estado nesse nível vem diminuindo em função da ampliação da oferta pelos municípios. Mas o Estado de São Paulo ainda responde por 49% do atendimento, cabendo aos municípios 37,4% e à rede particular 13,6%. A implantação do ensino fundamental de nove anos, importante objetivo da política educacional do Estado, implica acelerar a municipalização, mantendo-se a supervisão por parte do governo estadual.

Ensino Médio – Em cumprimento aos dispositivos legais de universalização gradativa, de competência do Estado, a rede estadual vem ampliando sua parcela de responsabilidade na oferta desse nível de ensino, chegando a 85,2% em 2006, seguida pela particular com 13,9%, com a participação das redes federal e municipal inferior a 1%. Após período de intenso crescimento, o número de matrículas no ensino médio diminuiu nos dois últimos anos, sinalizando o esgotamento do sobre-fluxo de alunos nesse nível de ensino associado ao atendimento da demanda reprimida no passado.

As prioridades para os Ensinos Fundamental e Médio convergem para a busca da qualidade e promoção de maior equidade. Isto envolve a promoção de condições de sucesso escolar e engloba diretrizes identificadas em seis eixos: (I) Melhoria do Ensino Fundamental; (II) Melhoria do Ensino Médio; (III) Formação Continuada de Gestores e Professores;

(IV) Avaliação do Sistema Educacional, como processo indutor da melhoria da aprendizagem; (V) Tecnologia (fortalecimento de ações para inclusão digital da comunidade escolar); (VI) Melhoria da rede física.

Educação de Jovens e Adultos - O governo do Estado é o grande responsável pela oferta de escolarização para os que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade apropriada. Em 2006, as redes públicas respondiam pelo atendimento de cerca de 1 milhão de pessoas .

Educação Especial - A legislação prevê que a oferta dessa modalidade de ensino ocorra preferencialmente no ensino regular – a chamada política de inclusão –, com atenção complementar, ou seja, com oferta de serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades dessa clientela. Em consequência disso o número de alunos atendidos em instituições especializadas ou classes especiais permaneceu estável nos últimos anos, com matrículas concentradas na rede particular, responsável por cerca de 65% dessa oferta.

Ensino Superior - O estado de São Paulo é um importante centro de produção e difusão do conhecimento, com universidades de altíssima qualidade, reconhecidas no país e no exterior. Nele se localizam cerca de 25% das instituições de ensino superior do Brasil e aproximadamente metade das localizadas na região Sudeste. São 540 instituições com 920 mil vagas para ingressantes e 430 mil alunos iniciando os cursos anualmente, 89% deles em instituições particulares e 11% nas públicas. Em 2004, havia no estado 17 mil pesquisadores doutores, o equivalente a 43 doutores por 100 mil habitantes. É quase o dobro da média nacional, que é de 26 doutores por 100 mil habitantes.

O número de estudantes teve um crescimento expressivo entre 1995 e 2006, passando de 578.908 para 1.268.976 estudantes. Esse acréscimo corresponde a uma taxa média de crescimento anual de 7,4% no período.

As prioridades do governo para o período do PPA são (I) ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas utilizando, inclusive tecnologias e metodologias de Ensino a Distância, consubstanciadas na implantação da UNIVESP “Universidade Virtual

do Estado de São Paulo”, (III) apoiar a pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação; (III) ampliar o acesso de jovens egressos do ensino público, não somente enquanto meio de aumentar os horizontes profissionais, culturais e intelectuais de segmentos populacionais mais pobres, mas também com o objetivo de difundir o pensamento e o conhecimento científico; (IV) integrar a universidade com o mundo do trabalho, por meio da orientação dos jovens para estágios e para o mercado de trabalho; (V) aprimorar as ações de saúde promovidas pelos hospitais universitários.

Para tanto, valem destacar os programas **Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior** que engloba ações de bolsas de estudos, desenvolvimento de banco de dados do ensino superior, expansão e inclusão no ensino superior, cursinhos pré-vestibulares e adoção de escolas públicas estaduais e municipais pelas universidades e **Ensino Público Superior**, direcionado às ações de adequação da estrutura física das universidades e faculdades públicas estaduais, bolsas de estudo para pesquisas científicas e tecnológicas, apoio a congressos de especialidades, entre outras.

As funções voltadas para o ensino superior são exercidas em articulação e conjugação de esforços com as instituições envolvidas, observando sempre o respeito à autonomia universitária e às características específicas de cada universidade, com as seguintes entidades vinculadas:

- Universidade de São Paulo - USP;
- Universidade Estadual de Campinas - Unicamp;
- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp;
- Faculdade de Medicina de Marília - Famema;
- Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – Famerp.

2.2 Saúde

Os principais desafios da política de saúde do Estado de São Paulo são (I) aperfeiçoar a universalidade da atenção à saúde, (II) garantir a equidade e (III) reduzir as desigualdades existentes entre as diversas regiões e estratos da população. Para tanto, o governo concentrará seus esforços na ampliação da cobertura e na melhoria na qualidade do atendimento à população.

O processo de regulação do sistema de saúde brasileiro foi fortemente orientado para a descentralização por meio da municipalização das ações e dos serviços de saúde. No início dos anos 2000, foram tomadas medidas para organizar a atenção dos serviços regionais, de referência intermunicipal e de alta complexidade. A diretriz de regionalização dos sistemas como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade, por meio da elaboração do Plano Diretor de Regionalização (PDR), configura-se como a principal inovação para as secretarias estaduais da saúde.

As Diretrizes, Programas e Ações do Governo de São Paulo para o período 2008-2011 contemplam a ampliação do acesso da população, com aperfeiçoamento da qualidade das ações e serviços de saúde, segundo diversas iniciativas.

Na Atenção Primária em Saúde, a proposta é investir na ampliação das ações de apoio e do compromisso junto ao gestor municipal, na avaliação e monitoramento e na capacitação, de forma a orientar o fluxo de encaminhamento de pacientes para os níveis de maior complexidade da assistência. O Programa Apoio à Atenção Básica de Competência Municipal com Objetivo de Universalidade visa a complementar a ação municipal e engloba três ações: o Projeto Qualis – Programa de Saúde da Família; o Dose Certa e a capacitação de gestores municipais e de profissionais da atenção básica.

Já na Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar de Referência do SUS/SP, o objetivo é garantir a integralidade da assistência, de forma complementar às ações desenvolvidas pelos municípios. Na área ambulatorial, pretende-se estabelecer uma rede de média complexidade, com a utilização do mecanismo de referência e contra-referência, visando enfrentar estrangulamentos na

área e desonerar os serviços de urgência e emergência. Na área ambulatorial, pretende-se estabelecer uma rede de média complexidade, com a utilização do mecanismo de referência e contra-referência, visando enfrentar o estrangulamento existente na área e desonerar os serviços de urgência e emergência. Para tanto, está implantando Ambulatórios Médicos de Especialidades, os AMEs, em todo o Estado. São ambulatórios de alta resolutividade, que disponibilizarão exames como raio-x, eletrocardiograma, ultra-som, teste ergométrico, mamografia, densitometria óssea, dentre outros. O objetivo é que o paciente possa ter diagnóstico bem mais rápido, realizando consulta e exames no mesmo local e, havendo necessidade, já ser encaminhado para tratamento médico especializado. A assistência hospitalar de média e alta complexidade deverá favorecer a racionalidade e a eficiência nos processos de compra de serviços, de modo a inverter a lógica da oferta pela da necessidade.

Na área de Assistência Farmacêutica e de outros insumos para a saúde, além da fabricação e distribuição de medicamentos e da ampliação e modernização das instalações da Fundação do Remédio Popular - FURP em Guarulhos e a inauguração da nova unidade em Américo Brasiliense, o governo estadual deve atuar no estímulo ao uso racional, na redução do desperdício e na priorização do atendimento aos principais problemas de saúde do Estado, ampliando o acesso aos medicamentos, com custos factíveis para o SUS.

Sangue e hemoderivados também são insumos fundamentais para os serviços de saúde. Por meio do Programa Doe Sangue Doe Vida, serão viabilizadas a coleta, o processamento e o fornecimento de sangue e hemocomponentes com qualidade, além da realização de exames hematológicos e sorológicos, de acordo com as normas e padrões internacionais.

Um dos principais desafios é o de Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Capacidade de Gestão Estadual. Nesse sentido é fundamental fortalecer e aperfeiçoar a capacidade de gestão estadual por meio da criação de instrumentos de avaliação, monitoramento, aperfeiçoamento, regulação e da integração das ações de saúde desenvolvidas pelo SUS, na atenção primária e de maior complexidade – hospitalar e de referência regional – verificando se tais ações atingem os objetivos maiores do sistema e garantem melhor perfil de saúde para a

população do Estado. Deste modo, a SES deve aprimorar seus mecanismos de gestão, regulação e forma de contratação dos serviços de saúde do SUS/SP.

Complementarmente, no Programa Controle Social na Gestão do SUS, são objetivos ampliar e qualificar a participação da comunidade com a garantia de condições materiais e técnicas para o funcionamento do Conselho Estadual de Saúde, auxiliar a formação dos conselheiros de saúde (municipais e estaduais), acompanhar as atividades desenvolvidas pelos conselhos, aperfeiçoar as Ouvidorias nos órgãos de saúde entre outras atividades que incentivem a participação, a difusão da informação, o conhecimento e a discussão acerca das prioridades de saúde e do SUS para a população e seus representantes.

No que diz respeito à gestão da educação, esta deverá englobar ações dirigidas a gestores, gerentes, profissionais vinculados às áreas fins, e profissionais das áreas meio, vinculados à esfera estadual ou municipal do SUS. O Programa se orientará pela ampliação da oferta e da facilidade de acesso aos processos de aprendizagem, por meio do incentivo ao uso de diferentes estratégias educacionais e de comunicação. Entre as ações do Programa Capacitação e Desenvolvimento de Recurso Humanos estão: capacitação e aperfeiçoamento de profissionais de saúde, programa de aprimoramento profissional, residência médica e jovens acolhedores.

Outra prioridade em saúde no presente PPA refere-se à redução da mortalidade infantil e materna. Embora os indicadores paulistas de mortalidade materna e infantil encontrem-se em níveis bem inferiores aos do restante do Brasil, em determinadas regiões do Estado seus valores demandam maior atenção, demonstrando a necessidade de medidas específicas para combater suas causas.

O papel do gestor estadual no SUS, na área de Controle de Riscos, Doenças e Agravos Prioritários no Estado de São Paulo, deve integrar e consolidar a operação, supervisão, avaliação e monitoramento das ações de vigilância em saúde, com apoio e acompanhamento das atividades dos municípios. O Programa de Controle de Doenças e Promoção de Saúde engloba ações que visam ao conhecimento, à detecção e à prevenção dos fatores determinantes do processo de saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças e agravos.

Envolve atividades de vacinação, exames de laboratórios de saúde pública, pesquisa científica e tecnológica, além da vigilância epidemiológica e sanitária.

Além desse programa, cumprem papel importante para o controle de riscos, doenças e agravos prioritários, ações desenvolvidas no âmbito dos programas Diagnóstico, Reabilitação, Capacitação, Informação e Epidemiologia em Câncer e Prevenção e Controle de Endemias.

Visa-se, ainda, a incorporar aos cuidados integrais de saúde áreas apontadas como de relevância social pelos indicadores epidemiológicos, tais como: atenção à saúde bucal integral; atenção qualificada e não-institucionalizante da saúde mental; e atenção à saúde da população negra. A universalidade se configura e se qualifica pela integralidade, incluindo as necessidades específicas de raça/etnia, de ciclos de vida, e de pessoas portadoras de deficiência. Tais ações serão viabilizadas no âmbito do Programa Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP.

2.3 Habitação

O equacionamento da questão habitacional é um grande desafio às políticas públicas por envolver, simultaneamente, as dimensões de desenvolvimento urbano, ambiental, econômico e social. Para São Paulo, o desafio é ainda mais complexo, em decorrência do passivo gerado pelo crescimento urbano intenso e desigual, expresso tanto na dinâmica socioeconômica como na forma de apropriação do território pelos assentamentos urbanos e habitacionais. Superar esses desafios implica estabelecer uma política habitacional que reconheça a questão da habitação de interesse social como componente intrínseco das políticas de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental do Estado de São Paulo e não a considerar apenas enquanto promotora do aprimoramento do setor habitacional.

O Governo do Estado atuará nessa área dentro das seguintes linhas:

Provisão de moradias – Inclui-se aqui a produção de habitações ou lotes urbanizados e aquisição de imóveis prontos ou em construção mediante concessão de financiamento habitacional, arrendamento, locação ou outras formas de direito de uso. O público-alvo é formado por famílias

com baixa renda (entre um e dez salários mínimos mensais, com prioridade para a faixa entre um e três salários mínimos) não proprietárias de imóvel residencial, mediante a concessão de benefícios de três ordens: unidade habitacional localizada em conjunto habitacional construído pelo poder público; lote urbanizado em loteamento produzido pelo poder público; ou unidade habitacional adquirida no mercado imobiliário, mediante concessão de crédito. Com o Programa Habitacional de Integração – PHAI serão direcionadas ações próprias para o atendimento dos servidores ativos da administração direta.

Urbanização de assentamentos precários – Trata-se de melhorar as condições de moradia, integração urbana e qualificação sócio-ambiental em assentamentos precários, bem como sua regularização fundiária. O Programa de Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários tem como público beneficiário as famílias residentes nesses espaços, característicos de áreas urbanas como as três regiões metropolitanas do Estado. A solução do problema habitacional dessas famílias considera, além das deficiências das moradias e do assentamento urbano, as implicações da ocupação em relação ao sistema viário e outras funções urbanas. Sua execução inclui urbanização de assentamentos e favelas mediante execução de projetos de infra-estrutura urbana e o reassentamento e substituição de moradias. Entre suas ações, destaquem-se as que visam à regularizar e à promover reassentamentos habitacionais em favelas e assentamentos precários de alta concentração populacional – como o Pantanal, na zona leste, e Paraisópolis e Águas Espraiadas, na zona sul da capital.

Regularização fundiária de interesse habitacional - Esta linha de ação visa à solucionar problemas de documentação jurídica de imóveis residenciais. Seu público-alvo são famílias residentes em conjuntos habitacionais construídos pelo poder público que não dispõem de documentação regularizada. De forma complementar, inclui-se aqui o apoio à regularização fundiária de núcleos habitacionais produzidos por outros agentes promotores.

Requalificação e melhoria de espaços construídos - Visa ao atendimento habitacional articulado com melhorias urbanas. Seu público

preferencial é formado por famílias que dispõem de moradia, mas com algum tipo de carência. Para atendê-las, definiu-se o programa requalificação de moradias, do qual se mencionam três ações: atuação em cortiços, que beneficia todas as famílias residentes nesse tipo de domicílio e relacionam-se com esforços públicos para a recuperação de áreas centrais das grandes cidades; melhorias habitacionais e urbanas, que visa a atuar em núcleos habitacionais com deficiências urbanas ou de suas moradias, por meio de complementação de equipamentos sociais ou de infra-estrutura e melhorias nas unidades habitacionais; e recuperação de moradias isoladas, mediante concessão de crédito para reforma dos imóveis.

Saneamento ambiental em áreas de mananciais – Visa a articular a produção habitacional com a recuperação urbana e ambiental, coordenando ações de diferentes órgãos públicos em torno de projetos estratégicos voltados para áreas como os Mananciais do Alto Tietê e Recuperação da Serra do Mar, ambos destinados à recuperação sócioambiental de áreas irregularmente ocupadas. A ação relativa ao parque estadual da Serra do Mar visa a eliminar riscos das moradias precárias existentes, proteger a biodiversidade e a oferta de água, restaurar áreas degradadas e desenvolver projetos de educação ambiental. No caso do Alto Tietê, busca-se contribuir para o saneamento ambiental da área de preservação dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

Desenvolvimento institucional e social – Trata-se de articular ações e capacitação de agentes do setor habitacional de interesse social do Estado, mediante a descentralização, integração e participação social nos programas de desenvolvimento habitacional. Incluem-se nesta linha: (I) estruturação do Sistema Estadual de Habitação como mecanismo de articulação de ações e capacitação de agentes do setor habitacional de interesse social, com vistas a maximizar os resultados da política habitacional; (II) assistência técnica aos municípios, com o intuito de ampliar a capacidade dos agentes locais de diagnosticar, propor e executar ações integradas para a solução de problemas habitacionais; (III) concessão de subsídios habitacionais, com revisão permanente dos mecanismos instituí-

dos, na perspectiva do atendimento a famílias mais carentes; (IV) fomento à organização comunitária e condominial, com o propósito de promover a participação e adesão das comunidades na gestão e valorização dos benefícios alcançados, bem como a organização das famílias para o uso e conservação das moradias e espaços comuns em conjuntos habitacionais; e (V) fomento à utilização de áreas institucionais de lazer e equipamentos de uso coletivo associados aos empreendimentos habitacionais.

2.4 Assistência e Desenvolvimento Social

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas públicas de cunho social, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia de condições mínimas para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sua implementação articula os serviços públicos segundo dois tipos diferenciados de proteção social:

- **serviços de proteção social básica** – aqueles de caráter preventivo, em situações de violação de direitos, destinados a segmentos da população socialmente vulneráveis, decorrentes de pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos (relacionais e de pertencimento social); e
- **serviços de proteção social especial** – os destinados às pessoas em situação de alta vulnerabilidade pessoal e/ou social, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, violência, delinquência, etc. Essa modalidade de proteção subdivide-se em média e alta complexidade. A proteção social de média complexidade compreende os serviços de atendimento a indivíduos e famílias com direitos violados, ou seja, casos em que os vínculos familiares não foram rompidos, mas que necessitam de acompanhamento sistemático e monitorado. A proteção social de alta complexidade refere-se ao atendimento de indivíduos e famílias que já se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados do núcleo familiar e/ou comunitário.

O principal objetivo do governo do Estado nessa área é o de garantir direitos e acesso a bens e serviços aos cidadãos de grupos em situação de vulnerabilidade social e pessoal no Estado de São Paulo.

As diretrizes estratégicas para alcançar esses objetivos envolvem:

- **Inclusão Social:** tornar o indivíduo alcançável pelas políticas setoriais na construção da cidadania, removendo obstáculos que impeçam grupos excluídos de se beneficiarem dos bens e serviços sociais já oferecidos a outras parcelas da população, de modo a reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população.
- **Regionalização:** As ações sociais direcionadas ao bem-estar dos indivíduos devem partir dos municípios, mobilizando recursos disponíveis no próprio local, por meio de parcerias entre município, governos estadual e federal e sociedade civil. O governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - Seads, assumirá o papel de propor, incentivar e articular parcerias que busquem, sobretudo, a geração de renda, além de coordenar e avaliar competente e cuidadosamente os resultados e divulgar experiências bem-sucedidas.
- **A ação integrada com diferentes esferas de governo e outros órgãos do governo do Estado de São Paulo.** Tanto mais efetiva será a estratégia de inclusão social quanto mais integrados, coesos e complementares forem os programas e ações desencadeadas por meio da rede de proteção social. Não se rompe o círculo da pobreza e exclusão social com ações fragmentadas e dispersas no espaço e no tempo – de resto, não se asseguram os direitos humanos, de maneira integral, sem uma estratégia integradora. A definição da base territorial de inserção – o município – constitui já uma decisão estratégica para o tratamento integrado das ações e programas, esforço que deve propagar-se ao longo de toda a cadeia institucional do Estado, até o vértice de suas secretarias e administração central. Um exemplo inter-setorial de atuação pode ser visto na **Virada Social** que tem por objetivo diminuir a violência a partir de ações de revitalização do território e concentração de ações visando à ampliação e à melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida das pessoas que ali residem. Iniciou-se em março de 2007 e serão desenvolvidas ações de continuidade. A idéia central da **Virada Social** é transformar o lugar e concentrar nele programas de educação, cultura, saúde, saneamento, desenvolvimento social, cidadania, esportes e urbanização.
- **Atuação por meio de parcerias** com os setores governamental, empresarial e não lucrativo. Fomento à cooperação de parceiros como

empresas e organizações da sociedade civil, capazes de compartilhar a responsabilidade por ações sociais adequadas às necessidades específicas de cada grupo em situação de risco social. Só a parceria entre os setores público e privado é capaz de aumentar a eficiência das iniciativas que, ao atender aos mais vulneráveis, contribua para o desenvolvimento social. Inserido nesta diretriz, encontra-se o programa **Rede Social São Paulo** que contribui para a garantia dos direitos humanos em nosso Estado, articulando governo, empresas e sociedade civil no aprimoramento e fortalecimento dos sistemas de rede na construção do bem comum.

Dessas diretrizes decorrem as iniciativas neste PPA 2008-2011, com destaque para:

- **Concessão de apoio técnico e financeiro** a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza, provação e/ou fragilização de vínculos afetivos, garantindo-lhes condições mínimas de acesso a bens e serviços essenciais. Envolve a implantação de equipamentos sociais, desenvolvimento de atividades sócioeducativas, de apoio psicossocial, de orientação, encaminhamento e acompanhamento à rede de serviços, entre outras.
- **Apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social** para a promoção de ações de proteção social especial à população em situação de desamparo e exclusão social, especialmente àquelas vítimas de abandono, maus-tratos e outras formas de violência. Consiste na oferta de serviços de abrigo de longa ou curta duração, na construção, reforma e ampliação de equipamentos sociais e na implementação de ações de natureza compensatória, destinados à reinserção social.
- **Ações de transferência de renda** operacionalizadas no Programa Família Cidadã, por meio de duas ações: Renda Cidadã – que concede benefício financeiro mensal a famílias em situação de pobreza – e Ação Jovem voltado para jovens entre 15 e 24 anos que não concluíram o ensino médio, criando oportunidades para que tenham condi-

ções para o retorno e/ou permanência na escola.

Para o melhor acompanhamento das iniciativas nessa direção, continuará se investindo no desenvolvimento de sistemas, como o Pró-Social, que permitam ao governo estadual acompanhar, de forma dinâmica, a evolução da oferta e da demanda por ações sociais por parte da população pobre no Estado de São Paulo, ofertando dados confiáveis e geo-referenciados para aumentar a eficiência e a efetividade da política social paulista.

2.5 Cultura

As iniciativas nessa área incluem (I) a ampliação do acesso à fruição dos bens culturais, com aumento da oferta de eventos em espaços e com custos acessíveis à população, (II) o apoio às produções culturais, inclusive por meio de programas educacionais dirigidos ao aprendizado de práticas artísticas, e (III) ações que favoreçam a geração de emprego e renda, especialmente para pequenos produtores e agentes culturais.

A materialização dessas diretrizes implica, entre outras coisas, o compartilhamento de esforços e responsabilidades entre diferentes órgãos governamentais e o setor privado. Nesse sentido, a implementação da política cultural do governo do Estado de São Paulo pressupõe os seguintes passos: (I) criação de ações que integrem as esferas de governo, órgãos públicos e demais setores; (II) criação de mecanismos que permitam a transparência na aplicação dos recursos, estabelecendo critérios claros de política pública; (III) ampliação do relacionamento com municípios, tornando mais eficaz a distribuição dos recursos; (IV) desenvolvimento de ação coordenada de comunicação para a sociedade, potencializando o conhecimento das ações nessa área; e (V) criação de mecanismos para que as empresas compartilhem a construção artística do Estado, recebendo benefícios de *marketing* e de responsabilidade social.

Neste sentido, foram estabelecidas as seguintes prioridades para período 2008-2011: estímulo à participação da população na produção cultural e seu acesso a ela, concorrendo para valorizar a identidade e a auto-estima e fortalecer a cidadania; promoção de ações que favoreçam a geração de emprego e renda, criando a possibilidades de

inclusão econômica aos pequenos produtores e a agentes culturais. Essas prioridades deram origem às ações no campo da política cultural do Estado, que podem ser sintetizadas em três grupos: (I) projetos que visam estimular a prática das atividades culturais e disseminar diferentes formas de expressão artística e cultural entre a população, como o Projeto Guri, que consiste na socialização por meio da música, visando à formação de orquestras-escola, corais e grupos musicais na faixa etária de 8 (oito) a 18 (dezoito) anos, e o Fábricas de Cultura, que busca assegurar os direitos de cidadania à população jovem em situação de risco por meio do acesso ao aprendizado e à fruição de práticas culturais, sobretudo nas áreas urbanas em que haja concentração desses jovens. Além dele, outros que visem a ampliar a oferta de bens e eventos culturais acessíveis à população, como a promoção de festivais de teatro, cinema, dança e literatura e a Virada Cultural, já implantado com grande sucesso na capital e outros municípios paulistas e que se expandirá por maior número de municípios do interior do Estado. Nessa categoria também pode ser incluído o programa Museu Vivo, que compreende as ações de mudança do MAC para o prédio do Detran, ampliação da Pinacoteca, inauguração do Museu da História de São Paulo; (II) ações inter-setoriais, entre as quais merece destaque a referente à articulação com a Secretaria de Estado da Educação, destinada a estimular a frequência ao cinema e teatro mediante distribuição gratuita de ingressos na rede de escolas públicas, prevista nas ações *Vá ao Teatro* e *Vá ao Cinema*. Tal iniciativa pode ser vista como de estímulo recíproco, isto é, à presença dos alunos nas escolas e ao acesso às atividades culturais, estreitando ainda mais os vínculos entre educação e cultura. Ademais, além de facilitar o acesso a tais atividades a um segmento populacional que nem sempre tem condições de fruí-las, concorre para criar novos públicos de artes cênicas e audiovisuais; (III) ações de natureza regional, incentivando a participação com municípios.

2.6 Esporte, Lazer e Turismo

Para o período 2008-2011, as prioridades nessas áreas são de naturezas distintas e podem ser reunidas em quatro grandes grupos:

ampliação das condições infra-estruturais necessárias à prestação de serviços com qualidade; melhoria dos equipamentos existentes; intensificação e ampliação do acesso às atividades de esportes, lazer e turismo; e formação de recursos humanos.

Esporte

A atuação do Governo do Estado nessa área inclui desde a promoção da iniciação esportiva até a de atividades de alto rendimento nas mais diversas modalidades esportivas, destinadas à população em geral, bem como ações focalizadas à população idosa e portadora de necessidades especiais.

Em paralelo, será executado um calendário de atividades esportivas em parceria com prefeituras, além de eventos de grande porte, inclusive de âmbito nacional. Essas ações favorecerão a revelação de atletas com talentos especiais que, selecionados, serão encaminhados a centros de excelência ou clubes e entidades esportivas do Estado. Desse modo, se ampliará o acesso da população à prática e aos eventos esportivos, o que pode ser reforçado por meio de campanhas de sensibilização da população a essas práticas, bem como da maior integração com as prefeituras na organização desses eventos. Ademais, com vistas a promover novos talentos e ampliar a descentralização da prática esportiva, em especial a de alto rendimento, propõe-se implementar novos centros de excelência no interior do Estado, assim como desenvolver programas de capacitação de técnicos e dirigentes esportivos municipais na área de administração e técnica esportiva. Para melhorar a capacidade gerencial do governo pretende-se constituir cadastros e bancos de dados de atletas e árbitros, bem como desenvolver sistemas gerenciais informatizados que facilitem e tornem mais transparentes suas ações. Para a continuidade e o aprimoramento dessas ações é preciso ainda ampliar ou implementar melhorias na infra-estrutura instalada, inclusive Ginásio do Ibirapuera e Parque da Juventude, no intuito de otimizar o atendimento da população de diferentes faixas etárias nos municípios paulistas. Tal iniciativa deve se dar por meio da aquisição e modernização de equipamentos e pela criação e aproveitamento de espaços e instalações para a promoção de práticas esportivas.

Lazer

A atuação do Governo do Estado nessa área tem como uma de suas principais diretrizes a integração inter-setorial. Ela objetiva combater o sedentarismo (que implica grande incidência de obesidade e de outras doenças) e a ociosidade que, principalmente em áreas mais vulneráveis, pode ampliar os riscos de exposição às drogas e à criminalidade, sobretudo entre a população mais jovem. Como no caso do esporte, as ações de promoção do lazer buscarão incorporar crescentemente segmentos populacionais, seja em termos territoriais, seja em relação às condições sociais dos participantes dessas ações.

Turismo

O Estado de São Paulo é um dos principais destinos turísticos do Brasil, tendo recebido em 2006 quase 2,5 milhões de turistas do exterior. Em relação ao turismo doméstico, desembarcaram nos aeroportos paulistas 13,5 milhões de passageiros, representando cerca de 1/3 de um universo de 43 milhões de pessoas em todo País. Das 15 cidades brasileiras mais visitadas para negócios e eventos, três localizam-se no Estado de São Paulo: São Paulo (1º lugar), Campinas (6º lugar) e São José dos Campos (14º lugar). Nas rodoviárias paulistas, contabilizando apenas os passageiros interestaduais, houve movimento de 15,6 milhões de pessoas embarcando ou desembarcando no Estado. Ainda assim, há muito o que fazer para desenvolver o potencial turístico de São Paulo.

O governo do Estado buscará regionalizar sua atuação, de modo a articular o que certas localidades já têm para oferecer com potencialidades não exploradas de outras, contribuindo para aumentar a complementaridade entre municípios. Nesse sentido, determinadas áreas do Estado merecem especial atenção como pólos turísticos a serem explorados, como são os casos do Pontal do Paranapanema, o do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema. Ainda em relação ao aumento da potencialidade do desenvolvimento dessa área, o governo aperfeiçoará a infra-estrutura para recepcionar turistas e transformar o Estado num destino de lazer conhecido nacional e internacionalmente. Para tanto, a promoção e divulgação do turismo paulista e de estímulo a novos núcleos emissores de turistas, que possam gerar renda em outras regiões nortearão a ação do governo nesse campo.

2.7 Emprego, Trabalho e Renda

A geração de emprego e renda é um dos focos de ação do governo paulista, que elaborou um conjunto de políticas públicas voltadas para o atendimento do trabalhador. Em parceria com os governos federal e municipais, o governo mantém Postos de Atendimento ao Trabalhador disseminados por todo o Estado, os quais oferecem serviços gratuitos de intermediação de mão-de-obra, de captação de vagas junto às empresas, de encaminhamento do seguro-desemprego, de emissão de carteira de trabalho, além de informações e inscrições para os programas de qualificação profissional e de atendimento à pessoa portadora de deficiência, em centros de prestação de serviços do Sistema Público de Emprego do Estado de São Paulo.

Não obstante sua importância fundamental como gerador de empregos, é comum ao pequeno e micro empresário defrontar-se com obstáculos por vezes intransponíveis, advindos de restrições de acesso ao crédito e do excesso de regulamentação governamental. Neste sentido, cumpre destacar dois programas de envergadura: o Banco do Povo e o Programa de Desburocratização.

No primeiro caso a ação é focada na concessão de microcrédito para empreendedores formais ou informais para promover os pequenos e microempreendimentos, propiciando os recursos necessários à criação, à expansão e à consolidação desses negócios e incentivando o cooperativismo, o associativismo e as ações de auto-emprego. No segundo, o objetivo é reduzir os entraves decorrentes da burocratização excessiva dos procedimentos necessários à abertura de novos negócios e seu gerenciamento. O governo paulista, através do Programa de Desburocratização, assumiu o compromisso em reduzir de 150 dias para duas semanas o tempo necessário à abertura de novos negócios. Adicionalmente, a aprovação da Lei das Pequenas e Microempresas do Estado de São Paulo (MPE) simplificará os processos necessários à gestão empresarial em território paulista, possibilitando ao empreendedor um foco na inovação e no aperfeiçoamento do seu negócio. Esse conjunto de ações terá impacto positivo na melhoria do ambiente de negócios do Estado, desdobrando-se no aumento da formalização do trabalho e na promoção do desenvolvimento econômico.

Cumpram-se também as ações direcionadas à qualificação e requalificação do trabalhador. O conjunto de ações nesta área visa a estimular o trabalhador a atingir e manter grau adequado de empregabilidade e/ou refletir e decidir sobre sua atuação como empreendedor.

A consecução de uma política adequada para qualificar/requalificar o trabalhador também passa pela questão da qualidade dos cursos com esse fim e da expansão do ensino técnico, por meio do Centro Paula Souza, unindo esforços no estabelecimento de padrões de qualidade dos cursos de qualificação profissionais e na identificação de demandas regionais, o que possibilitará respostas mais rápidas e efetivas, voltadas às especificidades do mercado de trabalho regional. Finalmente, mas não menos importante, também merecem atenção especial duas outras ações de governo nesse campo: o fomento ao trabalho artesanal e a reestruturação do programa das frentes de trabalho.

Justiça e Segurança: a valorização da cidadania e promoção dos direitos humanos

A valorização da cidadania e a promoção dos direitos humanos constituem legítimas demandas de uma sociedade moderna, aberta e democrática, tão mais efetivas e vocalizadas quanto maiores sejam os valores difundidos na sociedade quanto aos níveis pretéritos de cidadania atingidos — isto é, a conquista da cidadania gera demandas adicionais sobre os sistemas político e jurídico visando a ampliar seu escopo e profundidade. Essas são reivindicações que nunca serão plenamente satisfeitas, pois se alimentam da própria valorização da cidadania até então alcançada.

Justamente por isso, a partir da Constituição de 1988 houve uma explosão de litigiosidade e um aumento exponencial dos processos judiciais, contexto em que se torna prioritário melhorar a eficácia, a eficiência e a acessibilidade do sistema de justiça. Isso requer, entre outras medidas de caráter organizacional, o investimento em recursos humanos e em infra-estrutura, a informatização e a automatização do Poder Judiciário e das instituições essenciais à Justiça, com o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Para lidar com o crescimento contínuo do volume de processos também é fundamental: (I) incentivar mecanismos extrajudiciais de resolução dos litígios, como é o caso da mediação; (II) criar medidas de

integração social e de promoção da cidadania capazes de reduzir as tensões e permitir superar as barreiras socio, econômicas e culturais que dificultam a paz, a realização espontânea dos direitos e o acesso à justiça.

Por fim, a articulação racional de programas nas áreas de segurança pública e justiça, envolvendo ações no âmbito do Executivo e do Judiciário, é crucial para colocar ambos os Poderes à altura das exigências da cidadania.

Cabe ao Estado suprir a oferta das condições necessárias para tal, com qualidade e eficácia. É preciso reconhecer, no entanto, que a questão da segurança excede em muito o âmbito estadual e exige soluções mais duradouras e eficientes na escala federal. Isso não implica imobilismo por parte das autoridades estaduais envolvidas com os temas da valorização da cidadania e promoção dos direitos humanos. Ao contrário, traduz desafios ainda maiores e a necessidade de agir para obter o adequado reforço nas ações que competem às autoridades federais, sobretudo no que diz respeito ao controle das fronteiras do País para o enfrentamento ao contrabando, tráfico de armas e drogas e demais crimes interestaduais. Por esse motivo, as ações e programas incluídos neste PPA destacam as questões de segurança individual e coletiva como uma das áreas focais para as ações de políticas públicas. Eles gravitam em torno de dois eixos fundamentais: (i) a ampliação do acesso à Justiça; e (ii) a promoção da cidadania e dos direitos humanos.

3.1 Justiça e defesa da cidadania

O PPA prevê nessa área de atuação o aprimoramento, a expansão e a regionalização gradativa das atividades na área da justiça e defesa da cidadania a partir das seguintes iniciativas:

- construção de Centros de Integração da Cidadania — CIC;
- construção, ampliação, reforma e adaptação de edificações forenses, que têm como objetivo central a melhoria das instalações de órgãos de primeira instância do Poder Judiciário;
- Programa Estadual de Direitos Humanos, confiado à coordenação da Assessoria de Defesa da Cidadania — ADC e concebido para que o Estado e a sociedade civil interajam de forma eficaz rumo

à construção de uma sociedade justa e solidária. Ele envolve um processo contínuo de reconhecimento, valorização e promoção dos direitos humanos;

- investimentos em tecnologias da informação e comunicação, sobretudo para o desenvolvimento de sistemas aplicativos e a modernização da infra-estrutura digital e eletrônica da sede e das entidades vinculadas.

Devem ser também mencionados, além dessas iniciativas, programas de entidades como:

- **A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente** – a Fundação Casa presta assistência a cerca de 20 mil adolescentes em todo o Estado de São Paulo. Eles estão inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação), semiliberdade e meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade). As medidas são aplicadas de acordo com o ato infracional praticado e a idade dos adolescentes. Para melhorar o atendimento, o governo do Estado iniciou a desativação dos grandes complexos e a descentralização, para que o jovem seja atendido próximo à sua família e na sua comunidade. O programa prevê a municipalização das medidas em meio aberto, a ampliação das unidades de semiliberdade e a descentralização das de internação, como a gestão compartilhada com organizações não-governamentais e municípios. Até 2011 todos os grandes complexos deverão ser desativados. A liberdade assistida é uma das modalidades de tratamento em meio livre e consiste na volta do adolescente ao seu meio natural, sem afastá-lo do lar, da escola e do trabalho, sob a supervisão de orientador qualificado. É executada como previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com aproximadamente 78% do seu atendimento regionalizado e descentralizado, efetivado por meio de convênios, garantindo a proximidade com os adolescentes para melhor viabilizar encaminhamentos e acompanhamentos na sua realidade social. O objetivo para este PPA é municipalizar a execução da liberdade assistida nos 645 municípios paulistas, garantindo as responsabilidades do governo na suplementação financeira e na assistência técnica. Uma outra diretriz relevante é a formação e capacitação de funcionários e parceiros, que tem se demonstrado essencial para diminuir, em conjunto com as medidas acima, a reincidência de adolescentes e jovens.

- Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – Ipem/SP, cujas atividades possibilitam a proteção do consumidor e da sociedade, imputando medidas para a preservação da saúde, segurança e meio ambiente. Entre as ações previstas para o período deste PPA destacam-se: (I) a ampliação do escopo de acreditação na rede brasileira de calibração; (II) a fiscalização de produtos e serviços nos termos da Lei nº 8.078/90; (III) a certificação de produtos pelo organismo de certificação do Ipem/SP; (IV) a aproximação da autarquia aos cidadãos e o estímulo ao consumo consciente.

- A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon defende os consumidores e atua na conscientização dos cidadãos quanto aos seus direitos e deveres, em busca do equilíbrio do mercado de consumo de forma sustentável e justa. Entre os seus objetivos estratégicos para os próximos quatro anos destaca-se maior ênfase no cumprimento da legislação de defesa do consumidor e na conscientização dos cidadãos, bem como a ampliação do atendimento, com a municipalização e regionalização dos serviços.

- O Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo — Imesc, cuja missão essencial é a de atender às solicitações do judiciário nas áreas médico-legal, psiquiátrica e de DNA (genética molecular), além de contribuir para a prevenção do uso de drogas.

- A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo — Itesp realiza a mediação de conflitos fundiários, a regularização e o assentamento. A mediação de conflitos terá o apoio e proposição de políticas que visem a mediar e solucionar as lides pela posse e uso da terra no Estado e que envolvem as famílias de trabalhadores rurais acampadas, remanescentes de quilombos e posseiras. Na questão da regularização fundiária o Itesp desenvolve ações na área de financiamento de projetos de desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, criação do Programa Nacional do Crédito Fundiário — PNCF no Estado, regularização de terras, organização de assentamentos rurais, reconhecimento dos territórios quilombolas e vistorias de fiscalização e avaliação. Por último, o programa de assentamento fundiário prevê as ações de infra-estrutura agrária, assistência téc-

nica e extensão rural para beneficiários da reforma agrária, produção e renda nos assentamentos, quilombolas e outros beneficiários e a formação e capacitação das famílias assentadas e comunidades quilombolas.

3.2 Segurança Pública

O governo do Estado tem reduzido os índices criminais e quer dar respostas efetivas à escalada do crime organizado, combater o narcotráfico e melhorar a qualidade de vida do cidadão, com a redução desses crimes. Continuará a perseguir a redução das mortes violentas, bem como dos delitos contra o patrimônio e os crimes sexuais. Essa política tem e continuará a ter como postulado básico a firmeza da atuação policial, com observância do ponto de equilíbrio entre a liberdade individual e a segurança coletiva, respeitando os direitos básicos da cidadania.

A meta principal nessa área, no período deste PPA, é a melhoria da gestão e modernização da infra-estrutura da polícia paulista, incluindo a rede física e o aprimoramento dos sistemas de inteligência, com base na integração operacional e compartilhamento de informações. Além disso, será feito um investimento na capacitação de recursos humanos com o objetivo de oferecer serviços de melhor qualidade e intensificação das parcerias com outros Estados, a exemplo do Comitê Integrado de Segurança Pública, formado por comandantes das polícias do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Para cumprir os objetivos propostos o governo atuará por meio das estratégias de:

- 1. Integração operacional das polícias:** planejar melhorias em todas as áreas de competência da polícia paulista tendo por base a integração de sistemas inteligentes, bancos de dados e sistemas de comunicações, intensificar reuniões conjuntas dos órgãos operacionais e dotar os órgãos subordinados com tecnologia de ponta e informações necessárias para a tomada de decisões, propiciando qualidade de atendimento ao cidadão.

2. Combate ao crime organizado: priorizar o uso de tecnologia no combate ao crime organizado, com a investigação e apuração das infrações penais e sua autoria, por meio de instauração de inquéritos, objetivando a solução dos crimes de autoria desconhecida e desbaratamento de quadrilhas. Desenvolver ações para a apreensão de entorpecentes, combate ao crime organizado, com ênfase nos delitos de roubo a bancos, cargas e de falsificações (“pirataria”).

3. Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública: aprimorar os serviços de policiamento preventivo à população, melhorando o emprego dos recursos humanos e materiais da polícia fardada, visando a reduzir os índices de criminalidade e aumentando a sensação de segurança do cidadão. Instituir ações para reduzir o número de armas ilegais em circulação.

4. Promoção da segurança por meio da inclusão social, com destaque para:

- segurança escolar, visando garantir a segurança de alunos e professores no entorno das escolas, com foco na prevenção às drogas e à violência e promovendo maior interação com a comunidade;
- Projeto SOS Bombeiros no resgate à cidadania, que atende crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, em situação de risco pessoal e/ou social, na maioria evadidos da escola pública e oriundos de famílias desestruturadas e de baixa renda;
- policiamento comunitário, em parceria com a sociedade por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança – Conseg, que visa expandir a filosofia de policiamento comunitário com a criação de novas Bases Comunitárias de Segurança – BCS e o desenvolvimento de eventos, palestras, cursos, seminários com as comunidades locais;
- criação das delegacias participativas: oferecendo um novo padrão de prestação de serviços ao cidadão que necessita de atendimento policial, quer como vítima, testemunha ou envolvido, onde a qualidade seja o diferencial, permitindo atendimento em separado das partes;
- ampliação do Programa de Proteção às Testemunhas.

5. Modernização e aperfeiçoamento da polícia técnico-científica: que implica expandir os institutos médicos legais – IMLs e os institutos de criminalísticas – ICs para grandes centros do interior.

6. Educação e segurança no trânsito: desenvolver ações e campanhas educativas de trânsito visando a redução dos índices de acidentes no sistema viário do Estado.

7. Readequação dos recursos humanos: preencher os claros existentes nos quadros da segurança pública e proceder os estudos para readequação dos efetivos civil e militar.

8. Capacitação e valorização dos policiais: promover a educação continuada dos policiais por meio das Academias de Polícia Civil, Militar e Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Bombeiros, promovendo cursos, inclusive integrados, entre as instituições policiais, treinamentos, estágios, seminários, palestras, visitas de estudos, tanto internamente como em outras organizações nacionais e internacionais, e dinamizar a educação profissional a distância.

9. Remodelagem das unidades policiais: readequar as instalações físicas das unidades policiais, reformando ou construindo instalações, em parceria ou convênios com municípios ou iniciativa privada, evitando-se a utilização de imóveis que não sejam próprios do Estado para unidades policiais. Desativar completamente as carceragens ainda existentes nos Distritos Policiais, promovendo parcerias para que nos próximos anos sejam providenciadas as vagas necessárias para os atuais presos sob custódia da Secretaria de Segurança Pública. Nesta linha, também destaca-se o Programa Sinal Verde que inclui a transferência das instalações do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – Detran/SP.

10. Inteligência policial: Substituição da força pela inteligência, utilizando-se da informática e de outros meios tecnológicos e de vanguarda, com a criação ou aprimoramento dos sistemas existentes e a serem organizados no período de vigência do PPA.

3.3 Administração Penitenciária

As iniciativas nessa área têm o objetivo de reintegrar o preso, permitindo sua inclusão social e a de seus familiares. Para tanto, e para que seja reconhecida como uma instituição de excelência no controle formal da violência e da criminalidade, o Estado fará uso de novas ferramentas, incluindo as levadas às comunidades pelo terceiro setor. No período de abrangência do PPA 2008-2011 prosseguir-se-á no esforço para encontrar alternativas à pena privativa de liberdade e no processo de contínua modernização e adequação da infra-estrutura do Sistema Penitenciário estadual.

Para a garantia da segurança pública, a promoção dos direitos humanos, a melhoria das condições de aprisionamento e maiores possibilidades de constituição dos programas que têm por escopo a recuperação da pessoa presa e sua reinserção social, é prioritária a edificação de estabelecimentos penais novos a partir de 2008. Dessas unidades prisionais, sete devem ser edificadas para a custódia de mulheres. Outros cinco estabelecimentos penais devem abrigar presos masculinos que estiverem em cumprimento de penas em regime fechado e forem beneficiados com a progressão ao regime semi-aberto. Existe atualmente um déficit de 3.403 vagas para o atendimento dessa demanda.

Finalmente, entre as novas instituições prisionais, 19 devem ser edificadas para, essencialmente, abrigar os presos provisórios. A definição das regiões onde elas serão construídas levou em consideração a concentração de demanda e a insuficiência de estabelecimentos dessa natureza. Esses estabelecimentos penais devem ter o formato de Centros de Detenção Provisória, com algumas modificações estruturais que possam minimizar os problemas atualmente enfrentados em decorrência das características arquitetônicas.

Para meados de 2010 e 2011, quando absorvidos todos os presos da SSP, a Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, edificará unidades prisionais destinadas a absorver o número de presos que cresce a cada ano em decorrência da diferença entre os que deixam o Sistema Penitenciário e os que são aprisionados. A construção de novas unidades não invalida o também necessário incremento da geração de vagas, do acompanhamento e da fiscalização das penas aplicadas como alternativa à privação da liberdade. Prevê-se, nessa área de atu-

ação, a ampliação de mais 10 centrais de penas e medidas alternativas e mais 9 nove centrais de atendimento ao egresso.

3.4 Ministério Público

O programa de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais, difusos, coletivos e individuais indisponíveis enfatiza o combate ao crime organizado e à improbidade administrativa, a defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Esse programa é composto por um conjunto de ações, que envolvem:

- Aquisições de bens, realização de obras e instalações das Promotorias de Justiça, com o estímulo à integração permanente e ao intercâmbio de informações técnico-jurídicas entre órgãos que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns.
- A informatização das atividades do Ministério Público, com a manutenção, atualização e reposição de equipamentos de informática, periféricos, programas de computador e respectiva infra-estrutura.
- A expansão das atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, com a realização de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações e a divulgação dos conhecimentos gerados.
- A realização de concursos públicos, para o preenchimento dos cargos iniciais da carreira.
- O aperfeiçoamento da gestão do Fundo de Reparação de Interesses Difusos Lesados.

3.5 Tribunal de Justiça

A universalização do acesso à Justiça tem gerado aumento no número de processos. Isso levou ao esgotamento dos meios e dos métodos tradicionais para instruí-los e resolvê-los em tempo razoável e gerou a necessidade de dispor-se de um programa dinâmico para ampliar e modernizar a prestação jurisdicional nas duas instâncias, com o máximo de eficiência. Sua realização envolve um conjunto de ações destinadas a:

- Ampliar e facilitar os locais de acesso à primeira instância e de funcionamento de seus órgãos.
- Integrar as Câmaras de julgamento de segunda instância.
- Propiciar o aperfeiçoamento profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário;
- Dar pleno atendimento jurisdicional ao cidadão;
- Integrar as unidades do Poder Judiciário e tornar disponíveis seus serviços por meios eletrônicos;
- Possibilitar aos servidores do quadro auxiliar do Tribunal de Justiça, em suas diversas categorias funcionais, evolução vertical e horizontal.

Para atender a essas finalidades, as iniciativas no período do PPA 2008-2011 são:

- A instalação e a ampliação dos postos judiciais de auto-atendimento e de Justiça Itinerante;
- O pleno funcionamento da Escola Paulista da Magistratura, com a realização de cursos, palestras, seminários e eventos similares para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça;
- O julgamento de processos judiciais em todas as esferas de competência do Poder Judiciário;
- A informatização dos serviços judiciários, com a manutenção, atualização e reposição de equipamentos de informática, periféricos, programas de computador e respectiva infra-estrutura;
- A instalação gradativa de Varas Judiciais, já criadas por lei, com a atribuição de prioridade às regiões e cidades do Estado com excessivo volume de processos;
- A reestruturação dos cargos dos servidores do Tribunal de Justiça.

3.6 Defensoria Pública

As ações nessa área compreendem: (I) a atuação em processos judiciais da competência da Justiça Estadual; (II) a composição extrajudicial e a prevenção dos conflitos, com a prática e o ensino da mediação, o atendimento multidisciplinar e a educação popular para o exercício da cidadania ativa. Para o cumprimento dessas funções, o governo pro-

porá a criação de cargos de Defensor Público e de servidores do seu quadro de apoio considerando:

- A completa e adequada estruturação de seus órgãos, inclusive da Ouvidoria-geral, com a modernização e ampliação das instalações físicas das Regionais da Grande São Paulo e do interior;
- A instalação da Escola da Defensoria Pública, destinada a propiciar a capacitação e a atualização técnica dos quadros da instituição e de educação popular quanto a direitos fundamentais, por meio de publicações, cursos e programas permanentes de formação;
- O desenvolvimento de um programa de qualidade, a expansão e a descentralização do atendimento prestado por Defensores Públicos, com atuação, inclusive, nos Centros Integrados de Cidadania - CICs;
- A presença da Defensoria Pública em todos os estabelecimentos penais sob administração do Estado, com integração digital de informações e a possibilidade de acompanhamento da situação carcerária e processual em qualquer posto de trabalho, visando a melhorar o atendimento jurídico aos presos, a formulação adequada e tempestiva dos pedidos de benefícios (progressão de regime, livramento condicional etc.), e seu acompanhamento forense;
- A criação de núcleos especializados em regiões com maior índice de vulnerabilidade à violação de direitos;
- A instituição de Centros de Atendimento Multidisciplinar, para dinamizar as práticas de solução extrajudicial de conflitos;
- A manutenção e expansão dos sistemas de informática e tecnologia da informação, a melhoria da base de dados;
- A realização periódica, com ampla participação popular, das Conferências Regionais e da Conferência Estadual da Defensoria Pública, para subsidiar a elaboração do plano anual de atuação;
- A gestão adequada do Fundo de Assistência Judiciária - FAJ e a busca de outros modos de financiamento para reforçá-lo.

3.7 Tribunal de Justiça Militar

No período de abrangência do PPA 2008-2011, o Tribunal de Justiça Militar prosseguirá seu esforço permanente para expandir, acelerar, racionalizar e modernizar suas atividades administrativas e jurisdicionais, com o eficiente julgamento das ações e recursos, a correta atribuição de distinções (medalhas do Mérito Militar), a permanente realização de correições sobre as atividades da Polícia Judiciária Militar e do Presídio Militar e a contínua expansão e modernização de suas atividades, prestar a jurisdição especializada que lhe compete.

Os objetivos principais são: (I) minimizar a prática de crimes por militares do Estado; (II) manter os princípios de disciplina e hierarquia; (III) promover o constante incentivo ao aprimoramento funcional dos oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado, com o conseqüente aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade; (IV) ampliar, descentralizar e acelerar o julgamento de processos na Primeira Instância, o que evitará o deslocamento de militares até a capital, reduzirá custos financeiros e operacionais e facilitará os serviços de correição permanente sobre as atividades da Polícia Judiciária Militar.

As ações para atingi-los compreendem:

- A instalação e a descentralização de Auditorias, criadas pela Lei Complementar nº 705/1993;
- A instauração do processo virtual, com a utilização dos meios eletrônicos em substituição aos tradicionais, conforme sistema informatizado de processamento de feitos da Justiça Militar desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- A continuidade do processo de informatização e modernização de suas atividades.

Infra-estrutura e Meio Ambiente

O governo do Estado de São Paulo orientará seus investimentos para expansão e modernização da infra-estrutura de interesse público, segundo a estratégia de utilizar eficientemente os recursos orçamentários existentes de forma a: captar novos financiamentos junto às agências nacionais e internacionais de fomento; promover parcerias público-privadas e, quando couber, realizar concessões onerosas para exploração dos serviços pelo setor privado, desonerando o orçamento público.

Nos últimos 12 anos destaca-se o esforço do Estado nos investimentos de infra-estrutura, que somam mais de R\$ 1 bilhão investidos ao ano em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; a execução de obras prioritárias como o Rodoanel, Trecho Oeste, e os estudos para execução do Trecho Sul; os R\$ 10 bilhões investidos para a ampliação da rede e modernização do metrô; e aqueles efetuados na melhoria significativa das condições operacionais da CPTM.

O que se projeta para o próximo período é o incremento desse volume de investimentos, com alavancagens decorrentes dos financiamentos, parcerias público – privadas, concessões e, principalmente, com a melhoria do perfil de despesas do Estado. Mas sua execução adequada e competente depende ainda de outro fator relevante, comum aos diversos serviços e investimentos nessas áreas: a visão articulada e a coordenação

nação dos entes e políticas públicas envolvidos associados, em especial, à proteção e preservação do meio ambiente.

O novo enfoque para a infra-estrutura soma ações de aumento da oferta de serviços públicos com políticas de gestão da demanda, especialmente em regiões de alta concentração populacional; privilegia a ocupação dos centros já consolidados, onde investimentos de grande vulto já foram feitos por toda a sociedade; utiliza o planejamento de longo prazo e novas estratégias de ação; se vale de regras estáveis e do uso de novas tecnologias.

4.1 Saneamento e Energia

A política estadual de saneamento tem como objetivos gerais garantir a universalidade do abastecimento de água a toda a população urbana do Estado, coletar e tratar os esgotos de maneira a eliminar os focos de degradação ambiental e sanitária nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, especialmente nas áreas de proteção a mananciais, controlar as inundações urbanas e eliminar os depósitos precários de lixo, com ênfase nas áreas de maior vulnerabilidade social, por meio de ações articuladas com os municípios que promovam a modernização tecnológica e gerencial dos serviços, seu planejamento e regulação independente da prestação, e o pleno aproveitamento das potencialidades locais. A política estadual de energia tem como objetivos gerais ampliar a oferta agregada de energia a partir de matriz energética diversificada, que valorize o aproveitamento de fontes alternativas; melhorar as condições de acesso à energia nas diferentes localidades do Estado e assegurar o suprimento energético estadual a índices compatíveis com as metas de crescimento econômico sustentado.

Principais iniciativas no campo do saneamento

Modernização e adequação da política estadual de saneamento às novas diretrizes da legislação federal.

A nova política de saneamento age articulada e complementarmente às ações de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano. São objetivos dessa política em relação a todos os municípios do Estado, operados ou não pela Sabesp: a universaliza-

ção de cobertura do abastecimento de água para todos os domicílios urbanos; a ampliação de cobertura da rede coletora de esgoto; a ampliação dos atuais índices de tratamento dos esgotos coletados; e a garantia de preenchimento de patamares mínimos de desempenho técnico e operacional dos serviços.

A política de saneamento apóia-se no tripé: (I) nova estrutura reguladora dos serviços de saneamento, incluindo a designação de um ente independente que regule as concessões existentes, conforme definido no programa intersetorial que resultará na criação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp; (II) aprimoramento da cooperação do Estado com os municípios visando à consolidação das informações e à compatibilização das ações por meio da implantação de programa de apoio técnico e financeiro aos municípios para a elaboração de planos e políticas municipais de saneamento e para capacitação técnica dos gestores municipais; e (III) busca de novas alternativas de financiamento, complementares às já existentes, com foco na execução de investimentos de impacto para a melhoria dos níveis e da qualidade do atendimento e para a recuperação da qualidade e disponibilidade das águas urbanas.

Para atingir os objetivos a que se propõe será necessário investir cerca de R\$ 2 bilhões ao ano até 2020 para ampliar a infra-estrutura e modernizar a prestação dos serviços. Isso demanda a criação de novos mecanismos de financiamento, inclusive privados, em conformidade com o novo arcabouço institucional do setor. Deve ser ressaltado que o foco das novas alternativas de financiamento propostas pelo Estado é complementar àquelas disponíveis atualmente, especialmente o FGTS, e tem o propósito de alavancar investimentos já realizados, mas que necessitam de ações complementares. Para dar conta dos desafios colocados ao Estado é importante a participação da concessionária estadual, que atua em 367 dos 645 municípios paulistas. Em seu Plano de Metas a companhia pretende investir R\$ 5,1 bilhões para manter a universalização do abastecimento de água em sua área de atuação, atingir 84% de coleta de esgotos e cerca de 82% de tratamento.

Na linha de ações executivas das entidades vinculadas, em particular a **Sabesp**, mas também o **DAEE** e a **Emae**, realizam-se os projetos setoriais seguintes, os quais preenchem os objetivos de cobertura dos serviços fixados na política estadual.

A conclusão da 2ª etapa do projeto de despoluição do rio Tietê e a negociação com o BID para a execução da 3ª etapa faz parte da linha de atuação da Sabesp para a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos e despoluição nas regiões metropolitanas e litoral. Ainda com relação à RMSP, está em elaboração a Carta Consulta do Programa de Saneamento Metropolitano, que prevê ações de despoluição de córregos afluentes dos rios Tietê e Pinheiros pela otimização de sistemas coletores já existentes. Na mesma linha, visando à ampliação do sistema de esgotos sanitários da Baixada Santista e à despoluição das águas, terão continuidade as obras de Saneamento Ambiental da Baixada Santista. Também terá continuidade o Programa de Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional, resultante da parceria com as prefeituras de São Paulo e outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

A despoluição dos córregos do município de São Paulo é outra prioridade, que abrange a Secretaria de Saneamento e Energia, a Sabesp e a PMSP, e tem como meta beneficiar a totalidade da população e do território do município em dez anos.

No que se refere ao planejamento e gerenciamento de recursos hídricos o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE procurará: (I) efetivar a Cobrança pelo Uso da Água em 14 das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e (II) acompanhar a execução do PERH — Plano Estadual de Recursos Hídricos, por um conjunto de indicadores definidos na sua última edição.

No âmbito do Programa de Infra-Estrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes encontram-se os planos e ações de macrodrenagem para o controle de enchentes na RMSP, entre os quais vale destacar: (I) construção de reservatórios de contenção; (II) canalização em áreas críticas; (III) serviços de desassoreamento, limpeza e contenção de margens; (IV) serviços de manutenção preventiva e corretiva em todos os “piscinões” em operação na RMSP; (V) continuação do Projeto Tietê - terceira etapa, com ações de desassoreamento; recuperação e proteção da várzea, paisagismo, revestimento de margens, adequação dos desemboques; além de estudos para implantação de Terminal Intermodal – Fase I; (VI) Programa Água Limpa, com atendimento a cerca de 33 municípios com população até 30 mil habitantes, ainda não beneficiados pelo programa, com possibilidade de ampliação do limite de atendimento a municípios de até 50 mil habitantes.

Principais iniciativas no campo da Energia

As ações e as diretrizes visando ao desenvolvimento sustentável podem ser comprometidas sem um adequado equacionamento das questões referentes aos seus recursos energéticos e minerais. Para tanto, visando a subsidiar o estabelecimento de uma adequada política energética e de mineração para o Estado de São Paulo, o governo propõe o Programa Estadual de Energia e Mineração. Peças-chave dessa política são o desenvolvimento institucional e o planejamento energético.

Nas atividades relativas à gestão de demanda de energia estão programados o desenvolvimento de procedimentos, normas e recomendações para projetos de instalação, reforma e ampliação no âmbito da administração estadual e o levantamento e renegociação dos contratos de fornecimento de energia elétrica. Estas ações serão articuladas com a gestão da demanda de água da Política Estadual de Saneamento.

No âmbito do Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural está prevista a realização de 10.000 ligações de energia. A experiência da Ceresp – Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – atesta que a cada duas ligações rurais efetuadas gera-se uma terceira ligação, fato que estimula a atividade rural de pequeno e médio porte e contribui para conter ou mesmo reverter o êxodo rural.

Quanto à Emae – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – seu principal desafio é o equacionamento econômico do sistema energético por ela operado, pelo rateio de custos com os demais usuários do sistema, e de avanços no processo de despoluição da bacia do Alto Tietê. Isso permitirá o aumento gradual da energia assegurada e o conseqüente aumento de receita. Outro objetivo a ser perseguido é a expansão de sua capacidade instalada com a construção, por intermédio de parcerias, de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), particularmente na bacia do rio Tietê

No tocante à prestação de serviços, a Emae vem aumentando sua atuação como prestadora de serviços a terceiros nas áreas de operação e manutenção de usinas e barragens.

Os objetivos empresariais da Cesp – Companhia Energética do Estado de São Paulo S.A. – nos próximos anos estarão associados à manutenção dos níveis de geração para atendimento dos seus compromissos comerciais e financeiros. Seu parque gerador, com exceção da Usina Hidroelétrica (UHE) Porto Primavera, encontra-se em operação

há vários anos, exigindo alocação crescente de recursos destinados à operação e à manutenção, a fim de que continuem operando nos atuais níveis de confiabilidade e desempenho. Na mesma perspectiva, é vital a continuidade de programas de revitalização e modernização dos equipamentos. A implantação de processos de automação das usinas é uma opção real para a redução dos custos de produção mantendo a competitividade da empresa, como o que vem sendo implementado inicialmente na UHE Paraibuna, por apresentar o maior custo de operação e manutenção do parque gerador da Cesp.

A estes investimentos devem ser agregados os referentes à complementação de obras pendentes e ao atendimento de outras obrigações vinculadas a estes aproveitamentos hidroelétricos, com ênfase naquelas de ordem ambiental.

4.2 Transportes

O governo do Estado de São Paulo orientará seus investimentos no setor de Transportes segundo as estratégias de: (I) melhorar a logística de utilização das malhas rodoviárias e ferroviárias existentes, criando condições para a intermodalidade; (II) eliminação dos gargalos rodoviários e ferroviários na transposição da RMSP e no acesso ao Porto de Santos; (III) recuperação da malha de estradas vicinais em parcerias com os municípios; (IV) ampliação e modernização da malha portuária com a viabilização da delegação do Porto de São Sebastião e gestão compartilhada com o governo federal no Porto de Santos.

Integração dos modais e transposição das regiões metropolitanas

Na identificação dos investimentos na malha e na logística de transportes de São Paulo foram selecionadas quatro linhas prioritárias de ação: (I) projetos com foco na ampliação e recuperação da malha rodoviária destinados a eliminar os gargalos no trânsito do interior do Estado, como o dirigido para as rodovias estaduais e para as estradas vicinais; (II) projetos destinados a melhorar as condições de exportação no Estado, como as obras de melhoria da ligação rodoviária Campinas/Vale do

Paraíba/Porto de São Sebastião e as obras projetadas para o entorno do Porto de Santos e a viabilização do Porto de São Sebastião; (III) projetos destinados a promover a transposição da RMSP, seja no modal rodoviário (Rodoanel, Marginais, Complexo Viário Jacu-Pêssego, Avenidas Roberto Marinho e Bandeirantes), seja no modal ferroviário (Ferroanel); (IV) projetos destinados a descongestionar as regiões metropolitanas como as novas linhas e a modernização do metrô e do sistema de trens da CPTM, os corredores exclusivos de ônibus na Grande São Paulo, o Corredor Noroeste da Região Metropolitana de Campinas e o Sistema de Transporte sobre Trilhos da Região Metropolitana de Santos.

Além dos recursos públicos, no caso de infra-estrutura em transportes é ainda mais visível a necessidade de participação da iniciativa privada por meio de programas de concessões, como o das rodovias D.Pedro I, Ayrton Senna, Carvalho Pinto, Raposo Tavares e Marechal Rondon, com investimentos de R\$ 7,9 bilhões, bem como da concessão de 32 km do Rodoanel trecho Oeste com investimentos de R\$ 804 milhões. Além dos investimentos privados para expansão, duplicações e conservação de trechos rodoviários, as concessões gerarão uma outorga de R\$ 4,181 bilhões que serão reaplicados na malha rodoviária não concedida. Outra importante forma de envolvimento do setor privado serão as Parcerias Público-Privadas – PPPs, como no caso da Linha 4 do Metrô, já em execução, que gerarão investimentos de R\$ 682,6 milhões pelo setor privado.

4.3 Transportes Metropolitanos

Nessa área o governo do Estado de São Paulo orientará seus investimentos segundo duas estratégias de: (I) expansão do metrô e a modernização dos trens metropolitanos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos para transformá-los em metrô de superfície e (II) promoção da melhoria do transporte de passageiros nas regiões metropolitanas (Campinas e Baixada Santista), com a implantação de corredores expressos de ônibus e trilhos.

As ações da política de transportes urbanos em regiões metropolitanas estão contidas nos Planos Integrados de Transportes Urbanos – Pitu, com visão de longo prazo e constante atualização.

No Pitu 2025 da região metropolitana de São Paulo estão identificadas ações para potencializar o funcionamento da rede metroferroviária integrada física, operacional e tarifariamente com os ônibus municipais e metropolitanos. Também estão incluídas estratégias de expansão e modernização da rede metroferroviária integradas com o uso do solo para garantir acessibilidade, desenvolvimento habitacional e fácil acesso aos empregos.

Os principais resultados que se pretende alcançar são:

- Reversão da tendência de diminuição da participação do transporte coletivo no motorizado, que passaria a representar 52%;
- Redução das viagens a pé em 24%;
- Aumento da participação do sistema sobre trilhos no coletivo, chegando a 33%;
- Diminuição do tempo de viagem em 30%, passando de 40 para 28 minutos.

Sob a perspectiva deste plano a malha convencional de trens metropolitanos dobrará a sua capacidade em relação ao índice de 2005/2006.

O arcabouço estrutural de trilhos deverá ser complementado por um grupo de corredores convencionais – Via Livre e Passa Rápido da Prefeitura do Município de São Paulo – e aos quais se somam os de projetos especiais, ou seja, os corredores expressos Tiradentes e Tucuruvi-Guarulhos. O conjunto de corredores deverá evoluir para o conceito de corredores urbanísticos, que se associam os projetos de revitalização urbana dos bairros situados em sua área de influência.

O complexo de suporte do Pitu 2025 da RMSP é completado pelos sistemas viário básico metropolitano e da capital – SIVIM e SVE – devidamente coordenados e funcionando com uniformidade de padrões operacionais e identidade visual. Todo o conjunto se articulará com os centros logísticos antes mencionados e com os serviços de transporte de passageiros e sistemas viários dos demais municípios da RMSP mediante as conexões físico-operacionais.

O projeto de modernização da malha da **CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos** teve seu desenvolvimento determinado pela abrangência metropolitana da rede e pela demanda da população. Seu objetivo é o de conduzir a infra-estrutura instalada ao limite de seu desempenho, a fim de tornar a oferta compatível com o potencial de de-

manda, além de atingir, na prestação de serviços, um padrão de excelência nos 253 km de vias operacionais. Além disso, com a modernização da rede irá diminuir o intervalo médio entre os trens em 25%.

Para tanto, a infra-estrutura das linhas existentes (estações, vias e sistemas) serão modernizadas. Novos e modernos trens serão incorporados. A frota existente será modernizada e novos serviços serão criados, tais como a extensão do Expresso Leste, a implantação do Expresso ABC (ligando os municípios de Mauá, Santo André, São Caetano ao centro de São Paulo) e o conjunto Expresso Aeroporto e Trem de Guarulhos. Tudo para aumentar acessibilidade e o conforto e segurança dos usuários.

Com o investimento previsto será ampliada a oferta de lugares nas linhas A, B, C, D e F dos atuais 70 mil por hora para 140,5 mil. Já o expresso ABC irá beneficiar 670 mil usuários por dia em 2010; no expresso Leste, 308 mil usuários. A proposta do Expresso Aeroporto e do Trem de Guarulhos beneficiará mais de 106 mil usuários, ainda não atendidos pela CPTM.

A rede do **Metrô** foi revista em razão das modificações propostas para a rede da CPTM, destacando-se os serviços expressos e o exame mais aprofundado do comportamento da demanda na rede. Os investimentos do Metrô têm foco na expansão de sua rede, que deverá ser acrescida, em relação à rede atual, em 35,2 km até 2014, por meio das ampliações das Linhas 2 e 5 e construção da Linha 4.

Serão incorporados à frota atual novos trens para atender a expansão da Linha 2 de Chácara Klabin até Vila Prudente. A previsão é de que em 2010, com a operação total da Linha 2 entre Vila Madalena e Vila Prudente, integrada na Estação Tamanduateí com a Linha "D" da CPTM e na Estação Sacomã com o Expresso Tiradentes, a demanda diária da linha chegará a 800 mil pessoas.

Já a Linha 4 em construção e objeto de parceria público-privada, integrará à rede metroferroviária, adicionando ao sistema de transportes, numa primeira etapa, mais 730 mil passageiros ao dia, além de promover a reorganização do transporte na zona oeste da região metropolitana de São Paulo. Essa linha ligará o bairro da Luz ao bairro de Vila Sônia, na zona oeste, passando pela região da Consolação, Avenida Paulista e Pinheiros.

Serão incorporados pelo concessionário privado 29 novos trens, sendo 14 já na primeira etapa e o restante de 15 trens, quando do início

de operação da segunda etapa.

A Linha 5-Lilás, que conta com 8,4 km de extensão e seis estações na zona sul de São Paulo, também será ampliada. O segundo trecho a ser construído deverá atender uma demanda de, aproximadamente, 600 mil passageiros por dia útil e ligará a Estação Largo Treze à Estação Santa Cruz na Linha 1 e à Estação Chácara Klabin na Linha 2. Serão mais dez estações e mais 11,4 km de via a serem implantados, com previsão de conclusão também em 2011.

Estão sendo adquiridos 17 novos trens para aumentar a oferta de lugares nas Linhas 1 e 3 (Azul e Vermelha) em cerca de 130 mil passageiros, possibilitando condições de modernizar a frota hoje existente (em funcionamento há mais 30 anos), além de investimentos vultosos para reduzir o intervalo entre trens, garantir conforto e segurança aos usuários.

À EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos coube, dentro das ações previstas no Pitu, o desenvolvimento de estudos com vistas à implantação de corredores nas regiões metropolitanas. A proposta de racionalização do transporte sobre pneus nas regiões metropolitanas prevê:

- construção de grandes sistemas de transporte (corredores);
- organização de acessos, vias e paradas;
- investimentos no corredor metropolitano São Mateus - Jabaquara.

Essa proposta visa a ampliar a extensão dos corredores disponíveis na RMSP dos atuais 33 km para 53,5 km em 2010; em Campinas dos 3,9 km atuais para 63 km; e na Baixada Santista instituir esta modalidade, alcançando em 2010 quase 11 km de corredores.

4.4 Meio Ambiente

A difusão de informações e a preocupação com o aquecimento global e os impactos dele decorrentes têm motivado diversas iniciativas para a implantação de reflorestamentos para a compensação de emissões de gases de efeito estufa, tendência que o governo do Estado manterá no período 2008-2011. Existe também a expectativa de implantação de projetos de reflorestamento capazes de gerar crédi-

tos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no Protocolo de Kyoto. Considerando que a recuperação de matas ciliares proporciona benefícios ambientais e sociais muito significativos e que a proteção legal que incide sobre essas áreas assegura a permanência do carbono nelas fixado, verifica-se que existe sólida fundamentação para direcionar os investimentos em reflorestamento executados com o objetivo de fixar carbono para a recuperação de matas ciliares. O reflorestamento de áreas ciliares que se encontram degradadas em São Paulo poderá proporcionar a absorção e fixação de 136 milhões de toneladas de carbono, o que poderá viabilizar aporte expressivo de recursos financeiros de créditos de carbono ou de compensações voluntárias de emissões, que, por sua vez, podem representar importante instrumento para viabilizar a recuperação em grande escala dessas matas.

Embora se verifique estabilidade dos percentuais de cobertura florestal no Estado, nota-se que ainda persiste o processo de insularização dos fragmentos remanescentes na maior parte do território. O isolamento desses remanescentes tem se constituído em ameaça concreta à estrutura, às funções e à estabilidade dos ambientes naturais. O desmatamento, aliado à suscetibilidade, à erosão e ao manejo inadequado dos solos, contribui também para a perda de solo fértil e para o assoreamento de rios, represas e nascentes, prejudicando a disponibilidade de água para o abastecimento público e para o desenvolvimento. Nesse contexto, é especialmente grave a situação das áreas ciliares que se encontram desmatadas e degradadas uma vez que porção significativa deste ecossistema em áreas de produção agrícola foi suprimida ou sofreu algum grau de perturbação. A reversão desta situação, com a restauração florestal em áreas ciliares, possibilitaria a criação de uma rede de corredores que contribuiria para aumentar a conectividade entre os fragmentos de vegetação remanescente, apoiando a conservação da biodiversidade, e para a proteção dos recursos hídricos e do solo. Os programas Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais e Gestão dos Recursos Hídricos vão ao encontro do equacionamento destes problemas.

A ação do governo do Estado na área de preservação do meio ambiente objetiva reduzir o desperdício no consumo de recursos naturais (notadamente água e energia) e a geração de resíduos (de lixo a gases

de efeito estufa). Essa ação contribuirá para melhorar a competitividade do setor produtivo e desonerar o Estado, especialmente o sistema de saúde. Nesse sentido, a agenda para os próximos quatro anos concilia métodos de proteção ambiental, justiça social, eficiência econômica e geração de emprego e renda.

A recuperação de matas ciliares prevista no **Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais** é um dos principais projetos estratégicos para o período do PPA, apresentando forte interface com outros projetos estratégicos como o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, que se encontra em implementação com apoio financeiro do GEF/Banco Mundial e em parceria com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento — SAA (Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável), e cuja execução terá continuidade no período 2008-2011.

O Protocolo de Conduta Agroambiental define uma forma de premiar condutas positivas, além das exigidas pela legislação, atraindo à adesão os mais adiantados e norteando ações complementares aos que não aderirem. Tais ações podem ser tanto de fomento como de exigências adicionais, porém adequadas à sua realidade. Dentro do guarda-chuva do protocolo há vários itens, tais como redução da colheita da cana queimada, recuperação das matas ciliares, redução no consumo de água e nas emissões atmosféricas das unidades industriais e gerenciamento de embalagens de agrotóxicos. Outras iniciativas estratégicas incluem o Licenciamento Ambiental Unificado, que prevê a criação da Agência Ambiental/Cetesb; os projetos Litoral Norte e Município Verde visando o planejamento ambiental e o Serra do Mar, focado na gestão ambiental, assim como o projeto Lixo Mínimo, que irá melhorar a gestão e a redução do volume de resíduos domésticos, estimulando a reciclagem e extinguindo os lixões a céu aberto.

O desenvolvimento de São Paulo e a infra-estrutura de conhecimento, inovação e tecnologia

A ação do Estado é fundamental para promover o crescimento, quer no estímulo à concorrência ou ao progresso técnico, quer na promoção de mudanças estruturais dos setores produtivos, na inserção em mercados internacionais e na transformação das instituições. Os pilares das políticas de desenvolvimento de São Paulo são a integração entre políticas públicas setorial, de inovação e comércio exterior com o objetivo de gerar competitividade. Com base na experiência internacional, a formulação de uma política de desenvolvimento deve levar em consideração:

1. O estado deve atuar como um agente articulador, que define diretrizes de desenvolvimento, consolida as infra-estruturas e promove as interações entre os agentes;
2. É estratégico conjugar os instrumentos verticais e horizontais, fortalecer as instituições e o sistema de inovação pela integração da ciência com a produção de bens e serviços;
3. A sofisticação tecnológica da pauta exportadora é a melhor forma de tornar as vendas externas menos vulneráveis às variações dos preços das *commodities* internacionais, além de possibilitar um aumento da participação das exportações no comércio mundial;
4. A articulação dos fatores acima descritos gera um efeito sinérgico fundamental ao progresso técnico.

Em São Paulo concentram-se desde indústrias tidas como as mais tradicionais – têxtil, vestuário, alimentício – até aquelas mais intensivas em tecnologia – de informática, eletrônica, comunicação, aeroespacial, instrumentação. Além disso, a indústria paulista também se destaca pela maior proporção de recursos humanos qualificados (especialmente de nível superior) empregados em ocupações tecnológicas e por concentrar um grande número de empresas multinacionais e investimentos diretos estrangeiros. Dado o desempenho recente, o principal desafio é o de elevar a competitividade, levando em consideração as especificidades dos setores tradicionais, maduros e de futuro, diante de um cenário de câmbio valorizado e aumento da concorrência externa. Em vista desses desafios, destacam-se cinco estratégias de atuação do Estado para o desenvolvimento:

1. Estratégias de apoio à inovação e à competitividade, por meio da organização e fortalecimento do sistema paulista na área de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e do incentivo à modernização nas empresas, tendo em vista a sua importância para a competitividade;

2. Estratégias para o desenvolvimento local, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da indústria paulista a partir de suas vocações regionais, buscando a redução das diferenças entre as regiões e novas oportunidades para o Estado. As ações para o crescimento local atingem tanto os setores tradicionais e maduros, como os setores de futuro;

3. Estratégias de comércio exterior e relações internacionais, considerando as oportunidades de atuação das empresas paulistas no mercado externo, assim como a necessidade de mantê-las competitivas para concorrer com as estrangeiras que atuam no mercado interno;

4. Investimento em projetos estratégicos, onde a atuação do Estado possa levar a um ganho considerável para a competitividade, como é o caso de infra-estrutura, logística, energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs);

5. Maior articulação das ações dos órgãos do Estado por meio da capacitação de mão-de-obra, produção científica e prestação de serviços tecnológicos para as empresas (Centro Paula Souza, Fapesp, IPT).

As ações do governo em prol do desenvolvimento produtivo pautam-se por essas estratégias, cobrindo as mais especificamente direciona-

das para o comércio exterior, para a inovação e tecnologia com vistas ao aumento da competitividade e para o ensino superior e profissional.

5.1 Estratégias de comércio exterior e relações internacionais

A inserção brasileira no mercado internacional se intensificou nos últimos anos, viabilizada pela abertura e estabilização da economia favorecida por um cenário internacional muito positivo, caracterizado pela forte demanda e altos preços. Após um período de déficits constantes na balança comercial, as exportações brasileiras se recuperaram (em grande parte devido à desvalorização cambial do início de 1999) e ultrapassaram as importações, acumulando superávits comerciais. São Paulo agrega uma estrutura produtiva diversificada e isso se reflete em sua pauta exportadora.

Apesar da forte liderança, São Paulo tem grandes desafios à frente. São vitais para sua sobrevivência o aprimoramento da capacidade competitiva, por meio de políticas direcionadas para a inovação tecnológica e para a agregação de valor, assim como a política de fomento às exportações e a proteção técnica à atividade econômica paulista de seus competidores internacionais.

Desde o PPA 2004-2007, o governo de São Paulo vem dando seqüência a iniciativas direcionadas para o fortalecimento das empresas paulistas, tais como: (I) difusão da cultura exportadora – visando principalmente à expansão da base exportadora do Estado; (II) promoção comercial – objetivando incremento das exportações e internacionalização das empresas; e (III) adequação técnica de produtos a barreiras técnicas, para a correta inserção internacional.

Adicionalmente, foram realizadas ações institucionais para a internacionalização do Estado, trabalhando sua imagem no exterior, estabelecendo parcerias com governos e instituições estrangeiras. Um dos resultados do programa de comércio exterior executado nos últimos quatro anos foi a maior capacitação e sensibilização para a internacionalização das pequena e média empresas (PMEs). As ações foram bem recebidas pelo setor privado, obtendo apoio e co-participação de entidades. É preciso, agora, ampliar as ações para abranger maior

número de empresas, bem como aprimorar ações promocionais e institucionais no exterior, de modo a conseguir um impacto mais significativo na base exportadora.

Dando continuidade e aprofundando as políticas de fomento ao comércio exterior paulista, é necessário atuar: (I) em prol dos negócios internacionais, incentivando, capacitando e promovendo as empresas paulistas a exportar; (II) na melhoria da imagem do Estado no exterior para que esse seja visto como um ambiente favorável aos negócios no Brasil e na América do Sul; (III) na adequação e certificação dos produtos exportáveis para que possam se inserir de maneira competitiva no mercado global; (IV) no fortalecimento do Programa de Apoio Tecnológico à Exportação – Progex do IPT; (V) no incentivo às exportações de serviços e de bens inovadores; (VI) no incentivo à diversificação de mercados; e (VII) no desenvolvimento de formas de proteger o mercado brasileiro, e paulista em particular, das importações com baixa qualidade, por meio do estabelecimento de normas técnicas mais rigorosas.

5.2 A agenda paulista de inovação e competitividade

O PPA 2004-2007 para a área de inovação e competitividade contemplou esforços para ampliar a cooperação entre o setor produtivo e as instituições acadêmicas de pesquisa. Além do binômio tradicional de Ciência e Tecnologia (C&T), o programa incorporou, também, a questão da inovação na agenda das universidades, dos institutos tecnológicos e da Fapesp. Seu eixo central de atuação pretendeu reforçar a relação universidade-empresa, como mecanismo de fortalecimento da competitividade e elevação da produtividade no Estado.

Apesar dos avanços, alguns dos desafios enfrentados ainda permanecem para o PPA 2008-2011, principalmente o baixo engajamento das empresas em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e inovação. Na perspectiva deste PPA, a promoção da P&D e inovação ocupa lugar de destaque na política industrial do Estado, alinhada a uma estratégia ampla de desenvolvimento.

No plano dos instrumentos e ações, além de mobilizar recursos, trata-se de coordenar decisões estratégicas, públicas e privadas, das mais diversas naturezas e em recortes temporais de médio e longo

prazos. Isso requer não apenas correção do diagnóstico e das proposições, mas especialmente capacidade de articulação e mobilização de distintos atores em um marco institucional coerente com a estratégia de desenvolvimento adotada. Além de continuidade da ação, são necessárias metas e avaliação de resultados e clareza de objetivos.

A política de C&T e inovação de São Paulo identificará os gargalos e as oportunidades de médio prazo, para que as ações públicas e privadas sejam convergentes e que as reformas institucionais necessárias sejam acordadas entre os atores. Assim, as estratégias e instrumentos de C, T&I serão constituídas de um conjunto de diretrizes, planos e ações para estabelecer conexões entre atores, desenvolver estratégias e mecanismos de inovação, considerando os espaços competitivos concretos (APLs, pólos e parques tecnológicos), os setores produtivos e os cenários.

5.3 As ações importantes: o que se pretende fazer

Visto que o núcleo da política da indústria atual para São Paulo é constituído de três vetores — desenvolvimento da infra-estrutura, avanço tecnológico e inovação e competitividade nacional e internacional —, o conjunto de estratégias, instrumentos e ações que serão desenvolvidas para alavancar a Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no Estado deve contemplar ações capazes de simultaneamente atingir: (I) o avanço das infra-estruturas de C,T&I em sinergia com as estratégias da política industrial; (II) os objetivos e instrumentos da política estadual de C,T&I com os da política industrial; (III) a união de esforços de instituições públicas e de entidades representativas do setor privado; (IV) a articulação de instrumentos, normas e regulamentações aos objetivos.

No primeiro caso isso significa regulamentar e implantar a Agência de Fomento do Estado de São Paulo para atuar no apoio às atividades privadas de P&D e inovação no Estado; reforçar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Tecnológico (Funcet) como instrumento complementar à Agência de Fomento na subvenção às suas linhas de crédito prioritárias; implantar a Agência Paulista de Inovação e Competitividade com as funções de formular e executar políticas de apoio à promoção da qualidade, produtividade e inovação tecnológica.

No segundo caso, isso implica melhorar o entrosamento da Secretaria de Desenvolvimento com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a execução do PPA paulista e sua agenda de C,T&I, bem como das iniciativas e projetos paulistas nas agências federais de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e à política industrial – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (Cgee).

No terceiro item, estão incluídas as necessidades de: coordenar a cooperação entre as secretarias do Estado para interagir principalmente em projetos e ações no sistema paulista de inovação; estimular parcerias com investidores privados em projetos de interesse do governo estadual, ancorados em garantias do governo de São Paulo e novos tipos de engenharias financeiras; desenvolver programa de apoio à inovação nas empresas; ampliar a cooperação público-privada e o licenciamento de tecnologia pelas universidades e institutos de pesquisa, desenvolvendo novos modelos de negócios para C&T; mobilizar os institutos de pesquisa do Estado para uma agenda de cooperação público-privada e fortalecimento da inovação, flexibilizando seus estatutos jurídicos, gestão e modelos de negócio.

O quarto item abrange vincular os instrumentos de atração de investimentos diretos estrangeiros aos objetivos de desenvolvimento econômico do Estado; ampliar o apoio à metrologia e serviços tecnológicos e apoiar a difusão de tecnologias com programas de produtividade e extensão, com o fortalecimento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) nessa área e o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); agir para aprovar a Lei Paulista de Inovação, e sua regulamentação, e buscar maior interação do Poder Legislativo estadual com o tema da política de inovação e das reformas institucionais necessárias; criar um portal da inovação com um sistema de informações em C,T&I paulista; criar um sistema de avaliação

de resultados e impactos da política de C,T&I no Estado; organizar a conferência paulista de C,T&I e elaborar e executar um plano estadual de CT&I; instituir o plano de programas especiais em tecnologias estratégicas para o Estado de São Paulo (biotecnologia, bioenergia, gás natural, petróleo, nanotecnologia e fotônica).

5.4 O Sistema Paulista de Parques Tecnológicos

O lançamento de um sistema de parques tecnológicos se associa ao conjunto de instrumentos de política para reforçar a capacidade de resposta do Estado de São Paulo à necessidade de renovação da sua estrutura industrial. Desde as primeiras iniciativas para executá-los, percebeu-se que seu sucesso depende da ação coordenada de diferentes instituições.

A atuação conjunta do governo estadual e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) permitiu preparar a instituição de cinco parques tecnológicos no Estado, nos municípios de São Paulo – próximos ao maior pólo de C&T da América Latina (USP, IPT, Ipen, Instituto Butantan); Campinas – para abrigar projetos de P&D em empresas preferencialmente da área de tecnologia da informação e comunicações (TICs); São Carlos – explorando as vocações da região, os setores de ótica, materiais e instrumentação; São José dos Campos – graças à concentração dos setores aeronáutico, espacial e de defesa; e Ribeirão Preto – com prioridade para as áreas de saúde, fármacos e biotecnologia, aproveitando a presença do câmpus da USP no município. Eles apresentaram, em comparação a outros municípios do Estado, os maiores índices de: (I) empresas participantes do Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas – (Pipe)/Fapesp; (II) doutores formados por ano; e (III) concentração industrial. Esses fatores foram escolhidos como medida aproximada da presença local de iniciativas de inovação tecnológica e do potencial de criação de novos negócios baseados em conhecimento.

De forma geral, o desenvolvimento do projeto dos parques tecnológicos prevê atividades de definição das áreas, coordenação dos estudos de viabilidade técnica e econômica, mobilização dos atores envolvidos, modelagem financeira e institucional, contratação e su-

pervisão dos serviços técnicos e definição de modelo jurídico adequado a cada empreendimento, buscando articular as ações pública e privada.

5.5 Ensino superior e profissional

O êxito das agendas de desenvolvimento, inovação e competitividade propostas neste PPA depende da expansão dos sistemas de ensino superior, técnico e tecnológico. Os programas nele contidos priorizam o fortalecimento da pesquisa, do ensino superior e do ensino técnico em todo o Estado de São Paulo, conforme os objetivos estratégicos do governo: (I) desenvolver e aprimorar o ensino superior e técnico; (II) aumentar a acessibilidade ao ensino superior e técnico (III) ampliar as atividades de pesquisa, objetivando enfrentar os problemas da realidade nacional; (IV) buscar formas alternativas e adequadas ao atual estágio tecnológico para oferecer formação nos níveis de ensino de terceiro e quarto graus, com vistas a aumentar o número de jovens que cursam a universidade; e (V) ampliar e aprimorar as atividades de extensão, notadamente a prestação de serviços de saúde pelos hospitais universitários.

Convém destacar que a educação superior não é o único destino possível e desejável aos egressos do ensino médio, pois o Estado de São Paulo também oferece alternativas como os cursos tecnológicos e técnicos. Assim, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) é a instituição responsável pelo desenvolvimento do ensino profissional público tecnológico e técnico, ministrando diversos cursos e habilitações. Essas formações são oferecidas por meio das 33 faculdades de tecnologia (Fatecs) e 135 escolas técnicas (Etecs), atendendo aproximadamente 123 mil alunos em todas as regiões administrativas e de governo do Estado.

A estratégia utilizada para a criação de unidades é a das parcerias com prefeituras que têm constituído mecanismo de sucesso. A municipalidade providencia a reforma e a adequação do prédio e o Ceeteps a compra de mobiliário e equipamentos e manutenção do corpo docente. No período de governo 2008-2011, deverá ter continuidade o processo de expansão da rede de ensino técnico do sistema Ceeteps seguindo a mesma estrutura de financiamento com a participação de 50% do tesouro do

Estado e o restante vindo de ONGs, empresas, outros órgãos de governo e prefeituras. A meta neste período é de atingir 52 Fatecs e ampliar para 175 mil o número de matrículas no ensino público técnico (Etecs).

O Centro Paula Souza também fortalecerá o programa de pós-graduação por meio do Mestrado Profissional em Tecnologia, que foi recomendado pela Capes em 2002 e iniciou suas atividades a partir de 2003. Esse programa tem a proposta de abordar o conhecimento tecnológico na dimensão da gestão e do desenvolvimento de produtos e processos em ambientes competitivos e globalizados, tendo o desenvolvimento sustentável e a educação e formação tecnológica como vetores de integração, de promoção social e de realização pessoal.

5.6 Fomento à inovação tecnológica

O Estado de São Paulo, com reconhecida liderança em produção de pesquisa acadêmica de qualidade, contempla neste PPA a política pública para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação comprometida com a resposta a três desafios principais: (I) aumento da capacidade de formação de pessoal no nível de pós-graduação; (II) expansão da atividade de pesquisa acadêmica, em termos qualitativos e quantitativos; e (III) desenvolvimento da capacidade de geração e aplicação de conhecimento científico e tecnológico no Estado de São Paulo por meio do aumento da atividade de P&D em pequenas empresas, da interação entre empresas e universidades para projetos de P&D cooperativos e do aumento da capacidade de geração e aplicação de conhecimento em órgãos governamentais no nível federal, estadual e municipal.

A demanda de recursos para a execução de ações e programas pelo sistema paulista de C,T&I é provido, em grande parte, pela Fapesp. Os dois primeiros desafios são da pauta de responsabilidade do sistema de ensino superior, público e privado. Para o apoio a esses dois desafios, a Fapesp continuará disponibilizando três ações de suas missões básicas: concessão de bolsas de estudos, concessão de auxílio à pesquisa e os programas especiais.

O apoio às atividades de P&D e ao processo de inovação passou a integrar a agenda da política de ciência e tecnologia do Estado de São Paulo. Na década de 1990, a Fapesp instituiu novos e bem-sucedidos

programas de apoio à inovação nas empresas. As universidades estaduais têm cada vez mais se dedicado à instituição de programas de cooperação com empresas e procurado estimular o empreendedorismo e a incubação de novos negócios de base tecnológica, com mudanças institucionais importantes, como a criação do Centro Incubador de Empresas Tecnológicas – Cietec a partir de ação conjunta da USP, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) e do IPT, que hoje é o maior incubador de empresas da América Latina, ou da criação da Agência de Inovação da Unicamp, para ficar com dois exemplos. Os institutos de pesquisa do Estado têm ampliado a oferta de serviços de apoio ao setor produtivo. Reflexo da importância do apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Estado, essas modalidades no orçamento da Fapesp têm evoluído, e assim continuarão, como demonstram os números de aplicação de recursos aos programas de estímulo à inovação da agência, que cresceu cerca de 7 vezes em dez anos. A fundação concentra esse apoio em duas modalidades: PIPE – Programa de Inovação tecnológica em Pequenas Empresas (empresas com até cem empregados) e PITE – Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para a Inovação Tecnológica (fomento à interação entre universidades/institutos de pesquisa e empresas).

Apesar dessas iniciativas, a competitividade do sistema produtivo de São Paulo ainda padece de melhor eficiência no aproveitamento da produção de conhecimento científico e tecnológico no desenvolvimento da inovação. Por esse motivo, o centro da agenda da política pública neste PPA foca a questão de como ampliar a competitividade das empresas, sua capacidade de inovação por meio da P&D e como tirar proveito para isso dos investimentos feitos no sistema de pesquisa acadêmica.

Convém notar, finalmente, que o sistema de inovação não se circunscreve às universidades e empresas. Além dos institutos de pesquisa, em geral públicos, criou-se, notadamente em São Paulo, um grupo variado de atores que desempenham papéis complementares no processo de inovação: associações de classe; prestadores de serviços; centros do Senai.

5.7 Inovação tecnológica e desenvolvimento científico na saúde

A consecução de políticas públicas eficazes na área de saúde freqüentemente está limitada pelas restrições à disponibilidade de tecnologias capazes de produzir a custo competitivo insumos necessários às ações de saúde. Atento a isso, o governo do Estado promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde com seus institutos de pesquisas, que são órgãos de notório saber científico e, devidamente estimulados, são atores fundamentais no processo de difusão tecnológica. Esse é um dos instrumentos de que dispõe o governo do Estado para planejar e aperfeiçoar a atual política nesse segmento, que busca melhorar os perfis de saúde da população paulista.

Finalmente, observe-se que a produção de imunobiológicos, biofármacos e hemoderivados, enquanto insumos importantes para a saúde coletiva, agrega programa específico e procura abarcar o incentivo ao desenvolvimento tecnológico para fabricação e planejamento, bem como a capacitação de recursos humanos, avaliação contínua e cuidados com a rede de distribuição desses insumos aos municípios, para a execução do programa de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS).

5.8 A agricultura e a pesquisa agrícola

De modo geral, o Estado de São Paulo apresenta como vantagens: as redes de defesa, pesquisa e extensão públicas capazes de responder aos desafios do setor agropecuário e da agroindústria paulista; a melhor infra-estrutura do País (qualidade das estradas, portos, armazéns, comunicação etc.); geração de conhecimento e formação de capital humano nos diversos centros de ciências agrárias localizados em suas universidades públicas, nos institutos de pesquisa e nas coordenadorias de apoio ao desenvolvimento; e a presença de importantes organizações e entidades setoriais que permitem o diálogo entre os setores público e privado.

Assim, tem-se a oportunidade de melhor administrar a expansão equilibrada dos cultivos direcionados à produção de energia, visando

a reduzir os riscos da monocultura e da exclusão de segmento importante de produtores agrícolas. Busca-se, também, o melhor aproveitamento de vantagens comparativas/competitivas do Estado em outros segmentos de produtos, como na fruticultura, floricultura, reflorestamento, por exemplo. A difusão dessas atividades competitivas, que geram elevado valor da produção, configura-se também em oportunidade do Estado para mitigar os desequilíbrios regionais.

Considerando o desafio de manter a liderança paulista no agronegócio brasileiro, as oportunidades relacionadas às mais importantes cadeias produtivas instaladas no Estado e as diretrizes sobre segurança alimentar, torna-se fundamental ampliar e modernizar a capacidade de vigilância sanitária e epidemiológica do Estado, como demonstra o programa **Risco Sanitário Zero**, que engloba ações como certificação de qualidade do produto de São Paulo - Selo São Paulo, avaliação de produtos e processos monitorados pela defesa agropecuária, novos insumos estratégicos para diagnóstico e controle de pragas e doenças e educação sanitária aos produtores rurais. Para garantir maior segurança no transporte e o escoamento de safras agrícolas, com agilidade e custo reduzido aos produtores, o projeto **Melhor Caminho** irá recuperar mais de 10 mil quilômetros ao longo dos quatro anos de vigência deste PPA.

Entretanto, a liderança paulista no agronegócio nacional depende de um processo contínuo de adoção de novas tecnologias. Para isso, os institutos de pesquisa do Estado de São Paulo são orientados a atender demandas específicas. A consolidação dos pólos regionais de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) é uma consequência disso. Outro destaque nas pesquisas é o relacionado à biomassa como fonte de produção de energia.

São temas prioritários na agenda de pesquisa da Apta: a ocupação equilibrada do solo, a geração de tecnologias que permitam o desenvolvimento sustentável, o aperfeiçoamento de processos visando ao aumento na competitividade do agronegócio e a criação de novas tecnologias orientadas para o pequeno produtor rural. Algumas ações de destaque do governo paulista nessa área são as dos programas: (I) Risco Sanitário Zero, (II) Desenvolvimento Local Integrado Sustentável e (III) Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologia para o Agronegócio.

Para desenvolver o último programa citado acima, a Apta fortalecerá a área de pesquisa tecnológica para o agronegócio, consolidando e promovendo a interação dos institutos de pesquisa que coordena. As atividades de geração e transferência de conhecimento executadas pela agência enfatizarão os temas bioenergia, segurança alimentar, sustentabilidade agro ambiental e organização do espaço rural e periurbano, além de produtos e processos estratégicos para a competitividade do agronegócio paulista.

Em consonância com esses temas, o Instituto Agrônômico (IAC) enfatizará pesquisas em melhoramento genético — particularmente em novas variedades adaptadas à renovação de canaviais e passíveis de inserção na matriz bioenergética — e em ecofisiologia vegetal, buscando alternativas de respostas aos efeitos de eventos e mudanças climáticas.

O Instituto Biológico buscará ampliar a competitividade dos agronegócios paulista e brasileiro no mercado internacional, além de desenvolver e produzir novos imunobiológicos e bioinseticidas.

O Instituto de Economia Agrícola (IEA) ampliará o acesso e a qualidade das bases de informações sócioeconômicas do agronegócio paulista, estimulando a rentabilidade e as oportunidades de negócios, além de identificar oportunidades, avaliar os potenciais arranjos produtivos locais e a demanda dos agentes integrados nas ações específicas de desenvolvimento local e regional.

O Instituto de Pesca desenvolverá pesquisas e ações que resultem na obtenção de novos produtos de qualidade, com certificação de origem, garantia de sanidade, elevada produtividade e sustentabilidade dos recursos naturais (hídricos e pesqueiros), e no estabelecimento de processos que permitam agregação de valor aos produtos gerados pelas cadeias produtivas do agronegócio do pescado.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) cuidará de avaliar físico-química e biologicamente produtos alimentícios e embalagens, apoiando a vigilância do sistema de defesa agropecuária paulista em suas ações corretivas e preventivas para assegurar a qualidade dos alimentos, possibilitando ofertar à população produtos melhores e mais seguros.

O Instituto de Zootecnia concentrará esforços na identificação de fontes zootécnicas (animais e forrageiras) renováveis de energia e na sua utilização em escala comercial, buscando, também, identificar

marcadores moleculares para detecção precoce de características desejáveis no produto animal comercial, além de técnicas de monitoramento de produtos animais para garantia de qualidade e origem, atendendo às exigências de rastreabilidade e de verificação da existência de resíduos químicos e biológicos.

A Apta regional perseguirá a diminuição das disparidades inter-regionais com a ampliação das possibilidades de produção, tanto das principais explorações agrícolas do Estado, quanto de novas alternativas e de nichos de mercado, objetivando o desenvolvimento sustentável – particularmente das pequenas propriedades rurais –, a integração lavoura-pecuária, a geração de emprego e renda e a inserção social.

A Gestão Pública: ações inovadoras de gestão e melhoria de qualidade

O governo do Estado de São Paulo está determinado a promover uma gestão pública profissional, eficiente, em dia com as tecnologias mais modernas de administração e aberta ao controle e à participação dos cidadãos. Quatro temas estratégicos nortearão a gestão do Estado de São Paulo no período 2008-2011:

- **Reforço da função Gestão de Governo**, por meio da implantação de gerir por resultados e do realinhamento de estruturas organizacionais; pela adoção de uma política mais ativa e criativa de Recursos Humanos com foco no planejamento da força de trabalho, na capacitação, na avaliação de desempenho e na adoção de políticas motivacionais; e por meio de melhor interligação com o Sistema de Planejamento;
- **Melhoria do Sistema de Planejamento**, através da criação de métodos de avaliação institucional e de políticas públicas; reforço dos laços com a política de Gestão Pública; aprimoramento da visão de longo prazo; e ações voltadas para reduzir os obstáculos às ações que envolvem atuação inter-setorial e regional;
- **Melhoria da relação de governança frente à burocracia**, ampliando a qualificação dos servidores para torná-los aliados em prol de maior modernização da gestão pública;

- **Fortalecimento da Gestão com tecnologia, informação e inovação**, alinhando a TIC aos objetivos do governo e inovando nas formas de trabalho e de relacionamento com a sociedade.

A eficiência na gestão pública e a qualidade do gasto não são objetivos em si, mas premissas para uma administração moderna e responsável. Mediante o aperfeiçoamento da gestão e da qualidade do gasto o governo alocará mais recursos para investimentos sociais e para a infra-estrutura, o que permitirá melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade da economia paulista. Essas características nortearão as ações do governo em sua firme determinação de promover o desenvolvimento econômico, reduzir as desigualdades sociais e regionais e propiciar uma mudança cultural na gestão do Estado, contribuindo para o deslocamento do foco nos “meios” para o foco em “resultados”.

6.1 A importância da gestão frente aos novos desafios institucionais

Nos últimos anos, inúmeras transformações afetaram o país e, conseqüentemente, o estado de São Paulo. A reorganização do sistema produtivo, o aumento da população e de sua concentração – que deu origem às macrometrópoles –, o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a busca do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável são algumas dessas transformações.

Como conseqüência, o setor público foi pressionado a renovar-se para fazer frente às novas demandas, como a de usar os recursos disponíveis da forma mais eficaz possível. Essas mudanças, ainda em curso, têm por objetivo dar respostas às demandas da sociedade por uma atuação das diferentes esferas de governo que seja eficiente e transparente; que promova soluções multissetoriais para questões complexas; e que inclua a plena utilização das novas e sofisticadas ferramentas institucionais e de gestão.

Entre os movimentos de renovação do Estado e de reformulação de seu papel, destacou-se a tendência à redução gradativa de seu papel enquanto produtor direto de bens e serviços e o reforço

de sua atuação como regulador e articulador. O foco da prestação de serviços pelo Estado moderno passou a ser direcionado para o núcleo essencial da função pública: os serviços de saúde, educação, segurança pública e administração previdenciária. Os demais deverão ser prestados em parceria com a iniciativa privada, no caso de serviços de infra-estrutura, ou com entidades sociais, a exemplo da gestão hospitalar e das ações de desenvolvimento social e cultural. Nesse novo cenário, caberá ao Estado buscar a excelência na prestação dos serviços que estão diretamente sob sua responsabilidade e preparar-se para agir como regulador e fiscalizador dos serviços delegados a seus parceiros.

Para corresponder a essas exigências, o estado de São Paulo desenvolverá novas habilidades e exercerá novas competências.

6.2 O papel do Estado como regulador

A necessidade de desempenhar o papel de regulador é uma demanda recente e advém desta transferência a entidades privadas, por meio de concessão dos serviços até então prestados diretamente por órgãos ou entidades estatais, e na conseqüente necessidade de regulação e fiscalização desses novos agentes, por tratar-se de serviços públicos. Uma das respostas dadas para enfrentar essa questão foi o processo de desestatização, marcado simultaneamente pela necessidade de reordenamento das finanças públicas e pela urgência de realização de investimentos em setores importantes.

Considerando a divisão de competências entre Estados, municípios e a União, a necessidade da presença dos primeiros fica mais evidente na regulação de serviços de transportes, saneamento, energia e gás canalizado, onde é o poder concedente, ou ainda quando tem alguma interface com a prestação dos serviços e recebe do poder concedente esta delegação, como ocorre com a distribuição de energia elétrica. Para desempenhar esse papel, a proposta do Estado de São Paulo está baseada numa concepção inovadora de regulação de serviços públicos, centrada na criação da Arsesp – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado, a partir da transformação da CSPE – Comissão de Serviços Públicos

de Energia, e no fortalecimento da Astesp – Agência Reguladora de Transportes do Estado.

A preparação das empresas estaduais para atuação em ambiente regulado é estratégica. Algumas iniciativas nesse sentido têm-se mostrado bem-sucedidas, a exemplo da implantação de metodologias que permitem a identificação e o monitoramento de indicadores de avaliação. A idéia central da adoção de medidas desse tipo é a de possibilitar o fortalecimento de mecanismos de participação da sociedade e de eficiência no exercício da administração pública.

6.3 Estado parceiro da sociedade: a participação da iniciativa privada e das entidades sociais.

Múltiplas ações para a efetivação de parcerias têm sido desenvolvidas nos últimos 12 anos com o intuito de retirar do Estado atividades que podem ser mais bem desenvolvidas por outros arranjos institucionais, pela municipalização, pelas parcerias com o terceiro setor e com a iniciativa privada, por meio de termos de concessões, de parcerias público-privadas (PPPs) e de contratos de gestão .

Visando a aperfeiçoar ações, coordená-las e integrá-las com as várias organizações do Estado, planeja-se criar, no âmbito da Secretaria de Gestão Pública, o Núcleo de Conhecimento da Contratualização na Gestão Pública e a Rede de Gestores, com dois focos prioritários: fortalecer a contratualização de resultados no Estado no âmbito das atividades-fim e fortalecer a gestão com foco no alcance de melhores resultados nas áreas meio. Estabelecer um modelo de gestão do sistema de parcerias do Estado de São Paulo com entidades sociais qualificadas como Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, em consonância com a legislação vigente inclui, entre outros, requisitos de conhecimento e de capacitação técnica especializada dos gestores públicos.

O governo paulista vem utilizando com sucesso a experiência das Organizações Sociais de Saúde (OSs), que assumiram o gerenciamento de recursos e a prestação de serviços hospitalares, com resultados elogiados pelos usuários e com qualidade reconhecida por instâncias nacionais de avaliação da assistência hospitalar. O modelo de Orga-

nizações Sociais vem sendo implantado também na área da Cultura com a realização de parcerias com entidades não-governamentais qualificadas de interesse público para obter mais eficiência, eficácia e flexibilidade de atuação dada a complexa realidade social em que esses serviços de cultura, assim como os de saúde, são prestados.

De outra parte, desde 1995, com a edição da Lei de Concessões, pretendeu-se incrementar a participação do setor privado no financiamento de grandes empreendimentos. A resposta foi a criação de uma nova modalidade de concessão: a Parceria Público-Privada (PPP). Além disso, ao contratar serviços mediante PPP é permitido ao poder público aproveitar a experiência e o conhecimento do parceiro privado visando a uma operação mais eficiente. Mas este novo modelo não é um instrumento institucional simples. Ao contrário, ele exige que o Estado esteja apto a lidar com ferramentas e estudos sofisticados, além de necessitar contar com uma estrutura organizacional capaz de lidar com as questões que surgem.

6.4 Estado articulador

A maior complexidade e integração requeridas na solução das questões atuais demandam também do Estado uma atuação articulada horizontalmente entre os diversos setores sociais e também entre as diferentes esferas de governo. Nesse sentido, a criação da Secretaria de Relações Institucionais objetiva melhorar o relacionamento com organizações e setores da sociedade civil para auxiliar na solução ou prevenção da integração de políticas para as populações vulneráveis, a defesa dos direitos da criança e do adolescente e o fomento às políticas públicas para a juventude.

O papel do Estado como articulador também está relacionado à visão regional, uma vez que os desafios da gestão pública extrapolam os limites de um município e exigem articulação entre diferentes atores públicos e privados. A edição da Lei Federal nº 11.107/05, a chamada Lei dos Consórcios Públicos, criou nova regulamentação jurídica para disciplinar as relações entre os entes federados e resgatou o debate acerca da cooperação federativa, especialmente quando relacionada à gestão associada de serviços públicos.

Cada vez mais a ação articulada é necessária, o que se pode perceber mais facilmente ao lidar com as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas em diversos programas do Estado, por exemplo, o Programa Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional, a execução do Rodoanel, a urbanização de favelas ou as opções da política de transportes metropolitanos. A tendência é que as parcerias entre União, Estados e municípios sejam cada vez mais freqüentes, exigindo-se que cada um destes agentes atue dentro de suas competências, a fim de somar esforços e obter melhores resultados.

Para que essa atuação seja bem-sucedida é necessário contar com funcionários preparados para lidar de forma coordenada com questões de alta complexidade, além de dispor de ferramentas para o acompanhamento e avaliação de projetos. Por isso, agentes e entidades de atuação local ou regional estão ganhando novo impulso no Estado. A instalação dos escritórios regionais de governo nas sedes regionais unificará, através da criação de um centro de gestão de atendimento integrado – como o Poupatempo – e de serviços compartilhados entre as secretarias, o atendimento das necessidades dos cidadãos, das prefeituras e das empresas no interior do Estado com características de eficiência, rapidez, simplificação, intersetorialidade, multifuncionalidade e flexibilidade.

6.5 Planejar e buscar uma gestão pública mais efetiva

A governança democrática interna ao Estado teve sua primeira fase de reformas administrativas baseada na questão da eficiência e no aumento da transparência social. Cabe agora entrar em uma segunda fase, que deverá ser norteadada pela gestão das pessoas e pela busca da efetividade, com a utilização de novas ferramentas gerenciais que interliguem melhor as funções relacionadas ao Orçamento, Planejamento, Gestão e a Avaliação de Políticas.

O Sistema de Planejamento transformou-se em uma área estratégica no governo paulista de um modo tal que a dinâmica do PPA alcançou uma posição central na lógica administrativa. Disso tem resultado diversos avanços. Já no início deste processo constituiu-se uma aliança bem-sucedida entre as funções de Orçamento e Planejamento. A nova etapa

perseguirá a integração entre as funções de Planejamento e Gestão, em especial com o desenvolvimento de políticas de Recursos Humanos.

Avançar nessa direção vai exigir o fortalecimento de carreiras vinculadas à gestão e, sobretudo, programas adequados de capacitação. O Sistema de Planejamento, a partir do qual se pode mensurar e avaliar o alcance das metas determinadas pelo PPA, será aperfeiçoado desde a etapa de formulação. Para construir uma administração por resultados é necessário definir indicadores e formas de mensuração, com investimentos em tecnologias de gestão e, ainda, em capacitação. Para tanto serão aperfeiçoadas o uso das TIC e as bases de dados estratégicas para a gestão dos programas e ações do PPA.

Um dos importantes problemas para a mudança da cultura gerencial é a fragilidade da memória administrativa. Apesar de haver uma série de sistemas e políticas de armazenamento e consolidação das informações, elas não servem de subsídio às decisões gerenciais, o que favorece uma gestão mais burocrática do que voltada para resultados. Para isso será incentivada a criação de relatórios gerenciais, capazes de usar os sistemas não só para armazenar as informações e dar-lhes um fluxo voltado para o controle como também para extrair maior potencial gerencial.

Igualmente relevante é a integração entre o macro e o micro planejamento, ou seja, do planejamento geral ao setorial e ao regional. Nesse sentido, está prevista a elaboração de plano de longo prazo para a avaliação das políticas públicas por meio de indicadores de sua efetividade. A implantação do sistema de informações geográficas para o planejamento irá possibilitar a inserção territorial nas decisões de investimento do governo nas regiões, além de promover a articulação inter setorial, orientar a definição de políticas e diretrizes de ordenação e desenvolvimento do território, espacialização de prioridades em face das carências de serviços públicos, articulação do planejamento setorial, localização dos conflitos e associação de oportunidades.

Para o apoio a essas atividades deve-se salientar o significativo processo de sistematização e análise de dados socioeconômicos, geográficos e cartográficos que deve ser empreendido por entidades como a Fundação Seade, o Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) e a Emplasa, encarregadas de coletar, produzir e disseminar informações e análises de dados para a formulação e acompanhamento de políticas públicas, a tomada de decisões e a construção de diagnósticos sobre o

desenvolvimento econômico e social paulista. A ampla base de conhecimento sobre o Estado de São Paulo, também produzida internamente às Secretarias de Estado, necessitará de contínua atualização e aperfeiçoamento de instrumentos e processos, visando à melhoria da atuação pública, à transparência e a entrega à população de instrumentos e dados confiáveis sobre a evolução das condições sociais, econômicas e ambientais no Estado.

O acompanhamento dos programas e ações do PPA e o monitoramento e avaliação dos programas governamentais prioritários possibilitam refinamento da análise do gasto, concentração de esforços da administração pública na execução dos programas e ações existentes, transparência na prestação de contas e qualidade na gestão pública. Para essas ações serão construídos mecanismos e espaços de colaboração e coordenação inter setoriais, definidos e implantados procedimentos, tecnologia e responsáveis para avaliar os resultados dos programas, projetos e atividades.

6.6 Eficiência e eficácia do gasto público

Colhendo os frutos do ajuste fiscal iniciado em 1995, o Estado de São Paulo foi autorizado, pela primeira vez desde então, a contratar novas operações de crédito para ampliar os investimentos públicos. Apesar do sucesso, a restrição fiscal representada por uma dívida contratual elevada, mas sob controle, sugere que é necessário manter uma gestão cuidadosa das contas públicas estaduais, particularmente no campo das despesas.

Um dos principais esforços do atual governo em seus primeiros meses foi demonstrado com a aprovação dos Projetos de Lei Complementar 30, 31 e 32 pela Assembléia Legislativa. Esses projetos, que foram convertidos em lei, instituem o órgão gestor único da previdência estadual e adequam as contribuições pagas pelos servidores, assim como os benefícios recebidos pelos mesmos, às últimas reformas feitas na legislação nacional. Essas três leis em conjunto permitiram que o Estado mantivesse o seu Certificado de Regularidade Previdenciária e, com isso, se habilitasse a receber recursos de convênios do governo federal e empréstimos de instituições financeiras federais. O desafio que se co-

loca agora é de estruturar a São Paulo Previdência (SPPrev) de maneira a torná-la uma eficiente gestora do sistema único de previdência do Estado. Por isso, dentro do cronograma previsto na lei que criou a SPPrev, o governo do Estado irá regulamentar a legislação, criar e estruturar a entidade gestora que receberá atribuições que hoje estão dispersas em seis órgãos do Poder Executivo, e nas autarquias e fundações, além dos demais poderes.

Junto com esses esforços será feita uma análise da situação atuarial da carteira unificada, a verificação da consistência e o aperfeiçoamento da base de dados previdenciários e a criação de um sistema de inteligência previdenciária que interligue bancos de dados e com isso coíba as fraudes. O objetivo último de todos esses esforços é garantir uma aposentadoria condizente para os servidores estaduais, sem que isso seja um empecilho para a boa gestão fiscal e o aumento dos investimentos do Estado.

Uma agenda que se coloca cada vez mais forte para o governo do Estado é a questão da qualidade do gasto público. Uma consequência natural do esforço de contratualização de resultados pelo governo é permitir que as ações do Estado possam ser avaliadas também do ponto de vista de efetivos impactos da ação governamental sobre a população alvo de cada política pública.

O processo de avaliação das ações públicas enfatizando seu impacto sobre a qualidade dos serviços públicos, a auditoria de resultados, busca medir o desempenho de cada unidade administrativa do Estado, comparando-a com seus pares na administração Estadual e com unidades de outros estados e países reconhecidos como detentores das melhores práticas em sua área. Os sistemas de custos públicos e de controle dos serviços de utilidade pública servirão como insumos para a avaliação de resultados. Mas serão também ferramentas para o aperfeiçoamento da gestão do Estado. O primeiro irá permitir que, partindo das informações disponíveis nos sistemas orçamentário-financeiros do Estado, se apropriem os custos por unidade administrativa. Informações que hoje estão concentradas em uma unidade ou agregadas em níveis mais gerais serão desmembradas. O sistema de controle dos serviços de utilidade pública, por sua vez, permitirá que o Estado identifique se suas contas estão sendo empenhadas e pagas em dias, evitando o pagamento de multas e juros de mora, além de

identificar o consumo de água, luz, gás, etc. por unidade. Isso permitirá criar medidas para melhorar o gasto. Essas três medidas, em conjunto, permitirão identificar e disseminar as melhores práticas em gestão pública no âmbito do governo do Estado.

Essas ações irão se somar às demais medidas que buscam melhorar a eficiência e a eficácia do gasto público, como a obrigatoriedade do uso do pregão eletrônico nas licitações em que tal modalidade é possível, a Nota Fiscal Eletrônica e a Nota Fiscal Paulista que, ao estimular a cidadania fiscal, combate a sonegação e permite a redução da carga tributária individual.

6.7 Gestão de recursos humanos

Em conjunto com a mudança de vários processos da administração pública, das inovações trazidas pela Tecnologia da Informação e Comunicação e a redefinição das tarefas do Estado, deve-se focar as pessoas que trabalham no governo do Estado. A política a ser implantada repensará o perfil da força de trabalho, tratará de adequá-la aos novos desafios, à nova configuração da macroestrutura do governo e aos novos processos de trabalho.

No que tange à remuneração do servidor, dois princípios serão seguidos. O primeiro será a implantação efetiva de um sistema de remuneração por resultados baseado em metas alcançadas. Ou seja, serão premiados os servidores e unidades administrativas de melhor desempenho. A remuneração por resultados alcançados é uma consequência natural da contratualização na gestão pública e da auditoria de resultados que, em conjunto, formam um vértice coeso do plano de gestão pública do Estado.

A revisão e a simplificação do sistema de remuneração do Estado, por sua vez, estão intimamente ligadas ao novo sistema informatizado de folha de pessoal a ser desenvolvido e implantado ao longo do PPA pela Secretaria de Fazenda em conjunto com as demais secretarias. O novo sistema de processamento da folha de pagamentos promoverá não só essa atualização tecnológica, como permitirá novas funcionalidades e consultas hoje inexistente. A entrada de dados passará a ser descentralizada e via internet, nos moldes do Siafem, os cálculos

retroativos passarão a ser automáticos e será possível manter um histórico funcional do servidor. Tudo isso permitirá um melhor controle da folha de pagamentos, uma vez que esforços despendidos hoje no processamento passarão a ser utilizados para a auditoria e controle.

O primeiro passo na reformulação do perfil da força de trabalho é a criação de uma carreira horizontal na administração pública estadual, com foco no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Esses profissionais deverão ter uma visão ampla da administração pública e atuarão nas diversas secretarias do Estado. Paralelamente, a carreira de gestor de orçamento, finanças e controle também será fortalecida.

Coerentemente, o governo promoverá a formação e capacitação da força de trabalho tendo em vista as prioridades do Estado. Isso implica fortalecer uma cultura gerencial, pró-ativa, voltada para a produção de resultados, abandonando de vez a cultura burocrática. O esforço em capacitação nos últimos três anos nas várias escolas de governo existentes no Estado tem sido intenso.

Na Egap/Fundap, por exemplo, mais de 8 mil gestores públicos participaram do Programa de Desenvolvimento Gerencial e mais de 30 mil servidores frequentaram cursos nas áreas de compras, atendimento ao cidadão, gestão de programas do PPA, especializações, entre outras.

6.8 Melhoria da organização do Estado

Um diagnóstico sintético da organização e operação administrativa do Estado de São Paulo apontaria para a existência de uma gestão por resultados no Estado ainda não totalmente satisfatória, apesar da existência de controles de insumos e processos. O caminho da racionalização, simplificação e desregulamentação legal será parte integrante da modernização da gestão pública.

Vários programas deste PPA destinam-se a reverter esse quadro e fortalecer a capacidade de planejamento e de gestão das organizações do Estado por meio de ações de modernização das estruturas e da revisão dos processos de trabalho tendo como premissa a gestão por resultados. Muitas ações estão sendo empreendidas para a introdução

de processos inovadores de trabalho, com o uso das tecnologias da informação e comunicação, apoiando a desburocratização, a integração, a simplificação e agilidade do governo e dos serviços prestados. O desenvolvimento de estruturas organizacionais mais ágeis está em curso.

A instalação da Secretaria de Gestão e da Secretaria de Desenvolvimento no mesmo edifício da Secretaria de Saneamento e Energia criou a oportunidade do estabelecimento da gestão comum da área meio através de uma unidade que está sendo denominada de **Centro de Serviços Compartilhados**. Esse novo modelo visa a unificar os serviços de apoio administrativo/financeiro das referidas secretarias com ganhos de produtividade e melhoria na qualidade do desempenho dessas áreas. Esta experiência inovadora de gestão na área meio será utilizada na implantação dos escritórios regionais de governo e será ponto de partida para o estabelecimento de um modelo de gestão da área meio, focada em processos, com redução de cargos e ganhos de desempenho.

O governo paulista tem investido e criado boas e inovadoras tecnologias de gestão, como o demonstram os bem-sucedidos casos das compras eletrônicas, dos centros de atendimento integrado e dos programas de qualidade. Existem ainda várias ações neste campo para a estruturação de centros de custos mais efetivos, capazes de melhorar a gestão da eficiência (aspecto no qual São Paulo vem tendo bons resultados). Para o futuro, o governo desenvolverá ferramentas de avaliação, tanto de desempenho individual como institucional.

Com o mesmo intuito de melhorar a coordenação entre as unidades do Estado, facilitar a vida do cidadão e com isso contribuir para o desenvolvimento econômico, o governo lançou em 2007 o Programa Estadual de Desburocratização, cujas ações terão continuidade durante o período deste PPA.

6.9 Difusão de informações do governo para o cidadão: as prestações de contas

Os avanços nos campos da informática e dos sistemas de informação em São Paulo são inegáveis. Esta área tem um forte impacto transversal na administração pública e nas ações relacionadas ao

fortalecimento da gestão com tecnologia, inovação e informação. Com isso, o governo avançou bastante nos últimos anos no relacionamento com a sociedade, o que pode ser visto pelo número significativo de experiências bem-sucedidas de aumento da transparência e participação dos cidadãos nas políticas governamentais.

A ampliação e a melhoria das informações do governo eletrônico também estão nos planos do governo paulista, o qual também avançou em suas políticas de transparência governamental. Entre as tecnologias de gestão adotadas pelo Estado de São Paulo, duas são muito bem sucedidas e serão ampliadas: o **Poupatempo** e as Compras Eletrônicas, já usadas em 30% das compras que dispensam licitações, além de terem gerado uma grande economia – 24,71% na Bolsa Eletrônica do Estado (BEC) e 15,76% nos pregões. O Estado de São Paulo é um dos mais desenvolvidos do País em termos de Governo Eletrônico: quase todos os seus órgãos têm página na Internet, sendo 57% com páginas estáticas e 43% com páginas dinâmicas. As inovações na gestão deste sistema têm sido substanciais. As tecnologias de informação e comunicação provocaram uma profunda transformação na atuação governamental em relação à difusão de informação para o cidadão. Nas últimas gestões do governo do Estado de São Paulo, a modernização dos processos administrativos com o uso intensivo das TICs resultou em ganhos de eficiência, tendo contribuído de modo expressivo para o controle fiscal (com economias em torno de R\$ 19,8 bilhões) e em melhorias na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Grandes mudanças na forma de prestação de serviços foram induzidas através da Internet, como exemplificam o pagamento do IPVA e o licenciamento *on-line*; o acesso a mais de 300 serviços de forma virtual, tal como a obtenção de atestados de antecedentes criminais, a Rede do Saber, de ensino a distância, dentre outros.

No período deste PPA será melhorada a coordenação de sistemas e informações, a integração de serviços no âmbito do Estado, entre as esferas de governo e entre os poderes, e o fortalecimento da gestão com inovação e tecnologia, visando a aumentar a eficiência e a transparência nas ações de governo.

Ampliar o acesso à população a essas informações e serviços passa também por mecanismos de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo, como o ACESSA São Paulo, que oferece à população **infocen-**

tros, espaços públicos com computadores para acesso gratuito e livre à Internet. Até dezembro de 2007, o Estado contava com 403 infocentros e a meta é ampliar este número no período de 2008-2011.

Além disso, é uma das metas do governo do Estado transformar todos os 645 municípios paulistas em **Municípios Digitais** com conexão de banda larga à Internet. Para tanto, é fundamental o envolvimento da prefeitura e sociedade local. O segundo passo para universalizar o acesso com qualidade à Internet será abrir a conexão de banda larga por meio de redes sem fio (wireless) para qualquer cidadão, empresa ou entidade social do município. Nos municípios com mais de 100 mil habitantes, o governo do estado estimulará as prefeituras a estudar e a implantar redes públicas nos bairros que não têm oferta comercial de banda larga.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNADOR - JOSÉ SERRA
VICE-GOVERNADOR - ALBERTO GOLDMAN

Administração Penitenciária

Antonio Ferreira Pinto

Agricultura e Abastecimento

João de Almeida Sampaio Filho

Assistência e Desenvolvimento Social

Rogério Pinto Coelho Amato

Casa Civil

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Casa Militar

Coronel PM Miguel Libório Cavalcante Neto

Comunicação

Bruno Caetano

Cultura

João Sayad

Desenvolvimento

Alberto Goldman

Economia e Planejamento

Francisco Vidal Luna

Educação

Maria Helena Guimarães de Castro

Emprego e Relações do Trabalho

Guilherme Afif Domingos

Ensino Superior

Carlos Alberto Vogt

Esporte, Lazer e Turismo

Claury Santos Alves da Silva

Fazenda

Mauro Ricardo Machado Costa

Gestão Pública

Sidney Estanislau Beraldo

Habitação

Lair Alberto Soares Krähenbühl

Justiça e Defesa da Cidadania

Luiz Antonio Guimarães Marrey

Meio Ambiente

Francisco Graziano Neto

Procuradoria Geral do Estado

Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo

Relações Institucionais

José Henrique Reis Lobo

Saneamento e Energia

Dilma Seli Pena

Saúde

Luiz Roberto Barradas Barata

Segurança Pública

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão

Transportes Metropolitanos

José Luiz Portella Pereira

Transportes

Mauro Guilherme Jardim Arce

Universidade de São Paulo

Reitora: Suely Vilela

Universidade Estadual de Campinas

Reitor: José Tadeu Jorge

Universidade Estadual Paulista

Reitor: Marcos Macari

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO POR ORGÃOS

Valores em R\$ 1.000

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	DEMAIS RECURSOS	TOTAL
1000 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1.894.791	1.354	1.896.145
150 - PROCESSO LEGISLATIVO			
151 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
2000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.386.985		1.386.985
200 - CONTROLE EXTERNO			
3000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	19.985.618	200.000	20.185.618
303 - PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA			
6000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	145.312		145.312
600 - PROCESSO JUDICIÁRIO MILITAR			
8000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	56.847.750		56.847.750
0 - ENCARGOS GERAIS			
801 - PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO			
802 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
803 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL			
804 - MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO			
805 - PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL			
807 - INFORMATIZAÇÃO ESCOLAR			
808 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA			
813 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL			
814 - EXPANSÃO, MELHORIA E REFORMA DA REDE FÍSICA ESCOLAR			
815 - GESTÃO INSTITUCIONAL E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
9000 - SECRETARIA DA SAÚDE	39.770.353	331.101	40.101.454
0 - ENCARGOS GERAIS			
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
910 - PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS			
914 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS			
926 - APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COM O OBJETIVO DE UNIVERSALIDADE			
927 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL			
928 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIB. PRETO			
929 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO			
930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP			
931 - CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
932 - CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE			
933 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
934 - DIAGNÓSTICO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO E EPIDEMIOLOGIA EM CÂNCER			
935 - PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS			
936 - DOE SANGUE, DOE VIDA			
937 - CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO SUS			
938 - PROGRAMA BOA VISÃO			
3904 - SANEAMENTO PARA TODOS			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	5.159.472	136.400	5.295.872
0 - ENCARGOS GERAIS			
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
1015 - DESENVOLVIMENTO LOCAL			
1018 - COMÉRCIO EXTERIOR E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL			
1021 - GESTÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE			
1023 - ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO			
1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO			
1026 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
1027 - INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE			
1033 - CRIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS E ESTRATÉGICAS			
1034 - DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO			
1035 - ENSINO MÉDIO - CENTRO E.T. PAULA SOUZA			
1036 - POLÍTICAS DE IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO			
1037 - QUALIDADE DA ENGENHARIA E DA INFRA-ESTRUTURA PAULISTA			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	2.237.905		2.237.905
1201 - FOMENTO E DIFUSÃO CULTURAL			
1203 - FORMAÇÃO ARTÍSTICA			
1206 - RÁDIO E TV EDUCATIVAS			
1207 - FÁBRICAS DE CULTURA - PROGRAMA PARA INCLUSÃO SOCIAL			
1213 - GESTÃO DE RECURSOS DA SECRETARIA DA CULTURA			
1214 - MUSEU VIVO			
1215 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	3.481.519	272.176	3.753.695

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO POR ORGÃOS

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	DEMAIS RECURSOS	TOTAL
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
1301 - GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO			
1307 - DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL			
1308 - SEGURANÇA ALIMENTAR			
1309 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO AGRONEGÓCIO PAULISTA			
1310 - MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE QUALIDADE DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS			
1311 - DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE			
1313 - RISCO SANITÁRIO ZERO			
1314 - INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O AGRONEGÓCIO			
2821 - ECOPEFI - ECO-DESENVOLVIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
4503 - INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS			
16000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	13.769.876	8.346.684	22.116.560
0 - ENCARGOS GERAIS			
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
1601 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO			
1602 - GESTÃO DA MALHA HIDROVIÁRIA			
1603 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS, PERMITIDOS E AUTORIZADOS			
1604 - SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA			
1605 - OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS			
1606 - AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA			
1607 - MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			
1608 - TRAVESSIAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO			
1609 - CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA			
1610 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA			
1611 - TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
17000 - SEC.DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	3.881.436		3.881.436
0 - ENCARGOS GERAIS			
1701 - INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA CIDADANIA			
1702 - ASSISTÊNCIA À VÍTIMA			
1703 - PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS			
1704 - PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS			
1708 - MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS			
1709 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA			
1710 - ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO			
1711 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR			
1714 - PERÍCIA JUDICIAL			
1717 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE EDIFICAÇÕES FORENSES DO JUDICIÁRIO			
1719 - APOIO AOS CONSELHOS			
1724 - METROLOGIA E QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS			
1727 - MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA			
1728 - MODERNIZAÇÃO DA FUND.CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - CASA			
1729 - ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	37.921.754	698.000	38.619.754
0 - ENCARGOS GERAIS			
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
1704 - PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS			
1801 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE			
1804 - SINAL VERDE			
1807 - POLICIAMENTO OSTENSIVO			
1811 - CORPO DE BOMBEIROS			
1814 - MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			
1816 - ATENDIMENTO DE SAÚDE AOS POLICIAIS MILITARES			
1817 - ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO - CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR			
1818 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	23.052.837	924.337	23.977.174
0 - ENCARGOS GERAIS			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
1015 - DESENVOLVIMENTO LOCAL			
2002 - CONTROLE E AVALIAÇÃO			
2003 - CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES PÚBLICOS			
2004 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA			
2005 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO			
2007 - GESTÃO FINANCEIRA			
2009 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA FAZENDA			
2010 - CARTEIRAS AUTÔNOMAS DE PREVIDÊNCIA			
2012 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE SÃO PAULO			
2013 - OPERAÇÕES DO BANCO NOSSA CAIXA			
2015 - PREVIDÊNCIA ESTADUAL			

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO POR ORGÃOS

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	DEMAIS RECURSOS	TOTAL
2016 - CONTROLE DE ENTIDADES DESCENTRALIZADAS E DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICAS			
2019 - ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS DE SEGUROS			
2020 - CONSCIENTIZAÇÃO FISCAL			
2021 - IMPLANTAÇÃO DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA			
2022 - SISTEMA DE GESTÃO POR RESULTADOS DA SECRETARIA DA FAZENDA			
2023 - REGISTRO DO COMÉRCIO			
2024 - COORDENAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS			
2308 - EMPREENDEDORISMO			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
21000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO	123.030.104		123.030.104
0 - ENCARGOS GERAIS			
2101 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
2104 - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - LEI 4819/58			
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	941.102		941.102
0 - ENCARGOS GERAIS			
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
2301 - DESENVOLVIMENTO TÉCNICO PARA EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE			
2302 - FOMENTO AO EMPREGO E RENDA			
2303 - LAZER DO TRABALHADOR			
2305 - FOMENTO AO TRABALHO ARTESANAL			
2308 - EMPREENDEDORISMO			
2390 - PROGRAMA ESTADUAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO - PED			
3516 - FAMÍLIA CIDADÃ - AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO	3.030.314	2.220.000	5.250.314
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
2505 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SOCIAL PARA HABITAÇÃO			
2507 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL			
2508 - PROVISÃO DE MORADIAS			
2509 - REQUALIFICAÇÃO DE MORADIAS			
2510 - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS			
3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAS DE INTERESSE REGIONAL			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	2.955.113	43.252	2.998.365
0 - ENCARGOS GERAIS			
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
2602 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL			
2604 - GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL			
2607 - GESTÃO AMBIENTAL			
2608 - PESQUISA AMBIENTAL			
2609 - PLANEJAMENTO AMBIENTAL			
2610 - PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS			
2611 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS			
2821 - ECOPEFI - ECO-DESENVOLVIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA			
3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAS DE INTERESSE REGIONAL			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
27000 - MINISTÉRIO PÚBLICO	5.128.520		5.128.520
2701 - DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA			
28000 - CASA CIVIL	576.866		576.866
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
2801 - PREVINE SÃO PAULO - DEFESA CIVIL			
2803 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO			
2822 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL			
2823 - SISTEMA ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO			
2824 - ARQUIVO DO ESTADO - MEMÓRIA E GESTÃO DOCUMENTAL			
3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
29000 - SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	1.813.948		1.813.948
0 - ENCARGOS GERAIS			
2901 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO			
2903 - DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS			
2906 - SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO			
2909 - GESTÃO EM ECONOMIA E PLANEJAMENTO			
2913 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
2914 - PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO REGIONAL			
2915 - GESTÃO DE INVESTIMENTOS EM PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLV.			

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO POR ORGÃOS

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	DEMAIS RECURSOS	TOTAL
2916 - SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS SOCIOECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS E CARTOGRAFICOS			
35000 - SECR.EST. DE ASSISTÊNCIA E DESENV.SOCIAL	1.693.402		1.693.402
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
3511 - CAPACITAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL			
3512 - INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOCIAIS			
3513 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
3514 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			
3515 - REDE SOCIAL SÃO PAULO			
3516 - FAMÍLIA CIDADÃ - AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	18.155.263	13.744.805	31.900.068
0 - ENCARGOS GERAIS			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
3703 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - PITU VIVO			
3706 - EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE - PITU EM MARCHA			
3707 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO - PITU EM MARCHA			
3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	8.021.648		8.021.648
0 - ENCARGOS GERAIS			
3801 - EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL			
3805 - REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO/INTERNADO E EGRESSO			
3806 - GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL			
3810 - RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA	3.179.267	23.732.663	26.911.931
0 - ENCARGOS GERAIS			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
3904 - SANEAMENTO PARA TODOS			
3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAS DE INTERESSE REGIONAL			
3907 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES			
3913 - PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS			
3921 - PROGRAMA ESTADUAL DE ENERGIA E MINERAÇÃO			
3925 - SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA			
3929 - EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO DE OBRAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO			
3930 - FORTALECIMENTO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS DO ESTADO EM SANEAMENTO E ENERGIA			
3931 - GESTÃO ADMINISTRATIVA EM SANEAMENTO E ENERGIA			
3932 - IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO			
3933 - UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO URBANO			
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	5.639.889		5.639.889
0 - ENCARGOS GERAIS			
4001 - ADVOCACIA DO ESTADO			
4004 - APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E DIVULGAÇÃO			
4005 - CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA			
4006 - GESTÃO DA PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	391.709	5.000	396.709
4105 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO			
4106 - FAZENDO A DIFERENÇA			
4107 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO			
4108 - NOVOS RUMOS, NOS VELHOS TRILHOS			
4109 - SÃO PAULO: DO LAZER E DO ESPORTE TOTAL			
4110 - AMPLIAÇÃO DO ACESSO À PRÁTICA DO ESPORTE, LAZER E TURISMO			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
42000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	1.534.619		1.534.619
4200 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA AOS NECESSITADOS			
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	24.569.686		24.569.686
0 - ENCARGOS GERAIS			
100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO			
1024 - ENSINO PÚBLICO TÉCNICO			
4300 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR			
4301 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS			
4302 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR			
4304 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA			
44000 - SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA	2.849.453	151.914	3.001.367
0 - ENCARGOS GERAIS			
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
4401 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA			
4402 - MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO			

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO POR ORGÃOS

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	DEMAIS RECURSOS	TOTAL
4403 - MELHORIA DOS RECURSOS HUMANOS DO ESTADO			
4404 - QUALIDADE EM GESTÃO PÚBLICA			
4405 - CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL DA PRODESP			
4406 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4503 - INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS			
45000 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	422.689	126.678	549.367
102 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
4502 - MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL			
4503 - INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS			
4504 - MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E DO SICOM - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO			
46000 - SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	105.278		105.278
0 - ENCARGOS GERAIS			
4407 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO			
4501 - COMUNICAÇÃO SOCIAL			
4601 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS			
4602 - INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES VULNERÁVEIS			
4603 - DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
4604 - SÃO PAULO - DINÂMICA JOVEM			
4606 - INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS			
TOTAL	413.574.478	50.934.365	464.508.843

A SOMA DAS PARCELAS PODEM NÃO COINCIDIR COM O TOTAL EM FUNÇÃO DE ARREDONDAMENTOS EFETUADOS NOS DADOS PARCIAIS.

Programa**150 PROCESSO LEGISLATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.879.096.326
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.847.331.793	30.410.533
Demais Recursos	1.352.000	2.000
Total	1.848.683.793	30.412.533

Objetivo

GARANTIR SUPORTE MATERIAL E TÉCNICO AO ADEQUADO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E SUA DIVULGAÇÃO.

Justificativa

O DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS NECESSITA DE SUPORTE PARA ATINGIR A CONSECUÇÃO DE SUA FINALIDADE JUNTO À SOCIEDADE.

Público Alvo

POPULAÇÃO PAULISTA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	3.500	14.000

Ações	Meta do Período	Produto
CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PAULISTA	12	TEMA LEGAL CONSOLIDADO
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	33.200	HORAS/AULA
DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS	35.064	HORAS TRANSMITIDAS
ESTUDOS E PESQUISAS PARA SUBSIDIAR ATIVIDADES POLÍTICAS	160	ESTUDOS REALIZADOS
FUNIONAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	1.220	SESSÕES LEGISLATIVAS
PALÁCIO 9 DE JULHO - REFORMAS/INSTALAÇÕES	128	OBRAS E/OU REFORMAS
QUALIDADE TOTAL	40	AUDITORIAS REALIZADAS

Programa**151 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	17.048.312
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	17.048.312	
Demais Recursos		
Total	17.048.312	

Objetivo

UTILIZAR FERRAMENTAS DA INFORMÁTICA PARA LEVAR INFORMAÇÃO À SOCIEDADE, DE FORMA TRANSPARENTE E OBJETIVA.

Justificativa

NA GESTÃO DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTÃO CONTIDOS OS PROJETOS ALINHADOS COM AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA DIREÇÃO DA CASA, QUE VISAM LEVAR INFORMAÇÃO À SOCIEDADE.

Público Alvo

POPULAÇÃO PAULISTA.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÍVEL DE INFORMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ALESP	65	90
GRAU DE INTEGRAÇÃO COM MUNICÍPIOS	0	97,67

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	144	PROCESSOS INFORMATIZADOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.700	ESTAÇÕES DE TRABALHO EM REDE
INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO	630	MUNICÍPIOS INTEGRADOS

Programa**200 CONTROLE EXTERNO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.386.985.302
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.354.456.023	32.529.279
Demais Recursos		
Total	1.354.456.023	32.529.279

Objetivo

GARANTIR A BOA GESTÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE, CONTRIBUINDO NO APERFEIÇOAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, AMPLIANDO O EMPREGO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E APRIMORANDO A ESTRUTURA NORMATIVA DE SUPORTE AO CONTROLE EXTERNO, TREINANDO SEU CORPO TÉCNICO, BEM COMO ORIENTANDO O PÚBLICO ALVO QUANTO AOS MECANISMOS E INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA.

Justificativa

DADA A AMPLITUDE E COMPLEXIDADE DO ESTADO, BEM COMO O GRANDE VOLUME DOS SEUS ATOS O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO TERÁ DE AMPLIAR SUA ESTRUTURA, COM VISTAS AO ATENDIMENTO AO TERCEIRO SETOR; E AINDA, ENFRENTAR DESAFIOS NA BUSCA DE MEIOS E TÉCNICAS MODERNAS DE VERIFICAÇÃO DE CONTAS PÚBLICAS PARA COBRAR MAIS RESULTADOS DA PARTE DOS PODERES DO ESTADO.

Público Alvo

ORDENADORES DE DESPESA, GESTORES E REPONSÁVEIS POR BENS E VALORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO E DE SEUS MUNICÍPIOS, EXCETO O DA CAPITAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE PROCESSOS APRECIADOS	93	100

Ações	Meta do Período	Produto
CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE SEDES DO TRIBUNAL	23	OBRAS REALIZADAS
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	367.000	AUDITORIAS REALIZADAS
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	72 %	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO IMPLANTADAS

Programa**303 PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Valor do Programa no Período	R\$	20.185.617.844
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	19.875.061.655	110.556.189
Demais Recursos		200.000.000
Total	19.875.061.655	310.556.189

Objetivo

AMPLIAR E MODERNIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS.

Justificativa

CRESCENTE DEMANDA DE PROCESSOS ACOLHIDOS, DECORRENTE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSAGRADOS AO INDIVÍDUO

Público Alvo

CIDADÃO, OPERADORES DO DIREITO, SERVIDORES DO TRIBUNAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
AÇÕES JULGADAS.	441.549	21.194.352

Ações	Meta do Período	Produto
CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO JUDICIÁRIO	1	PRÉDIO CONSTRUIDO
DILIGÊNCIAS JUDICIAIS	35.200.000	DILIGÊNCIAS REALIZADAS
DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA	24.500.000	AÇÕES JULGADAS
FUNIONAMENTO DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA	590	EVENTOS REALIZADOS
INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	381	UNIDADES INFORMATIZADAS
INSTALAÇÃO DE VARAS JUDICIAIS	600	VARAS INSTALADAS
POSTOS JUDICIAIS DE AUTO-ATENDIMENTO E DE JUSTIÇA ITINERANTE	400	POSTOS INSTALADOS
REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	56.000	SERVIDORES BENEFICIADOS

Programa**600 PROCESSO JUDICIÁRIO MILITAR**

Valor do Programa no Período	R\$	145.311.924
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	139.866.612	5.445.312
Demais Recursos		
Total	139.866.612	5.445.312

Objetivo

PROCEDER A DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA, VISANDO MINIMIZAR A CRIMINALIDADE E MANTER OS PRINCÍPIOS DE DISCIPLINA E HIERARQUIA, BEM COMO PROMOVER O CONSTANTE INCENTIVO AO APRIMORAMENTO FUNCIONAL DOS OFICIAIS E PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO, COM CONSEQÜENTE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE, MEDIANTE JULGAMENTO DE AÇÕES CRIMINAIS E CÍVEIS.

Justificativa

DELITOS PRATICADOS, BEM COMO DISTINÇÕES POR RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS, NO CUMPRIMENTO DO DEVER, POR INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO.

Público Alvo

POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
INDICADOR DE JULGAMENTO DE PROCESSOS	52	57

Ações

	Meta do Período	Produto
DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA MILITAR	13.100	AÇÕES JULGADAS
IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO VIRTUAL	1	SISTEMA IMPLANTADO
INSTALAÇÃO DE AUDITORIAS	2	AUDITORIAS INSTALADAS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.646.269
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.646.269	
Demais Recursos		
Total	1.646.269	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**801 PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO-MUNICÍPIO**

Valor do Programa no Período	R\$	875.487.325
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	600.726.067	274.761.258
Demais Recursos		
Total	600.726.067	274.761.258

Objetivo

MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COMPARTILHANDO COM OS MUNICÍPIOS A RESPONSABILIDADE COM O ENSINO FUNDAMENTAL E GARANTINDO A MELHORIA DO ENSINO MÉDIO, ATRAVÉS DA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA E DO APRENDIZADO EXIGIDO PARA ESTE NÍVEL DE ENSINO, GARANTINDO TRANSPORTE ESCOLAR E PRÉDIOS COM SALAS DE AULA ADEQUADAS.

Justificativa

A EDUCAÇÃO É UM FATOR FUNDAMENTAL DE JUSTIÇA SOCIAL. À MEDIDA QUE SE MUNICIPALIZA O ENSINO, O MUNICÍPIO TORNA-SE SEU PRÓPRIO GESTOR. ASSIM, CONTRATA PROFESSORES, DESENVOLVE SUA GESTÃO ADMINISTRATIVA, TRATA DO TRANSPORTE ESCOLAR, REALIZA OBRAS E REFORMAS COM MÃO DE OBRA LOCAL, E, APLICA OS RECURSOS EM PROL DOS PROFISSIONAIS DA COMUNIDADE.

Público Alvo

ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPALIZADOS	50.000	200.000
NÚMERO DE PRÉDIOS ESCOLARES EXECUTADOS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS PAC E O TOTAL DE PRÉDIOS EXISTENTES.	170	770
ALUNOS TRANSPORTADOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL	374.000	376.400

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÃO COOPERATIVA ESTADO-MUNICÍPIO PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES	770	PRÉDIOS ESCOLARES ATENDIDOS
MUNICIPALIZAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	200.000	ALUNOS MUNICIPALIZADOS
TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	376.400	ALUNOS TRANSPORTADOS

Programa**802 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Valor do Programa no Período	R\$	831.591.683
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	805.527.374	26.064.309
Demais Recursos		
Total	805.527.374	26.064.309

Objetivo

FORNECER AOS ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL REFEIÇÃO BALANCEADA, SUPRINDO NO MÍNIMO O EQUIVALENTE A 15% DAS RECOMENDAÇÕES NUTRICIONAIS DIÁRIAS.

Justificativa

O ATENDIMENTO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, QUE PROPÕE O SUPRIMENTO DE PARTE DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS, CONTRIBUINDO PARA O BEM ESTAR FÍSICO E MENTAL, E, CONSEQUENTEMENTE, DIMINUINDO A EVASÃO E MELHORANDO O RENDIMENTO ESCOLAR.

Público Alvo

ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS PELA OFERTA DE MERENDA NO SISTEMA CENTRALIZADO/ANO.

Mais recente
1.000.000

Ao final do Plano
1.000.000

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM RECURSOS DE CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS	4.000.000	ALUNOS ATENDIDOS
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	16.000	PROFISSIONAIS CAPACITADOS
PROVISÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA	2.000	ESCOLAS ATENDIDAS
SISTEMA DESCENTRALIZADO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	6.893.076	ALUNOS ATENDIDOS
SUPRIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS E SERVIÇOS	11.609.516	ALUNOS ATENDIDOS

Programa**803 MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	21.318.073.274
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	21.300.390.364	17.682.910
Demais Recursos		
Total	21.300.390.364	17.682.910

Objetivo

ASSEGURAR A TODOS OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, INCLUINDO AQUELES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, A PERMANÊNCIA E O PERCURSO ESCOLAR, COM AÇÕES QUE IMPLEMENTEM PROGRAMAS DE: ALFABETIZAÇÃO, DESTINADO ÀS CLASSES DE 1ª À 4ª SÉRIE, REORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO, REVISÃO DOS CICLOS DA PROGRESSÃO CONTINUADA, PROVISÃO DOS RECURSOS DIDÁTICOS INOVADORES, ENTRE OUTROS.

Justificativa

EM 2006, A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FOI RESPONSÁVEL POR 49% DAS MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE TODA A REDE DE ENSINO, COMPROVANDO QUE O ACESSO ESTÁ ATENDIDO. ENTRETANTO, AS TAXAS DE REPETÊNCIA AUMENTARAM NOS ÚLTIMOS ANOS (1998:2%;2006:7,4%), ESPECIALMENTE NA 1ª E 2ª SÉRIES. PARA REVERTER ESSE QUADRO E MELHORAR A QUALIDADE DE ENSINO, COM PRIORIDADE AO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO.

Público Alvo

ESCOLAS, ALUNOS E EDUCADORES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	90,9	95
TAXA DE REPROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	7,4	3,7
TAXA DE ABANDONO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	1,7	1,3

Ações	Meta do Período	Produto
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	276.336	ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS ATENDIDOS
DESENVOLVIMENTO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	95 %	ALUNOS APROVADOS
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS FÍSICOS E SERVIÇOS EDUCACIONAIS	63	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DESCENTRALIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO	5.920	PROJETOS PEDAGÓGICOS IMPLEMENTADOS
INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL - EJA	610.000	JOVENS E ADULTOS ATENDIDOS
LER E ESCREVER - INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS DO ENS. FUNDAMENTAL	1.681.390	ALUNOS ABRANGIDOS
PROVISÃO DE MATERIAIS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA AS CLASSES DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.467	ESCOLAS ATENDIDAS
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - ENS. FUND. - FUNDEB	684.934	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO BENEFICIADOS
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	114.009	FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES BENEFICIADOS
REVISÃO DE CENTROS DE ESTUDOS DE LÍNGUA E PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES	243.944	ALUNOS ATENDIDOS

Programa**804 MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO**

Valor do Programa no Período	R\$	10.119.919.800
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	10.119.100.403	819.397
Demais Recursos		
Total	10.119.100.403	819.397

Objetivo

AMPLIAR E MELHORAR A QUALIDADE DE ENSINO, ASSEGURANDO A CONSOLIDAÇÃO E O APROFUNDAMENTO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA MELHOR REMUNERAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DE SEUS PROFISSIONAIS, E, ASSIM, CERTAMENTE CONTRIBUIR PARA CONSTRUIR UM ALUNO CONSCIENTE DE SUAS RESPONSABILIDADES COMO CIDADÃO.

Justificativa

A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO NECESSITA CUMPRIR, EM RELAÇÃO AO ENSINO MÉDIO, COM OS DISPOSITIVOS LEGAIS DA UNIVERSALIZAÇÃO GRADATIVA, AMPLIANDO SUA CONTRIBUIÇÃO NESSE PROCESSO. DESSA FORMA, O MAIOR DESAFIO DA POLÍTICA EDUCACIONAL ESTÁ NA EFETIVA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO.

Público Alvo

ESCOLAS, ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE ALUNOS APROVADOS NO ENSINO MÉDIO	75,2	84
PERCENTAGEM DE ALUNOS REPROVADOS NO ENSINO MÉDIO.	17,8	9
PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE ABANDONAM O ENSINO MÉDIO.	7	7

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO	84 %	ALUNOS APROVADOS
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DESCENTRALIZADOS NAS UNIDADES DE ENSINO	1.276	PROJETOS PEDAGÓGICOS IMPLEMENTADOS
INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO MÉDIO - EJA	390.000	JOVENS E ADULTOS ATENDIDOS
PROVISÃO DE MATERIAIS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA AS CLASSES DE ENSINO MÉDIO	3.779	ESCOLAS ATENDIDAS
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - ENSINO MÉDIO - FUNDEB	316.375	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO BENEFICIADOS
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - ENSINO MÉDIO - FUNDEB	46.744	FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES BENEFICIADOS

Programa**805 PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL**

Valor do Programa no Período	R\$	492.545.384
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	492.545.384	
Demais Recursos		
Total	492.545.384	

Objetivo

PROMOVER AÇÕES DE PARCERIA E COOPERAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE CIVIL, QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PARA A REDUÇÃO DAS VULNERABILIDADES DAS COMUNIDADES INTRA E EXTRA-ESCOLARES.

Justificativa

DESENVOLVER AÇÕES EDUCATIVAS QUE DÊEM ALICERCE AO ENSINO, COMO O DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS ATRAVÉS DA CONVIVÊNCIA SOLIDÁRIA, DESESTIMULANDO COMPORTAMENTOS VIOLENTOS E DE DANO A SAÚDE FÍSICA E MENTAL. ESTE PROGRAMA ENVOLVERÁ, POR MEIO DE PARCERIAS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO, A COMUNIDADE E VÁRIOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL, ESPECIALMENTE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.

Público Alvo

ALUNOS E EDUCADORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E COMUNIDADES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE ESCOLAS ABERTAS.	2.334	2.334
NÚMERO DE ESCOLAS BENEFICIADAS COM PARCERIAS.	4.000	5.200

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS PARCERIAS	166.909	EDUCADORES ORIENTADOS
ESCOLA DA FAMÍLIA	2.334	ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS ABERTAS AOS FINAIS DE SEMANA
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PARCERIA E INTEGRAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE EM PREVENÇÃO	163	PARCERIAS REALIZADAS

Programa**807 INFORMATIZAÇÃO ESCOLAR**

Valor do Programa no Período	R\$	416.849.127
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	223.038.444	193.810.683
Demais Recursos		
Total	223.038.444	193.810.683

Objetivo

PROVER RECURSOS TECNOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE INFRA-ESTRUTURA LÓGICA E DE COMUNICAÇÃO PARA INFORMATIZAÇÃO DE TODAS AS UNIDADES ESCOLARES, DIRETORIAS DE ENSINO E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, INTEGRANDO-AS COM AS BASES DE DADOS OPERACIONAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

Justificativa

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO É UMA NECESSIDADE IMPRESCINDÍVEL PARA A EVOLUÇÃO E A OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E ESCOLARES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

Público Alvo

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ÓRGÃOS CENTRAIS, DIRETORIAS DE ENSINO E UNIDADES ESCOLARES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE SALAS AMBIENTE EQUIPADAS.	0	5.246
NÚMERO DE MICROS ADMINISTRATIVOS INSTALADOS E INTERLIGADOS.	0	25.690
NÚMERO DE SALAS DE LEITURA DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EQUIPADAS.	0	3.779
NÚMERO DE MÓDULOS DE SOFTWARE APLICATIVO IMPLANTADOS.	0	12
NÚMERO DE SALAS DO PROFESSOR EQUIPADAS.	0	5.551
NÚMERO DE UE'S, DE'S E ÓRGÃOS CENTRAIS INTERLIGADOS.	0	5.651

Ações	Meta do Período	Produto
INFORMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.247	ESCOLAS EQUIPADAS
INFORMATIZAÇÃO GERENCIAL DA REDE ESCOLAR	12	MÓDULOS IMPLANTADOS
INFOVIA-ESCOLA	5.436	PONTOS DE COMUNICAÇÃO
INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO NAS UNIDADES DA SECRETARIA EDUCAÇÃO	25.690	TERMINAIS INTERLIGADOS

Programa**808 FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Valor do Programa no Período	R\$	355.494.586
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	355.494.586	
Demais Recursos		
Total	355.494.586	

Objetivo

DESENVOLVER AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA: CENTRALIZADAS E DESCENTRALIZADAS, PRESENCIAIS, EM SERVIÇO OU POR MEIO DE MÍDIAS INTERATIVAS, BEM COMO PROPICIAR ESTUDOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA EDUCADORES DA REDE ESTADUAL, VISANDO O APERFEIÇOAMENTO PERMANENTE DA GESTÃO PEDAGÓGICA E DAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS EM SALA DE AULA, ESPECIALMENTE AS DE ALFABETIZAÇÃO, OBJETIVANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO.

Justificativa

A ANÁLISE DOS INDICADORES DOS SISTEMAS FEDERAL E ESTADUAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E DOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO, EVASÃO E REPETÊNCIA, CONSTATOU A NECESSIDADE, AINDA, DE AÇÕES VOLTADAS À FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. RESSALTA-SE QUE OS RESULTADOS OBTIDOS NESSES SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DEMONSTRARAM EM 2005 QUE 70,2% DAS ESCOLAS DA CAPITAL ESTÃO EM ESTADO DE ATENÇÃO QUANTO À ALFABETIZAÇÃO.

Público Alvo

EDUCADORES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	90,9	95
TAXA DE APROVAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO	75,2	84

Ações	Meta do Período	Produto
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	820.000	PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS EDUCADORES DO ENSINO MÉDIO	480.000	PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES
CONCESSÃO DE BOLSAS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	2.320	EDUCADORES BENEFICIADOS
REDE DO SABER	37.821.348	HORAS DE UTILIZAÇÃO

Programa**813 AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	47.567.408
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	47.567.408	
Demais Recursos		
Total	47.567.408	

Objetivo

SISTEMATIZAR OS VÁRIOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR, DE MODO A OBTER DADOS QUE PERMITAM A COMPARAÇÃO DOS SEUS RESULTADOS, SUBSIDIANDO AS AÇÕES E PROJETOS DA SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO E PERMITAM A CONSTRUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE INDICADORES CONFIÁVEIS PARA A ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS. PÚBLICAS.

Justificativa

PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, DADOS CONFIÁVEIS, RELEVANTES, CONSISTENTES, CONSOLIDADOS E SISTEMATICAMENTE ATUALIZADOS, SÃO FERRAMENTAS INDISPENSÁVEIS NO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SEUS PROJETOS E SISTEMAS.

Público Alvo

ALUNOS E EQUIPE ESCOLAR

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PORCENTAGEM DE ALUNOS APROVADOS	90,9	94

Ações	Meta do Período	Produto
AVALIAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS	5	PROJETOS AVALIADOS
AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR	3.163.091	ALUNOS AVALIADOS
MONITORAMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL PAULISTA	6	INDICADORES ESTABELECIDOS

Programa**814 EXPANSÃO, MELHORIA E REFORMA DA REDE FÍSICA ESCOLAR**

Valor do Programa no Período	R\$	1.237.527.561
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	392.129.297	845.398.264
Demais Recursos		
Total	392.129.297	845.398.264

Objetivo

CONSTRUIR NOVOS PRÉDIOS, AMPLIAR OU SUBSTITUIR OS EXISTENTES E ADEQUAR AS SALAS DE AULA PARA DOTAR A REDE FÍSICA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE INSTALAÇÕES APROPRIADAS, CONDIZENTES COM O PROGRAMA EDUCACIONAL VIGENTE E AS EXIGÊNCIAS DA LEI.

Justificativa

O DÉFICIT DE VAGAS NA REDE ESCOLAR PROVOCADO PELO CRESCIMENTO POPULACIONAL E A DETERIORAÇÃO DOS PRÉDIOS, NÃO SOMENTE PELO DESGASTE NATURAL, MAS TAMBÉM EM FUNÇÃO DA DEPREDACÃO E/OU AÇÃO DE AGENTES EXTERNOS.

Público Alvo

ALUNOS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
DÉFICIT PERCENTUAL DE SALAS DE AULA.	1,2	0
MÉDIA DE PRÉDIOS ESCOLARES ADEQUADOS E SUBSTITUÍDOS.	14	15
MÉDIA DE PRÉDIOS ESCOLARES REFORMADOS.	31	100

Ações	Meta do Período	Produto
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DAS UNIDADES DE APOIO	95	PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS CONSTRUÍDOS, AMPLIADOS OU REFORMADOS
CONSTRUÇÃO DE NOVOS PRÉDIOS ESCOLARES	3.953	SALAS DE AULA CONSTRUÍDAS
MELHORIA E SUBSTITUIÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES/SALAS INADEQUADAS	3.329	PRÉDIOS ESCOLARES ADEQUADOS E SUBSTITUÍDOS
REFORMAS E MELHORIAS EM PRÉDIOS ESCOLARES	5.600	PRÉDIOS ESCOLARES READEQUADOS

Programa**815 GESTÃO INSTITUCIONAL E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	20.834.724.535
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	20.722.612.723	112.111.812
Demais Recursos		
Total	20.722.612.723	112.111.812

Objetivo

IMPLEMENTAR MODELOS DE GESTÃO NAS ESCOLAS, DIRETORIAS DE ENSINO E ÓRGÃOS CENTRAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, QUE GARANTAM A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA À REDE ESCOLAR, PARA ASSEGURAR A MELHORIA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.

Justificativa

A MELHORA DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS, BEM COMO A CRIAÇÃO DE MECANISMOS QUE INTEGREM AS AÇÕES-MEIO À POLÍTICA EDUCACIONAL EM TODOS OS ÓRGÃOS E NÍVEIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

Público Alvo

ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL E SERVIDORES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS.	22	62
PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS.	15	75

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÕES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	5.000	ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES ATENDIDAS
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ENTIDADE VINCULADA	101	UNIDADES ADMINISTRADAS
APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA COM RECURSOS DE CONVÊNIO E TRANSFERÊNCIAS	52	PROJETOS IMPLEMENTADOS
CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO À EDUCAÇÃO BÁSICA, DECORRENTE DE LEGISLAÇÃO DO FUNDEB	14,6 %	RESULTADO AUFERIDO
GESTÃO ESTRATÉGICA E POLÍTICA	8	PROJETOS IMPLEMENTADOS
MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL	5.397	ESCOLAS ATENDIDAS
MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO MÉDIO	3.951	ESCOLAS ATENDIDAS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	225.098.110	4.344.052
Demais Recursos		
Total	225.098.110	4.344.052

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
INTEGRAÇÃO À REDE INTRAGOV - INFRA-ESTRUTURA	5.430	UNIDADES CONECTADAS

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	86.881.030
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	86.881.030	
Demais Recursos		
Total	86.881.030	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	48	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	174.896.826
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	169.627.978	5.268.848
Demais Recursos		
Total	169.627.978	5.268.848

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA		
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.801.206.293
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.771.712.312	29.493.981
Demais Recursos		
Total	1.771.712.312	29.493.981

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	54.542	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS

Programa**910 PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Valor do Programa no Período	R\$	782.048.601
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	747.927.423	34.121.178
Demais Recursos		
Total	747.927.423	34.121.178

Objetivo

FACILITAR O ACESSO DA POPULAÇÃO ASSISTIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS A MEDICAMENTOS ESSENCIAIS.

Justificativa

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE PÚBLICA, COM CUSTOS REDUZIDOS E QUALIDADE GARANTIDA, IMPRESCINDÍVEIS PARA OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

Público Alvo

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO ESTADO DE SÃO PAULO E DE DEMAIS ESTADOS DO PAÍS, PERFAZENDO UM TOTAL APROXIMADO DE 3.200 CLIENTES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
RELAÇÃO ENTRE UNIDADES DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDAS PARA O PROGRAMA DOSE CERTA E UNIDADES DE MEDICAMENTOS PRODUZIDAS(%).	68,99	69,18
RELAÇÃO ENTRE UNIDADES DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDAS PARA AS INSTITUIÇÕES DO SUS - SP CADASTRADAS NA FURP E UNIDADES DE MEDICAMENTOS PRODUZIDAS(%).	11,23	18,68
RELAÇÃO ENTRE UNIDADES DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO DISTRIBUÍDAS PELA FURP E UNIDADES DE MEDICAMENTOS PRODUZIDAS(%).	0,3	0,51
RELAÇÃO ENTRE UNIDADES DE MEDICAMENTOS SOCIAIS DISTRIBUÍDAS PELA FURP E UNIDADES DE MEDICAMENTOS PRODUZIDAS (%).	0,09	0,23

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA FURP EM GUARULHOS	100 %	OBRAS REALIZADAS
CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DA FÁBRICA DE MEDICAMENTOS - FURP AMÉRICO BRASILIENSE	32 %	OBRAS REALIZADAS
FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	12.900.000.000	MEDICAMENTOS PRODUZIDOS

Programa**914 PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENDEMIAS**

Valor do Programa no Período	R\$	231.748.865
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	221.748.821	10.000.044
Demais Recursos		
Total	221.748.821	10.000.044

Objetivo

CONTROLAR AS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS POR VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS. PRESTAR ACESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS E REALIZAR PESQUISAS CIENTÍFICAS.

Justificativa

EXISTÊNCIA DE ENDEMIAS TROPICAIS TRANSMITIDAS POR VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ASSESSORADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO	80	100
PERCENTUAL DE IMOVEIS VISITADOS PARA PESQUISA ENTOMOLÓGICA E/OU AÇÕES DE CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS POR VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	80	100
PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS EM RELAÇÃO AS DEMANDAS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	61	61
PERCENTUAL DE PESQUISAS REALIZADAS	2	51

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS	27.500	MUNICÍPIOS ASSESSORADOS
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	36.000	SERVIDORES CAPACITADOS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO NA SUCEN	5.062 m ²	OBRAS REALIZADAS
CONTROLE DE ENDEMIAS	25.808.936	PESSOAS ATENDIDAS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	90.000	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
GESTÃO COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1 %	SERVIÇO INFORMATIZADO
PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA ÁREA DE ENDEMIAS	75	PESQUISAS REALIZADAS

Programa**926 APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL COM O OBJETIVO DE UNIVERSALIDADE**

Valor do Programa no Período	R\$	483.931.682
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	483.931.682	
Demais Recursos		
Total	483.931.682	

Objetivo

COMPLEMENTAR A AÇÃO MUNICIPAL PARA ATINGIR A UNIVERSALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA LOCAL.

Justificativa

APOIAR O GESTOR MUNICIPAL NAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

Público Alvo

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
COBERTURA VACINAL POR TETRAVALENTE EM MENORES DE 1 ANO DE IDADE MAIOR OU IGUAL A 95%	95,6	95
PROPORÇÃO DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES COM 7 OU + CONSULTAS DE PRÉ-NATAL	73,4	75
MÉDIA ANUAL DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESFERAS DE ESPECIALIDADES BÁSICAS, POR HABITANTE	1,64	1,7

Ações

	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS E DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA	64	REGIÕES DE SAÚDE CAPACITADAS
DOSE CERTA - PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	645	MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS OU REPASSES FINANCEIROS
QUALIS - PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	400	EQUIPES DE PSF/QUALIS IMPLANTADAS/EXISTENTES

Programa**927 ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL**

Valor do Programa no Período	R\$	1.774.005.382
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.769.661.330	4.344.052
Demais Recursos		
Total	1.769.661.330	4.344.052

Objetivo

PRESTAR ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, SEUS DEPENDENTES E AGREGADOS.

Justificativa

NECESSIDADE DE PRESTAR ASSISTENCIA MÉDICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E SEUS DEPENDENTES E AGREGADOS, CONFORME DETERMINAÇÃO LEGAL, ATRAVÉS DO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL E DE INSTITUIÇÕES CONTRATADAS.

Público Alvo

3 000 000 DE USUÁRIOS, DISTRIBUIDOS POR TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE CONSULTAS AMBULATORIAIS REALIZADAS EM RELAÇÃO A META FINAL DO PPA	0	100
PERCENTUAL DE PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS EM RELAÇÃO A META FINAL DO PPA	0	100
PERCENTUAL DE INTERNAÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO A META FINAL DO PPA	0	100
PERCENTUAL DE EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS EM RELAÇÃO A META FINAL DO PPA	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA O SERVIDOR E DEPENDENTES	3.221.393	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS
ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR POR TERCEIROS	12.247.440	ATENDIMENTOS REALIZADOS
ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL NOS CTOS. DE ATENDIM. MÉDICO AMBULATORIAL-CEAMAS	2.668.000	ATENDIMENTOS REALIZADOS
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	25.642.873	ATENDIMENTOS REALIZADOS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO INST.DE ASSIST.MÉDICA AO SERV.PÚBLICO ESTADUAL	57.984	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	28.920	PROFISSIONAIS QUALIFICADOS
REFORMA E ADEQUAÇÃO DO COMPLEXO HOSPITALAR DO IAMSPE	30.000 m²	OBRAS REALIZADAS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	100 %	SERVIÇOS INFORMATIZADOS

Programa**928 ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM RIB. PRETO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.169.964.932
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	830.175.713	8.688.147
Demais Recursos	317.661.072	13.440.000
Total	1.147.836.785	22.128.147

Objetivo

GARANTIR À POPULAÇÃO USUÁRIA (SUS, CONVÊNIOS E PARTICULAR) ACESSO À ASSISTÊNCIA MÉDICA INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE.

Justificativa

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA MÉDICA, INCLUINDO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NAS MAIS DIVERSAS ESPECIALIDADES MÉDICAS, SERVIÇOS DE CIRURGIA, EXAMES DE DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTO.

Público Alvo

POPULAÇÃO DA MACRO REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, DE DEMAIS ÁREAS DO ESTADO E ATÉ MESMO DE OUTROS ESTADOS, ATRAÍDA PELA EXCELÊNCIA DO ATENDIMENTO DO HOSPITAL

Abrangência Espacial

RIBEIRÃO PRETO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE 1ª CONSULTA DA REDE	11,6	12,5
TAXA DE OCUPAÇÃO OPERACIONAL	73,4	85
MÉDIA DE PERMANÊNCIA (EM DIAS)	6,5	6
MÉDIA MENSAL DE CIRURGIAS POR SALA	48	60
TREINAMENTO EM RECURSOS HUMANOS	2,23	3
RAZÃO ENTRE DOCENTES E ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO	11,6	15
TAXA DE ABSENTÉISMO DE RECURSOS HUMANOS	3,3	3
APURAÇÃO DO CUSTO DO PACIENTE DIA	455,2	438,08
TAXA DE INTERNAÇÃO DA UNIDADE DE EMERGÊNCIA	43,6	39,3

Ações	Meta do Período	Produto
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	676.400	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS
ATENDIMENTO HEMOTERÁPICO	521.600	BOLSAS DE SANGUE DISTRIBUÍDAS
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	2.477.050	ATENDIMENTOS REALIZADOS
OBRAS DE ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO APARELHAMENTO HOSP. CLÍNICAS FAC. MED. RIB. PRETO-USP	15.000 m ²	OBRAS REALIZADAS
RESIDÊNCIA MÉDICA	2.080	BOLSAS CONCEDIDAS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC	57	SISTEMAS INTEGRADOS/OPERACIONALIZADOS

Programa**929 ATENDIMENTO INTEGRAL E DE ALTA COMPLEXIDADE EM ASSISTÊNCIA MÉDICA EM SÃO PAULO**

Valor do Programa no Período	R\$	3.069.185.466
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	3.043.121.113	26.064.353
Demais Recursos		
Total	3.043.121.113	26.064.353

Objetivo

GARANTIR À POPULAÇÃO USUÁRIA (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, CONVÊNIOS DE SAÚDE E PARTICULAR) ASSISTÊNCIA MÉDICA INTEGRAL DE ALTA COMPLEXIDADE.

Justificativa

INSTITUIÇÃO RECONHECIDA NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL, COMO EXCELÊNCIA EM ENSINO, PESQUISA E ATENDIMENTO, ATUANDO NAS ÁREAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE, PREVENÇÃO DE DOENÇAS, ATENDIMENTO HOSPITALAR TERCIÁRIO, REABILITAÇÃO DE SEQUÊLAS APÓS TRATAMENTO E, NA ÁREA ACADÊMICA ATRAVÉS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO MÉDICA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, TERAPIA OCUPACIONAL E PÓS-GRADUAÇÃO SENSO LATO E SENSO ESTRITO.

Público Alvo

A MAIORIA DOS PACIENTES É DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. OS PACIENTES QUE VÊM DE OUTRAS LOCALIDADES, SÃO, PRINCIPALMENTE, DE MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO, DE OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO E DE OUTROS PAÍSES (PRINCIPALMENTE DA AMÉRICA LATINA)

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
VARIAÇÃO DA MÉDIA MENSAL DE CONSULTAS MÉDICAS AMBULATORIAIS REALIZADAS EM RELAÇÃO À MÉDIA MENSAL DE CONSULTAS MÉDICAS AMBULATORIAIS REALIZADAS NO ANO ANTERIOR	1,05	1,19
VARIAÇÃO DA MÉDIA MENSAL DO Nº DE ENTRADAS PARA INTERNAÇÃO EM RELAÇÃO À MÉDIA MENSAL DO Nº DE ENTRADAS NO ANO ANTERIOR	1,015	1,035
VARIAÇÃO DA MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTOS DE PRONTO SOCORRO REALIZADOS EM RELAÇÃO À MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTOS DE PRONTO SOCORRO REALIZADOS NO ANO ANTERIOR	1	0,9

Ações	Meta do Período	Produto
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	14.492.143	PACIENTES ATENDIDOS COM MEDICAMENTOS
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	10.776.341	ATENDIMENTOS REALIZADOS
OBRAS DE ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO DO HOSP. DAS CLÍNICAS FAC. MED. DA USP	97.477 m²	OBRAS REALIZADAS
RESIDÊNCIA MÉDICA	3.668	BOLSAS CONCEDIDAS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC	100 %	SISTEMAS E EQUIPAMENTOS EM OPERAÇÃO

Programa**930 ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP**

Valor do Programa no Período	R\$	29.491.896.027
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	28.373.683.999	1.118.212.028
Demais Recursos		
Total	28.373.683.999	1.118.212.028

Objetivo

ASSEGURAR O ATENDIMENTO INTEGRAL À SAÚDE COM EQUIDADE E RESOLUTIVIDADE.

Justificativa

ATENDER A DEMANDA POR INTERNAÇÕES, CONSULTAS AMBULATORIAIS ESPECIALIZADAS, MEDICAMENTOS E EXAMES DE APOIO DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO DEPENDENTE DO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO, DE FORMA COMPLEMENTAR AO ATENDIMENTO DAS REDES MUNICIPAIS, ESPECIALMENTE EM SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL	13,4	11
RAZÃO DE MORTALIDADE MATERNA	34,3	29
NÚMERO DE SAÍDAS HOSPITALARES NAS ÁREAS DE CLÍNICA MÉDICA, CIRÚRGICA, OBSTÉTRICA, PEDIÁTRICA E PSIQUIÁTRICA REALIZADAS NOS HOSPITAIS PRÓPRIOS E GERENCIADOS PELAS OSS /CONVENIADOS	433.216	476.538
TAXA DE OCUPAÇÃO HOSPITALAR NOS HOSPITAIS PRÓPRIOS, NOS GERENCIADOS PELAS OSS E CONVENIADOS	75	80

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DO INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DANTE PAZZANESE	10 %	OBRAS REALIZADAS
APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	6.008	CONVÊNIOS/TERMOS ADITIVOS ASSINADOS
ATENDIMENTO MÉDICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR	83.937.863	ATENDIMENTOS REALIZADOS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO PARA SERVIÇOS DE REFERÊNCIA	141.020 m ²	OBRAS REALIZADAS
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DOUTOR ARNALDO	1.224.865	ATENDIMENTOS REALIZADOS
PAGAMENTO DE PENSÃO AOS HANSENIANOS	649	PENSIONISTAS BENEFICIADOS
REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL	380	MUNICÍPIOS COM MORTALIDADE MATERNA E INFANTIL REDUZIDA
REFORMA, AMPLIAÇÃO E APARELHAMENTO DO HOSPITAL FERRAZ DE VASCONCELOS	20 %	OBRAS REALIZADAS
REPASSE DE REC.FEDERAIS P/ SERV. PREST.POR MUNICÍPIOS E ENTID.SOB GEST.ESTADUAL	828	CONTRATOS/CONVÊNIOS FIRMADOS
REPASSE DE RECURSOS P/ ATEND. MÉDICO A ORG.SOCIAIS DE SAÚDE E OUTRAS ENTIDADES	40.751.255	ATENDIMENTOS REALIZADOS
SERVIÇOS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	72	MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Programa**931 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

Valor do Programa no Período	R\$	490.633.985
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	490.633.985	
Demais Recursos		
Total	490.633.985	

Objetivo

PROMOVER A CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, DIRECIONADOS AO ENSINO, TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO.

Justificativa

DESENVOLVER, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA SAÚDE, ATIVIDADES PERMANENTES DE FORMAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, COM O INTUITO DE ELEVAR O DESEMPENHO TÉCNICO E DE PRODUTIVIDADE, ABRANGENDO OS ÓRGÃOS SUBSETORIAIS, CENTROS FORMADORES DA SECRETARIA E INSTITUIÇÕES CONVENIADAS.

Público Alvo

SERVIDORES DA SAÚDE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE SERVIDORES TREINADOS EM RELAÇÃO A META FINAL DO PPA	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE	46.480	SERVIDORES CAPACITADOS
JOVENS ACOLHEDORES	2.800	UNIVERSITÁRIOS HABILITADOS
PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL - PAP	4.704	SERVIDORES FORMADOS
RESIDÊNCIA MÉDICA	18.212	BOLSAS CONCEDIDAS

Programa**932 CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DE SAÚDE**

Valor do Programa no Período	R\$	51.201.112
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	47.508.624	3.692.488
Demais Recursos		
Total	47.508.624	3.692.488

Objetivo

INTEGRAR E CONSOLIDAR O PAPEL DO GESTOR ESTADUAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA OPERAÇÃO, SUPERVISÃO, AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

Justificativa

NECESSIDADE DE COORDENAR AS AÇÕES E INTEGRAR OS DIVERSOS SERVIÇOS QUE TEM POR FINALIDADE O CONTROLE DE RISCOS, DOENÇAS E AGRAVOS DE SAÚDE PRIORITÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO COM RESULTADO SATISFATÓRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO	95	97
PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E EQUIPAMENTOS INSPECIONADOS E EM CONDIÇÕES SANITÁRIAS SATISFATÓRIAS	65	70
PROPORÇÃO DE CASOS NOTIFICADOS DE PARALISIA FLÁCIDA AGUDA COM COLETA DE FEZES OPORTUNA (EM < 15 ANOS)	65,3	80
PERCENTUAL DE CASOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INVESTIGADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	77,7	80
PERCENTUAL DE CASOS DE MENINGITE BACTERIANA DIAGNOSTICADOS POR CRITÉRIO LABORATORIAL	43	45
PERCENTUAL DE CASOS NOVOS CURADOS DE TUBERCULOSE NO ESTADO DE SÃO PAULO	76,2	80
PERCENTUAL DE PESQUISAS PUBLICADAS EM REVISTAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE	75	75
PERCENTUAL DE LABORATORIOS DE SAÚDE PÚBLICA SUPERVISIONADOS	50	65
PROPORÇÃO DE CRIANÇAS < DE CINCO ANOS VACINADAS NAS DUAS ETAPAS DA CAMPANHA CONTRA POLIOMIELITE	93,15	95
PROPORÇÃO DE PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS VACINADAS CONTRA INFLUENZA	80	82
PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM COBERTURA VACINAL DE ROTINA ADEQUADA (95%) PARA A TRÍPLICE VIRAL EM CRIANÇAS DE 1 ANO	71,6	95
PROPORÇÃO DE ANIMAIS VACINADOS NAS CAMPANHAS CONTRA RAIVA	80	80

Ações	Meta do Período	Produto
CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANIMAL	80 %	COBERTURA VACINAL
CAMPANHAS DE VACINAÇÃO	35.699.936	DOSES APLICADAS
EXAMES DE LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA	4.390.000	EXAMES REALIZADOS
PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	300	PESQUISAS EM ANDAMENTO/REALIZADAS
VACINAÇÃO DE ROTINA	63.579.681	DOSES APLICADAS
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	80 %	PROPORÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS/INVESTIGADOS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	100 %	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS PRODUZINDO RELATÓRIOS DO PROAGUA

Programa**933 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	4.261.514
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.261.514	
Demais Recursos		
Total	4.261.514	

Objetivo

ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA ÁREA DA SAÚDE, GARANTINDO SUA DIFUSÃO À SOCIEDADE.

Justificativa

O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NA ÁREA DA SAÚDE É UMA DAS PRIORIDADES DO GOVERNO, PARA O QUAL OS INSTITUTOS DE PESQUISA DA SES TÊM UM PAPEL FUNDAMENTAL. A BUSCA CONTÍNUA DE NOVOS CONHECIMENTOS É REQUISITO BÁSICO PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE EFICAZES NA REDUÇÃO DA MORBI-MORTALIDADE DA POPULAÇÃO.

Público Alvo

SOCIEDADE, SERVIÇOS DE SAÚDE, GESTORES DO SUS, EMPRESAS ESTATAIS OU PRIVADAS, ÁREAS ESTRATÉGICAS DO GOVERNO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO DE PATENTES DESENVOLVIDAS PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO BUTANTAN	17,5	100
PROPORÇÃO DE TRABALHOS E PESQUISAS PUBLICADAS PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO BUTANTAN EM REVISTAS INDEXADAS	22,13	100
PROPORÇÃO DE TESES PUBLICADAS PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO BUTANTAN	23,75	100
PROPORÇÃO DE TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS E EVENTOS CIENTÍFICOS PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO BUTANTAN	0	100
PERCENTUAL DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARA A COMUNIDADE LEIGA E APOIO ÀS ATIVIDADES DE MUSEUS E EXPOSIÇÕES CIENTÍFICAS, DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTAL PROMOVIDAS PELO INSTITUTO BUTANTAN.	24	100
PROPORÇÃO DE PRODUTOS EM DESENVOLVIMENTO PELOS LABORATÓRIOS DE PESQUISA DO INSTITUTO BUTANTAN	17,5	100
PROPORÇÃO DE TESES PUBLICADAS PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO DE SAÚDE	23,33	100
PROPORÇÃO DE TRABALHOS APRESENTADOS EM CONGRESSOS E EVENTOS CIENTÍFICOS PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO DE SAÚDE	23,82	100
PERCENTUAL DE CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PARA A COMUNIDADE LEIGA E APOIO ÀS ATIVIDADES DE MUSEUS E EXPOSIÇÕES CIENTÍFICAS, DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTAL PROMOVIDAS PELO INSTITUTO DE SAÚDE.	23,87	100
PROPORÇÃO DE TRABALHOS E PESQUISAS PUBLICADAS PELOS PESQUISADORES DO INSTITUTO DE SAÚDE EM REVISTAS INDEXADAS	23,91	100

Ações	Meta do Período	Produto
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	686	AÇÕES DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO REALIZADAS
ESTUDOS E PESQUISAS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA	3.150	ESTUDOS E PESQUISAS REALIZADOS
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE MÉTODOS E PROCESSOS EM BIOMEDICINA/SAÚDE COLETIVA	684	PATENTES, PRODUTOS EM DESENVOLVIMENTO/DESENVOLVIDOS

Programa**934 DIAGNÓSTICO, REABILITAÇÃO, CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO E EPIDEMIOLOGIA EM CÂNCER**

Valor do Programa no Período	R\$	35.259.480
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	35.003.094	256.386
Demais Recursos		
Total	35.003.094	256.386

Objetivo

CONTRIBUIR PARA A DIMINUIÇÃO DA INCIDÊNCIA E A MORTALIDADE POR CÂNCER.

Justificativa

COMO O CÂNCER É A SEGUNDA CAUSA DE MORTALIDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO, É NECESSÁRIO INVESTIR PRIORITARIAMENTE NA SUA PREVENÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL E PACIENTES DE ONCOLOGIA, USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO DE EXAMES COLPOCITOLÓGICOS REALIZADOS PELA FOSP NO TOTAL DE EXAMES COLPOCITOLÓGICOS REALIZADOS PELO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO	10	10
PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS TREINADOS PELA FOSP EM ONCOLOGIA NO TOTAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	66	134
PROPORÇÃO DE PACIENTES REABILITADOS PELA FOSP EM CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO NO TOTAL DE PACIENTES REABILITADOS EM CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO PELO SUS NO ESTADO DE SP	42	50
PROPORÇÃO DE CASOS NOVOS DE CÂNCER REGISTRADOS NO RHC/SP NO TOTAL DE CASOS DE CÂNCER REGISTRADOS	12,7	15

Ações

Ações	Meta do Período	Produto
ANÁLISE LABORATORIAL DIAGNÓSTICA CITO E ANATOMOPATOLÓGICA E IMUNOISTOQUÍMICA	924.000	EXAMES REALIZADOS
CAPACITAÇÃO EM ONCOLOGIA	1.230	CITOTÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE CAPACITADOS/FORMADOS
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	600	AÇÕES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS
EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO EM CÂNCER	134.000	CASOS NOVOS DE CÂNCER CADASTRADOS NO RHC DE SÃO PAULO
REABILITAÇÃO PROTÉTICA DE PACIENTES COM CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO	2.880	PRÓTESES FACIAIS, OCULARES E BUCAIS CONFECCIONADAS

Programa**935 PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS, BIOFÁRMACOS E HEMODERIVADOS**

Valor do Programa no Período	R\$	24.085.116
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	24.085.116	
Demais Recursos		
Total	24.085.116	

Objetivo

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO E IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL. CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DOS PADRÕES DE SAÚDE PÚBLICA, PRODUZINDO IMUNOBIOLOGICOS CAPAZES DE ATENDER A DEMANDA GERADA PELO QUADRO EPIDEMIOLÓGICO DO PAÍS.

Justificativa

FORNECER BIOFÁRMACOS A BAIXO CUSTO PODENDO DESTA MANEIRA ATENDER O SUS DISPONIBILIZANDO O PRODUTO A TODA POPULAÇÃO. IMPLEMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE SOROS E VACINAS AO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO.

Público Alvo

POPULAÇÃO ASSISTIDA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO DE DOSES DE VACINAS DUPLA ADULTO, DUPLA INFANTIL, TRÍPLICE, RAIVA, GRIPE E HEPATITE PRODUZIDAS	17,42	100
PROPORÇÃO DE AMPOLAS DE SOROS PRODUZIDAS	28	100
PROPORÇÃO DE DOSES DE VACINAS CONTRA ROTAVIRUS PRODUZIDAS	0	100
PROPORÇÃO DE DOSES DE VACINAS CONTRA DENGUE PRODUZIDAS	0	100
PROPORÇÃO DE DOSES DO PRODUTO SURFACTANTE PULMONAR PRODUZIDAS	0	100
PROPORÇÃO DE DOSES DE HEMODERIVADOS PRODUZIDAS	0	100
PROPORÇÃO DE DOSES DO PRODUTO TOXINA BOTULINICA PRODUZIDAS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
PRODUÇÃO DE BIOLÓGICOS	501.500.004	PRODUTOS BIOLÓGICOS PRODUZIDOS
SISTEMA DE APOIO INFORMACIONAL À DISTRIBUIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS BIOLÓGICAS	100 %	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES TRANSACIONAIS INSTALADOS

Programa**936 DOE SANGUE, DOE VIDA**

Valor do Programa no Período	R\$	213.257.447
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	211.410.026	1.847.421
Demais Recursos		
Total	211.410.026	1.847.421

Objetivo

COLETAR, PROCESSAR E FORNECER RACIONALMENTE SANGUE E HEMOCOMPONENTES COM QUALIDADE E REALIZAR EXAMES LABORATORIAIS EM DOADORES, NO ÂMBITO DA HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA, DE ACORDO COM AS NORMAS E PADRÕES INTERNACIONAIS.

Justificativa

A NECESSIDADE DE ABASTECER DE FORMA RACIONAL OS HOSPITAIS COM SANGUE E HEMOCOMPONENTES COM QUALIDADE, AUMENTANDO A SEGURANÇA TRANSFUSIONAL.

Público Alvo

HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS CONVENIADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

GRANDE SÃO PAULO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DA DEMANDA ATENDIDA COM BOLSAS DE SANGUE E DE HEMOCOMPONENTES	89	91
PERCENTUAL DE AMOSTRAS DE SANGUE TESTADAS PELA TÉCNICA DE ÁCIDO NUCLEICO(NAT) PARA HEPATITE B E C E PARA HIV	0	100

Ações

	Meta do Período	Produto
COLETA, PROCESSAMENTO E FORNECIMENTO DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES	1.150.198	BOLSAS DE SANGUE E DE HEMOCOMPONENTES FORNECIDAS

Programa**937 CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DO SUS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.303.259
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.303.259	
Demais Recursos		
Total	1.303.259	

Objetivo

FORTALECER E INCREMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

Justificativa

O CONSELHO ESTADUAL DA SAÚDE - CES, INSTITUÍDO PELA LEI 8.356/93, É UMA INSTÂNCIA COLEGIADA DO SUS VINCULADO À SES. CONFORME AS LEIS 8.080/90 E 8.142/90, O CES É A INSTÂNCIA MÁXIMA DELIBERATIVA E PERMANENTE, CUJA FINALIDADE É DELIBERAR SOBRE: A POLÍTICA DE SAÚDE DO ESTADO; A DIREÇÃO ESTADUAL DO SUS; O REGIMENTO INTERNO DO CES E ASSUNTOS A ELE SUBMETIDOS PELA SES E PELOS SEUS CONSELHEIROS.

Público Alvo

POPULAÇÃO USUÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONSELHEIROS DE SAÚDE, DELEGADOS E CONVIDADOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE PELO MENOS UM DOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE NAS PRÉ-CONFERÊNCIAS REGIONAIS	0	60

Ações

	Meta do Período	Produto
FUNIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES	240	REUNIÕES REALIZADAS
ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DE SAÚDE	1	CONFERÊNCIAS REALIZADAS

Programa**938 PROGRAMA BOA VISÃO****Valor do Programa no Período**

	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		
Demais Recursos		
Total		

Objetivo

PROMOVER ATENDIMENTO OFTALMOLÓGICO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE DE ENSINO NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO E ÀS PESSOAS A PARTIR DOS 50 ANOS, POSSIBILITANDO UM MELHOR RENDIMENTO ESCOLAR E TRATAMENTO EFICIENTE DE DOENÇAS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO, RESPECTIVAMENTE

Justificativa

.

Público Alvo

POPULAÇÃO PAULISTA

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
--------------	------------------------	----------------

Programa**3904 SANEAMENTO PARA TODOS**

Valor do Programa no Período	R\$	217.202.575
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		217.202.575
Demais Recursos		
Total		217.202.575

Objetivo

ATENDER TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE OS MUNICÍPIOS, NÃO OPERADOS PELA CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP E QUE POSSUAM POPULAÇÃO URBANA ATÉ 50.000 HABITANTES, NO COMBATE À DEGRADAÇÃO DE ÁREAS E A CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS EM TODO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

A UNIVERSALIZAÇÃO DETERMINADA POR LEI, EXIGE, QUE O ESTADO PRESTE ASSISTÊNCIA EM SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

Público Alvo

POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE ATÉ 50 MIL HABITANTES NÃO OPERADOS PELA SABESP

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE CONVÊNIOS ASSINADOS	0	117

Ações

	Meta do Período	Produto
MELHORIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS	117	CONVÊNIOS ASSINADOS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	41.924.612
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	36.924.612	5.000.000
Demais Recursos		
Total	36.924.612	5.000.000

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
ACESSA SÃO PAULO NOS HOSPITAIS	12	PONTOS DE ACESSO DISPONIBILIZADO
AMPLIAÇÃO DO CARTÃO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/SP	7.000.000	POPULAÇÃO CADASTRADA COM CARTÃO SUS/SP DISTRIBUÍDO
AMPLIAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DA SAÚDE	40.000	CORREIO ELETRONICO INSTALADO E DISPONIBILIZADO
AMPLIAÇÃO DO PORTAL INTERNET DA SECRETARIA DA SAÚDE	100	PORTAL INTERNET AMPLIADO
CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DA SAÚDE SES/SP	100 %	BANCO DE DADOS CONSOLIDADO
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	100 %	SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS IMPLANTADO
DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO SAÚDE	100 %	SISTEMAS IMPLANTADOS
IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE TREINAMENTO NAS REGIONAIS, HOSPITAIS E SEDE	100 %	SALAS DE TREINAMENTO IMPLANTADAS
INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE E DA SEDE	100 %	REDE DE INFORMÁTICA INTERNA IMPLANTADA
INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE	4	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Ações	Meta do Período	Produto
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	17	TERMINAIS IMPLANTADOS PARA VÍDEO CONFERÊNCIA

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	43.440.515
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	43.440.515	
Demais Recursos		
Total	43.440.515	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações

	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	17.183.617
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	17.183.617	
Demais Recursos		
Total	17.183.617	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	442.136.155
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	442.136.111	44
Demais Recursos		
Total	442.136.111	44

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1	UNIDADES ADMINISTRADAS
OBRIGAÇÕES DO ESTADO PELA INCORPORAÇÃO DE INST. ISOLADAS PELAS UNIVERSIDADES	1	INSTITUIÇÕES INCORPORADAS

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	35.487.825
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	35.487.825	
Demais Recursos		
Total	35.487.825	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - IPT	251	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**1015 DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Valor do Programa no Período	R\$	252.392.281
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	145.511.304	56.880.977
Demais Recursos		50.000.000
Total	145.511.304	106.880.977

Objetivo

IDENTIFICAR E CONSOLIDAR DEMANDAS QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DOS SETORES INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, COM ÊNFASE NA PROMOÇÃO E INCREMENTO DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NO TERRITÓRIO PAULISTA.

Justificativa

NECESSIDADE DE ESTABELECEER UMA POLÍTICA ARTICULADA COM INVESTIMENTOS PLANEJADOS PARA A INFRA-ESTRUTURA E COM PROJETOS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO.

Público Alvo

MUNICÍPIOS PAULISTAS; MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS; SETOR PRIVADO; OUTROS PODERES, OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE AÇÕES IMPLANTADAS	0	7

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À CRIAÇÃO DE AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO	4	PROJETOS ELABORADOS
APOIO TECNOLÓGICO AOS MUNICÍPIOS - PATEM	160	LAUDOS, PARECERES E RELATÓRIOS TÉCNICOS
CAPTAÇÃO DE RECURSOS INTERNOS E EXTERNOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	14	FONTES PROSPECTADAS
DESENV. DE PROJ. P/ORIENTAR A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE DES.VALE RIBEIRA	280	EMPREENDIMENTOS ATENDIDOS
FOMENTO, APOIO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA PAULISTA DE PARQUES TECNOLÓGICOS	8	NÚCLEOS DE PARQUES TECNOLÓGICOS LOCALIZADOS CRIADOS
FOMENTO E APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	40	AÇÕES DE FOMENTO E SUPORTE

Programa**1018 COMÉRCIO EXTERIOR E COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	4.819.370
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.819.370	
Demais Recursos		
Total	4.819.370	

Objetivo

ATUAR EM PROL DA INSERÇÃO INTERNACIONAL COMPETITIVA DO ESTADO E DE SUAS EMPRESAS, TANTO ATRAVÉS DA POLÍTICA DE ESTÍMULO À EXPORTAÇÕES E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS, QUANTO PROMOVEDO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE INTERNA E EXTERNA, DE ACORDO COM REFERENCIAIS GLOBAIS. COMO CONSEQUÊNCIA, SERÁ POSSÍVEL GERAR E MANTER TRABALHO E RENDA, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA PAULISTA.

Justificativa

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EXIGE A GERAÇÃO DE NOVAS OPORTUNIDADES ATRAVÉS DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À EXPORTAÇÃO E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS, E DA BUSCA DE PARCERIAS E RECURSOS EXTERNOS. TAMBÉM SE FAZ NECESSÁRIO O INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE PAULISTA FACE À CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, EM ÂMBITO INTERNO E EXTERNO, PARA QUE O ESTADO AJUDE A PRESERVAR O EMPREGO E A RENDA DE SEUS CIDADÃOS.

Público Alvo

O PRÓPRIO ESTADO, OS PRODUTORES E OS PRESTADORES DE SERVIÇOS, COM ÊNFASE PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PARTICIPAÇÃO DO VALOR EXPORTADO POR MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PAULISTAS (E PESSOA FÍSICA) NO TOTAL DO VALOR EXPORTADO POR SÃO PAULO.	8	12

Ações	Meta do Período	Produto
ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS E RELACIONAMENTO INTERNACIONAL	600	PARCERIAS ESTABELECIDAS
ESTUDOS E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR PAULISTA	10	ESTUDOS REALIZADOS
MELHORIA DA QUALIDADE DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES	12	PROJETOS DESENVOLVIDOS
PROGEX - PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO À EXPORTAÇÃO	130	EMPRESÁRIOS ATENDIDOS
PROMOÇÃO E SUPORTE A NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	10	PROJETOS DE CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO

Programa**1021 GESTÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE**

Valor do Programa no Período	R\$	56.212.882
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	35.212.882	1.000.000
Demais Recursos	20.000.000	
Total	55.212.882	1.000.000

Objetivo

DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE E COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS MEDIANTE A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA PAULISTA DE QUALIDADE E METROLOGIA; GESTÃO INOVADORA DE AMBIENTES TECNOLÓGICOS; GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS PARA A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA PAULISTA; ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Justificativa

DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DO CRESCENTE AUMENTO DE COMPETITIVIDADE PRINCIPALMENTE DE PAÍSES ASIÁTICOS, HÁ QUE SE TRAÇAR ESTRATÉGIAS PARA O SETOR PRODUTIVO PAULISTA.

Público Alvo

EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, PREFEITURAS E O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE AÇÕES REALIZADAS	0	92.180

Ações	Meta do Período	Produto
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	60	EVENTOS REALIZADOS
GESTÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS PARA A COMPETITIVIDADE	100	DIAGNÓSTICOS SETORIAIS REALIZADOS
GESTÃO INOVADORA DE AMBIENTES TECNOLÓGICOS	20	MODELOS IMPLANTADOS
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PAULISTA DE QUALIDADE E METROLOGIA	67.000	ESTUDOS REALIZADOS

Programa**1023 ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO**

Valor do Programa no Período	R\$	804.360.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	567.860.000	236.500.000
Demais Recursos		
Total	567.860.000	236.500.000

Objetivo

ATENDER AOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO E DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DANDO A ELAS FORMAÇÃO TECNOLÓGICA DE NÍVEL SUPERIOR PARA SE COLOCAR OU SE ATUALIZAR NOS ATUAIS MERCADOS COMPETITIVOS DO ESTADO.

Justificativa

A MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO CONSIDERANDO A EXTENSÃO E ABRANGÊNCIA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, A PROCURA POR ESSE TIPO DE FORMAÇÃO SUPERIOR E SEU IMPACTO POSITIVO NA EMPREGABILIDADE, EM ESPECIAL DOS JOVENS DE 18 A 24 ANOS, E NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MERCADOS POR PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA AS EXIGÊNCIAS DE COMPETITIVIDADE NUMA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO.

Público Alvo

EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO E DE CURSOS DE GRADUAÇÃO QUE BUSCAM FORMAÇÃO TECNOLÓGICA DE NÍVEL SUPERIOR PARA SE COLOCAR OU SE ATUALIZAR NOS ATUAIS MERCADOS COMPETITIVOS DO ESTADO; PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA E QUE SÃO INSTADOS A BUSCAR FORMAÇÃO SUPERIOR TECNOLÓGICA PARA SEGUIR CARREIRA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
AMPLIAR AS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA	20.441	55.500

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	1.698	DOCENTES E FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS CAPACITADOS
EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO	33.197	MATRÍCULAS AMPLIADAS
MANUTENÇÃO DO ENSINO PÚBLICO TECNOLÓGICO	55.500	MATRÍCULAS MANTIDAS
MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CENTRO PAULA SOUZA - ENS. PÚBL. TECNOLÓGICO	1	PLANO DE REORGANIZAÇÃO / RACIONALIZAÇÃO IMPLANTADO

Programa**1024 ENSINO PÚBLICO TÉCNICO**

Valor do Programa no Período	R\$	2.228.700.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.568.700.000	660.000.000
Demais Recursos		
Total	1.568.700.000	660.000.000

Objetivo

QUALIFICAR PROFISSIONAIS REPRESENTA ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DAS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO.

Justificativa

A QUALIDADE DOS SERVIÇOS E A COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO, E A COMPETITIVIDADE DE SÃO PAULO COMO POLO DE ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS, DEPENDEM DA OFERTA DE PESSOAL QUALIFICADO NAS DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO.

Público Alvo

ESTUDANTES E EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO; PROFISSIONAIS QUE POSSUEM A CERTIFICAÇÃO NECESSÁRIA; JOVENS E ADULTOS EM BUSCA DE QUALIFICAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS EXISTENTES	76.946	175.300

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	11.894	DOCENTES E FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS CAPACITADOS
ENSINO À DISTÂNCIA	55.000	ALUNOS QUALIFICADOS
EXPANSÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO PÚBLICO TÉCNICO	97.960	MATRÍCULAS AMPLIADAS
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE TRABALHADORES	32.000	PESSOAS CAPACITADAS
MANUTENÇÃO DO ENSINO PÚBLICO TÉCNICO	175.300	MATRÍCULAS MANTIDAS
MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CENTRO PAULA SOUZA - ENS. PÚBL. TÉCNICO	1	PLANO DE REORGANIZAÇÃO / RACIONALIZAÇÃO IMPLANTADO

Programa**1026 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	37.159.746
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	32.815.608	4.344.138
Demais Recursos		
Total	32.815.608	4.344.138

Objetivo

PROMOVER AÇÕES COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO PAULISTA, POR MEIO DO FOMENTO À PRODUÇÃO INDUSTRIAL, À COMPETITIVIDADE E À INOVAÇÃO.

Justificativa

AÇÕES DIVERSAS COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DA DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS, CONTRIBUINDO PARA MELHORAR O ÍNDICE DE SUCESSO NO LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, REDUÇÃO NO PRAZO E NOS CUSTOS DESTES NOVOS PRODUTOS DESENVOLVIDOS, ETC.

Público Alvo

EMPREENDEDORES, MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE AÇÕES IMPLANTADAS	0	561

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	30	PROJETOS EXECUTADOS
ARTICUL. P/ DESENV. DO PLANO DE EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO E TECNOL. DE SP	20	FÓRUMS E DEBATES REALIZADOS
PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	80	AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Programa**1027 INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE**

Valor do Programa no Período	R\$	44.773.878
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	27.397.672	17.376.206
Demais Recursos		
Total	27.397.672	17.376.206

Objetivo

AMPLIAR E MANTER, DE MODO SUSTENTÁVEL, AS VANTAGENS COMPETITIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E DIFUSÃO TECNOLÓGICA QUE AFETA AS DECISÕES DE INVESTIR E DE INOVAR DOS AGENTES PRIVADOS E PÚBLICOS. O PROGRAMA BUSCA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EQUILBRADO, ESTIMULANDO OS INVESTIMENTOS E A INOVAÇÃO NOS DIVERSOS SETORES E REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO TRANSFERIDO AO SETOR PRODUTIVO PODE PERMITIR O INVESTIMENTO E A INOVAÇÃO EM SÃO PAULO COM VISTA A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PAULISTA. ISSO IMPLICA EM UM TRABALHO DE REMOVER ENTRAVES, BUSCAR OPORTUNIDADES, CRIAR UM AMBIENTE REGULATÓRIO E ECONÔMICO FAVORÁVEL E OFERECER SERVIÇOS DE APOIO AOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS, INTERESSADOS EM INVESTIR E/OU INOVAR.

Público Alvo

SETOR PÚBLICO E SETOR PRIVADO - TODO O SEGMENTO PRODUTIVO E AS INSTITUIÇÕES LIGADAS À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, BEM COMO O SETOR INVESTIDOR, ABRINDO OPORTUNIDADES PARA DAR À INOVAÇÃO O SIGNIFICADO DE PRODUTO DE ALTO VALOR COMERCIAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
AÇÕES REALIZADAS	0	4.000

Ações	Meta do Período	Produto
ACOMPANHAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E AMBIENTAL	8	ESTUDOS REALIZADOS
ASSISTÊNCIA E APOIO AO INVESTIDOR	150	INVESTIDORES ATENDIDOS
ESTUDOS NA ÁREA DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE	45	PROJETOS DESENVOLVIDOS
INCENTIVO A INOVAÇÃO E DIFUSÃO TECNOLÓGICAS	4.000	AÇÕES DESENVOLVIDAS
PROJETOS DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FUNCET	200	EMPRESAS ATENDIDAS

Programa**1033 CRIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS E ESTRATÉGICAS**

Valor do Programa no Período	R\$	6.400.044
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	
Demais Recursos		6.400.000
Total	44	6.400.000

Objetivo

REVITALIZAR AS COMPETÊNCIAS HUMANAS; DESENVOLVER O PARQUE DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURA DOS MÓDULOS LABORATORIAIS EM ÁREAS ESTRATÉGICAS; REESTRUTURAR O SISTEMA DE GESTÃO.

Justificativa

OS DESAFIOS MUNDIAIS ATUAIS E FUTUROS APONTAM PARA A NECESSIDADE DE AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS. NO CASO DE S.P., O IPT É UMA DAS INSTITUIÇÕES CAPAZES DE PROVER O SUPORTE TECNOLÓGICO COMPLEXO E DE PONTA NECESSÁRIO AO INCREMENTO DE COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS. NO ENTANTO, O AUMENTO E A COMPLEXIDADE DA DEMANDA POR SERVIÇOS TECNOLÓGICOS REQUER UMA PROFUNDA REVITALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.

Público Alvo

SETOR PRODUTIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO E PODER PÚBLICO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TREINAMENTOS REALIZADOS	0	2.200

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DOS LABORATÓRIOS	8	LABORATÓRIOS REVITALIZADOS
REVITALIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS E ESTRATÉGICAS	2.200	TREINAMENTOS REALIZADOS

Programa**1034 DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	500.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		500.000
Demais Recursos		
Total		500.000

Objetivo

PROVER OS MUNICÍPIOS DE INFRA-ESTRUTURA DE BANDA LARGA ATRAVÉS DA REDE INTRAGOV, CRIANDO AMBIENTES ADEQUADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE GESTÃO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), TRANSFORMANDO SÃO PAULO EM UM ESTADO INTERCONECTADO.

Justificativa

O ESTADO DE SÃO PAULO TEM UMA OFERTA DE BANDA LARGA LIMITADA AOS MUNICÍPIOS QUE DESPERTAM INTERESSE MERCADOLÓGICO AOS PROVEDORES PRIVADOS. TORNA-SE NECESSÁRIO A CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) QUE ESTENDA ESTA COBERTURA AOS DEMAIS MUNICÍPIOS.

Público Alvo

A SOCIEDADE COMO UM TODO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	0	144

Ações

	Meta do Período	Produto
DIFUSÃO E IMPLANTAÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NOS MUNICÍPIOS	110	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
IMPLANTAÇÃO DO E-GOV MUNICIPAL	80	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
TRANSFORMAR SÃO PAULO EM UM ESTADO CONECTADO	80	MUNICÍPIOS INSERIDOS

Programa**1035 ENSINO MÉDIO - CENTRO E.T. PAULA SOUZA**

Valor do Programa no Período	R\$	779.540.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	779.540.000	
Demais Recursos		
Total	779.540.000	

Objetivo

MANTER E AMPLIAR O ATENDIMENTO À DEMANDA POR CURSO DE NÍVEL MÉDIO; INCENTIVAR A AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR DOS ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO; PROMOVER A INTERAÇÃO COM O ENSINO TÉCNICO; INCENTIVAR A COLABORAÇÃO PEDAGÓGICA ENTRE AS REDES DO CENTRO PAULA SOUZA E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

CONSIDERANDO: O MODELO DO CPS DE COMPLEMENTARIDADE ENTRE A FORMAÇÃO PROPEDÊUTICA E A TÉCNICA E OS RESULTADOS POSITIVOS DE SEUS ALUNOS NO ENEM; A PERSPECTIVA DE, NESTE MODELO, FAVORECER A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA ESCOLA EM TEMPO AMPLIADO; A CRESCENTE DEMANDA PELOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO DO CPS; A IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO.

Público Alvo

EGRESSOS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
UNIDADE DE MATRICULA	23.902	74.000
SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - SAI	72	82

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE, TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	2.439	DOCENTES E FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS CAPACITADOS
EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO - CENTRO PAULA SOUZA	50.000	MATRÍCULAS AMPLIADAS
MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO - CENTRO PAULA SOUZA	74.000	MATRÍCULAS MANTIDAS
MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CENTRO PAULA SOUZA - ENSINO MÉDIO	1	PLANO DE REORGANIZAÇÃO / RACIONALIZAÇÃO IMPLANTADO
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - ENSINO MÉDIO - FUNDEB	14.416	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO BENEFICIADOS
REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS SERVIDORES - ENSINO MÉDIO - FUNDEB	5.886	FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES BENEFICIADOS

Programa**1036 POLÍTICAS DE IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO**

Valor do Programa no Período	R\$	100.044
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	100.000
Demais Recursos		
Total	44	100.000

Objetivo

IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA AS QUESTÕES RELEVANTES, DE IMPACTO E SENTIDO ESTRATÉGICO PARA O ESTADO DE SÃO PAULO, A FIM DE COORDENAR E INTEGRAR DIFERENTES AÇÕES DE GOVERNO.

Justificativa

NECESSIDADE DE ESTABELECEER UM POLÍTICA ARTICULADA PARA ADERÊNCIA À SUA FORMA DE AÇÃO QUE IMPLIQUE EM COMPETÊNCIA INTERNA PARA COLETA E ORGANIZAÇÃO DE CONHECIMENTO E DADOS NECESSÁRIOS DE MODO ORDENADO, ACERCA DOS FATORES DETERMINANTES E OBSTACULIZANTES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Público Alvo

MUNICÍPIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE AÇÕES IMPLEMENTADAS	0	5

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE BIOENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	20	PROJETOS EXECUTADOS
ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA DE GÁS E PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO	20	PROJETOS ELABORADOS
ARTICULAÇÃO P/ APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13	PROJETOS EXECUTADOS
ARTICULAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE LOGÍSTICA	23	PROJETOS EXECUTADOS

Programa**1037 QUALIDADE DA ENGENHARIA E DA INFRA-ESTRUTURA PAULISTA**

Valor do Programa no Período	R\$	563.399.786
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	464.711.508	38.688.278
Demais Recursos		60.000.000
Total	464.711.508	98.688.278

Objetivo

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS; SUPORTE TECNOLÓGICO À IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E AUDITORIA DE OBRAS DE ENGENHARIA E DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES; ENGENHARIA APLICADA À QUESTÃO AMBIENTAL; E, DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

O CENÁRIO ECONÔMICO E OS DESAFIOS DA POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA DO ESP, INDUZEM À MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE FORMA A DAR SUPORTE ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO TOCANTE A: ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DAS OBRAS DE ENGENHARIA E INFRA-ESTRUTURA; REDUÇÃO NO IMPACTO AO MEIO AMBIENTE E MUNICIAR OS NOVOS AMBIENTES DE INOVAÇÃO COM UMA ADEQUADA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA.

Público Alvo

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO E ÓRGÃOS ESTADUAIS LIGADOS À QUESTÃO AMBIENTAL E EMPRESAS PRIVADAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
AÇÕES REALIZADAS	0	4

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DO E.S.P.	15	LABORATÓRIOS IMPLANTADOS OU MODERNIZADOS
ENGENHARIA APLICADA À QUESTÃO AMBIENTAL	1.030	RELATÓRIOS E CONSULTORIAS TÉCNICAS REALIZADAS
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	810	ESTUDOS REALIZADOS
SUPORTE TECNOLÓGICO À ENGENHARIA DE OBRAS	1.100	RELATÓRIOS EMITIDOS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	986.156
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	486.156	500.000
Demais Recursos		
Total	486.156	500.000

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	200	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	21.720.257
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	21.720.257	
Demais Recursos		
Total	21.720.257	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	48	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**1201 FOMENTO E DIFUSÃO CULTURAL**

Valor do Programa no Período	R\$	493.681.062
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	453.681.018	40.000.044
Demais Recursos		
Total	453.681.018	40.000.044

Objetivo

APOIAR ATIVIDADES DE DIFUSÃO, FOMENTO E INCENTIVO A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL, PROMOVEDO A INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO REGIONAL E A ESTIMULAÇÃO DOS MOVIMENTOS CULTURAIS.

Justificativa

NECESSIDADE DE AMPLIAR QUANTITATIVAMENTE E QUALITATIVAMENTE O ACESSO DO CIDADÃO AOS PROGRAMAS CULTURAIS, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A PLURALIDADE E A DIVERSIDADE DA COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA E CULTURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

Mais recente Ao final do Plano

TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE INSCRITOS EM ATIVIDADES DE FOMENTO	0	30
TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE EVENTOS DE DIFUSÃO	0	20
TAXA DE CRESCIMENTO DO PÚBLICO VISITANTE A BIBLIOTECAS ESTADUAIS	0	30
TAXA DE DISTRIBUIÇÃO DOS INGRESSOS DA "CAMPANHA VÁ AO CINEMA E AO TEATRO"	0	90

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÃO CULTURAL NO ESTADO	12	PROJETOS REALIZADOS
CAMPANHA VÁ AO CINEMA E AO TEATRO	10.000.000	INGRESSOS UTILIZADOS
CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE MÚSICA, ARTES CÊNICAS, DANÇA E CIRCO	150	APRESENTAÇÕES REALIZADAS
COMPANHIA DE DANÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO	100 %	COMPANHIA IMPLANTADA
CRIANDO ARTE	8	EXPOSIÇÕES REALIZADAS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS CULTURAIS VINCULADOS À LOTERIA DA CULTURA	20	PROJETOS FINANCIADOS
DIFUSÃO CULTURAL	13	PROJETOS REALIZADOS
ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	624	APRESENTAÇÕES REALIZADAS
PRÊMIO ESTÍMULO À PRODUÇÃO CULTURAL	132	PRÊMIOS CONCEDIDOS
PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL - PAC	1.600	PROJETOS PATROCINADOS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS - PROJETOS DE ESTÍMULO A LEITURA	5	PROJETOS DESENVOLVIDOS
TEATRO DA DANÇA	13.000 m²	OBRA REALIZADA

Programa**1203 FORMAÇÃO ARTÍSTICA**

Valor do Programa no Período	R\$	458.933.702
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	430.245.599	28.688.103
Demais Recursos		
Total	430.245.599	28.688.103

Objetivo

DESENVOLVER ATIVIDADES DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA NAS DIVERSAS LINGUAGENS.

Justificativa

CONDIÇÕES SOCIAIS PRECÁRIAS LIMITAM O PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SEGMENTOS DA POPULAÇÃO, EM ESPECIAL CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL, ESPECIALMENTE CRIANÇAS E JOVENS, IDOSOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE ALUNOS CONCLUINTE EM CURSOS DE FORMAÇÃO	0	70
TAXA DE PREENCHIMENTO DE VAGAS EM ATIVIDADES DE CURTA E MÉDIA DURAÇÃO	0	70

Ações	Meta do Período	Produto
CENTRO DE ESTUDOS MÚSICAIS TOM JOBIM	12.000	PESSOAS ATENDIDAS
CONSERVATÓRIO DE TATUÍ	16.000	ALUNOS FORMADOS
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE CAMPOS DO JORDÃO	100 %	OBRAS REALIZADAS
FORMAÇÃO ARTÍSTICA E INCLUSÃO SOCIAL	4.000	ATIVIDADES REALIZADAS
FORTELECIMENTO DA POLÍTICA DA DIVERSIDADE	40	ATIVIDADES REALIZADAS
OFICINAS CULTURAIS	2.666	OFICINAS REALIZADAS
PROJETO GURI	459	POLOS MÚSICAIS IMPLANTADOS E MANTIDOS

Programa**1206 RÁDIO E TV EDUCATIVAS**

Valor do Programa no Período	R\$	775.325.508
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	729.261.113	46.064.395
Demais Recursos		
Total	729.261.113	46.064.395

Objetivo

PROMOVER A FORMAÇÃO CRÍTICA DO HOMEM PARA A CIDADANIA.

Justificativa

ATENDER A SOCIEDADE PAULISTA E BRASILEIRA ATRAVÉS DA REDE PÚBLICA DE TELEVISÃO, NOTADAMENTE O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL E OS SEGMENTOS COM DÉFICIT DE FORMAÇÃO FORMAL.

Público Alvo

POPULAÇÃO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
HORAS DE TRANSMISSÃO	744	33.220
MÉDIA DE AUDIÊNCIA	1.356	64.060

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DA REDE DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS	100 %	REDE DE TRANSMISSÃO ADEQUADA
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	1	UNIDADE ADMINISTRADA
IMPLANTAÇÃO DE RÁDIO E TV DIGITAL	100 %	TECNOLOGIA DIGITAL IMPLANTADA
PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DA TV CULTURA	33.220	HORAS DE TRANSMISSÃO
PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DAS RÁDIOS AM/FM	64.060	HORAS DE TRANSMISSÃO
REAPARELHAMENTO DAS RÁDIOS E DA TV EDUCATIVAS	100 %	EMISSORAS REAPARELHADAS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100 %	SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS

Programa**1207 FÁBRICAS DE CULTURA - PROGRAMA PARA INCLUSÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	78.347.524
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	347.524	78.000.000
Demais Recursos		
Total	347.524	78.000.000

Objetivo

DESENVOLVER ATIVIDADES ARTÍSTICAS NAS DIVERSAS LINGUAGENS COM OBJETIVO DE PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL.

Justificativa

CONDIÇÕES SOCIAIS PRECÁRIAS LIMITAM O PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SEGMENTOS DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO COM ALTO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL (IVJ).

Público Alvo

CRIANÇAS E JOVENS DE 7 A 19 ANOS, EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL, RESIDENTES DA PERIFERIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

MUNICÍPIOS

Indicadores

TAXA DE ALUNOS CONCLUINTES DOS PROGRAMAS

Mais recente **Ao final do Plano**

0 70

Ações

CONSTRUÇÃO DE CENTROS FÁBRICAS DE CULTURA

Meta do Período

3

Produto

PRÉDIOS CONSTRUÍDOS

INSERÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS

14.000

JOVENS ATENDIDOS

Programa**1213 GESTÃO DE RECURSOS DA SECRETARIA DA CULTURA**

Valor do Programa no Período	R\$	133.984.347
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	123.566.102	10.418.245
Demais Recursos		
Total	123.566.102	10.418.245

Objetivo

PROVER ÀS UNIDADES DE DESPESA OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS.

Justificativa

OS RECURSOS UTILIZADOS NA ÁREA CULTURAL DEVEM SER GERIDOS COM TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA E AGILIDADE VISANDO A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

NÃO HÁ NECESSIDADE

Mais recente

0

Ao final do Plano

0

Ações	Meta do Período	Produto
ADAPTAÇÕES DAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DA CULTURA	10.000 m ²	OBRAS REALIZADAS
BOULEVARD DA LUZ	14.600 m ²	ESPAÇO REVITALIZADO
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	400	SERVIDORES CAPACITADOS
GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA	8	UNIDADES ADMINISTRADAS
MAPEAMENTO CULTURAL	100 %	MAPEAMENTO REALIZADO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

Programa**1214 MUSEU VIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	294.743.895
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	147.046.144	147.697.751
Demais Recursos		
Total	147.046.144	147.697.751

Objetivo

REVITALIZAR OS MUSEUS PAULISTAS AUMENTANDO AS ÁREAS DE VISITAÇÃO E FOMENTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS INSTITUTOS DE MEMÓRIA. AUMENTAR O ACESSO DA POPULAÇÃO A ESSES PRODUTOS CULTURAIS NAS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO, A PARTIR DA AQUISIÇÃO E MAIOR EXPOSIÇÃO DE ACERVOS.

Justificativa

MELHORAR A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DOS MUSEUS COMO VERDADEIROS CENTROS DE MEMÓRIA, BUSCANDO O PATAMAR DE EXCELÊNCIA NA GESTÃO DE TODAS AS UNIDADES.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE CRESCIMENTO DO PÚBLICO VISITANTE A MUSEUS ESTADUAIS	0	30

Ações	Meta do Período	Produto
CATAVENTO - ESPAÇO DA CRIANÇA	1.015.000	PÚBLICO INFANTO-JUVENIL ATENDIDO
CRIAÇÃO DE NOVOS MUSEUS	75.000 m ²	OBRAS REALIZADAS
MUSEU DA HISTÓRIA PAULISTA	68.775	PÚBLICO ATENDIDO
MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA	3.624.000	PÚBLICO ATENDIDO
MUSEU DE ARTE SACRA	86.500	PÚBLICO ATENDIDO
PINACOTECA	1.847.118	PÚBLICO ATENDIDO
PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS ACERVOS DOS MUSEUS DO ESTADO	10	MUSEUS PRESERVADOS
VÁ AO MUSEU	2.082.003	PÚBLICO ATENDIDO

Programa**1215 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Valor do Programa no Período	R\$	2.888.838
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.888.838	
Demais Recursos		
Total	2.888.838	

Objetivo

IDENTIFICAR, PROTEGER E VALORIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

TENDO EM VISTA A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA COLETIVA NA ESTRUTURA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, BUSCA-SE PROMOVER CONDIÇÕES PARA GARANTIR A DIVERSIDADE CULTURAL, DESENVOLVER E FORTALECER OS SENTIDOS DE CIDADANIA E DE "PERTENÇA" E GERIR POLÍTICA ALTAMENTE CONFLITIVA.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE CRESCIMENTO DOS PROCESSOS DE INTERVENÇÕES EM BENS TOMBADOS	0	35

Ações	Meta do Período	Produto
IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	80	BENS INVENTARIADOS
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA	4.400	PROCESSOS ANALISADOS
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA	2.600	PÚBLICO ATENDIDO

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	44
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	
Demais Recursos		
Total	44	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	2.116.061
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.116.061	
Demais Recursos		
Total	2.116.061	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - CODASP	31	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**1301 GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E
TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO**

Valor do Programa no Período	R\$	770.425.046
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	653.193.521	18.765.477
Demais Recursos	89.665.427	8.800.621
Total	742.858.948	27.566.098

Objetivo

GERAR E TRANSFERIR CONHECIMENTOS RELACIONADOS À SEGURANÇA ALIMENTAR, À SUSTENTABILIDADE AGROAMBIENTAL, À ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E PERIURBANO, À BIOENERGIA E AOS PRODUTOS E PROCESSOS ESTRATÉGICOS, PERMITINDO O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE E DA COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO PAULISTA, DAS OPORTUNIDADES DE NOVOS NEGÓCIOS, DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E DA INCLUSÃO SOCIAL.

Justificativa

A LIDERANÇA PAULISTA NO AGRONEGÓCIO NACIONAL DEPENDE DE UM PROCESSO CONTÍNUO DE ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS. EQUILÍBRIO NA OCUPAÇÃO DO SOLO, GERAÇÃO DE RENDA, CRESCIMENTO AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL, REDUÇÃO NOS DESEQUILÍBRIOS SOCIAIS E REGIONAIS, E ELEVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE EXIGEM UM PROGRAMA DE GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS ÁGIL, DINÂMICO, CONECTADO ÀS DEMANDAS, E EFICIENTE NA DETECÇÃO DE OPORTUNIDADES.

Público Alvo

AGENTES DAS CADEIAS DE PRODUÇÃO DOS AGRONEGÓCIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	97	117
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DA TERRA	97	117
ÍNDICE DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO PAULISTA, ANO BASE 2007=100	95	123
NÚMERO DE PESQUISAS EM ANDAMENTO NA APTA EM CADA ANO AGRÍCOLA	1.485	1.750
NÚMEROS DE ATENDIMENTOS TÉCNICOS REALIZADOS PELA APTA	168.161	197.000
NÚMERO DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE, EXECUTADAS PELA REDE DE LABORATÓRIOS DA APTA.	278.733	320.000
ÍNDICE DE DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PRODUZIDOS	100	121

Ações	Meta do Período	Produto
ANÁLISES LABORATORIAIS PARA A QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR	1.190.000	ANÁLISES LABORATORIAIS REALIZADAS
BIOMASSA FORRAGEIRA E SUBPRODUTOS ANIMAIS COMO FONTE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA	4	PESQUISAS REALIZADAS
CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIO P/ CONTROLE DA QUALIDADE DO LEITE NO EST. DE SÃO PAULO	100 %	LABORATÓRIO CONSTRUÍDO
DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO	10	PRODUTOS GERADOS
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	13	PESQUISAS REALIZADAS
EXPANSÃO DA CULTURA DA SERINGUEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO	14	PESQUISAS REALIZADAS
GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA O AGRONEGÓCIO	1.565	PESQUISAS REALIZADAS
IMPLEMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO INTEGRADA DE CITROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - PIC/SP	10	PESQUISAS REALIZADAS
INSUMOS TECNOLÓGICOS ESTRATÉGICOS	451	INSUMOS PRODUZIDOS
MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS DE PESQUISA	11	UNIDADES REGIONAIS MODERNIZADAS

Ações	Meta do Período	Produto
MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS - DIFERENTES CENÁRIOS PARA A AGRICULTURA PAULISTA	120	PESQUISAS REALIZADAS
PECUÁRIA DE CORTE INTEGRADA A CANA DE AÇÚCAR - SUSTENTABILIDADE E VIABILIDADE	18	PESQUISAS REALIZADAS
RASTREABILIDADE E DETECÇÃO DE CARACTERÍSTICAS E RESÍDUOS EM PRODUTOS ANIMAIS	4	PESQUISAS REALIZADAS
REVITALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA	26	NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA MODERNIZADOS
ROTAÇÃO DE OLEAGINOSAS E CANA DE AÇÚCAR PARA EQUILÍBRIO DA MATRIZ BIOENERGÉTICA	13	PESQUISAS REALIZADAS
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E IMPACTOS DA PESQUISA AGRÍCOLA	4	ETAPAS CONCLUÍDAS
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DO AGRONEGÓCIO	4	ETAPAS CONCLUÍDAS
TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O AGRONEGÓCIO	733.000	ATENDIMENTOS TÉCNICOS EFETUADOS

Programa**1307 DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL**

Valor do Programa no Período	R\$	510.834.683
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	470.410.430	20.944.653
Demais Recursos	19.479.600	
Total	489.890.030	20.944.653

Objetivo

PROMOVER OS AGENTES LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO COMO ARTICULADORES DAS FORÇAS PRESENTES NOS MUNICÍPIOS, VISANDO CONJUGAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A PROMOÇÃO DA CIDADANIA E A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Justificativa

A AUSÊNCIA DE ARTICULAÇÕES MUNICIPAIS E REGIONAIS PARA DIAGNOSTICAR, PLANEJAR AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E CAPTAR RECURSOS PARA SUA EXECUÇÃO, NÃO ENCORAJA OS MUNICÍPIOS A SE ASSOCIAREM VISANDO VALORIZAR O TERRITÓRIO QUE COMPARTILHAM, FORNECENDO À COMUNIDADE LOCAL MEIOS NECESSÁRIOS AO DESENCADEAMENTO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Público Alvo

PRODUTORES RURAIS E FAMILIARES DAS COMUNIDADES RURAIS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE CONSERVAÇÃO DE SOLO	60	70
ÍNDICE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA REALIZADAS AOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	52	60
VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA PER CAPITA, EM REAIS	1.600	1.800
PERCENTUAL DE ESTRADAS RURAIS RECUPERADAS NO ÂMBITO DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	32	41,7
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO COM INCENTIVO NO ÂMBITO DAS MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	35,3	41,7

Ações	Meta do Período	Produto
ABASTECIMENTO DE SEMENTES E MUDAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	594	MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM SEMENTES E MUDAS DE QUALIDADE
ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE DESENV. SUSTENTÁVEL	594	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
CUIDANDO DO SOLO E DA ÁGUA	40.000 ha	ÁREA RECUPERADA
GESTÃO PÚBLICA EM DESENVOLVIMENTO RURAL	594	UNIDADES EM OPERAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS	1.500	MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS IMPLEMENTADAS

Programa**1308 SEGURANÇA ALIMENTAR**

Valor do Programa no Período	R\$	784.087.255
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	782.784.040	1.303.215
Demais Recursos		
Total	782.784.040	1.303.215

Objetivo

CONJUGAR O ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E SEU ESCOAMENTO A PROJETOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ASSEGURANDO O ACESSO DA POPULAÇÃO A ALIMENTOS COM QUALIDADE, DIVERSIDADE E ALTO VALOR NUTRITIVO.

Justificativa

A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS PNAD DE 2005, DO IBGE, IDENTIFICOU UM CONTINGENTE SUPERIOR A 2,9 MILHÕES DE FAMÍLIAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, COM RENDA DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, QUE É INSUFICIENTE PARA GARANTIR SUA SEGURANÇA ALIMENTAR, ESTANDO PORTANTO VULNERÁVEL À FOME.

Público Alvo

POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NUMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS NOS RESTAURANTES BOM PRATO/MÊS	875.991	1.271.625
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS ATRAVÉS DAS AÇÕES INTEGRADAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	22.899	3.037.900
COZINHAS ESCOLAS INSTALADAS	14	54
PONTOS DE VENDA IMPLANTADOS PARA O BOM PREÇO DO AGRICULTOR	0	180
NÚMERO DE CRIANÇAS ATENDIDAS PELO VIVALEITE	644.492	745.000
NÚMERO DE IDOSOS ATENDIDOS PELO VIVALEITE	44.371	60.000
NÚMERO DE LITROS DE LEITE DISTRIBUIDOS PELO VIVALEITE	10.332.946	12.075.000

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÕES INTEGRADAS EM SEGURANÇA ALIMENTAR	3.037.900	PESSOAS ATENDIDAS
BOM PRATO	61.038.000	REFEIÇÕES SERVIDAS
BOM PREÇO DO AGRICULTOR	40	PONTOS DE VENDA IMPLANTADOS
COZINHA ESCOLA	40	COZINHAS INSTALADAS
OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO PROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR	26	SISTEMAS INFORMATIZADOS MANTIDOS
VIVA LEITE	805.000	PESSOAS ATENDIDAS - IDOSOS E CRIANÇAS

Programa**1309 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO AGRONEGÓCIO PAULISTA**

Valor do Programa no Período	R\$	341.508.564
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	43.034.603	298.473.961
Demais Recursos		
Total	43.034.603	298.473.961

Objetivo

DESENVOLVER ALTERNATIVAS RENTÁVEIS DE PRODUÇÃO, AGREGAÇÃO DE VALOR E DE MUDANÇA TECNOLÓGICA QUE INCREMENTEM A RENDA E A GERAÇÃO DE EMPREGO, VIA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE.

Justificativa

REDUÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS, DECORRENTES DA COEXISTÊNCIA DE UMA PRODUÇÃO EXTREMAMENTE COMPETITIVA, ORGANIZADA, EMPRESARIAL, COM UMA AGRICULTURA EMPOBRECIDA, PREDOMINANTEMENTE NAS REGIÕES DO VALE DO RIBEIRA, SUDOESTE, ALTA PAULISTA, PONTAL DO PARANAPANEMA, NOROESTE E VALE DO PARAÍBA.

Público Alvo

PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS ORGANIZAÇÕES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS ASSISTIDAS	76	400
NÚMERO DE CONTRATOS DE CRÉDITO COM EMPREENDEDORES FAMILIARES REALIZADOS POR MEIO DO FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA (FEAP), O BANCO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR	1.094	7.750
NÚMERO DE PROFISSIONAIS E AGRICULTORES TREINADOS EM TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO SUSTENTÁVEL	76	500
NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM AO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MUNICIPAL PARA DISSIMINAR INOVAÇÕES E IMPLANTAR AÇÕES LOCAIS ESPECÍFICAS	378	600
UNIDADES AGROINDUSTRIAIS CRIADAS	0	60
ÍNDICE DO VALOR DA PRODUÇÃO "IDEAL" POR HECTARE	100	150

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS AGROINDÚSTRIAS	60	AGROINDÚSTRIAS IMPLANTADAS
ASSESSORIA NA CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	800	ENTIDADES ATENDIDAS
AVAL PARA EXPANSÃO NO AGRONEGÓCIO PAULISTA	660	AVAIS CONCEDIDOS
CAPACITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS E REGIONAIS DO AGRONEGÓCIO PAULISTA	2.000	AGENTES FORMAIS CAPACITADOS
CRÉDITO PARA EXPANSÃO NO AGRONEGÓCIO PAULISTA	28.870	CONTRATOS DE FINANCIAMENTO
DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS E REGIONAIS DO AGRONEGÓCIO	12	SISTEMAS DE PRODUÇÃO DESENVOLVIDOS
DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA	16	DIAGNÓSTICOS REALIZADOS
DIFUSÃO TECNOLÓGICA - PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM AMBIENTE PROTEGIDO	40	ESTUFAS INSTALADAS
FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR PAULISTA	220.000	CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR
INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO SIST. EST. INTEGRADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	600	CONVÊNIOS REALIZADOS
SUBVENÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS - FEAP MICROBÁCIAS	30.000	PRODUTORES ATENDIDOS

Ações	Meta do Período	Produto
SUBVENÇÃO DO PRÊMIO DO SEGURO NO AGRONEGÓCIO PAULISTA	34.480	SUBVENÇÕES CONCEDIDAS
TECNOLOGIA PARA INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA	5	ÁREAS DEMONSTRATIVAS IMPLANTADAS

Programa**1310 MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE QUALIDADE DAS AGROPOLÍTICAS PÚBLICAS**

Valor do Programa no Período	R\$	403.371.446
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	401.869.577	1.501.869
Demais Recursos		
Total	401.869.577	1.501.869

Objetivo

UMA GESTÃO DE QUALIDADE PARA PROMOVER INTERNAMENTE AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS PARA SE AJUSTAR A PADRÕES INTERNACIONAIS DE EFICIÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APOIAR OS SETORES EXCLUÍDOS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO, ORIENTANDO, CAPACITANDO, ESTIMULANDO E FINANCIANDO QUANDO NECESSÁRIO.

Justificativa

IMPLEMENTAR UMA NOVA GERAÇÃO DE REFORMAS ADMINISTRATIVAS, POR MEIO DE AÇÃO CONJUNTA DO ESTADO, DAS EMPRESAS E DA SOCIEDADE CIVIL, VISAM UMA SOLUÇÃO INOVADORA DOS PROBLEMAS SOCIAIS E CRIAR POSSIBILIDADES E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO FUTURO SUSTENTÁVEL A TODOS OS AGENTES.

Público Alvo

AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS QUE ATUAM NO AGRONEGÓCIO PAULISTA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NUMERO DE SERVIDORES TREINADOS	558	1.674

Ações	Meta do Período	Produto
ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS AGRONEGÓCIOS	5.760	AÇÕES IMPLEMENTADAS
ATUALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO LUPA - LEVANTAMENTO DE UNID. PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS	240.000	PROPRIEDADES RECADASTRADAS
CAPACITAÇÃO DE AGENTES DO AGRONEGÓCIO PAULISTA	52.707	PESSOAS CAPACITADAS
MERCADO DE CARBONO	1	CONSÓRCIOS IMPLANTADOS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1	AÇÕES IMPLEMENTADAS
QUALIVIDA	19.000	ATENDIMENTOS REALIZADOS
REPRESENTAÇÕES SETORIAIS E REGIONAIS DO AGRONEGÓCIO	1.620	EVENTOS REALIZADOS

Programa**1311 DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE**

Valor do Programa no Período	R\$	250.817.688
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	244.736.016	6.081.672
Demais Recursos		
Total	244.736.016	6.081.672

Objetivo

PROMOVER, ATRAVÉS DA FISCALIZAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS NA CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS, A MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO, A SAÚDE ANIMAL E VEGETAL, A IDONEIDADE DOS INSUMOS E SERVIÇOS UTILIZADOS NA AGROPECUÁRIA E A IDENTIDADE E SEGURANÇA HIGIÊNICO-SANITÁRIA E TECNOLÓGICA DOS ALIMENTOS.

Justificativa

O INCREMENTO DAS POSSIBILIDADES DE DISSEMINAÇÃO DE DOENÇAS E PRAGAS COM AS CRESCENTES TROCAS COMERCIAIS E A FORTE TENDÊNCIA ENTRE OS CONSUMIDORES DE EXIGIREM MAIS QUALIDADE E SEGURANÇA NOS PRODUTOS CONSUMIDOS, IMPÕEM AÇÕES QUE VISEM A PROTEÇÃO DO AMBIENTE DOS PROCESSOS PRODUTIVOS A FIM DE MANTER E AMPLIAR A COMPETITIVIDADE, A QUALIDADE E A INOCUIDADE DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.

Público Alvo

AGENTES DE CADEIA PRODUTIVA DE ANIMAIS E VEGETAIS DE PECULIAR INTERESSE DO ESTADO E CONSUMIDORES DE ALIMENTOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE INSPEÇÕES A ABRIGOS DE MORCEGOS HEMATÓFAGOS	3.900	4.000
TAXA DE COBERTURA VACINAL ANTI-AFTOSA EM REBANHOS	99,5	99,7
TAXA DE COBERTURA VACINAL ANTI-BRUCLOSE	68	79
NÚMERO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, VEGETAIS, PRODUTOS E SUB-PRODUTOS	800	980
NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE NOVOS FOCOS DE CANCRO CÍTRICO	3.518	4.000
PERCENTUAL DE VIVEIROS DE MUDAS CÍTRICAS SOB VIGILÂNCIA FITOSSANITÉRIA	99,07	100
QUANTIDADE DE BANANAS COMERCIALIZADAS SOB O SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO PARA "SIGATOKA NEGRA"	45.000	48.000

Ações	Meta do Período	Produto
GESTÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	250	UNIDADES EM OPERAÇÃO
INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES DA DEFESA AGROPECUÁRIA	15.800 m ²	ÁREAS CONSTRUÍDAS, AMPLIADAS E/OU RECUPERADAS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL	447.192	INSPEÇÕES REALIZADAS
VIGILÂNCIA SANITÁRIA VEGETAL	516.056	INSPEÇÕES REALIZADAS

Programa**1313 RISCO SANITÁRIO ZERO**

Valor do Programa no Período	R\$	90.256.357
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	28.373.076	61.883.281
Demais Recursos		
Total	28.373.076	61.883.281

Objetivo

MODERNIZAR AS ESTRUTURAS DE VIGILÂNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA A FIM DE ESTABELECEER UM PROCESSO DE INTELIGÊNCIA SANITÁRIA CAPAZ DE RESPONDER RAPIDAMENTE A EVENTOS QUE PONHAM EM RISCO A SANIDADE AGROPECUÁRIA A FIM DE ENFRENTAR O DESAFIO DE ASSEGURAR QUE A QUALIDADE DOS ALIMENTOS SEJA ATESTADA AMPLAMENTE NO TERRITÓRIO PAULISTA.

Justificativa

UMA NOVA AGENDA EXIGE NOVA CONCEPÇÃO DE INTERVENÇÃO ESTATAL CRUCIAL PARA A SUSTENTAÇÃO DA COMPETITIVIDADE EXTERNA DA AGRICULTURA BRASILEIRA. SÃO NECESSÁRIOS AJUSTES PARA UM MODELO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FUNDAMENTADO EM DOIS CONCEITOS AMPLOS: O CONCEITO DA QUALIDADE DOS ALIMENTOS E O CONCEITO DE ANÁLISE DE RISCO.

Público Alvo

AGENTES DE CADEIA PRODUTIVA DE ANIMAIS E VEGETAIS DE PECULIAR INTERESSE DO ESTADO E CONSUMIDORES DE ALIMENTOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES ESTRATÉGICAS	100	180
ÍNDICE DE ACESSIBILIDADE A PONTOS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE DEFESA AGROPECUÁRIA	0	188
ÍNDICE DE ATENDIMENTOS À EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS	0	100
ÍNDICE DE LABORATÓRIOS DE DIAGNÓSTICOS CERTIFICADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-MAPA	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ATENDIMENTO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	188	PONTOS DE ATENDIMENTO IMPLANTADOS
AVALIAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESSOS MONITORADOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA	79	PESQUISAS REALIZADAS
CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DO PRODUTO DE SÃO PAULO - SELO SÃO PAULO	150	PRODUTOS CERTIFICADOS
DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS	1	SISTEMAS INFORMATIZADOS
EDUCAÇÃO SANITÁRIA PARA PRODUTORES RURAIS	25.600	PRODUTORES CAPACITADOS
FORÇA TAREFA NAS FRONTEIRAS - CONSTRUÇÃO DE POSTOS FIXOS DE FISCALIZ. SANITÁRIA	17	POSTOS FIXOS CONSTRUÍDOS
GESTÃO SANITÁRIA DOS RISCOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	700	ESTABELECEMENTOS COM BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO
LEGITIMAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL DE ATENÇÃO À SUSPEITA DE ENFER. EMERG. - GEASE	8	PLANOS ELABORADOS
MODERNIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE LABORATORIAL	81	LABORATÓRIOS DE ANÁLISE CONSOLIDADOS
NOVOS INSUMOS ESTRATÉGICOS P/ DIAGNÓSTICO E CONTROLE DE PRAGAS E DOENÇAS	8.500.000	INSUMOS PRODUZIDOS
PROJEÇÃO ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO SANITÁRIA E DE CONTROLE DE RISCOS	4	ETAPAS IMPLANTADAS DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
QUALIDADE DO CAPITAL HUMANO	2	ETAPAS DESENVOLVIDAS DA

Programa**1314 INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O AGRONEGÓCIO**

Valor do Programa no Período	R\$	503.754.164
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	347.524.120	2.000.044
Demais Recursos	149.800.000	4.430.000
Total	497.324.120	6.430.044

Objetivo

APRIMORAR OS SISTEMAS DE TRANSPORTES E DE LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO, ELEVANDO A TRAFEGABILIDADE DAS ESTRADAS RURAIS, VISANDO REDUZIR PERDAS DE PRODUÇÃO E MAIOR ACESSO DA POPULAÇÃO RURAL A SERVIÇOS URBANOS, E IMPLANTAR MEDIDAS QUE LEVEM À ESTRUTURAÇÃO DA LOGÍSTICA SETORIAL, EM AÇÕES CONVERGENTES PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PELA AGREGAÇÃO DE VALOR.

Justificativa

OS 210 MIL KM DE ESTRADAS RURAIS REPRESENTAM UM DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS PAULISTAS. AS CONDIÇÕES E OS CUSTOS DO TRANSPORTE DA PRODUÇÃO ATÉ ESTRADAS TRONCO SÃO FUNDAMENTAIS PARA AS AGROPECUÁRIAS LOCAIS. A CONCRETIZAÇÃO DA TRAFEGABILIDADE DAS ESTRADAS RURAIS REPRESENTA OBJETIVO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL. TAMBÉM É RELEVANTE INVESTIR NA LOGÍSTICA DE AGREGAÇÃO DE VALOR.

Público Alvo

CADEIAS DE PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
KM DE ESTRADAS RURAIS TRABALHADAS	297,04	12.000
NÚMERO DE PONTES METÁLICAS INSTALADAS	106	506
NÚMERO DE ENTREPOSTOS E TERMINAIS ATACADISTAS CONSTRUÍDOS	0	5

Ações	Meta do Período	Produto
COORDENAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS GALPÕES DO AGRONEGÓCIO	19	GALPÕES EM ATIVIDADE
LOGÍSTICA DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	1	SISTEMAS DESENVOLVIDOS
MELHOR CAMINHO	12.000 km	ESTRADAS TRAFEGÁVEIS
MELHORIA DA ESTRUT. DE VISITAÇÃO DO PQ.DA ÁGUA BRANCA E DO CENTRO EST. DE AGRIC.	100 %	ÁREA DO PARQUE RECUPERADA
MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS PRODUTIVOS	260	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
PONTES METÁLICAS	400	PONTES METÁLICAS INSTALADAS

Programa**2821 ECOPEFI - ECO-DESENVOLVIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA**

Valor do Programa no Período	R\$	3.000.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		3.000.000
Demais Recursos		
Total		3.000.000

Objetivo

OTIMIZAR INVESTIMENTOS E ESFORÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS, VISANDO A CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E AUTOSUSTENTABILIDADE DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA - PEFI, CUJA ÁREA É CONSIDERADA A MAIS RICA EM BIODIVERSIDADE E ÚNICO REMANESCENTE DE MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

Justificativa

AS POTENCIALIDADES DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA - PEFI NÃO ESTÃO SENDO APROVEITADAS EM FUNÇÃO DE PROBLEMAS QUE DIFICULTAM OU IMPEDEM O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS QUE VISAM TRANSFORMÁ-LO NUM LOCAL MELHOR UTILIZADO PELA POPULAÇÃO E COMUNIDADE CIENTÍFICA.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL E COMUNIDADE CIENTÍFICA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

NÚMERO DE VISITANTES

Mais recente **Ao final do Plano**

0 1.600.000

Ações

Meta do Período

Produto

SANEAMENTO BÁSICO PARA O PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA - PEFI

100 %

PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO IMPLANTADO

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	6.642.206
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	5.642.206	1.000.000
Demais Recursos		
Total	5.642.206	1.000.000

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
INFRA-ESTRUTURA DE HARDWARE E SOFTWARE	9.351	HARDWARE E SOFTWARE ATUALIZADOS
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE INTRAGOV	495	LINKS DE DADOS, VOZ E IMAGEM IMPLANTADOS
SISTEMA DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE VIA PORTAL WEB	175	SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS VIA PORTAL WEB
SISTEMAS INTERNOS DE GESTÃO	142	PROCESSOS INFORMATIZADOS

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	86.881.074
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	86.881.074	
Demais Recursos		
Total	86.881.074	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**4503 INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS****Valor do Programa no Período**

	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		
Demais Recursos		
Total		

Objetivo

EXPLORAR AO MÁXIMO O POTENCIAL DA COMUNICAÇÃO DE GOVERNO NA INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Justificativa

O USO DA INTERNET E DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO AINDA É MUITO HETEROGÊNEA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SUBIR O PATAMAR DE UTILIZAÇÃO TRARÁ GANHOS PARA O CONJUNTO DO GOVERNO.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL E ÓRGÃO CENTRAL E SETORIAIS DO SICOM

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações

	Meta do Período	Produto
REESTRUTURAÇÃO DO PORTAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	40	SERVIÇOS DISPONÍVEIS À POPULAÇÃO

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	929.118.434
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	644.528.025	284.590.409
Demais Recursos		
Total	644.528.025	284.590.409

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.963.921.974
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.571.158.772	392.763.202
Demais Recursos		
Total	1.571.158.772	392.763.202

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES	4	UNIDADES ADMINISTRADAS
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	1.816	VEÍCULOS MANTIDOS
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO - COMITÊ DE TECNOLOGIA DO DER/SP	40	TRABALHOS REALIZADOS E DIVULGADOS

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	54.516.095
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	54.516.095	
Demais Recursos		
Total	54.516.095	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - DERSA	255	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**1601 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Valor do Programa no Período	R\$	3.004.388
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	3.004.344
Demais Recursos		
Total	44	3.004.344

Objetivo

PROMOVER AÇÕES ESTRATÉGICAS DE LONGO PRAZO VISANDO IMPLEMENTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DS TRANSPORTES BUSCANDO ATINGIR OS OBJETIVOS DA POLÍTICA DE TRANSPORTES PRECONIZADOS PELO PLANO DIRETOR.

Justificativa

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS NOS CAMPOS OPERACIONAL, INSTITUCIONAL E DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Público Alvo

TODA SOCIEDADE, MAIS PARTICULARMENTE, OS SEGMENTOS EMPRESARIAIS PRODUTORES TANTO PARA O MERCADO DOMÉSTICO QUANTO PARA EXPORTAÇÃO, TRANSPORTADORES, OPERADORES LOGÍSTICOS E OPERADORES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE TRANSPORTES	0	20

Ações	Meta do Período	Produto
ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES - PDDT	9	ESTUDOS ELABORADOS
ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANT.DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO E DE NOVAS CONCESSÕES	6	ESTUDOS REALIZADOS
ESTUDO DE VIABILIDADE PARA INSTALAÇÃO DE AEROPORTO REGIONAL NA BAIXADA SANTISTA	1	ESTUDOS REALIZADOS
ESTUDOS PARA INTEGRAÇÃO E ADEQUAÇÃO OPERACIONAL DAS FERROVIAS	3	ESTUDOS E PROJETOS VIABILIZADOS
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS LOGÍSTICOS INTEGRADOS	1	CENTROS LOGÍSTICOS INTEGRADOS IMPLANTADOS

Programa**1602 GESTÃO DA MALHA HIDROVIÁRIA**

Valor do Programa no Período	R\$	141.850.815
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	36.161.848	105.688.967
Demais Recursos		
Total	36.161.848	105.688.967

Objetivo

AUMENTAR A VELOCIDADE MÉDIA DE TRÁFEGO E A CAPACIDADE DE TRANSPORTE POR CICLO DE VIAGEM, ATRAINDO MAIS CARGAS PARA A MALHA HIDROVIÁRIA E PROPORCIONANDO MAIOR EQUILÍBRIO A MATRIZ DE TRANSPORTES COM MENORES CUSTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS.

Justificativa

COORDENAR VÁRIAS AÇÕES PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS VISANDO ELIMINAR RESTRIÇÕES FÍSICAS, OPERACIONAIS E INSTITUCIONAIS EXISTENTES NA MALHA HIDROVIÁRIA, COM A FINALIDADE DE AMPLIAR A SUA PARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE DE CARGAS DE LONGAS E MÉDIAS DISTÂNCIAS.

Público Alvo

BENEFICIÁRIO DIRETO SERÁ O USUÁRIO DA HIDROVIA E BENEFICIÁRIO INDIRETO A SOCIEDADE COMO UM TODO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
AUMENTO ANUAL DO VOLUME DE CARGAS (TON) TRANSPORTADAS - AUMENTAR EM 15% ANUAIS (TON) EM 5 (CINCO) ANOS.	3.943.739	6.947.900
REDUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES POR TONELADAS DE CARGAS TRANSPORTADAS.	9,8	1
REDUÇÃO DO TEMPO DE VIAGENS - REDUZIR EM 20% A DURAÇÃO TOTAL DAS VIAGENS (HORAS) ENTRE SÃO SIMÃO E PEDERNEIRAS, EM 5 ANOS.	82	70

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E PROTEÇÃO DOS VÃOS DE NAVEGAÇÃO DAS PONTES NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ	11	OBRAS EXECUTADAS
AMPLIAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE CANAIS DA HIDROVIA TIETÊ - PARANÁ (HTP)	40,5 km	CANAI AMPLIADOS OU RETIFICADOS
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	23.250.000 toneladas	VOLUME DE CARGA
IMPLANTAÇÃO DE NOVOS TRECHOS	778,85 km	TRECHOS IMPLANTADOS
MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA À NAVEGAÇÃO	16	CAMPANHA INTEGRAL DE MANUTENÇÃO REALIZADA
OBRAS VINCULADAS ÀS ECLUSAS DA HODROVIA TIETÊ PARANÁ - HTP	8	OBRAS EXECUTADAS
OPERAÇÃO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO	50	CAMPANHA DE INSPEÇÃO REALIZADA

Programa**1603 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS, PERMITIDOS E AUTORIZADOS**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	442.166.158	2.532.308
Demais Recursos		
Total	442.166.158	2.532.308

Objetivo

DESENVOLVER AÇÕES DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DOS CONTRATOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS E DE TODAS AS PERMISSÕES DAS EMPRESAS QUE OPERAM LINHAS REGULARES DE TRANSPORTE COLETIVO E DE FRETAMENTO, EXCETO NAS REGIÕES METROPOLITANAS.

Justificativa

O ESTADO, DADA SUA REDUZIDA CAPACIDADE FINANCEIRA PARA INVESTIMENTOS, CRIOU O PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO. POR MEIO DAS CONCESSÕES, VIABILIZARAM-SE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, OFERECENDO SEGURANÇA E CONFORTO AOS TRANSPORTADORES DE CARGAS, AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL E DE VEÍCULOS DE PASSEIO.

Público Alvo

EMPRESAS TRANSPORTADORAS DE CARGA, EMPRESAS DE ÔNIBUS E USUÁRIOS EM GERAL DE RODOVIAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE EMPRESAS FISCALIZADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EMPRESAS AUTORIZADAS.	71	100
PERCENTUAL DE OBRAS (PREVISTAS + EXECUTADAS) CONFORME RELAÇÃO EXTRAÍDA DO CONTRATO	63	83

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS EM TRANSPORTE	1	UNIDADE ADMINISTRADA
FISCALIZAÇÃO, PLANEJ., REGUL. SERV. PERMIT. E AUTORIZ. - TRANSP. COLETIVO PASSAGEIROS	651	EMPRESAS DE ÔNIBUS FISCALIZADAS
IMPLANTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	305	OBRAS REALIZADAS
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO SERVIÇOS DELEGADOS EM TRANSPORTE-CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	12	CONTRATOS DE CONCESSÃO FISCALIZADOS

Programa**1604 SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA**

Valor do Programa no Período	R\$	430.686.713
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	418.309.141	4.344.052
Demais Recursos	8.033.520	
Total	426.342.661	4.344.052

Objetivo

AUMENTAR A SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO NAS RODOVIAS, COM AÇÕES QUE VISEM À REDUÇÃO DO NÚMERO DE VÍTIMAS, PRINCIPALMENTE AS FATAIS E COM AÇÕES QUE VISEM A REDUÇÃO DO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS (ROUBO+FURTO).

Justificativa

FOI DETECTADA A NECESSIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE ALGUMA AÇÃO GOVERNAMENTAL PARA REDUÇÃO DO Nº DE VÍTIMAS DE ACIDENTES, E CRIOU-SE O PROGRAMA DE REDUÇÃO DE ACIDENTES NO ÂMBITO DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Público Alvo

USUÁRIOS DAS RODOVIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
IF = ÍNDICE DE FERIDOS	78,53	64,31
IM - ÍNDICE DE MORTOS	4,96	3,66

Ações	Meta do Período	Produto
IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS VOLTADAS À REDUÇÃO DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS	1,01 %	ÍNDICE DE ACIDENTES REDUZIDO
POLICIAMENTO NAS RODOVIAS ESTADUAIS	1.932	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS NAS RODOVIAS ESTADUAIS REDUZIDO

Programa**1605 OPERAÇÃO E CONTROLE DE RODOVIAS**

Valor do Programa no Período	R\$	483.267.269
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	322.090.537	651.608
Demais Recursos	160.525.124	
Total	482.615.661	651.608

Objetivo

PROPICIAR CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E FLUIDEZ DO TRÂNSITO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER+DERSA, BEM COMO IMPLANTAR E OPERAR PRAÇAS DE PEDÁGIO E POSTOS DE PESAGEM.

Justificativa

NECESSIDADE DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER/DERSA, BEM COMO IMPLANTAR, MANTER, OPERAR E MONITORAR PRAÇAS DE PEDÁGIO E POSTOS DE PESAGEM.

Público Alvo

USUÁRIOS DAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER+DERSA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE IMPLANTAÇÃO DE UBAS (DER + DERSA)	58,62	100
TAXA DE AMPLIAÇÃO DOS ATENDIMENTOS (DER + DERSA)	103,35	104,33

Ações	Meta do Período	Produto
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE POSTOS DE PESAGEM NAS RODOVIAS ESTADUAIS	96	POSTOS DE PESAGEM IMPLEMENTADOS
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PRAÇAS DE PEDÁGIO NAS RODOVIAS ESTADUAIS	14	PRAÇAS DE PEDÁGIO IMPLEMENTADAS
OPERAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA POR MEIO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO	58	UNIDADES DE ATENDIMENTO

Programa**1606 AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA**

Valor do Programa no Período	R\$	9.315.894.361
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	32.321.885	5.466.572.476
Demais Recursos		3.817.000.000
Total	32.321.885	9.283.572.476

Objetivo

GARANTIR RODOVIAS EM BOM ESTADO DE MANUTENÇÃO, DE FORMA A PROPORCIONAR UM TRANSPORTE CONFORTÁVEL, SEGURO E ECONÔMICO DE BENS E PESSOAS NA MALHA RODOVIÁRIA.

Justificativa

O DER/SP TEM SOB SUA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 17.000 KM DE RODOVIAS E COMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS, QUE DEVEM PROPORCIONAR TRANSPORTE RÁPIDO, SEGURO E ECONÔMICO DE BENS E PESSOAS.

Público Alvo

USUÁRIOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE INTERVENÇÃO DA MALHA	0,06	0,1

Ações	Meta do Período	Produto
DUPLICAÇÃO DA BR 381 - RODOVIA FERNÃO DIAS - BID	15 km	RODOVIA DUPLICADA E MODERNIZADA
DUPLICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	1.535 km	RODOVIA DUPLICADA E/OU IMPLANTADA
ESTRADAS VICINAIS	8.000 km	ESTRADAS VICINAIS RECUPERADAS/PAVIMENTADAS
IMPLANTAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE RODOVIAS - CONVÊNIO DER/DESA	114 km	LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS RECUPERADAS OU ADEQUADAS
MODERNIZAÇÃO / MONITORAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	100	EQUIPAMENTOS DE CÂMARAS, CONTADORES E PAINÉIS DE MENSAGEM INSTALADOS
PATROLHA RODOVIÁRIA	3.200 km	RODOVIAS E/OU ESTRADAS RECUPERADAS
PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - BID	2.000 km	ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTADAS OU RECUPERADAS
PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - BIRD	2.000 km	ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTADAS OU RECUPERADAS
RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	3.854,3 km	RODOVIAS ESTADUAIS RECUPERADAS
RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS - BID 2	159 km	RODOVIAS ESTADUAIS RECUPERADAS
TERMINAIS RODOVIÁRIOS	139	TERMINAIS REFORMADOS OU CONSTRUÍDOS

Programa**1607 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**

Valor do Programa no Período	R\$	198.464.817
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	67.326.356	131.138.461
Demais Recursos		
Total	67.326.356	131.138.461

Objetivo

EXECUTAR OBRAS E SERVIÇOS DE MELHORIAS E SEGURANÇA NOS AEROPORTOS DO ESTADO EM PARCERIAS COM OS GOVERNOS FEDERAL (PROGRAMA FEDERAL DE AUXÍLIOS A AEROPORTOS - PROFAA), E MUNICIPAL (CONVÊNIOS).

Justificativa

REALIZAR MELHORIAS E AUMENTAR A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS NOS AEROPORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, ADMINISTRADOS PELO DAESP, BEM COMO EXPANDIR A INFRA-ESTRUTURA DE AEROPORTOS MUNICIPAIS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS.

Público Alvo

USUÁRIO

Abrangência Espacial

MUNICÍPIOS

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE AEROPORTOS REFORMADOS	78	100

Ações

	Meta do Período	Produto
IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	32	AEROPORTOS REFORMADOS
SEGURANÇA DA REDE DE AEROPORTOS ESTADUAIS	32	AEROPORTOS MANTIDOS

Programa**1608 TRAVESSIAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Valor do Programa no Período	R\$	43.440.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		43.440.000
Demais Recursos		
Total		43.440.000

Objetivo

AUMENTAR A EFICIÊNCIA DAS TRAVESSIAS.

Justificativa

AUMENTAR A EFICIÊNCIA DAS TRAVESSIAS, ATRAVÉS DA MELHORIA NAS INSTALAÇÕES E EMBARCAÇÕES ANTIGAS QUE NECESSITAM DE MANUTENÇÕES CONSTANTES, BEM COMO AUMENTAR A CAPACIDADE DAS MESMAS PARA ATENDER A CRESCENTE DEMANDA.

Público Alvo

POPULAÇÃO QUE SE UTILIZA DO SISTEMA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

TEMPO DE ESPERA PARA A TRAVESSIA EM MINUTOS

Mais recente

20

Ao final do Plano

10

Ações**Meta do Período****Produto**

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO E INSTALAÇÕES DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS

23

INSTALAÇÕES MODERNIZADAS

Programa**1609 CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA**

Valor do Programa no Período	R\$	1.537.629.540
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.303.719.700	
Demais Recursos	233.909.840	
Total	1.537.629.540	

Objetivo

PROPICIAR QUALIDADE, CONFORTO E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS.

Justificativa

NECESSIDADE DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO PISO ASFÁLTICO E DA SINALIZAÇÃO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER+DERSA

Público Alvo

USUÁRIOS DAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER+DERSA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
QUILÔMETROS CONSERVADOS E SINALIZADOS (DER+DERSA)/TOTAL DA MALHA (DER+DERSA)	0,9126	0,9126
NÚMERO DE KM CONSERVADOS (DER+DERSA) DIVIDIDO PELO TOTAL DA MALHA (DER+DERSA)	0,9126	0,9126

Ações	Meta do Período	Produto
CONSERVAÇÃO, SINALIZAÇÃO E DEMAIS ELEMENTOS DE SEGURANÇA EM RODOVIAS	15.867 km	CONSERVAÇÃO E SINALIZAÇÃO EXECUTADA

Programa**1610 MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA**

Valor do Programa no Período	R\$	292.220.344
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		4.344
Demais Recursos	52.216.000	240.000.000
Total	52.216.000	240.004.344

Objetivo

CONTRIBUIR PARA O AUMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA, ATRAVÉS DA MELHORIA DO SISTEMA LOGÍSTICO E DE INFRA-ESTRUTURA.

Justificativa

O PORTO DE SANTOS MOVIMENTOU CERCA DE 70 MILHÕES DE TONELADAS EM 2006 E O DE SÃO SEBASTIÃO CERCA DE 487 MIL TONELADAS. INTERESSA AO ESTADO INCENTIVAR E FACILITAR AS EXPORTAÇÕES, MELHORAR A INTEGRAÇÃO ENTRE OS PORTOS E A INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DO CHAMADO "CUSTO BRASIL".

Público Alvo

OPERADORES LOGÍSTICOS E EMPRESAS DE COMÉRCIO EXTERIOR.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
MOVIMENTAÇÃO DAS CARGAS DURANTE O ANO NOS PORTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM TONELADAS.	487.000	2.000.000

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	313.000 m ²	ÁREAS, TERMINAIS DE ATRACAÇÃO E INSTALAÇÕES AMPLIADOS
INCENTIVO À UTILIZAÇÃO E MELHORIA DOS ACESSOS E INFRA-ESTRUTURA PORTO SANTOS	16	AÇÕES INSTITUCIONAIS IMPLEMENTADAS

Programa**1611 TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP**

Valor do Programa no Período	R\$	6.235.000.088
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	2.400.000.044
Demais Recursos		3.835.000.000
Total	44	6.235.000.044

Objetivo

CONSTRUIR O RODOANEL MÁRIO COVAS (TRECHO OESTE JÁ CONSTRUÍDO) E O FERROANEL NO ENTORNO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

Justificativa

A SITUAÇÃO ATUAL DAS MARGINAIS TIETÊ E PINHEIROS APRESENTA SÉRIOS PROBLEMAS OPERACIONAIS, COM CONSTANTES ACIDENTES E CONGESTIONAMENTOS QUE CAUSAM GRAVES PREJUÍZOS AOS USUÁRIOS, À COMUNIDADE E À ECONOMIA EM GERAL.

Público Alvo

TODA SOCIEDADE, MAIS PARTICULARMENTE, OS SEGMENTOS PRODUTORES, TRANSPORTADORES, OPERADORES LOGÍSTICOS E TERMINAIS PORTUÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RODOANEL-TRECHO SUL	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
EXECUÇÃO DA OBRA DO FERROANEL - TRAMO SUL	60 %	ETAPA CONCLUÍDA
EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RODOANEL - TRECHO LESTE	100 %	ETAPA CONCLUÍDA
EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RODOANEL - TRECHO SUL	100 %	OBRAS CONCLUÍDAS
OBRAS COMPLEMENTARES E CONDICIONANTES DA LIC. OPERAÇÃO DO RODOANEL-TRECHO OESTE	100 %	TRECHO OESTE DO RODOANEL CONCLUÍDO

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	42.847.013
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	40.583.198	2.263.815
Demais Recursos		
Total	40.583.198	2.263.815

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	6.594	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL	178.805	PESSOAS INCLUÍDAS DIGITALMENTE
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	11.413	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	12.165.647
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	12.073.040	92.607
Demais Recursos		
Total	12.073.040	92.607

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**1701 INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA CIDADANIA**

Valor do Programa no Período	R\$	14.091.587
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	13.091.543	1.000.044
Demais Recursos		
Total	13.091.543	1.000.044

Objetivo

OFERECER AO CIDADÃO ATRAVÉS DOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA - CIC'S O ACESSO À JUSTIÇA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS RELATIVOS À EMISSÃO DE DOCUMENTOS, ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS, PROMOÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Justificativa

REDUZIR A DISTÂNCIA ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE POR MEIO DA CONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DE REDES E ATORES COLETIVOS; CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS E DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NOS POSTOS E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.

Público Alvo

POPULAÇÃO CARENTE DA PERIFERIA E DAS REGIÕES COM ALTO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA, BEM COMO AUSÊNCIA E/OU DIFICULDADES DE ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ATENDIMENTOS EFETUADOS / ANO	1.200.000	1.000.000

Ações	Meta do Período	Produto
COORDENAÇÃO E OPERAÇÃO DOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA	4.000.000	ATENDIMENTOS EFETUADOS
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA - CIC	4	CENTROS IMPLANTADOS

Programa**1702 ASSISTÊNCIA À VÍTIMA**

Valor do Programa no Período	R\$	1.305.561
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.305.561	
Demais Recursos		
Total	1.305.561	

Objetivo

PRESTAR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO, JURÍDICO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A FAMILIARES DE VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS E TAMBÉM A SOBREVIVENTES, IDENTIFICANDO, COMPREENDENDO E ATENDENDO SUAS DEMANDAS POR JUSTIÇA, ATUANDO NA GARANTIA DE SEUS DIREITOS BÁSICOS E FUNDAMENTAIS.

Justificativa

ATENDER FAMILIARES DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIOS E LATROCÍNIOS E TAMBÉM SOBREVIVENTES, IDENTIFICANDO E ATENDENDO A SUA DEMANDA POR JUSTIÇA, ATUANDO NA GARANTIA DOS SEUS DIREITOS BÁSICOS E FUNDAMENTAIS.

Público Alvo

FAMILIARES DE VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS E SOBREVIVENTES (DE HOMICÍDIOS E LATROCÍNIOS)

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE ATENDIMENTOS	13,21	100

Ações	Meta do Período	Produto
ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO AOS FAMILIARES DE VÍTIMAS FATAIS	5.130	CASOS ATENDIDOS

Programa**1703 PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Valor do Programa no Período	R\$	20.409.388
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	20.409.388	
Demais Recursos		
Total	20.409.388	

Objetivo

DIFUNDIR O PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS.

Justificativa

ESTABELECE UM PROCESSO CONTINUADO DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, EM QUE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL INTERAJAM DE FORMA EFICAZ, RUMO À CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA.

Público Alvo

TODA A POPULAÇÃO DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

PROPORÇÃO DE MATERIAL DE DIFUSÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS OFERECIDO À POPULAÇÃO

Mais recente **Ao final do Plano**

3,6 100

Ações	Meta do Período	Produto
CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO TRÁFICO/EXPLORAÇÃO DE SERES HUMANOS	35	CURSOS MINISTRADOS
MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO PARA O ACESSO À JUSTIÇA	40	CURSOS MINISTRADOS
PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES A EX-PRESOS POLÍTICOS - LEI Nº 10.726/2001	800	INDENIZAÇÕES PAGAS
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	35	CURSOS MINISTRADOS

Programa**1704 PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS**

Valor do Programa no Período	R\$	10.449.833
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	10.449.833	
Demais Recursos		
Total	10.449.833	

Objetivo

COMBATER A IMPUNIDADE, PROTEGER TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES DA VIOLENCIA, COAÇÃO, AMEAÇAS OU EXPOSIÇÃO A GRAVES AMEAÇAS.

Justificativa

COMBATE À IMPUNIDADE, PROTEGENDO TESTEMUNHAS, VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLENCIA

Público Alvo

TESTEMUNHAS E FAMILIARES AMEAÇADOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TESTEMUNHAS PROTEGIDAS	281	300

Ações	Meta do Período	Produto
PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	1.150	PESSOAS ATENDIDAS

Programa**1708 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS****Valor do Programa no Período**

	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		
Demais Recursos		
Total		

Objetivo

ACOMPANHAMENTO E MEDIAÇÃO DE TODOS OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS QUE ENVOLVEM AGENTES COLETIVOS

Justificativa

HÁ EM SÃO PAULO DIVERSAS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA ACAMPADAS EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO, BEM COMO POSSEIROS E REMANESCENTES DE QUILOMBOS, OCASIONANDO CONFLITOS PELA POSSE E USO DA TERRA.

Público Alvo

FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA ACAMPADAS;
FAMÍLIAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS; FAMÍLIAS POSSEIRAS.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS	136	70
FAMÍLIAS ATENDIDAS	8.000	8.000

Ações

	Meta do Período	Produto
MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS	400	CONFLITOS MEDIADOS; RELATÓRIOS MENSIS DE ÁREAS DE CONFLITOS

Programa**1709 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Valor do Programa no Período	R\$	27.650.613
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	27.650.613	
Demais Recursos		
Total	27.650.613	

Objetivo

IDENTIFICAR PRELIMINARMENTE AS ÁREAS PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO, SEJA ELA RURAL OU URBANA, OUTORGANDO TÍTULOS DE PROPRIEDADE E ASSENTANDO TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Justificativa

A INDEFINIÇÃO DOMINIAL DA PROPRIEDADE É APONTADA COMO FATOR INIBIDOR DE INVESTIMENTOS, CRÉDITO E PRODUÇÃO ALÉM DE FOMENTAR CONFLITOS E INSEGURANÇA.

Público Alvo

OCUPANTES DE ÁREAS RURAIS E URBANAS EM TERRAS DEVOLUTAS OU PRESUMIVELMENTE DEVOLUTAS OU CUJO DOMÍNIO SE APRESENTE DUVIDOSO OU INDEFINIDO, ASSIM COMO OS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA E COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÁREA VISTORIADA OU AVALIADA	19.085,27	80.000
TÍTULOS OUTORGADOS	1.529	8.000
ÁREA ARRECADADA	2.030	40.000
FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA NACIONAL DO CRÉDITO FUNDIÁRIO E REGULARIZAÇÃO DE PROGRAMAS DO BANCO DA TERRA	2.081	2.800
COMUNIDADES QUILOMBOLAS RECONHECIDAS	1	16

Ações	Meta do Período	Produto
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO PONTAL DO PARANAPANEMA	20	PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS
IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS	40.000 ha	ÁREA ARRECADADA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO CRÉDITO FUNDIÁRIO-PNCF NO ESTADO	2.800	FAMÍLIAS ATENDIDAS
RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	16	QUILOMBOS RECONHECIDOS
REGULARIZAÇÃO DE TERRAS	22.500	TÍTULOS DE DOMÍNIO/PROPRIEDADE EXPEDIDOS
VISTORIAS DE FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	80.000 ha	ÁREAS FISCALIZADAS E AVALIADAS

Programa**1710 ASSENTAMENTO FUNDIÁRIO**

Valor do Programa no Período	R\$	126.859.313
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	125.359.313	1.500.000
Demais Recursos		
Total	125.359.313	1.500.000

Objetivo

PROVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA, MEIOS E SERVIÇOS, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE FAMÍLIAS ASSENTADAS, QUILOMBOLAS, E OUTROS BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA.

Justificativa

A PREMISSA FOI ESTABELECIDADA PELA LEI Nº 10.207, QUE CRIOU A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA", COM O OBJETIVO DE PLANEJAR E EXECUTAR AS POLÍTICAS AGRÁRIA E FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, E PARA A SUA CONSECUÇÃO: I-" PRESTAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS E AOS REMANESCENTES DE COMUNIDADES DE QUILOMBOS, ASSIM IDENTIFICADOS".

Público Alvo

FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTOS; QUILOMBOLAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NOVAS FAMÍLIAS A SEREM ASSENTADAS NAS ÁREAS ESTADUAIS E NOVAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS, RECONHECIDAS COMO NOVAS COMUNIDADES	925	2.800
FAMÍLIAS ATENDIDAS/ANO	10.929	16.200

Ações	Meta do Período	Produto
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA	64.800	FAMÍLIAS ATENDIDAS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	15.200	PESSOAS CAPACITADAS
INFRA-ESTRUTURA AGRÁRIA	50.716	FAMÍLIAS ATENDIDAS
PRODUÇÃO E RENDA NOS ASSENTAMENTOS, QUILOMBOLAS E OUTROS BENEFICIÁRIOS	35.788	FAMÍLIAS ATENDIDAS

Programa**1711 PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**

Valor do Programa no Período	R\$	112.625.274
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	112.124.361	500.913
Demais Recursos		
Total	112.124.361	500.913

Objetivo

PROTEGER E DEFENDER OS CONSUMIDORES, NAS RELAÇÕES DE CONSUMO, PELO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA POR PARTE DOS FORNECEDORES, BEM COMO A CONSCIENTIZAÇÃO DOS CIDADÃOS QUANTO AOS SEUS DIREITOS E DEVERES, EM BUSCA DO EQUILÍBRIO DO MERCADO DE CONSUMO, DE FORMA SUSTENTÁVEL E JUSTA.

Justificativa

ATUALMENTE NO MERCADO DE CONSUMO ENCONTRA-SE AINDA O DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA POR PARTE DE FORNECEDORES.

Público Alvo

CONSUMIDORES EM GERAL.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE COBERTURA DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	83	85
ÍNDICE DE COBERTURA DAS AÇÕES FISCALIZATÓRIAS CAPITAL / INTERIOR	17,3	20
ÍNDICE DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO	71,19	75
TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROBLEMAS DE CONSUMO	24,14	20

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON	9	UNIDADES ADMINISTRADAS
ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AOS CONSUMIDORES	2.790.000	CONSUMIDORES ATENDIDOS
CAPACITAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DE RECURSOS HUMANOS	437	FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS
COMUNICAÇÃO SOCIAL SOBRE CONSUMO	225	MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO PRODUZIDOS
EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO	504	AÇÕES EDUCATIVAS REALIZADAS
FISCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CONSUMO	20.500	ATOS FISCALIZATÓRIOS
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR NO ESTADO	20	MUNICÍPIOS CONVENIADOS IMPLANTADOS NO SINDEC
MUNICIPALIZAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR	32	CONVÊNIOS FIRMADOS
ORIENTAÇÃO DE FORNECEDORES	24.000	FORNECEDORES ORIENTADOS
PESQUISAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS NO MERCADO DE CONSUMO	1.300	PESQUISAS REALIZADAS
REGIONALIZAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR	4	REGIONAIS IMPLANTADAS

Programa**1714 PERÍCIA JUDICIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	62.359.959
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	62.359.959	
Demais Recursos		
Total	62.359.959	

Objetivo

ATENDER DEMANDA ORIUNDA DA JUSTIÇA GRATUÍTA, CONFORME ESTABELECE O DECRETO Nº 9.934 , SOLICITAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO NAS ÁREAS MÉDICO-LEGAL, PSIQUIÁTRICA E DE DNA, E CONTRIBUIR COM A PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS.

Justificativa

HÁ UMA SIGNIFICATIVA DEMANDA DE PERÍCIAS, SOLICITADAS PELO PODER JUDICIÁRIO, ORIUNDAS DE TODAS AS REGIÕES DE SÃO PAULO, POR CONTA DOS PRECEITOS DA LEI NO.9.934, DE 16/04/98 E DO DECRETO NO. 44.336, DE 15/10/1999.

Público Alvo

PERICIANDOS FUNDAMENTALMENTE CARENTES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
LAUDOS EXPEDIDOS	16.100	64.400
EXPEDIÇÃO DE LAUDOS	12.900	51.600

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DO INST. DE MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO - IMESC	1	UNIDADE ADMINISTRADA
GENÉTICA MOLECULAR (DNA)	64.400	LAUDOS EMITIDOS
INFODROGAS - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS	1.848.000	ACESSOS VIA INTERNET
SERVIÇOS TÉCNICOS E PERICIAIS	51.600	LAUDOS EMITIDOS

Programa**1717 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE EDIFICAÇÕES FORENSES DO JUDICIÁRIO**

Valor do Programa no Período	R\$	217.202.575
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		217.202.575
Demais Recursos		
Total		217.202.575

Objetivo

DOTAR AS COMARCAS DE EDIFICAÇÕES FORENSES ADEQUADAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM QUALIDADE PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO.

Justificativa

NECESSIDADE DE MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DE ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO, VISANDO À QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORENSES

Público Alvo

TODOS OS QUE UTILIZAM O PODER JUDICIÁRIO: JUÍZES, PROMOTORES, ADVOGADOS, FUNCIONÁRIOS DO FÓRUM E POPULAÇÃO LOCAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

OBRAS REALIZADAS

Mais recente

4

Ao final do Plano

71

Ações

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE FÓRUMS

Meta do Período

71

Produto

OBRAS REALIZADAS

Programa**1719 APOIO AOS CONSELHOS**

Valor do Programa no Período	R\$	373.050
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	373.050	
Demais Recursos		
Total	373.050	

Objetivo

DEFENDER OS DIREITOS DA PESSOA HUMANA E IMPLEMENTAR A POLÍTICA SOBRE DROGAS NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

HÁ UMA SIGNIFICATIVA DEMANDA SOCIAL PARA INVESTIGAR AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS E REALIZAR A PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS LÍCITAS OU ILÍCITAS, CONTRIBUINDO PARA DIMINUIR OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIAS NO ESTADO.

Público Alvo

PESSOAS, COMUNIDADES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
INCIDÊNCIA DO USO DE ENTORPECENTES NA POPULAÇÃO JOVEM DO ESTADO DE SÃO PAULO	50	130
USUÁRIOS DE ENTORPECENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO	1.720.000	1.500.000
NÚMERO DE CASOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	170	700
INICIAR OS TRABALHOS CONSIDERANDO OS CONSELHOS ATIVOS SITUADOS EM REGIÕES DE MAIOR DENSIDADE POPULACIONAL.	50	130
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATINGIDOS	25	130

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ENTORPECENTES/ANTIDROGAS	80	CONSELHOS MUNICIPAIS DE ENTORPECENTES/ANTIDROGAS CAPACITADOS
PROMOÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	700	DENÚNCIAS INVESTIGADAS

Programa**1724 METROLOGIA E QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

Valor do Programa no Período	R\$	272.989.927
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	260.186.269	12.803.658
Demais Recursos		
Total	260.186.269	12.803.658

Objetivo

EXECUTAR ATIVIDADES QUE ENVOLVEM O CONTROLE METROLÓGICO E A QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, COM VISTAS A GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS NORMAS E ASSEGURAR O RESPEITO À SOCIEDADE.

Justificativa

APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES QUE POSSIBILITAM A EFETIVA PROTEÇÃO DA SOCIEDADE, CONTEMPLANDO MEDIDAS VOLTADAS À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE.

Público Alvo

SOCIEDADE COMO UM TODO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
VERIFICAÇÃO PERIÓDICA GLOBAL REALIZADA NOS INSTRUMENTOS	414.647	440.091
MÉDIA ANUAL DO NÚMERO DE HORAS DE TREINAMENTO, POR SERVIDOR	12,05	15
TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO DOS REGISTROS, EM DIAS	26	32
GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA OUVIDORIA EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO IPEM/SP	93,5	90

Ações	Meta do Período	Produto
ACREDITAÇÃO DO LABORATÓRIO DE VOLUME	1	LABORATÓRIOS ACREDITADOS
CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS	46	PRODUTOS CERTIFICADOS
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE METROLÓGICO	649.900	ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS
METROLOGIA E QUALIDADE - CONSUMO CONSCIENTE	16.000	CONSUMIDORES CONSCIENTIZADOS
PROTEÇÃO DA SOCIEDADE PELA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS	24.046	PRODUTOS VERIFICADOS

Programa**1727 MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	327.985.028	25.175.153
Demais Recursos		
Total	327.985.028	25.175.153

Objetivo

PROVER A ADMINISTRAÇÃO DA SEDE E DO COMPLEXO BARRA FUNDA DE MEIOS DESTINADOS PARA A GESTÃO ADMINISTRATIVA DE SEUS PROGRAMAS FINALÍSTICOS.

Justificativa

MANTER AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE USO PARA AS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS PROGRAMAS FINS. (ADMINISTRAÇÃO DOS CONTRATOS, REFORMAS, MANUTENÇÃO E OUTROS)

Público Alvo

UNIDADES ADMINISTRADAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS	414	5.120

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS - ITESP	14	UNIDADE ADMINISTRADA
ADMINISTRAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	18	UNIDADES ADMINISTRADAS
ADMINISTRAÇÃO DO COMPLEXO BARRA FUNDA	1	UNIDADE ADMINISTRADA
CAPACITAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	320	SERVIDORES TREINADOS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS - ITESP	4.800	PESSOAS CAPACITADAS
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM REFORMA AGRÁRIA	4	IMPLANTAÇÃO CONCLUÍDA
MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO ITESP	14	UNIDADES ADMINISTRADAS
PRODUÇÃO, ANÁLISE DE DADOS ESTATÍSTICOS E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES	72	ESTUDOS REALIZADOS
REFORMA, RECUPERAÇÃO E RESTAURO DOS PRÉDIOS DA SEDE E DO COMPLEXO BARRA FUNDA	4	REFORMAS CONCLUÍDAS

Programa**1728 MODERNIZAÇÃO DA FUND.CENTRO DE ATENDIMENTO
SÓCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - CASA**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	620.416.015	238.923.311
Demais Recursos		
Total	620.416.015	238.923.311

Objetivo

GARANTIR A FORMAÇÃO CONTINUADA, A MOTIVAÇÃO DO SERVIDOR, A INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA E O APOIO DA SOCIEDADE, VISANDO À EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E A DESCENTRALIZAÇÃO.

Justificativa

INSUFICIÊNCIA DE PREPARO E MOTIVAÇÃO DOS SERVIDORES, INFRA-ESTRUTURA EM DESACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, CENTRALIZAÇÃO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS E IMAGEM NEGATIVA DA INSTITUIÇÃO.

Público Alvo

QUADRO DE SERVIDORES DA FUNDAÇÃO, PARCEIROS DA GESTÃO COMPARTILHADA E A COMUNIDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE ABSENTEISMO DE SERVIDORES	1.329	1.618
ÍNDICE DE INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA	59	65
ÍNDICE DE OPERACIONALIZAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	96,7	98
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA	37	58

Ações

	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO	64	OBRAS REALIZADAS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E PARCEIROS	10.452	SERVIDORES E PARCEIROS CAPACITADOS
VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	312	AÇÕES E PROCESSOS DESCENTRALIZADOS E DESCONCENTRADOS

Programa**1729 ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.787.084.372
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.787.084.372	
Demais Recursos		
Total	1.787.084.372	

Objetivo

DAR EFETIVIDADE AOS DIREITOS E GARANTIAS DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL ATRAVÉS DA RECONFIGURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, OBJETIVANDO À SUA REINserÇÃO AO CONVÍVIO SOCIAL.

Justificativa

DEFICIÊNCIA NA INTEGRAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, DIFICULTANDO O ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO E INTEGRAL DO ADOLESCENTE NA SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL.

Público Alvo

ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE REINCIDÊNCIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO - VISA DEMONSTRAR A EFICÁCIA DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE.	1.375	1.310
ÍNDICE DE REINCIDÊNCIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE - VISA DEMONSTRAR A EFICÁCIA DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE.	96	91
ÍNDICE DE REINCIDÊNCIA NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA - VISA DEMONSTRAR A EFICÁCIA DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE.	1.527	1.456
ÍNDICE DE MORTALIDADE - VISA DEMONSTRAR A EFICÁCIA DO ATENDIMENTO À SAÚDE E DOS PROCEDIMENTOS DE DISCIPLINA.	10	6
ÍNDICE DE PERMANÊNCIA - VISA DEMONSTRAR A EFICÁCIA DO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE.	503	604
ÍNDICE DE FUGAS - VISA DEMONSTRAR A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA.	186	102
ÍNDICE DE ATENDIMENTO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO - VISA DEMONSTRAR A INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.	952	1.432
ÍNDICE DE ATENDIMENTO INDIRETO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE - VISA DEMONSTRAR A INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.	185	278
ÍNDICE DE ATENDIMENTO INDIRETO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA - VISA DEMONSTRAR A INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.	11.454	13.790
ÍNDICE DO CUSTO DO ADOLESCENTE NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO - VISA DEMONSTRAR A EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.	2.317	2.317
ÍNDICE DO CUSTO DO ADOLESCENTE NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE - VISA DEMONSTRAR A EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS.	2.175	2.175
ÍNDICE DO CUSTO DO ADOLESCENTE NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA.	115	115

Ações	Meta do Período	Produto
ATENÇÃO INTEGRAL À EDUC. DO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA	718.968	ATENDIMENTOS REALIZADOS
ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA	6.008.392	ATENDIMENTOS REALIZADOS
RECONFIGURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS	87.776	ADOLESCENTES ATENDIDOS
REVITALIZAÇÃO DAS PARCERIAS PARA O CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS	808	CONVÊNIO CELEBRADOS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	3.369.093
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	804.236	2.564.857
Demais Recursos		
Total	804.236	2.564.857

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	211	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL	2.909	PESSOAS CAPACITADAS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	520	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	900.895.489
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	900.895.489	
Demais Recursos		
Total	900.895.489	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	8.009.924.408
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	8.009.924.408	
Demais Recursos		
Total	8.009.924.408	

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1	UNIDADE ATENDIDA

Programa**1704 PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS**

Valor do Programa no Período	R\$	5.778.457
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.778.457	1.000.000
Demais Recursos		
Total	4.778.457	1.000.000

Objetivo

COMBATER A IMPUNIDADE, PROTEGER TESTEMUNHAS E SEUS FAMILIARES DA VIOLENCIA, COAÇÃO, AMEAÇAS OU EXPOSIÇÃO A GRAVES AMEAÇAS.

Justificativa

COMBATE À IMPUNIDADE, PROTEGENDO TESTEMUNHAS, VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLENCIA

Público Alvo

TESTEMUNHAS E FAMILIARES AMEAÇADOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TESTEMUNHAS PROTEGIDAS	281	300

Ações	Meta do Período	Produto
PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	1.150	PESSOAS ATENDIDAS

Programa**1801 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE**

Valor do Programa no Período	R\$	8.699.956.694
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	8.643.484.024	56.472.670
Demais Recursos		
Total	8.643.484.024	56.472.670

Objetivo

INVESTIGAR OS DELITOS DE AUTORIA DESCONHECIDA POR MEIO DE ATIVIDADES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA, ADMINISTRATIVA E PREVENTIVA ESPECIALIZADA, COM ESPECIAL ÊNFASE À REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO, NARCOTRÁFICO E HOMICÍDIOS. MANTER E EXPANDIR AS DELEGACIAS PARTICIPATIVAS.

Justificativa

A EVOLUÇÃO ORGANIZACIONAL E TECNOLÓGICA DA CRIMINALIDADE IMPÕE A CONSTANTE ADEQUAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES POLICIAIS E DOS EQUIPAMENTOS DESTINADOS A DESENVOLVÊ-LAS, BEM COMO O PERMANENTE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS/ANO	330.000	330.000
EMIÇÃO DE CÉDULAS DE IDENTIDADE/ANO	4.500.000	4.500.000
ATENDER POLICIAIS NOS CURSOS REALIZADOS PELA ACADEMIA DE POLICIA/ANO	130	260

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIVIL	93	UNIDADES ATENDIDAS
ASSISTÊNCIA ALIMENTAR AOS PRESOS EM CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL	56.000	PRESOS ATENDIDOS
FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS	1.040	CURSOS REALIZADOS
IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL	18.000.000	DOCUMENTOS EMITIDOS
INSTALAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL	40	OBRAS REALIZADAS
POLÍCIA JUDICIÁRIA	1.320.000	INQUÉRITOS RELATADOS
SUPRIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA OS PRESOS EM CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL	56.000	PRESOS ATENDIDOS

Programa**1804 SINAL VERDE**

Valor do Programa no Período	R\$	548.884.065
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	534.884.065	14.000.000
Demais Recursos		
Total	534.884.065	14.000.000

Objetivo

REALIZAR SERVIÇOS DE TRÂNSITO EM TODO O ESTADO, INTENSIFICAR AS AÇÕES EDUCATIVAS E OS PROJETOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, A FIM DE DAR CONDIÇÕES ADEQUADAS À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS E PEDESTRES, VISANDO REDUZIR OS ACIDENTES E INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E OFERECER AO CIDADÃO UM ATENDIMENTO QUALIFICADO, PERSONALIZADO, SEGURO E EFICAZ, AGILIZANDO O TRÂMITE DA DOCUMENTAÇÃO E MINIMIZANDO CUSTOS.

Justificativa

CUMPRIR A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE CARTEIRAS NACIONAL DE HABILITAÇÃO.	3.479.143	18.120.000
NÚMERO DE VEÍCULOS LICENCIADOS.	18.639.396	121.111.688
NÚMERO DE UNIDADES DE TRÂNSITO ATENDIDAS.	334	346
NÚMERO DE OBRAS REALIZADAS.	Não Disponível	1
NÚMERO DE VAGAS PREENCHIDAS.	Não Disponível	1.800
UNIDADES DESCENTRALIZADAS NA CAPITAL	1	5
NÚMERO DE AÇÕES EDUCATIVAS/ANO.	57	454
NÚMERO DE PROJETOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA.	96	280

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN	346	UNIDADES ATENDIDAS
ATIVIDADES EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	1.816	ATIVIDADES REALIZADAS
MODERNIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN	5	UNIDADES ATENDIDAS
SERVIÇOS DE TRÂNSITO	139.528.688	DOCUMENTOS EMITIDOS
SINALIZAÇÃO VIÁRIA	280	PROJETOS DE SINALIZAÇÃO
TRANSFERÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN	1	OBRAS REALIZADAS

Programa**1807 POLICIAMENTO OSTENSIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	17.000.124.293
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	16.940.566.500	59.557.793
Demais Recursos		
Total	16.940.566.500	59.557.793

Objetivo

POSSIBILITAR QUE O POLICIAMENTO OSTENSIVO, POR MEIO DOS SEUS DIVERSOS PROGRAMAS, OFEREÇA SERVIÇOS DE QUALIDADE COM A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE NECESSÁRIAS, PARA A AMPLA OBTENÇÃO DOS MELHORES RESULTADOS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM PROL DA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

Justificativa

A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA DECORRENTE, FRUTO DE ATITUDES ANTI-SOCIAIS, REQUEREM UMA PRONTA AÇÃO DO ESTADO VISANDO A PROTEÇÃO DA SOCIEDADE POR MEIO DA CONQUISTA DE NÍVEIS DE SEGURANÇA ACEITÁVEIS, O QUE JÁ VEM SENDO EXERCITADO PELA POLÍCIA MILITAR NO QUE CONCERNE AO APRIMORAMENTO DAS AÇÕES INTEGRADAS COM FOCO NA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

REDUZIR O ÍNDICE DE CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA (Nº DE DELITOS/POPULAÇÃO/100.0000)

Mais recente

25

Ao final do Plano

21

Ações	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES	254	UNIDADES POLICIAIS MILITARES ADEQUADAS
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR	102	UNIDADES ATENDIDAS
DEFESA DO CIDADÃO	76.000	POLICIAIS ENVOLVIDOS
FORMAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES	12.000	POLICIAIS MILITARES FORMADOS
JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA	32.650	LIDERANÇAS DESENVOLVIDAS
POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	205	BASES COMUNITÁRIAS FIXAS
POLICIAMENTO ESCOLAR	5.600	ESCOLAS POLICIADAS
PREVENÇÃO ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA/ PROERD	2.330.000	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORIENTADOS
RADIOPATRULHAMENTO AÉREO	19.600	HORAS DE VÔO
SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO NA POLÍCIA MILITAR	4.500	VOLUNTÁRIOS CONTRATADOS

Programa**1811 CORPO DE BOMBEIROS**

Valor do Programa no Período	R\$	142.962.193
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	92.553.832	50.408.361
Demais Recursos		
Total	92.553.832	50.408.361

Objetivo

PROMOVER ATIVIDADES EM RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS TÍPICAS DE BOMBEIROS E ÀS DE DEFESA CIVIL, VISANDO A PROTEÇÃO DA VIDA, DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO.

Justificativa

CATÁSTROFES NATURAIS E OS SINISTROS DECORRENTES DA ATIVIDADE HUMANA RECLAMAM INTERVENÇÕES RÁPIDAS E ADEQUADAS DO PODER PÚBLICO.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
INTERVENÇÕES OPERACIONAIS DE EMERGÊNCIA	493.350	1.800.000
SUORTE DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	22	26
FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE BOMBEIROS	1.450	5.800
EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMA DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	2	8
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ASSISTENCIAIS	3	3

Ações	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS	8	INSTALAÇÕES ADEQUADAS
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS	26	UNIDADES ADMINISTRADAS
BOMBEIRO SOLIDÁRIO	3	PROJETOS ASSISTENCIAIS DESENVOLVIDOS.
DEFESA CONTRA SINISTROS E ATIVIDADES DE SALVAMENTO	480.000	INTERVENÇÕES OPERACIONAIS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE BOMBEIROS	5.800	BOMBEIROS CAPACITADOS
SALVAMENTO MARÍTIMO	200.000	INTERVENÇÕES OPERACIONAIS
SERVIÇOS DE RESGATE	1.120.000	ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS DE VÍTIMAS

Programa**1814 MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	801.741.091	28.688.103
Demais Recursos		
Total	801.741.091	28.688.103

Objetivo

INTERIORIZAR A ESTRUTURA DA SPTC CRIANDO NOVAS UNIDADES NO ESTADO. EQUIPAR (HUMANOS E MAT). AS UNIDADES EXISTENTES NO INTERIOR, MODERNIZAR OS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NAS UNIDADES E APERFEIÇOAR AS METODOLOGIAS APLICADAS NO PROCESSO DE ANÁLISE DOS VESTÍGIOS ENCONTRADO NA CENA DO CRIME POSSIBILITANDO A EMISSÃO DE LAUDO PERICIAL DE QUALIDADE, RESPALDADO POR PADRÕES CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS.

Justificativa

LAUDOS PERICIAIS DO IML E DO IC COM EMBASAMENTO CIENTÍFICO./ ANSEIO DA SOCIEDADE COMO GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO (DEVIDO PROCESSO LEGAL), RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E ISENÇÃO NA PRODUÇÃO DA PROVA.FORNECER À POLICIA JUDICIÁRIA E AO PODER JUDICIÁRIO A MATERIALIDADE DO FATÓ DELITUOSO COM BASE CIENTÍFICA FACILITANDO E ENRIQUECENDO OS PROCEDIMENTOS APURATÓRIOS.

Público Alvo

POLÍCIA JUDICIÁRIA; PODER JUDICIÁRIO E SOCIEDADE COMO UM TODO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TEMPO DE ELABORAÇÃO E EXPEDIÇÃO DO LAUDO PERICIAL(EM DIAS)	35	70
QUALIDADE DOS LAUDOS EXPEDIDOS - TAXA SE SENTENÇAS FUNDAMENTADAS NOS LAUDOS PERICIAIS (EM PERCENTUAL)	15	50

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA	207	UNIDADES ADMINISTRADAS
ESTUDOS PARA REVISÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	1.020	ESTUDOS REALIZADOS
OBRAS E INSTALAÇÕES DE UNIDADES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	40	UNIDADES CONSTRUÍDAS
PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS: A CIENCIA A SERVIÇO DA JUSTIÇA	3.832.000	LAUDOS EXPEDIDOS

Programa**1816 ATENDIMENTO DE SAÚDE AOS POLICIAIS MILITARES**

Valor do Programa no Período	R\$	46.371.229
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	45.621.229	750.000
Demais Recursos		
Total	45.621.229	750.000

Objetivo

PROMOVER A MEDICINA PREVENTIVA E CURATIVA NO POLICIAL MILITAR NOS ASPECTOS PSICOBIOSSOCIAIS, REDUZINDO-SE O ABSENTÉISMO NA POLÍCIA MILITAR, ATRAVÉS DE ATENDIMENTOS EM NÍVEL PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO, POSSIBILITANDO MINIMIZAR OS AFASTAMENTOS DO EFETIVO ATIVO EM PROL DE MAXIMIZAR O EMPREGO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO.

Justificativa

IDENTIFICAR, PREVENIR E TRATAR PROBLEMAS DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES IDEAIS DE SAÚDE, DE MODO QUE O MESMO POSSA CUMPRIR SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL PERANTE A COMUNIDADE.

Público Alvo

POLICIAIS MILITARES DA ATIVA E INATIVOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
POLICIAIS MILITARES ATENDIDOS	110.280	110.000

Ações	Meta do Período	Produto
ATENDIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR AOS POLICIAIS MILITARES	110.000	POLICIAIS MILITARES ATENDIDOS
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO AOS POLICIAIS MILITARES	110.000	POLICIAIS MILITARES ATENDIDOS

Programa**1817 ASSISTÊNCIA À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO - CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR**

Valor do Programa no Período	R\$	408.468.213
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	408.468.213	
Demais Recursos		
Total	408.468.213	

Objetivo

PROPICIAR A MELHORIA NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO MÉDICO, HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO, BEM COMO NA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA, AOS PENSIONISTAS, INATIVOS E DEPENDENTES DE POLICIAIS MILITARES.

Justificativa

UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DE INFORMAÇÃO, TENDO EM VISTA A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA AUTARQUIA.

Público Alvo

PENSIONISTAS, INATIVOS E DEPENDENTES DE POLICIAIS MILITARES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE ATENDIMENTO DE PENSIONISTAS, POLICIAIS MILITARES INATIVOS E DEPENDENTES DE POLICIAIS MILITARES.	1.763.270	16.704.000

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR	1	UNIDADE ADMINISTRADA
ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA AOS PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR	16.704.000	PACIENTES ATENDIDOS

Programa**1818 MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Valor do Programa no Período	R\$	2.025.960.209
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	221.192.846	1.106.767.363
Demais Recursos		698.000.000
Total	221.192.846	1.804.767.363

Objetivo

GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA, AGREGAR VALORES ÀS ATIV DA POLÍCIA, ATUALIZAR, INTEGRAR, COMPARTILHAR E EXPANDIR OS SISTEMAS INTELIGENTES, EXPANDIR E ATUALIZAR OS EQUIP POLICIAIS, DIGITALIZAR E INTEGRAR AS COMUNICAÇÕES COM PRIORIZAÇÃO NAS REGIÕES METROPOL E MUNICIPIOS SEDES DE COMANDOS.

Justificativa

A CRIMINALIDADE ATUAL, EXIGE POLÍCIA FLEXÍVEL E ÁGIL, PARA AÇÕES PREVENTIVAS, PROCEDIMENTOS TÉCNICO CIENTÍFICO E DE POL JUDICIÁRIA CONFIÁVEIS, REQUER INTEGRAÇÃO E EXPANSÃO DOS ATUAIS SISTEMAS INTELIGENTES, COMPARTILHAMENTO DE BANCO DE DADOS E DIGITALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES, VISANDO A DESARTICULAÇÃO LOGÍSTICA/FINAN DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E ANTECIPAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍCIA ANTE O CRIME

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	2.084	13.080
PROJETOS IMPLANTADOS	4	44
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE USO POLICIAL, DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DE ALTA TECNOLOGIA (TI), DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E VOZ. ELABORAR E IMPLANTAR PROJETOS DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	1.589	8.500

Ações

	Meta do Período	Produto
INTELIGÊNCIA POLICIAL	44	PROJETOS IMPLANTADOS
REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA PAULISTA	17.080	EQUIPAMENTOS POLICIAIS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	655.625.113
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	655.625.113	
Demais Recursos		
Total	655.625.113	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA		
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	928.815.244
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	928.815.244	
Demais Recursos		
Total	928.815.244	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - COSESP	27	INATIVOS ATENDIDOS
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 E 8236/93-BNC	1.646	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**1015 DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Valor do Programa no Período	R\$	44
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		44
Demais Recursos		
Total		44

Objetivo

IDENTIFICAR E CONSOLIDAR DEMANDAS QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DOS SETORES INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, COM ÊNFASE NA PROMOÇÃO E INCREMENTO DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NO TERRITÓRIO PAULISTA.

Justificativa

NECESSIDADE DE ESTABELECEER UMA POLÍTICA ARTICULADA COM INVESTIMENTOS PLANEJADOS PARA A INFRA-ESTRUTURA E COM PROJETOS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DAS DISPARIDADES REGIONAIS, EM PARCERIA COM O SETOR PRIVADO.

Público Alvo

MUNICÍPIOS PAULISTAS; MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS; SETOR PRIVADO; OUTROS PODERES, OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE AÇÕES IMPLANTADAS	0	7

Ações

	Meta do Período	Produto
REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA	4	REPASSE ANUAL

Programa**2002 CONTROLE E AVALIAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	47.821.807
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	47.821.807	
Demais Recursos		
Total	47.821.807	

Objetivo

AUDITAR, CONTROLAR E AVALIAR OS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL VISANDO À MAXIMIZAÇÃO DO DESEMPENHO E DA QUALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA, GARANTINDO A ÉTICA E A TRANSPARÊNCIA DA AÇÃO GOVERNAMENTAL PERANTE A SOCIEDADE.

Justificativa

COMO ÓRGÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ESTADO E NO DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES ATENDENDO AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS E, AINDA CONTRIBUINDO NA EVOLUÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, VISANDO À MELHORIA DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, PRIORIZANDO O CONTROLE CONCOMITANTE E PREVENTIVO.

Público Alvo

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SOCIEDADE CIVIL E ESPECIALISTAS DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA AUDITADAS	35	40

Ações	Meta do Período	Produto
AUDITORIA INSTITUCIONAL	11.646	RECOMENDAÇÕES
AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA ADMINISTRAÇÃO	4.316	RECOMENDAÇÕES

Programa**2003 CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES PÚBLICOS**

Valor do Programa no Período	R\$	34.408.507
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	34.408.507	
Demais Recursos		
Total	34.408.507	

Objetivo

TORNAR OS PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO APTOS A DESEMPENHAR SEUS PAPÉIS DE FORMA EFICIENTE, EFICAZ E RESPONSÁVEL.

Justificativa

NECESSIDADE DE PROCESSO CONTINUADO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES FAZENDÁRIOS, DE TODOS AQUELES QUE UTILIZAM OS SISTEMAS VINCULADOS À FAZENDA.

Público Alvo

SERVIDORES PÚBLICOS DE TODAS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE HORAS-AULA DE CAPACITAÇÃO USUFRUÍDAS POR ANO.	255.729	250.000

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO EM LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	275.000	HORAS/AULA
CAPACITAÇÃO NA ÁREA FINANCEIRA E DE CONTROLE	200.000	HORAS/AULA
CAPACITAÇÃO NAS ÁREAS GERENCIAL E TECNOLÓGICA	275.000	HORAS/AULA
EVENTOS DE CAPACITAÇÃO NAS ÁREAS FAZENDÁRIAS	250.000	HORAS/AULA

Programa**2004 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Valor do Programa no Período	R\$	4.749.091.153
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.749.091.153	
Demais Recursos		
Total	4.749.091.153	

Objetivo

PROMOVER A ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS DE FORMA EFICAZ E EFICIENTE, DESENVOLVENDO PROCESSOS DE INOVAÇÃO QUE ASSEGUREM A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL.

Justificativa

A COMBINAÇÃO DE EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, AVANÇOS NO PROCESSO DE GESTÃO E ESTÍMULOS AO ENGAJAMENTO DO CIDADÃO NO ESFORÇO FISCALIZATÓRIO, DEVE ORIENTAR A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DESAFIO DE AMPLIAR AS RECEITAS DISPONÍVEIS, COMBATENDO A FRAUDE, A SONEGAÇÃO E A ELISÃO FISCAL

Público Alvo

CIDADÃOS, CONTRIBUINTES E FUNCIONÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
BALANCEAMENTO TRIBUTÁRIO : ÍNDICE PONDERADO DE CUMPRIMENTO DE METAS	100,5	100

Ações

	Meta do Período	Produto
AMBIENTE TRIBUTÁRIO	100 %	SERVIÇOS VOLTADOS AO AMBIENTE TRIBUTÁRIO CONCLUÍDOS
INOVAÇÃO TRIBUTÁRIA	100 %	PROJETOS ESTRATÉGICOS TRIBUTÁRIOS CONCLUÍDOS
OPERAÇÃO TRIBUTÁRIA	211,4 R\$ bilhões	ICMS ARRECADADO

Programa**2005 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO**

Valor do Programa no Período	R\$	4.008.862
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.344	4.518
Demais Recursos		4.000.000
Total	4.344	4.004.518

Objetivo

PROPICIAR O INCREMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, AGRO-INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS E A DISPONIBILIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA COMO SISTEMA BÁSICO À HABITAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Justificativa

FOMENTAR AS ATIVIDADES INDUSTRIAIS, AGRO-INDUSTRIAS E DE SERVIÇOS CONSIDERANDO SEU DESEMPENHO ECONÔMICO, CARACTERÍSTICAS TECNOLÓGICAS E RELEVÂNCIA NO CONTEXTO DA ECONOMIA ESTADUAL.

Público Alvo

MICROS, PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS E COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
CONTRATOS/CONVÊNIOS FIRMADOS	16	16

Ações	Meta do Período	Produto
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS FINAN.AO PROG.ME COMPETITIVA (LEI 12.187, DE 2006)	4.500	CONTRATOS DE FINANCIAMENTO FIRMADOS
IMPLEMENTAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	25	CONTRATOS FIRMADOS
REPASSE DE RECURSOS AO FIDEC - FUNDO EST. DE INCENTIVO AO DESENV. ECONÔMICO	1	REPASSE ANUAL
REPASSE DE RECURSOS AO FIDES - FUNDO EST. DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	REPASSE ANUAL
REPASSE DE RECURSOS AO FUNAC-FUNDO DE APOIO A CONTRIBUINTES DO EST. DE SÃO PAULO	4	REPASSE ANUAL
REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE AVAL	1	REPASSE ANUAL

Programa**2007 GESTÃO FINANCEIRA**

Valor do Programa no Período	R\$	282.000.706
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	282.000.706	
Demais Recursos		
Total	282.000.706	

Objetivo

GERENCIAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS BUSCANDO O EQUILIBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS; NORMATIZAR E EFETUAR A CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO E ADMINISTRAR A FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO PODER EXECUTIVO, ASSEGURANDO SUA LEGALIDADE E LEGITIMIDADE.

Justificativa

CUMPRE À COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA EXECUTAR AS ATIVIDADES CENTRAIS DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E CONTÁBIL, BEM COMO GERIR E FISCALIZAR A FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO.

Público Alvo

UNIDADES GESTORAS ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, PREFEITURAS MUNICIPAIS, FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, FORNECEDORES/CREDORES DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
VARIAÇÃO PERCENTUAL DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APURADO PELA COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA ATUALIZADA	100	100

Ações

	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	16 R\$ bilhões	VALOR DO RESULTADO PRIMÁRIO

Programa**2009 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DA FAZENDA**

Valor do Programa no Período	R\$	2.601.087.796
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.476.867.571	124.220.225
Demais Recursos		
Total	2.476.867.571	124.220.225

Objetivo

ATENDER ÀS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DAS UNIDADES FAZENDÁRIAS, FACILITANDO O DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES FINAIS, OFERECENDO SERVIÇOS, MATERIAIS, INFORMAÇÕES E INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS E ADEQUADAS.

Justificativa

GERENCIAMENTO E MAXIMIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DISPONÍVEIS A FIM DE: OFERECER SERVIÇOS E INFORMAÇÕES COM AGILIDADE, EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO; OFERECER SUPORTE ADMINISTRATIVO ÀS ÁREAS FINIS DA SECRETARIA, POSSIBILITANDO O DESENVOLVIMENTO PLENO DE SUAS ATIVIDADES, MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

Público Alvo

UNIDADES FAZENDÁRIAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
QUANTIDADE DE UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS ATENDIDAS	67	67
QUANTIDADE DE UNIDADES CONTRUÍDAS, REFORMADAS OU ADAPTADAS	8	63

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO GERAL	67	UNIDADE ADMINISTRADA
RECUPERAÇÃO DE AMBIENTES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO	63	UNIDADES CONSTRUÍDAS, REFORMADAS OU ADAPTADAS

Programa**2010 CARTEIRAS AUTÔNOMAS DE PREVIDÊNCIA**

Valor do Programa no Período	R\$	2.344.720.343
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.344.611.741	108.602
Demais Recursos		
Total	2.344.611.741	108.602

Objetivo

PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES PARA OS BENEFICIÁRIOS DAS CARTEIRAS DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DAS SERVENTIAS NÃO OFICIALIZADAS DA JUSTIÇA DO ESTADO E CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA DOS ECONOMISTAS DE SÃO PAULO.

Justificativa

CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS PARA O PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.

Público Alvo

SERVENTUÁRIOS, ADVOGADOS, ECONOMISTAS E SEUS BENEFICIÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO MENSAL PARA OS BENEFICIÁRIOS DAS CARTEIRAS DOS ADVOGADOS, SERVENTIAS E ECONOMISTAS.

Mais recente

8.923

Ao final do Plano

9.523

Ações**Meta do Período****Produto**

CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA

9.523

CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS

Programa**2012 FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Valor do Programa no Período	R\$	132.074.370
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	132.074.370	
Demais Recursos		
Total	132.074.370	

Objetivo

MELHORAR A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS MEDIANTE A MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA SECRETARIA DA FAZENDA, SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, PGE E PREVIDÊNCIA ESTADUAL.

Justificativa

COM O SUCESSO ALCANÇADO PELO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO (PNAFE) SURTIU A NECESSIDADE DE EXECUTAR UMA NOVA ETAPA DE INTEGRAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS DESENVOLVIDOS PARA CUMPRIMENTO DE UM NOVO PATAMAR DE MODERNIZAÇÃO.

Público Alvo

SERVIDORES DAS SECRETARIAS ENVOLVIDAS, FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS E POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO E IMAGEM PERCEBIDA POR CONTRIBUINTES .	64,8	70,1
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO E IMAGEM PERCEBIDA POR FORNECEDORES.	69,1	73,7

Ações	Meta do Período	Produto
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS	34 %	PROJETOS CONCLUÍDOS E IMPLANTADOS

Programa**2013 OPERAÇÕES DO BANCO NOSSA CAIXA**

Valor do Programa no Período	R\$	600.000.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		
Demais Recursos		600.000.000
Total		600.000.000

Objetivo

OFERECER CRÉDITO NAS ÁREAS DE HABITAÇÃO E AGRO INDÚSTRIA, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

DIFICULDADE DE ACESSO AO CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS DE BAIXA RENDA, PRODUTORES RURAIS E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CLIENTES DO BANCO NOSSA CAIXA.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE CONTRATOS FORMALIZADOS DE EMPRÉSTIMO RURAL	1,9	100
TAXA DE CONTRATOS FORMALIZADOS DE EMPRESTIMO HABITACIONAL COM RECURSOS DO FGTS	0,64	100
TAXA DE CONTRATOS FORMALIZADOS DE EMPRESTIMO AGROINDUSTRIAL COM RECURSOS DO BNDES	1,28	100
TAXA DE CONTRATOS FORMALIZADOS DE EMPRESTIMO HABITACIONAL COM RECURSOS DO PHAI	0	100
TAXA DE PROJETOS DE INFRAESTRURA	0	100
TAXA DE PROJETOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL	46.000	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO RURAL FIRMADOS
CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO COM RECURSOS DO BNDES	1.490	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO AGRO INDUSTRIAL FIRMADOS
CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL COM RECURSOS DO FGTS	1.095	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO HABITACIONAL FIRMADOS
CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO PARA HABITAÇÃO - PHAI	24.000	CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO HABITACIONAL FIRMADOS
INFRA-ESTRUTURA	28	PROJETOS REALIZADOS
PROCESSAMENTO DE DADOS	277	PROJETOS REALIZADOS

Programa**2015 PREVIDÊNCIA ESTADUAL**

Valor do Programa no Período	R\$	263.358.904
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	263.358.904	
Demais Recursos		
Total	263.358.904	

Objetivo

ASSEGURAR CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS DEPENDENTES DOS CONTRIBUINTES DA PENSÃO MENSAL.

Justificativa

CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEAGIS PARA O PAGAMENTO DE PENSÕES.

Público Alvo

DEPENDENTES DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS CONTRIBUINTES DA PENSÃO MENSAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO MENSAL AOS DEPENDENTES DOS CONTRIBUINTES DESTE REGIME

Mais recente

96.726

Ao final do Plano

96.831

Ações

ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPESP

Meta do Período

49.756

Produto

PESSOAS ATENDIDAS

Programa**2016 CONTROLE DE ENTIDADES DESCENTRALIZADAS E DE CONTRATAÇÕES ELETRÔNICAS**

Valor do Programa no Período	R\$	70.360.742
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	70.360.742	
Demais Recursos		
Total	70.360.742	

Objetivo

CONTROLAR E ACOMPANHAR A ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA DO ESTADO E DOTAR A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DE SOLUÇÕES EFICAZES E EFETIVAS VOLTADAS ÀS CONTRATAÇÕES ELETRONICAS.

Justificativa

A GESTÃO DAS ENTIDADES DESCENTRALIZADAS E DAS CONTRATAÇÕES ELETRONICAS INCLUI RESPECTIVAMENTE O ACOMPANHAMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS SOB O ASPECTO ECONOMICO E FINANCEIRO E O CONTROLE E NORMATIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES REALIZADAS NO AMBITO DO SISTEMA BOLSA ELETRONICA DE COMPRAS - SISTEMA BEC/SP

Público Alvo

UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO E MUNICIPIOS PAULISTA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

Mais recente **Ao final do Plano**

TAXA PERCENTUAL DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS UTILIZADOS PARA NEGOCIAÇÕES POR MEIO DA BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS.

70

90

TAXA % DE PLEITOS ATENDIDOS PELO TOTAL DE PLEITOS DEMANDADOS

65

90

TAXA % DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, NÃO DEPENDENTES, QUE UTILIZAM O PREGÃO ELETRÔNICO PELO TOTAL DE EMPRESAS.

75

85

Ações

Meta do Período

Produto

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DAS ENTIDADES DESCENTRALIZADAS

960

INFORMAÇÕES ELABORADAS

GESTÃO DO SISTEMA BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS - BEC/SP

86.400

VALORES NEGOCIADOS

Programa**2019 ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS DE SEGUROS**

Valor do Programa no Período	R\$	320.241.036
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		4.344
Demais Recursos	320.236.692	
Total	320.236.692	4.344

Objetivo

ADMINISTRAR OS SEGUROS REMANESCENTES ATÉ O VENCIMENTO E OS PROCESSOS JUDICIAIS DE SINISTROS.

Justificativa

ATENDER OS CLIENTES/SEGURADOS DE FORMA ADEQUADA E EFICIENTE, EM CONFORMIDADE COM OS CONTRATOS FIRMADOS. NECESSIDADE DE ELABORAR DEFESA E ACOMPANHAMENTO JUDICIAL DOS PROCESSOS MOVIDOS EM FACE DA COESP, VISANDO RESGUARDAR AS RESERVAS TÉCNICAS DA COMPANHIA, OTIMIZANDO OS GASTOS EVENTUALMENTE SUPORTADOS.

Público Alvo

SEGURADOS/BENEFICIÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
QUANTIDADE DE SEGURADOS	46.495	0
PROCESSOS JUDICIAIS DE SINISTROS	5.700	3.300

Ações

	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DE APÓLICES REMANESCENTES	46.495	APÓLICES DE SEGUROS ADMINISTRADAS
ADMINISTRAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS DE SINISTROS	1.800	PROCESSOS JUDICIAIS ADMINISTRADOS

Programa**2020 CONSCIENTIZAÇÃO FISCAL**

Valor do Programa no Período	R\$	86.881
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	86.881	
Demais Recursos		
Total	86.881	

Objetivo

PROMOVER AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO FISCAL PARA CONTRIBUINTES DE HOJE E DO FUTURO.

Justificativa

NECESSIDADE DE PROCESSO CONTINUADO DE CONSCIENTIZAÇÃO FISCAL PARA CONTRIBUINTES DE HOJE E DO FUTURO

Público Alvo

CONTRIBUINTES DE HOJE E DO FUTURO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
HORAS-AULA USUFRUÍDAS/ANO	110.371	100.000

Ações

	Meta do Período	Produto
CONSCIENTIZAÇÃO FISCAL PARA CONTRIBUINTES DE HOJE E DO FUTURO	400.000	CURSOS E EVENTOS REALIZADOS

Programa**2021 IMPLANTAÇÃO DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA**

Valor do Programa no Período	R\$	10.464.641.004
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	10.464.641.004	
Demais Recursos		
Total	10.464.641.004	

Objetivo

IMPLANTAR E GERENCIAR ORGÃO GESTOR ÚNICO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS - RPPS E DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO - RPPM PARA ASSEGURAR A CONCESSÃO E COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DA APOSENTADORIA E PENSÃO MENSAL AOS BENEFICIÁRIOS DESSES REGIMES.

Justificativa

CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS PARA O CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES MENSAIS

Público Alvo

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS CONTRIBUINTES DO REGIME E SEUS BENEFICIÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
CONCESSÃO PENSÃO MENSAL AOS CONTRIBUINTES E BENEFICIÁRIOS DESTE REGIME	0	99.691

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA	1	UNIDADE ADMINISTRADA
APOSENTADORIAS	262.689	APOSENTADORIAS CONCEDIDAS
PENSÃO MENSAL	130.251	PENSÕES MENSAIS CONCEDIDAS
REESTRUTURAÇÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	100 %	PROJETOS CONCLUÍDOS E APROVADOS

Programa**2022 SISTEMA DE GESTÃO POR RESULTADOS DA SECRETARIA DA FAZENDA**

Valor do Programa no Período	R\$	230.235
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	230.235	
Demais Recursos		
Total	230.235	

Objetivo

IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO POR RESULTADOS NA SEFAZ.

Justificativa

NECESSIDADE DE UM SISTEMA DE APOIO À GESTÃO ESTRATÉGICA DA SEFAZ (INDICADORES, METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS), QUE SUPORTE O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA DE SEUS DIRIGENTES.

Público Alvo

DIRIGENTES SEFAZ

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

Mais recente Ao final do Plano

MAPAS ESTRATÉGICOS IMPLANTADOS (SEFAZ)	0	100
RELATÓRIOS GERENCIAIS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DAS RAES SEFAZ (REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA) CONCLUÍDOS NAS DATAS PREVISTAS.	0	100

Ações

Meta do Período

Produto

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO POR RESULTADOS DA SECRETARIA DA FAZENDA	5	MAPAS ESTRATÉGICOS CORPORATIVOS E DAS COORDENADORIAS
SUPORTE À GESTÃO DA ESTRATÉGIA DA SECRETARIA DA FAZENDA	12	RELATÓRIOS GERENCIAIS

Programa**2023 REGISTRO DO COMÉRCIO**

Valor do Programa no Período	R\$	57.826.853
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	57.826.853	
Demais Recursos		
Total	57.826.853	

Objetivo

REGISTRAR E ARQUIVAR DE FORMA EFICIENTE E EFICAZ OS DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DIVERSOS TIPOS DE SOCIEDADES: EMPRESÁRIO (FIRMA INDIVIDUAL), SOCIEDADES EMPRESÁRIAS (LIMITADA, SOCIEDADE ANÔNIMA, COOPERATIVAS, CONSÓRCIOS, GRUPOS E FILIAIS DE SOCIEDADES ESTRANGEIRAS), DE FORMA A APRIMORAR A QUALIDADE, A AGILIDADE E A FACILIDADE DE ACESSO NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS.

Justificativa

NECESSIDADE DE MODERNIZAR O SISTEMA DE REGISTRO DE COMÉRCIO COM ADEQUAÇÕES ESTRUTURAIS, ADMINISTRATIVAS E DE IMPLANTAR NOVOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

Público Alvo

ADVOGADOS, CONTABILISTAS, EMPRESÁRIOS E DEMAIS USUÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
INDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	40	80

Ações

	Meta do Período	Produto
GESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DO REGISTRO DO COMÉRCIO	2.400.000	DOCUMENTOS PROTOCOLADOS

Programa**2024 COORDENAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		100.000
Demais Recursos		100.000
Total		100.000

Objetivo

APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO E VIABILIZAR AS PARCERIAS COM OS AGENTES DO SETOR PRIVADO.

Justificativa

NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DE MEIOS ADEQUADOS DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E SUPORTE À VIABILIZAÇÃO E SUPORTE À VIABILIZAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DE RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

RELAÇÃO ENTRE OS ATIVOS SEGREGADOS PELA CPP, COMO GARANTIA DA CONTRAPARTIDA PECUNIÁRIA DEVIDA PELO ESTADO, OU ENTIDADES CONTROLADAS EM CONTRATOS DE PPP, E O VALOR TOTAL DESTA DEVIDA PELO ESTADO.

Mais recente Ao final do Plano

80 50

Ações

APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Meta do Período

50 %

Produto

GARANTIAS PRESTADAS PARA A CONTRAPARTIDA PECUNIÁRIA DEVIDA PELO ESTADO

Programa**2308 EMPREENDEDORISMO**

Valor do Programa no Período	R\$	43.440.515
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		43.440.515
Demais Recursos		
Total		43.440.515

Objetivo

PROPICIAR AOS EMPREENDEDORES POSSIBILIDADES DE CONCESSÃO DE MICRO-CRÉDITOS PARA FOMENTO A NEGÓCIOS FORMAIS OU INFORMAIS COM FOCO NA GERAÇÃO DE RENDA.

Justificativa

OS EMPREENDEDORES TEM GRANDES DIFICULDADES PARA A OBTENÇÃO DE CRÉDITO NO MERCADO, SEJA EM DECORRÊNCIA DAS ALTAS TAXAS DE JUROS PRATICADAS PELO MERCADO FINANCEIRO, SEJA PELA EXIGÊNCIA DE GARANTIAS ROBUSTAS AO CRÉDITO, NESSE SENTIDO, O PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA TEM NO BANCO DO POVO PAULISTA A MELHOR ALTERNATIVA, QUANDO NÃO A ÚNICA, DE ATENDIMENTO PARA A SUA PRETENSÃO.

Público Alvo

EMPREENDEDORES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0	40
PERCENTUAL DE EMPREENDEDORES CAPACITADOS	0	100
PERCENTUAL DE EVENTOS REALIZADOSEVENTOS REALIZADOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
REPASSE DE RECURSOS AO BANCO DO POVO	4	REPASSE ANUAL

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	150.584.074	139.768.493
Demais Recursos		
Total	150.584.074	139.768.493

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
GERENCIAMENTO DE REC. DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SEC.FAZENDA	99 %	SERVIÇOS DISPONÍVEIS

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	86.881.030
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	86.881.030	
Demais Recursos		
Total	86.881.030	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	33.824.991.375
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	26.291.184.370	7.533.807.005
Demais Recursos		
Total	26.291.184.370	7.533.807.005

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA		
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA		
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE CARÁTER ESPECIAL		PENSIONISTAS/MÊS
PAGAMENTO DE PENSÕES DE CARÁTER INDENIZATÓRIO		PENSIONISTAS/MÊS
PAGAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS DO ESTADO		
PENSIONISTAS DA REVOLUÇÃO DE 1932 - LEI Nº 1.890, DE 1978		PENSIONISTAS/MÊS
SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA		

Programa**2101 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS**

Valor do Programa no Período	R\$	86.552.598.197
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	86.552.598.197	
Demais Recursos		
Total	86.552.598.197	

Objetivo

POSSIBILITAR ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS ÀS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES DIVERSAS E A MUNICÍPIOS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Justificativa

ENGLoba AS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES DIVERSAS E A MUNICÍPIOS, NÃO CLASSIFICÁVEIS EM UM ÓRGÃO ESPECÍFICO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A ENTIDADES DIVERSAS	4	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A MUNICÍPIOS	4	

Programa**2104 COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - LEI 4819/58**

Valor do Programa no Período	R\$	2.652.514.758
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.652.514.758	
Demais Recursos		
Total	2.652.514.758	

Objetivo

POSSIBILITAR A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DECORRENTES DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.

Justificativa

CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DA LEI Nº 4.819/58 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, QUE CONCEDE AOS SERVIDORES DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS OU EXTINTAS, AS VANTAGENS CONCEDIDAS AOS DEMAIS SERVIDORES PÚBLICOS, BEM COMO AS COMPLEMENTAÇÕES DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.

Público Alvo

BENEFICIÁRIOS DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE EMPRESAS PRIVATIZADAS OU EXTINTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PGTO DE COMPLEM. DE APOSENT.E PENSÕES-LEI 4.819/58-EMPRESAS PRIVAT.OU EXTINTAS.	41.471	PENSIONISTAS/MÊS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	51.416
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	51.416	
Demais Recursos		
Total	51.416	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	112.091.000
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	112.090.956	44
Demais Recursos		
Total	112.090.956	44

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	204	UNIDADES MANTIDAS

Programa**2301 DESENVOLVIMENTO TÉCNICO PARA EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE**

Valor do Programa no Período	R\$	16.280.194
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	16.280.194	
Demais Recursos		
Total	16.280.194	

Objetivo

SUBSIDIAR O DESENVOLVIMENTO TÉCNICO E METODOLÓGICO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREENDEDORISMO.

Justificativa

NECESSIDADE DE CONHECER OS DIFERENTES ASPECTOS RELACIONADOS AO EMPREGO, AO EMPREENDEDORISMO, A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MUDANÇAS NAS CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES, PARA MELHORIA NA QUALIDADE DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA.

Público Alvo

GESTORES E TÉCNICOS DA SECRETARIA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE MATERIAL COM INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PRODUZIDOS	0	100
PERCENTUAL DE PLANOS ANUAIS ELABORADOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMISSÕES DE EMPREGO	400	PLANOS REALIZADOS
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	4	METODOLOGIAS DESENVOLVIDAS
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA EMPREENDEDORISMO E DESBUROCRATIZAÇÃO	4	METODOLOGIAS DESENVOLVIDAS
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOBRE MERCADO DE TRABALHO	30.960	RELATÓRIOS DE PESQUISAS PRODUZIDOS

Programa**2302 FOMENTO AO EMPREGO E RENDA**

Valor do Programa no Período	R\$	732.630.589
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	726.849.916	5.780.673
Demais Recursos		
Total	726.849.916	5.780.673

Objetivo

PROPICIAR AOS TRABALHADORES ALTERNATIVAS DE OCUPAÇÃO E RENDA, OFERECENDO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ORIENTAÇÃO E OPORTUNIDADES DE COLOCAÇÃO E/OU RECOLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM CONSONÂNCIA COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS ESPECIFICIDADES REGIONAIS.

Justificativa

OS RESULTADOS DAS PESQUISAS APONTAM UM ALTO ÍNDICE DE DESEMPREGO, ATINGINDO GRANDE PARTE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO ESTADO EM ESPECIAL NA REGIÃO METROPOLITANA, HAVENDO PORTANTO NECESSIDADE DE OFERECER FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL À POPULAÇÃO DESEMPREGADA, FACILITANDO SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

Público Alvo

TRABALHADORES EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE TRABALHADORES ORIENTADOS NOS "TIMES DE EMPREGO"	0	100
PERCENTUAL DE TRABALHADORES QUALIFICADOS	0	100
PERCENTUAL DE BOLSISTAS QUALIFICADOS	0	100
PERCENTUAL DE TRABALHADORES COLOCADOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
FRENTES DE TRABALHO	100.000	BOLSISTAS QUALIFICADOS
INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	490.824	TRABALHADORES COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO
ORIENTAÇÃO AO TRABALHADOR	144.000	TRABALHADORES ORIENTADOS
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	760.578	TRABALHADORES QUALIFICADOS
TIMES DO EMPREGO	3.000	TRABALHADORES ORIENTADOS

Programa**2303 LAZER DO TRABALHADOR**

Valor do Programa no Período	R\$	8.812.082
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	8.811.647	435
Demais Recursos		
Total	8.811.647	435

Objetivo

PROMOVER O ENTROSAMENTO SOCIAL, CULTURAL, ESPORTIVO E RECREATIVO DA COMUNIDADE TRABALHADORA, ATRAVÉS DA PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES VOLTADAS PARA ESSE FIM.

Justificativa

ATENDER A DEMANDA DE ATIVIDADES DE LAZER E RECREAÇÃO QUE PROPICIEM MELHOR QUALIDADE DE VIDA AO TRABALHADOR E SEUS FAMILIARES.

Público Alvo

TRABALHADORES E FAMILIARES

Abrangência Espacial

MUNICÍPIOS

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE EVENTOS REALIZADOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CERET	1	UNIDADES ADMINISTRADAS
ESPORTE E RECREAÇÃO DO TRABALHADOR	32	EVENTOS REALIZADOS

Programa**2305 FOMENTO AO TRABALHO ARTESANAL**

Valor do Programa no Período	R\$	14.375.913
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	14.373.654	2.259
Demais Recursos		
Total	14.373.654	2.259

Objetivo

DIFUNDIR E COMERCIALIZAR PRODUTOS ARTESANAIS E OFERECER SUPORTE TÉCNICO AO TRABALHO ARTESANAL.

Justificativa

O ARTESANATO DESTACA-SE COMO SEGMENTO DA ECONOMIA INFORMAL QUE DESEMPENHA PAPEL IMPORTANTE COMO GERADOR DE EMPREGO, RENDA E EXPRESSÃO CULTURAL. NESSE SENTIDO SE FAZ NECESSÁRIO FOMENTAR ESSE SETOR, CONSIDERANDO SUAS DIFICULDADES DE ACESSO À INFORMAÇÕES SOBRE MERCADO, TECNOLOGIA, DESIGN E CAPITAL DE GIRO, ALÉM DE CARECER DE UMA POLÍTICA ORGANIZACIONAL E DE APRIMORAMENTO TÉCNICO DO ARTESÃO.

Público Alvo

ARTESÃOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE ARTESÃO ATENDIDO	0	100
PERCENTUAL DE ARTESANATO VENDIDO	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO E SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO AO ARTESÃO	37.200	ARTESÃOS ATENDIDOS
DIFUSÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO PAULISTA	24.000	ARTESÃOS ATENDIDOS

Programa**2308 EMPREENDEDORISMO**

Valor do Programa no Período	R\$	17.064.424
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	17.064.424	
Demais Recursos		
Total	17.064.424	

Objetivo

PROPICIAR AOS EMPREENDEDORES POSSIBILIDADES DE CONCESSÃO DE MICRO-CRÉDITOS PARA FOMENTO A NEGÓCIOS FORMAIS OU INFORMAIS COM FOCO NA GERAÇÃO DE RENDA.

Justificativa

OS EMPREENDEDORES TEM GRANDES DIFICULDADES PARA A OBTENÇÃO DE CRÉDITO NO MERCADO, SEJA EM DECORRÊNCIA DAS ALTAS TAXAS DE JUROS PRATICADAS PELO MERCADO FINANCEIRO, SEJA PELA EXIGÊNCIA DE GARANTIAS ROBUSTAS AO CRÉDITO, NESSE SENTIDO, O PÚBLICO-ALVO DO PROGRAMA TEM NO BANCO DO POVO PAULISTA A MELHOR ALTERNATIVA, QUANDO NÃO A ÚNICA, DE ATENDIMENTO PARA A SUA PRETENSÃO.

Público Alvo

EMPREENDEDORES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0	40
PERCENTUAL DE EMPREENDEDORES CAPACITADOS	0	100
PERCENTUAL DE EVENTOS REALIZADOS/EVENTOS REALIZADOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
BANCO DO POVO PAULISTA	140.000	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Programa**2390 PROGRAMA ESTADUAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO - PED**

Valor do Programa no Período	R\$	3.475.242
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	3.475.242	
Demais Recursos		
Total	3.475.242	

Objetivo

FACILITAR A VIDA DO EMPREENDEDOR E REDUZIR O CUSTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA O CIDADÃO.

Justificativa

EXCESSO DE REGULAÇÃO SOBRE OS CIDADÃOS E EMPRESAS, PRINCIPALMENTE AS MICRO E PEQUENAS, O QUE OS AFASTA DOS NEGÓCIOS CIVIS E DA ECONOMIA FORMAL, FATOS VERIFICÁVEIS NA REDUÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS E EMPREGOS FORMAIS, NA INSUFICIENTE ARRECADAÇÃO/CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO, NO CUSTO E TEMPO ELEVADO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA O CIDADÃO, E NA AMPLIAÇÃO DO DEFICIT DA PREVIDÊNCIA

Público Alvo

CIDADÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

Mais recente Ao final do Plano

PORCENTAGEM DA REDUÇÃO DE TEMPO E DO CUSTO (PARA O CIDADÃO) DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM FUNÇÃO DO PROGRAMA

Não Disponível

PORCENTAGEM DO NÚMERO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS CRIADAS EM FUNÇÃO DO PROGRAMA

Não Disponível

Ações	Meta do Período	Produto
FACILITAÇÃO DA VIDA DO EMPREENDEDOR NA SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	300.000	EMPREGOS FORMAIS CRIADOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO	10	PROJETOS ESTRUTURADOS E ACOMPANHADOS
REDUÇÃO DO CUSTO DO SERVIÇO PÚBLICO NA SEC. DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	180.000	SERVIÇOS DA SERT DISPONÍVEIS NA INTERNET

Programa**3516 FAMÍLIA CIDADÃ - AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS**

Valor do Programa no Período	R\$	33.449.196
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	33.449.196	
Demais Recursos		
Total	33.449.196	

Objetivo

ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA, COM AÇÕES ARTICULADAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR, PROMOÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO INFANTIL.

Justificativa

DOTAR DE MAIOR EFETIVIDADE A INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM DIVERSAS AÇÕES CONJUGADAS SOBRE UM MESMO PÚBLICO ALVO, PARTINDO DO PRINCÍPIO QUE A SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL REQUER, ALÉM DA TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DE RENDA, AÇÕES ARTICULADAS E COMPLEMENTARES QUE POSSIBILITEM O ROMPIMENTO DO CÍRCULO VIRTUOSO DA POBREZA.

Público Alvo

FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELAS AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS DO PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
JOVEM CIDADÃO - MEU PRIMEIRO TRABALHO	60.000	ESTUDANTES ATENDIDOS/ANO
PROGRAMA @PRENDIZ - INCENTIVO AOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM DA LEI 10.097/00	40.000	APRENDIZES QUALIFICADOS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	2.871.419
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.871.419	
Demais Recursos		
Total	2.871.419	

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL	600	PESSOAS CAPACITADAS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.200.000	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	
Demais Recursos		
Total	44	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	58.017.975
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	58.017.975	
Demais Recursos		
Total	58.017.975	

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1	UNIDADE ADMINISTRADA

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	2.799.089
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.799.089	
Demais Recursos		
Total	2.799.089	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - CDHU	22	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**2505 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E SOCIAL PARA HABITAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	99.316.332
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.524.675	54.796.000
Demais Recursos		42.995.657
Total	1.524.675	97.791.657

Objetivo

FOMENTAR A ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES DO SETOR HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL DO ESTADO, PARA MAXIMIZAR OS RESULTADOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL. BUSCA GARANTIR A DESCENTRALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO ESTADO E APERFEIÇOAMENTO DO APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E URBANO.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DEPENDE DO APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL DO SETOR, DE MODO A SUPERAR A SEGMENTAÇÃO DA AÇÃO HABITACIONAL; PROMOVER A INTEGRAÇÃO INTERSETORIAL; APRIMORAR O REPERTÓRIO DE AÇÕES; VALORIZAR AS PARCERIAS E APOIAR O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS ATORES DO SETOR; APERFEIÇOAR A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS HABITACIONAIS E APRIMORAR A GESTÃO SOCIAL.

Público Alvo

AGENTES VINCULADOS À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO ANUAL DE ETAPAS EXECUTADAS DO SISTEMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO	0	100
PROPORÇÃO ANUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR ASSISTÊNCIA TÉCNICA	0	100
PROPORÇÃO ANUAL DE FAMÍLIAS SUBSIDIADAS NA AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	0	100
PROPORÇÃO ANUAL DE EMPREENDIMENTOS ATENDIDOS COM ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL	0	100
PROPORÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ATENDIDOS COM GESTÃO INSTITUCIONAL E EQUIPAMENTOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS	200	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS HABITACIONAIS	80.420	FAMÍLIAS SUBSIDIADAS
FOMENTO À ORGANIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA, CONDOMINIAL E INCLUSÃO SOCIAL	1.000	EMPREENDIMENTOS ATENDIDOS
GESTÃO DE ÁREAS INSTITUCIONAIS E EQUIPAMENTOS	800	EMPREENDIMENTOS ATENDIDOS
PROJETOS DO FUNDO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO P/O DESENV. HABITAC. E URBANO	96	PROJETOS APROVADOS
PROJETOS DO FUNDO DE HABITAÇÃO POPULAR DE SÃO PAULO - FUNDHAP-SP	40	CONTRATOS CELEBRADOS
PROJETOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANC. E INV. EM PROG. HABITACIONAIS - FINVESTHAB	100	CONTRATOS CELEBRADOS
SISTEMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO	75 %	ETAPAS CONCLUÍDAS

Programa**2507 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	181.520.146
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	22.505.858	85.520.000
Demais Recursos		73.494.288
Total	22.505.858	159.014.288

Objetivo

PROMOVER AÇÕES QUE PROPICIEM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE NÚCLEOS E CONJUNTOS HABITACIONAIS CONCRETIZANDO O DIREITO À MORADIA E À CIDADE.

Justificativa

O ESTATUTO DA CIDADE CONSOLIDOU INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E JURÍDICOS, PERMITINDO A REGULARIZAÇÃO, O DIREITO À CIDADE LEGAL, À MORADIA E À SEGURANÇA DA POSSE. DESTA FORMA, AMPLIA-SE A ATUAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL, INCORPORANDO AÇÕES DE MELHORIAS HABITACIONAIS, ACESSO À INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E A REGULARIDADE JURÍDICA DA PROPRIEDADE.

Público Alvo

MORADORES DE CONJUNTOS HABITACIONAIS DA CDHU A SEREM REGULARIZADOS E MORADORES DE NÚCLEOS HABITACIONAIS INDICADOS PELOS MUNICÍPIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO ANUAL DE CONJUNTOS HABITACIONAIS REGULARIZADOS.	0	100
PROPORÇÃO ANUAL DE NÚCLEOS REGULARIZADOS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	2.100	NÚCLEOS REGULARIZADOS
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	620	CONJUNTOS HABITACIONAIS REGULARIZADOS

Programa**2508 PROVISÃO DE MORADIAS**

Valor do Programa no Período	R\$	2.316.477.436
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	86	1.506.650.000
Demais Recursos		809.827.350
Total	86	2.316.477.350

Objetivo

DAR ACESSO À MORADIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PRONTOS OU EM CONSTRUÇÃO, PARCERIAS, REPASSE DE RECURSOS E APOIO TÉCNICO AOS AGENTES PROMOTORES, PÚBLICOS E PRIVADOS. FORMAS DE ACESSO: FINANCIAMENTO HABITACIONAL (DIRETO PELA SH/CDHU); PARCERIAS COM AGENTES FINANCEIROS; ARRENDAMENTO; LOCAÇÃO OU OUTRAS FORMAS DE DIREITO DE USO.

Justificativa

O DÉFICIT HABITACIONAL NO ESTADO É DE 880.000 MORADIAS, SENDO QUE 39% SÃO DOMICÍLIOS QUE DEVEM SER REMOVIDOS PARA AÇÕES DE URBANIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO. ESTIMA-SE A NECESSIDADE DE 536.562 UNIDADES PARA DEMANDA DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS RÚSTICOS, ÔNUS EXCESSIVO COM ALUGUEL, DOMICÍLIOS CONGESTIONADOS OU ESPAÇO INSUFICIENTE, EM REGIÕES METROPOLITANAS, AGLOMERAÇÕES E CENTROS URBANOS.

Público Alvo

FAMÍLIAS COM RENDIMENTO MENSAL ENTRE UM E DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS QUE APRESENTEM CARÊNCIAS HABITACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO ANUAL UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES DO TOTAL DE DÉFICIT HABITACIONAL	6,13	31,48

Ações	Meta do Período	Produto
AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	19.300	UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES
PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS	10.000	LOTES URBANIZADOS
PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	51.170	UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES

Programa**2509 REQUALIFICAÇÃO DE MORADIAS**

Valor do Programa no Período	R\$	404.953.390
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	22.164.762	210.815.270
Demais Recursos		171.973.358
Total	22.164.762	382.788.628

Objetivo

REQUALIFICAR IMÓVEIS VISANDO AO ATENDIMENTO HABITACIONAL ARTICULADO COM MELHORIAS URBANAS EM TRÊS FOCOS DE AÇÃO: REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS, MELHORIA EM CONJUNTOS HABITACIONAIS, NÚCLEOS E PEQUENAS REFORMAS EM MORADIAS. AS MODALIDADES DE ATENDIMENTO PREVISTAS: PROMOÇÃO DE HABITAÇÕES, AQUISIÇÃO, REFORMA DE EDIFÍCIOS, IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS URBANOS.

Justificativa

AS NECESSIDADES HABITACIONAIS SÃO DE 2.224.872 DOMICÍLIOS DEMANDANDO AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO DE MORADIA, SENDO: 21% (479.307) EM CORTIÇOS; 68% (1.551.803) COM ESPAÇO INSUFICIENTE OU CONGESTIONADOS; E 11% (193.766) EM CONJUNTOS HABITACIONAIS. CONCENTRA-SE NAS REGIÕES METROPOLITANAS, AGLOMERAÇÕES E CENTROS URBANOS.

Público Alvo

FAMÍLIAS COM RENDIMENTO MENSAL ENTRE UM E DEZ SALÁRIOS MÍNIMOS RESIDENTES EM ÁREAS URBANAS DEGRADADAS OU COM INFRA-ESTRUTURA INCOMPLETA, MORADORES EM CORTIÇOS, MORADORES EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DA SH/CDHU, NÚCLEOS HABITACIONAIS INDICADOS PELOS MUNICÍPIOS E MORADORES DE HABITAÇÕES POPULARES QUE DEMANDEM REFORMAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

PROPORÇÃO ANUAL DE FAMÍLIAS ATENDIDAS COM AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO TOTAL DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS COM NECESSIDADE DE REQUALIFICAÇÃO.

Mais recente Ao final do Plano

0,06 1,25

Ações	Meta do Período	Produto
ATUAÇÃO EM CORTIÇOS	3.000	UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES
CRÉDITO PARA REFORMA DE IMÓVEIS	10.000	CRÉDITOS CONCEDIDOS
MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS	974	NÚCLEOS HABITACIONAIS BENEFICIADOS

Programa**2510 URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.479.980.807
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		776.472.750
Demais Recursos		703.508.057
Total		1.479.980.807

Objetivo

ATUAR EM FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MORADIA, INTEGRAÇÃO URBANA E QUALIFICAÇÃO SÓCIOAMBIENTAL ARTICULADA AO DESENVOLVIMENTO URBANO. PREVÊ AÇÕES PARA: PROVISÃO DE MORADIAS, REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS DE ÁREAS DE RISCO OU DE INTERVENÇÃO PÚBLICA; IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

Justificativa

AS NECESSIDADES HABITACIONAIS INDICAM 1.242.891 DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, DEMANDANDO AÇÕES DE URBANIZAÇÃO. DESSES, 42% (516.962) ESTÃO EM FAVELAS E OS 58% (724.729) RESTANTES SÃO DOMICÍLIOS COM INFRA-ESTRUTURA IMPRÓPRIA, TODOS CONCENTRADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, SEGUIDA DAS DEMAIS REGIÕES METROPOLITANAS, AGLOMERAÇÕES E CENTROS URBANOS.

Público Alvo

FAMÍLIAS MORADORAS DE ÁREAS DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS A SEREM OBJETO DE URBANIZAÇÃO, RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E OBRAS PÚBLICAS DE ESTRUTURAÇÃO URBANA QUE CONSTITUEM DEMANDA DE INTERESSE SOCIAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO ANUAL DE FAMÍLIAS ATENDIDAS COM AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DO TOTAL DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM ÁREAS COM NECESSIDADE DE URBANIZAÇÃO	1,23	10,69

Ações	Meta do Período	Produto
OPERAÇÃO ÁGUAS ESPRAIADAS	1.100	FAMÍLIAS ATENDIDAS
REASSENTAMENTO HABITACIONAL	19.500	UNIDADES HABITACIONAIS ENTREGUES
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS	31.650	FAMÍLIAS ATENDIDAS
URBANIZAÇÃO PANTANAL	5.300	FAMÍLIAS ATENDIDAS
URBANIZAÇÃO PARAISÓPOLIS	1.600	FAMÍLIAS ATENDIDAS

Programa**3906 SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAS DE INTERESSE REGIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		287.638.256
Demais Recursos		391.793.290
Total		679.431.546

Objetivo

PLANEJAR, IMPLEMENTAR E COORDENAR AÇÕES INTEGRADAS DE MELHORIA, CONTROLE, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DOS MANANCIAS DE INTERESSE REGIONAL.

Justificativa

A CONTÍNUA EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE MANANCIAS DO ESTADO COLOCA EM RISCO A MANUTENÇÃO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DEVIDO A POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS.

Público Alvo

POPULAÇÃO ABASTECIDA PELAS ÁGUAS DAS ÁREAS DOS MANANCIAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	57	51
ÍNDICE DE PROTEÇÃO DA VIDA AQUÁTICA - IVA	6,4	3,4

Ações	Meta do Período	Produto
MANANCIAS DO ALTO TIETÊ	8.500	FAMÍLIAS ATENDIDAS
RECUPERAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA SERRA DO MAR	12.850	FAMÍLIAS ATENDIDAS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	27.816.885
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.408.841	44
Demais Recursos		26.408.000
Total	1.408.841	26.408.044

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	734	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	8.910	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	985.505
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	985.505	
Demais Recursos		
Total	985.505	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	193.469.615
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	189.116.614	4.353.001
Demais Recursos		
Total	189.116.614	4.353.001

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO ADMINISTRATIVO	7	UNIDADES ADMINISTRADAS
COORDENAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL - SEAQUA	12	ENTIDADES COORDENADAS

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	69.783.451
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	69.783.451	
Demais Recursos		
Total	69.783.451	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - CETESB	267	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**2602 EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	11.612.114
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	10.960.506	651.608
Demais Recursos		
Total	10.960.506	651.608

Objetivo

INCENTIVAR E PROMOVER A DEMOCRATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E A DIFUSÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS, METODOLOGIAS, CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; PLANEJAR E REALIZAR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL E A CAPACITAÇÃO TÉCNICA VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Justificativa

AS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL ESTABELECEM A OBRIGATORIEDADE DO PODER PÚBLICO EM PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA PARA A PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. A LEI Nº 9.795/99, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.281/02, INCUMBE OS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISNAMA A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADAS ÀS ATIVIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL.

Público Alvo

SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

PORCENTAGEM DO NÚMERO DE PARTICIPANTES EM RELAÇÃO AO NÚMERO PREVISTO

Mais recente

100

Ao final do Plano

100

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	199.735	PARTICIPANTES
MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1.083.064	USUÁRIOS DO ACERVO FÍSICO E DIGITAL
MUTIRÕES AMBIENTAIS	12	MUTIRÕES AMBIENTAIS REALIZADOS
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	130	TÍTULOS ELABORADOS, PRODUZIDOS E DISTRIBUÍDOS
PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAIS: GUARAPIR-BILLINGS-CANTAREIRA	430.000	PARTICIPANTES

Programa**2604 GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	1.261.250.390
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.140.154.366	121.096.024
Demais Recursos		
Total	1.140.154.366	121.096.024

Objetivo

ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO, EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO, DOS PADRÕES DE QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Justificativa

A POLUIÇÃO DAS ÁGUAS, DO AR E DO SOLO AFETA A SAÚDE, A SEGURANÇA E O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO, PORTANTO HÁ A NECESSIDADE DE SE ESTABELECEER A UTILIZAÇÃO ADEQUADA DOS RECURSOS NATURAIS. DIANTE DISSO, IMPÕE-SE O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E PROTEÇÃO DESSA POLUIÇÃO, VISANDO COMBATER O EFEITO NEGATIVO DESSSES FATORES NA QUALIDADE DO MEIO AMBIENT.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
INDICADOR DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS	80	85
MELHORIA DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO AR NO ESTADO DE SÃO PAULO MEDIANTE O INCREMENTO DO NÚMERO DE ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO AUTOMÁTICO DE POLUIÇÃO DO AR	33	43
MELHORIA DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS NO ESTADO DE SÃO PAULO MEDIANTE O INCREMENTO DO NÚMERO DE ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO AUTOMÁTICO DE POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	13	23

Ações	Meta do Período	Produto
ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS PÚBLICAS RELATIVAS À QUALIDADE AMBIENTAL	100 %	DEMANDA ATENDIDA
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL	40	RELATÓRIOS
FINANCIAMENTO DE PROJETOS AMBIENTAIS PELO FECOP	44	PROJETOS FINANCIADOS
INSPEÇÃO DE FONTES POLUIDORAS E DE ATIVIDADES DEGRADADORAS DO MEIO AMBIENTE	180.000	FONTES INSPECIONADAS
INVESTIMENTOS PARA A GESTÃO E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL	100 %	NECESSIDADES ATENDIDAS
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	166.375	LICENÇAS CONCEDIDAS
SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO ÀS ATIVIDADES DA CETESB	100 %	NECESSIDADES ATENDIDAS

Programa**2607 GESTÃO AMBIENTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	446.249.038
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	266.375.257	136.621.781
Demais Recursos		43.252.000
Total	266.375.257	179.873.781

Objetivo

PROMOVER A VALORIZAÇÃO DAS FLORESTAS E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DE AÇÕES QUE AGREGUEM VALOR AOS BENS E SERVIÇOS GERADOS PELA CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

Justificativa

O ESTADO POSSUI 3,4 MILHÕES DE HECTARES DE VEGETAÇÃO NATURAL. DESSE TOTAL, 1/4 ESTÁ SOB GESTÃO PÚBLICA NA FORMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. PARTE DESSES RECURSOS SÃO REMANESCENTES DE IMPORTANTES ECOSISTEMAS QUE NECESSITAM PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO, E CONTRIBUEM PARA A MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS QUE ÁREAS DESSA MAGNITUDE PROPICIAM PARA O MEIO AMBIENTE E PARA A SOCIEDADE.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM ROTINAS E PROCEDIMENTOS FORMAIS DE GESTÃO AMBIENTAL

Mais recente

93

Ao final do Plano

93

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA REGIÃO DA MATA ATLÂNTICA	6	PARQUES ESTADUAIS PARTICIPANTES DO PROJETO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17	UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS ATENDIDAS
GESTÃO DE PARQUES URBANOS	5	PARQUES URBANOS ATENDIDOS
GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	93	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GERENCIADAS
INVESTIDOR AMBIENTAL	0,13 R\$ bilhões	RECURSOS CAPTADOS
RECUPERAÇÃO DA SERRA DO MAR	315.000 ha	ÁREA CONSOLIDADA
TRILHAS DE SÃO PAULO - ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	12	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO INTEGRADAS AO PROJETO TRILHA DE SP

Programa**2608 PESQUISA AMBIENTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	209.024.537
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	196.483.674	12.540.863
Demais Recursos		
Total	196.483.674	12.540.863

Objetivo

DESENVOLVER PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS PARA SUBSIDIAR A GESTÃO AMBIENTAL DO ESTADO E PROTEGER E MANTER O JARDIM BOTÂNICO DE SÃO PAULO, AS RESERVAS BIOLÓGICAS, MUSEUS E COLEÇÕES CIENTÍFICAS.

Justificativa

É NECESSÁRIO DESENVOLVER O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA A GESTÃO DA BIODIVERSIDADE, PARA A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO, BEM COMO PARA CONCILIAR O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SEUS IMPACTOS COM A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Público Alvo

SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PARTICIPAÇÃO DE PESQUISADORES EM REUNIÕES CIENTÍFICAS POR ANO.	242	484

Ações	Meta do Período	Produto
AVALIAÇÃO E MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	146	MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM AVALIAÇÃO OU REDUÇÃO DOS RISCOS GEOLÓGICOS
CAPACITAÇÃO EM BIODIVERSIDADE VEGETAL E MEIO AMBIENTE	465	DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORADO
MANUTENÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO, RESERVAS BIOLÓGICAS E NÚCLEO CABOCLOS	5	UNIDADES CONSERVADAS
MANUTENÇÃO DOS HERBÁRIOS, COLEÇÕES E BIBLIOTECAS	118.750	AMOSTRAS INCORPORADAS E INFORMATIZADAS
PESQUISA AMBIENTAL E DIAGNÓSTICO DE RECURSOS NATURAIS	679	TRABALHOS PUBLICADOS E/OU APRESENTADOS

Programa**2609 PLANEJAMENTO AMBIENTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	19.368.079
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	17.847.661	1.520.418
Demais Recursos		
Total	17.847.661	1.520.418

Objetivo

ELABORAR E PROPOR PROJETOS E AÇÕES DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL VISANDO A GARANTIA E MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

HÁ A NECESSIDADE DE SE CONSOLIDAR AS AÇÕES DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA TÊ-LAS COMO SUBSÍDIO À ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE POSSAM PROMOVER A QUALIDADE AMBIENTAL DO ESTADO.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	100	100

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À IMPLANTAÇÃO DE PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20	PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IMPLANTADOS
CENÁRIOS AMBIENTAIS 2020	8	RELATÓRIOS EMITIDOS
LITORAL NORTE - AVALIAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA	11	RELATÓRIOS EMITIDOS
MUNICÍPIO VERDE - PROTOCOLO DE CONDUTA AMBIENTAL	645	PLANOS DE AÇÃO EXECUTADOS
SISTEMATIZAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	80	RELATÓRIOS

Programa**2610 PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	259.426.564
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	239.348.245	20.078.319
Demais Recursos		
Total	239.348.245	20.078.319

Objetivo

CONSERVAR E MANTER A BIODIVERSIDADE, MONITORANDO, FISCALIZANDO E PROTEGENDO OS RECURSOS NATURAIS.

Justificativa

O ESTADO DE SÃO PAULO POSSUI HOJE 13,7 % DE SEU TERRITÓRIO COM COBERTURA VEGETAL NATIVA, ESSA ÁREA PRECISA SER CONSERVADA, PROTEGIDA E AMPLIADA PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL.

Público Alvo

SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE INCREMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO	100	300
PERCENTUAL DE AREAS COM COBERTURA VEGETAL DE MATA CILIAR DEMARCADAS	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
DESMATAMENTO ZERO-CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA VEGETAÇÃO DO ESTADO	34.911	RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO DE VEGETAÇÃO
FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS	398.686	VISTORIAS DE FISCALIZAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	280.000 ha	ÁREA PROTEGIDA
MODERNIZAÇÃO DO ZOOLOGICO DE SÃO PAULO	100 %	INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA
PROMOÇÃO À RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILIARES EM TODO O ESTADO	1.700.000 ha	ÁREA DEMARCADA
PROTEÇÃO À FAUNA SILVESTRE	6.240	ANIMAIS MANEJADOS E RE-INTRODUZIDOS NO HABITAT NATURAL
SÃO PAULO AMIGO DA AMAZÔNIA	1.536	BLOQUEIOS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA
ZOOLOGICO DE SÃO PAULO - LAZER E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA TODOS	7.019.253	VISITANTES

Programa**2611 GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

Valor do Programa no Período	R\$	516.503.744
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	8.620.661	507.883.083
Demais Recursos		
Total	8.620.661	507.883.083

Objetivo

COORDENAR A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLEMENTAR AS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

Justificativa

O USO CRESCENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS AGRAVA SUA DISPONIBILIDADE E QUALIDADE, O QUE INTENSIFICA OS CONFLITOS ENTRE OS DIVERSOS USUÁRIOS. ASSIM SENDO É ESSENCIAL A SUA GESTÃO, A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS ESTABELECIDOS PELA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS A QUAL VISA ASSEGURAR O USO DA ÁGUA EM PADRÕES DE QUALIDADE E QUANTIDADE ADEQUADOS.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
CRESCIMENTO DOS USUÁRIOS QUE ACESSAM O SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - SIGRH	10	10
AUMENTO DE USUÁRIOS CADASTRADOS PARA A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA	1.343	26.000
RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS APRESENTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA DO COFEHIDRO E APROVADOS PELOS AGENTES TÉCNICOS DO FEHIDRO	85	90

Ações	Meta do Período	Produto
FINANCIAMENTO DE AÇÕES COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA - LEI 12.183/05	780	CONTRATOS ASSINADOS
IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	5	RELATÓRIOS PRODUZIDOS
PROTEÇÃO E GESTÃO DOS AQUÍFEROS DO ESTADO DE SÃO PAULO	22	RELATÓRIOS, DELIBERAÇÕES E RESOLUÇÕES ELABORADOS
SUPORTE AO FUNCIONAMENTO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - FEHIDRO	1.680	CONTRATOS ASSINADOS
SUPORTE AOS COLEGIADOS DO SIGRH - SIST. DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	119	EVENTOS REALIZADOS

Programa**2821 ECOPEFI - ECO-DESENVOLVIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA**

Valor do Programa no Período	R\$	4.542.444
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	3.692.444	850.000
Demais Recursos		
Total	3.692.444	850.000

Objetivo

OTIMIZAR INVESTIMENTOS E ESFORÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS, VISANDO A CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E AUTOSUSTENTABILIDADE DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA - PEFI, CUJA ÁREA É CONSIDERADA A MAIS RICA EM BIODIVERSIDADE E ÚNICO REMANESCENTE DE MATA ATLÂNTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

Justificativa

AS POTENCIALIDADES DO PARQUE ESTADUAL DAS FONTES DO IPIRANGA - PEFI NÃO ESTÃO SENDO APROVEITADAS EM FUNÇÃO DE PROBLEMAS QUE DIFICULTAM OU IMPEDEM O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS QUE VISAM TRANSFORMÁ-LO NUM LOCAL MELHOR UTILIZADO PELA POPULAÇÃO E COMUNIDADE CIENTÍFICA.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL E COMUNIDADE CIENTÍFICA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

NÚMERO DE VISITANTES

Mais recente **Ao final do Plano**

0 1.600.000

Ações	Meta do Período	Produto
IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO DE MANEJO DO PQ. EST. FONTES DO IPIRANGA - PEFI	100	ATIVIDADES IMPLEMENTADAS
MELHORIA E EXPANSÃO DAS VIAS DE ACESSO AO PARQUE EST. FONTES DO IPIRANGA - PEFI	100 %	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA
PROGRAMAÇÃO INTEGRADA DE ATIV. DE ECO-DESENV. NO PARQUE EST.FONT.IPIRANGA - PEFI	100	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL DO PARQUE EST.DAS FONTES DO IPIRANGA-PEFI	100 ha	ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Programa**3906 SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIASIS DE INTERESSE REGIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	44
Demais Recursos		
Total	44	44

Objetivo

PLANEJAR, IMPLEMENTAR E COORDENAR AÇÕES INTEGRADAS DE MELHORIA, CONTROLE, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DOS MANANCIASIS DE INTERESSE REGIONAL.

Justificativa

A CONTÍNUA EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE MANANCIASIS DO ESTADO COLOCA EM RISCO A MANUTENÇÃO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DEVIDO A POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS.

Público Alvo

POPULAÇÃO ABASTECIDA PELAS ÁGUAS DAS ÁREAS DOS MANANCIASIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	57	51
ÍNDICE DE PROTEÇÃO DA VIDA AQUÁTICA - IVA	6,4	3,4

Ações	Meta do Período	Produto
GESTÃO AMBIENTAL DOS MANANCIASIS DO ALTO TIETÊ	20	INTERVENÇÕES REALIZADAS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.805.210
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	805.166	1.000.044
Demais Recursos		
Total	805.166	1.000.044

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ACESSO À INTRAGOV	100 %	INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL ATUALIZADA
MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	100 %	INFRA-ESTRUTURA ATUALIZADA

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	4.344.052
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.344.052	
Demais Recursos		
Total	4.344.052	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	24	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**2701 DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	5.059.355.484	69.164.733
Demais Recursos		
Total	5.059.355.484	69.164.733

Objetivo

EXERCER AS FUNÇÕES DA INSTITUIÇÃO, NA DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, REGIME DEMOCRÁTICO E INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS, COM ATUAÇÃO NA ÁREA CRIMINAL, CIVIL E INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS, GARANTINDO O RESPEITO DOS PODERES PÚBLICOS, AOS DIREITOS GARANTIDOS CONSTITUCIONALMENTE, COM ÊNFASE NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS.

Justificativa

ATENDER AS DETERMINAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1989 E LEI COMPLEMENTAR Nº 734 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1993 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ATENDIMENTO AO PÚBLICO	Não Disponível	
FEITOS	Não Disponível	
VISITAS A ESTABELECIMENTOS	Não Disponível	

Ações	Meta do Período	Produto
APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	6	NOVAS INICIATIVAS
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO	200	CURSOS MINISTRADOS
DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS	408	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA, PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E GRUPOS DE ATUAÇÃO ESPECIAL
INFORMÁTICA - MINISTÉRIO PÚBLICO	408	UNIDADES INFORMATIZADAS
INFORMATIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	408	UNIDADES INFORMATIZADAS
INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	4	CONCURSOS REALIZADOS
MINISTÉRIO PÚBLICO - AQUISIÇÕES, OBRAS E INSTALAÇÕES	12	AQUISIÇÕES, CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES DE IMÓVEIS
REPARAÇÃO DE INTERESSES DIFUSOS LESADOS	7	INTERESSES DIFUSOS LESADOS REPARADOS

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	391.645.640
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	390.001.329	1.644.311
Demais Recursos		
Total	390.001.329	1.644.311

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO	2	AERONAVES MANTIDAS
ASSESSORAMENTO E COORDENAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA GOVERNAMENTAL	1	UNIDADE ADMINISTRADA
DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR - GOVERNADOR	12	REPRESENTAÇÕES
DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR - VICE-GOVERNADOR	12	REPRESENTAÇÕES
FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLV.SOCIAL E CULTURAL DO EST.S.P	5	UNIDADES ADMINISTRADAS
MANUTENÇÃO DOS PALÁCIOS DO GOVERNO E ANEXOS	6	IMÓVEIS MANTIDOS
OBRAS E REFORMAS DOS PALÁCIOS DO GOVERNO E ANEXOS	20	SERVIÇOS REALIZADOS
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CASA CIVIL	5	UNIDADES ADMINISTRADAS
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA CASA MILITAR	3	UNIDADES ADMINISTRADAS
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS PALÁCIOS DO GOVERNO E ANEXOS	22	UNIDADES ATENDIDAS
SUPORTE AOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO	2.931	HORAS DE VÔO

Programa**2801 PREVINE SÃO PAULO - DEFESA CIVIL**

Valor do Programa no Período	R\$	57.400.820
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	13.960.305	43.440.515
Demais Recursos		
Total	13.960.305	43.440.515

Objetivo

REALIZAR AÇÕES DE PLANEJAMENTO, DE PREVENÇÃO, DE PREPARAÇÃO, DE RECUPERAÇÃO E DE RESPOSTA IMEDIATA ÀS SITUAÇÕES RESULTANTES DE EVENTOS ADVERSOS, NATURAIS OU PROVOCADOS PELO HOMEM, COMO FORMA DE EVITAR A OCORRÊNCIA DE DESASTRES OU MINIMIZAR SEUS EFEITOS, MELHORANDO SUA QUALIDADE DE VIDA, PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE E GARANTINDO A SEGURANÇA PÚBLICA.

Justificativa

O CRESCIMENTO URBANO DESORDENADO E O AUMENTO DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA POTENCIALIZAM A VULNERABILIDADE DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS, A OCORRÊNCIA DE DESASTRES NATURAIS, HUMANOS OU MISTOS, PROVOCANDO PREJUÍZOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AO MEIO AMBIENTE, CAUSANDO SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NOS ASPECTOS DA ORDEM PÚBLICA (TRANQUILIDADE, SALUBRIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA).

Público Alvo

O PROGRAMA ATENDERÁ OS 645 MUNICÍPIOS PAULISTAS, ATENDENDO SUAS POPULAÇÕES, INDEPENDENTE DE SUA FAIXA ETÁRIA OU DA CLASSE SOCIAL A QUE PERTENÇAM, PROPICIANDO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS, BENEFICIANDO, POTENCIALMENTE, 40 MILHÕES DE PESSOAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
INTERVENÇÕES RECUPERATIVAS DE DEFESA CIVIL	163	220
PESSOAS ASSISTIDAS EMERGENCIALMENTE	44.012	24.000
ÁREAS DE RISCO MAPEADAS	21	200
BOLETINS CLIMÁTICOS DA CEDEC	0	4.500
INTERVENÇÕES PREVENTIVAS DE DEFESA CIVIL	0	80
PESSOAS CAPACITADAS	4.022	8.000
ENSINO DE DEFESA CIVIL A MUNICÍPIOS	642	120
PESSOAS ASSISTIDAS NO PROJETO SERRA DO MAR	0	4.000

Ações	Meta do Período	Produto
COLMÉIA DO SABER - ENSINANDO DEFESA CIVIL	8.000	PESSOAS CAPACITADAS
CONHECENDO O PERIGO - PREVENINDO AMEAÇAS MÚLTIPLAS	200	ÁREAS DE RISCO MAPEADAS
DEFESA CIVIL E REVITALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - SERRA DO MAR	4.000	PESSOAS ASSISTIDAS
RECONSTRUINDO A VIDA - RECUPERANDO ÁREAS AFETADAS	220	CONVÊNIO CELEBRADOS
S.O.S. DESASTRE - ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E EMERGENCIAL	24.000	PESSOAS ASSISTIDAS

Programa**2803 GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO**

Valor do Programa no Período	R\$	10.971.771
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	10.971.771	
Demais Recursos		
Total	10.971.771	

Objetivo

DOTAR O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO DE FERRAMENTAS QUE PERMITAM UMA ATUAÇÃO FORTE, COMPETENTE E ESTRATÉGICA E UMA MELHORIA VISÍVEL DE SEU DESEMPENHO.

Justificativa

CRESCEM AS DEMANDAS POR MAIS E MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS. MAIOR AGILIDADE E EFICIÊNCIA IMPACTAM FORTEMENTE SOBRE OS RESULTADOS DO GOVERNO E EMPRESAS. A TRANSPARÊNCIA AMPLIA CREDIBILIDADE JUNTO AOS INVESTIDORES E CIDADÃOS.

Público Alvo

TUDO O GOVERNO E A SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

SECRETARIAS MONITORADAS

Mais recente

17

Ao final do Plano

17

Ações	Meta do Período	Produto
ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE AÇÕES DE GOVERNO	17	SECRETARIAS MONITORADAS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	8	PROJETOS DESENVOLVIDOS
INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DO ESTADO	8	PROJETOS DESENVOLVIDOS

Programa**2822 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL**

Valor do Programa no Período	R\$	21.179.589
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	5.156.667	16.022.922
Demais Recursos		
Total	5.156.667	16.022.922

Objetivo

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS E COMUNIDADES CARENTES, ATRAVÉS DA FORMULAÇÃO, COORDENAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES PROMOTORAS DO EXERCÍCIO SUSTENTÁVEL DE ATIVIDADES GERADORAS DE TRABALHO E RENDA.

Justificativa

PARCELA EXPRESSIVA DA POPULAÇÃO ENCONTRA-SE INCAPACITADA DE OBTER RENDA PRÓPRIA PARA SATISFAZER SUAS NECESSIDADES BÁSICAS. O FUNDO DE SOLIDARIEDADE ELABORA E IMPLEMENTA AÇÕES VOLTADAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE VIVE NESTA SITUAÇÃO DECORRENTE DA POBREZA, PRIVAÇÃO E/OU FRAGILIZAÇÃO DE VÍNCULOS RELACIONAIS E DE PERTENCIMENTO SOCIAL.

Público Alvo

MULHERES; IDOSOS; FAMÍLIAS; COMUNIDADES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO.	80	100
PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES ATENDIDAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ENTIDADES CADASTRADAS NO FUNDO DE SOLIDARIEDADE E FUNDOS MUNICIPAIS.	90	100
PERCENTUAL DE PESSOAS CAPACITADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PESSOAS INDICADAS PELAS ENTIDADES CADASTRADAS NO FUNDO DE SOLIDARIEDADE	100	100

Ações	Meta do Período	Produto
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE	4	AÇÕES MONITORADAS
ALIMENTAÇÃO PARA A SAÚDE	100 %	PROJETO IMPLANTADO
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS DOS FUNDOS MUNICIPAIS	1.030	CONVÊNIOS FIRMADOS
CAPACITAÇÃO PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RENDA	3.000	PESSOAS CAPACITADAS
CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE GESTORES SOCIAIS	2.000	PROFISSIONAIS FORMADOS
DISTRIBUIÇÃO DE BENS SERVÍVEIS AOS FUNDOS MUNICIPAIS E ENTIDADES SOCIAIS	2.440	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
PEDALANDO E APRENDENDO	1.152	JOVENS CAPACITADOS
VERDE É VIDA EM ESPAÇOS URBANOS	4	ESTUDOS REALIZADOS

Programa**2823 SISTEMA ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO**

Valor do Programa no Período	R\$	13.162.562
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	13.162.476	86
Demais Recursos		
Total	13.162.476	86

Objetivo

FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO MEDIANTE A REORGANIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMAÇÕES QUE PERMITAM A REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS INTELIGENTES E A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E OPERACIONAL, MAIS CRITERIOSAS E EFICIENTES (ART. 32 DA CONST. ESTADUAL).

Justificativa

O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO CARECE DE UMA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO MAIS EFICIENTE, QUE INTEGRE INICIATIVAS, ATUALMENTE ESPARSAS, E OS DIVERSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE GESTÃO PÚBLICA EXISTENTES; FORNECENDO UMA BASE DE DADOS COMPLETA QUE SUPORE AS AÇÕES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO POR PARTE DA CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ÓRGÃOS DE CONTROLE DO ESTADO.

Público Alvo

ORGANIZAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
REDUÇÃO DO TEMPO PROCESSUAL DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES	0	25
AUMENTO DO ÍNDICE DE CONTRATOS FIRMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL MONITORADOS	0	100
AUMENTO DO ÍNDICE DE VALORES CONTRATADOS MONITORADOS	0	100
ECONOMICIDADE EM PERCENTUAL	0	20
IMPACTO ECONÔMICO DAS AUDITORIAS	2.500.000	3.000.000
IMPACTO ECONÔMICO DAS AUDITORIAS/REALIZAÇÕES DE GOVERNO	0	10
IMPACTO ECONÔMICO - REVISÃO CONTRATUAL	0,3	1

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO ADMINISTRATIVO ÀS AÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	1	UNIDADE ADMINISTRADA
CRIAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR	100 %	SISTEMA IMPLANTADO
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE AUDITORIA ELETRÔNICA	100 %	SISTEMA DE AUDITORIA ELETRÔNICA IMPLEMENTADO
SISTEMA DE PARÂMETROS PARA CONTROLE DO ABSENTEÍSMO	100 %	SISTEMA IMPLEMENTADO
SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	100 %	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS IMPLANTADO

Programa**2824 ARQUIVO DO ESTADO - MEMÓRIA E GESTÃO DOCUMENTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	27.047.007
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	6.047.007	21.000.000
Demais Recursos		
Total	6.047.007	21.000.000

Objetivo

CUMPRIR OS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DE GESTÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO À DOCUMENTAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa

CONDIÇÕES INADEQUADAS PARA ADMINISTRAR, RECOLHER E PRESERVAR DOCUMENTOS PÚBLICOS.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE INCREMENTO DO ACERVO PRESERVADO	0	25

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE GUARDA DE ACERVO	19.000 m ²	ÁREA AMPLIADA
ASSISTÊNCIA AOS ARQUIVOS MUNICIPAIS	160	MUNICÍPIOS ASSISTIDOS
ENSINO E MEMÓRIA	496.003	PÚBLICO ATENDIDO
GESTÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	74	UNIDADE ATENDIDA
MEMÓRIA PAULISTA: PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL	1.138 m	ACERVOS PRESERVADOS

Programa**3513 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Valor do Programa no Período	R\$	5.134.460
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	5.134.460	
Demais Recursos		
Total	5.134.460	

Objetivo

CONCEDER APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A MUNICÍPIOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, GARANTINDO-LHES CONDIÇÕES MÍNIMAS DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS À SOBREVIVÊNCIA.

Justificativa

NECESSIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL. OS SERVIÇOS OFERTADOS RECAEM NO BINÔMIO FAMÍLIA/COMUNIDADE NA ARTICULAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL, PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÃO, SERVIÇOS DE CONTRATURNO ESCOLAR.

Público Alvo

FAMÍLIAS, JOVENS E ADULTOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS E PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

Mais recente **Ao final do Plano**

PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO	100	100
PERCENTUAL DE PESSOAS ATENDIDAS ATRAVÉS DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ATENDIMENTOS PREVISTOS	100	100

Ações

Meta do Período

Produto

CASA DA SOLIDARIEDADE - ATIVIDADES DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	660	CRIANÇAS E ADOLESCENTES ASSISTIDOS
--	-----	------------------------------------

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	50.324.442
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	49.824.398	500.044
Demais Recursos		
Total	49.824.398	500.044

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	900	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.100	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	2.704.033
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.704.033	
Demais Recursos		
Total	2.704.033	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**2901 PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Valor do Programa no Período	R\$	17.339.151
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	17.339.151	
Demais Recursos		
Total	17.339.151	

Objetivo

OBTER MECANISMOS EFICAZES QUE GARANTAM A QUALIDADE DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ANUAIS E DAS CORRESPONDENTES DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

Justificativa

COMPETE AO PODER EXECUTIVO IMPLANTAR E MANTER FERRAMENTAS DE GESTÃO NECESSÁRIAS AO ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: O PLANO PLURIANUAL - PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL -LOA. PARA TANTO É MISTER O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, PROCEDIMENTOS E METODOLOGIAS ESPECÍFICAS.

Público Alvo

ÓRGÃOS E ENTIDADES DOS PODERES DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE ADERÊNCIA ENTRE O ORÇAMENTO PREVISTO E O ORÇAMENTO REALIZADO	Não Disponível	

Ações	Meta do Período	Produto
ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO	8	LDO E ORÇAMENTOS ELABORADOS E ACOMPANHADOS
ESTUDOS E PESQUISAS PARA O ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	48	RELATÓRIOS EMITIDOS

Programa**2903 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS**

Valor do Programa no Período	R\$	135.441.657
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	131.141.046	4.300.611
Demais Recursos		
Total	131.141.046	4.300.611

Objetivo

PROMOVER A QUALIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL QUE RESULTE EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MAIS EFICIENTES E EFICAZES, AMPLIANDO A SUA EFETIVIDADE.

Justificativa

AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS REQUEREM, PARA O MELHOR DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, O ASSESSORAMENTO NA RESOLUÇÃO DE QUESTÕES CONTÁBEIS, ORÇAMENTÁRIAS, TÉCNICAS, JURÍDICAS, ADMINISTRATIVAS E SOCIAIS.

Público Alvo

PREFEITOS, VEREADORES, SERVIDORES MUNICIPAIS E AGENTES PÚBLICOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
MUNICÍPIOS ATENDIDOS ATRAVÉS DE PROJETOS E PROGRAMAS/ANO.	320	388
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS POR MEIO DE CONSULTORIAS PÚBLICAS/ANO.	82	75
IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO: SEMINÁRIOS, CURSOS DE CURTA DURAÇÃO E REGULARES, E DE ENSINO À DISTÂNCIA/ANO.	5.158	4.400
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM	1	1

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM	1	UNIDADE ADMINISTRADA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS	1.552	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS	17.600	AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS
SUORTE À IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS	300	CONSULTORIAS REALIZADAS

Programa**2906 SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	10.305.942
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	10.305.898	44
Demais Recursos		
Total	10.305.898	44

Objetivo

DESENVOLVER E CONSOLIDAR UM SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO, QUE POSSIBILITE, COM BASE NO PLANO PLURIANUAL, O CUMPRIMENTO DOS PLANOS, DAS DIRETRIZES E METAS DO GOVERNO, SEU MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

Justificativa

A AUSÊNCIA CULTURAL DE PLANEJAMENTO PÚBLICO EXIGE DA SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO UMA ATUAÇÃO CONSTANTE DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS SETORIAIS. A ESTRUTURAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO EXIGE A DISPONIBILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS QUE GARANTAM A SUA INTEGRAÇÃO, DE MODO QUE, OS PROGRAMAS E AÇÕES DO GOVERNO, POSSAM SER ACOMPANHADOS E AVALIADOS DE FORMA SISTEMÁTICA E CONSISTENTE.

Público Alvo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

PERCENTUAL DE NOVAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO IMPLANTADAS.

Mais recente **Ao final do Plano**

0 100

Ações	Meta do Período	Produto
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	100 %	MODELO IMPLANTADO
CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO	400	AGENTES CAPACITADOS
ELABORAÇÃO, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PPA - PLANO PLURIANUAL	5	DOCUMENTOS PERIÓDICOS
GERENCIAMENTO INTENSIVO DE PROGRAMAS OU AÇÕES PRIORITÁRIOS	50	AÇÕES PRIORITÁRIAS GERENCIADAS
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES DO PPA - PLANO PLURIANUAL	200	PROGRAMAS MONITORADOS
REESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO	100 %	PROCESSO DE PLANEJAMENTO REESTRUTURADO

Programa**2909 GESTÃO EM ECONOMIA E PLANEJAMENTO**

Valor do Programa no Período	R\$	240.502.795
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	197.062.258	43.440.537
Demais Recursos		
Total	197.062.258	43.440.537

Objetivo

APOIAR, ADMINISTRATIVAMENTE, O DESEMPENHO DA SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO NO CUMPRIMENTO DE SUA MISSÃO COMO ORGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E DE FORMULADOR DE POLITICAS PUBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO.

Justificativa

NECESSIDADE DE FORTALECER A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, QUE PRIVILEGIE A ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E ASSEGURE A INTEGRAÇÃO NECESSÁRIA DOS INSTRUMENTOS - PLANO PLURIANUAL, DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ORÇAMENTOS ANUAIS, EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DO GOVERNO.

Público Alvo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
UNIDADES ADMINISTRADAS MANTIDAS	18	18
RELATÓRIOS EMITIDOS	1.091	1.280
EDIFÍCIOS DO PROJETO C.I.D.A.D.E MANTIDOS	0	6
SISTEMAS DE INFORMATIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ATUALIZADOS	9	9

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	18	UNIDADES ADMINISTRADAS
ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	1.280	RELATÓRIOS EMITIDOS
APOIO À ADMINISTRAÇÃO DOS EDIFÍCIOS CIDADE-CENTRO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO	6	UNIDADES MANTIDAS
INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO	9	SISTEMAS ATUALIZADOS

Programa**2913 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	1.033.521.137
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	16.578.595	1.016.942.542
Demais Recursos		
Total	16.578.595	1.016.942.542

Objetivo

FOMENTAR, FINANCIAR E APOIAR AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO INTEGRADO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS E METROPOLITANAS.

Justificativa

VIABILIZAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES REGIONAIS E METROPOLITANOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.

Público Alvo

GOVERNO, PREFEITURAS E POPULAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS E METROPOLITANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
MUNICÍPIOS NOS GRUPOS 4 E 5 DO IPRS	297	282

Ações	Meta do Período	Produto
ARTICULAÇÃO MUNICIPAL E CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS	2.400	CONVÊNIOS FIRMADOS
FINANCIAMENTO PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	8	PROJETOS FINANCIADOS
PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	28	PROJETOS ELABORADOS
PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA	48	PROJETOS ELABORADOS
PROJETOS DO FUNDO DE MELHORIA DAS ESTÂNCIAS	67	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
PROJETOS DO FUNDO METROPOLITANO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	15	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS

Programa**2014 PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO REGIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	153.141.536
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	149.706.609	3.434.927
Demais Recursos		
Total	149.706.609	3.434.927

Objetivo

ARTICULAR PLANOS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E METROPOLITANO.

Justificativa

ARTICULAÇÃO, INTEGRAÇÃO, E INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO, NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS E METROPOLITANAS.

Público Alvo

GOVERNO, PREFEITURAS E POPULAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS E METROPOLITANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
MUNICÍPIOS NOS GRUPOS 4 E 5 DO IPRS	297	282

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA AGEM - AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	1	UNIDADE ADMINISTRADA
ADMINISTRAÇÃO DA AGEMCAMP - AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS	1	UNIDADE ADMINISTRADA
ADMINISTRAÇÃO DA EMPLASA - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO	1	UNIDADE ADMINISTRADA
APOIO À REQUALIFICAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO AMBIENTE URBANO METROPOLITANO	4	ESTUDOS REALIZADOS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA	28	PROJETOS ESTABELECIDOS
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE METROPOLITANO DE CAMPINAS	4	PROJETOS ESTABELECIDOS.
EDIÇÃO DE BOLETINS REGIONAIS	7	BOLETINS EDITADOS
ESTUDOS DE APOIO AO PROJETO DE GEOREFERENCIAMENTO DE CAMPINAS	4	ESTUDOS ELABORADOS
ESTUDOS SUBSIDIÁRIOS AO PLANEJAMENTO METROPOLITANO E TERRITORIAL	12	RELATÓRIOS EMITIDOS
MONITORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	4	RELATÓRIOS EMITIDOS
ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO REGIONAL	4	AÇÕES DESENVOLVIDAS
PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS INTERNACIONAIS SOBRE CIDADES MUNDIAIS E MEGACIDADES	4	PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS
PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	4	ESTUDOS REALIZADOS

Programa**2915 GESTÃO DE INVESTIMENTOS EM PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLV.**

Valor do Programa no Período		R\$	5.451.828
	Correntes		Capital
Recursos Orçamentários	5.451.828		
Demais Recursos			
Total	5.451.828		

Objetivo

FORNECER DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO E COORDENAR A EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE FORMA INTEGRADA.

Justificativa

AJUSTE DE DIRECIONAMENTO E ALINHAMENTO COM AS ESTRATÉGIAS TRAÇADAS PELO CONSELHO DIRETOR DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO - PED E PELO CONSELHO GESTOR DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - PPP, ESTABELECIDO PRINCÍPIOS ÚNICOS DE GESTÃO E RESPONSABILIDADE NA IMPLANTAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E EMPRESAS PÚBLICAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA CAPTAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	16	ESTRUTURA DE COBERTURA FINANCEIRA ESTABELECIDA
ESTRUTURAÇÃO DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INFRA-ESTRUTURA E DESENV. SOCIAL	1	QUADRO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS ESTABELECIDOS
ESTUDOS DE MODELAGEM DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA PROJETOS PRIORITÁRIOS	15	PROJETOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA AVALIADOS
SISTEMA DE MONITORAMENTO DA CARTEIRA DE PROJETOS PRIORITÁRIOS	1	SISTEMA DE MONITORAMENTO IMPLANTADO

Programa**2916 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS SOCIOECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS**

Valor do Programa no Período	R\$	215.540.374
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	213.105.969	2.434.405
Demais Recursos		
Total	213.105.969	2.434.405

Objetivo

PRODUZIR E DISSEMINAR INFORMAÇÕES E ANÁLISE DE DADOS SOCIOECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS PARA A FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PARA A CONSTRUÇÃO DE DIAGNÓSTICOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PAULISTA.

Justificativa

O ESTADO E A SOCIEDADE NECESSITAM DE BASES DE DADOS SOCIOECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS PARA SUBSIDIAR AÇÕES DE PLANEJAMENTO, PRODUÇÃO DE ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS, GERENCIAMENTO E TOMADAS DE DECISÕES, ASSIM COMO, O DESENHO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PAULISTA, GOVERNO FEDERAL, OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, UNIVERSIDADES, PESQUISADORES, EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS E O CONJUNTO DA SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÁREA MAPEADA EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL DO ESTADO.	8,2	10,9
NÚMERO DE ESTUDOS METODOLÓGICOS EM RELAÇÃO À PROPOSTA DO PERÍODO.	10	100
SERVIÇOS PRESTADOS EM RELAÇÃO À DEMANDA ESTIMADA.	794	860
PORCENTAGEM DO SISTEMA IMPLANTADO	0,41	100
BASES DE DADOS PRODUZIDAS/ATUALIZADAS	19	169
ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS SEADE	2	16
SISTEMAS DE INDICADORES PRODUZIDOS	4	86
UNIDADE ADMINISTRADA	1	1

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO SEADE - SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS	1	UNIDADES ADMINISTRADAS
ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	100 %	BASE CARTOGRÁFICA REALIZADA
DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PARA O PLANEJAMENTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS	100 %	BANCO DE DADOS IMPLANTADO
DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO E TECNOLÓGICO EM GEOPROCESSAMENTO	100 %	ESTUDOS METODOLÓGICOS DESENVOLVIDOS
DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	3.944.850	INFORMAÇÕES DISSEMINADAS
NORMATIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS	2	DOCUMENTOS NORMATIVOS ELABORADOS
ORGANIZAÇÃO DE BASES E BANCOS DE DADOS SECUNDÁRIOS E REGISTROS ADMINISTRATIVOS	16	BANCOS DE DADOS ORGANIZADOS
ORGANIZAÇÃO DO QUADRO TERRITORIAL - ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO	860	INFORMAÇÕES TÉCNICAS
PLANO CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	700	MAPAS TOPOGRÁFICOS E TEMÁTICOS

Ações	Meta do Período	Produto
PRODUÇÃO DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS	86	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS PRODUZIDOS
REALIZAÇÃO DE PESQUISAS PRIMÁRIAS DE NATUREZA SOCIOECONÔMICA	169	BASES DE DADOS
SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA O PLANEJAMENTO METROPOLITANO - SIGPLAM	100 %	UNIDADES OPERACIONAIS IMPLANTADAS

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	216.336.207
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	216.335.685	522
Demais Recursos		
Total	216.335.685	522

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO ADMINISTRATIVO	31	UNIDADES ADMINISTRADAS

Programa**3511 CAPACITAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	3.157.574
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	3.157.574	
Demais Recursos		
Total	3.157.574	

Objetivo

PRODUZIR E DIFUNDIR CONHECIMENTOS, DESENVOLVER HABILIDADES E COMPETÊNCIAS POR MEIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESCENTRALIZADA COM A FINALIDADE DE APERFEIÇOAR E AVALIAR A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Justificativa

AO SE CONSIDERAR A NORMA OPERACIONAL BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A DOS RECURSOS HUMANOS CABE AO ESTADO CAPACITAR OS ATORES SOCIAIS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS E A SOCIEDADE CÍVIL ORGANIZADA, RESPEITANDO AS DIVERSIDADES E ESPECIFICIDADES REGIONAIS.

Público Alvo

GESTORES MUNICIPAIS; TÉCNICOS DA SEADS; TÉCNICOS DAS PREFEITURAS E ENTIDADES SOCIAIS; CONSELHEIROS MUNICIPAIS E ESTADUAIS; AGENTES MULTIPLICADORES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO.	100	100
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS: GESTORES, TÉCNICOS E CONSELHEIROS.	3.640	19.348

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO DE ATORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.218	ATORES CAPACITADOS
CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS ATORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	645	MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Programa**3512 INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOCIAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	22.355.936
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	22.355.936	
Demais Recursos		
Total	22.355.936	

Objetivo

REGISTRAR, MONITORAR E AVALIAR OS PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DO ESTADO, DANDO CONHECIMENTO AO GOVERNO E À SOCIEDADE SOBRE SEUS RESULTADOS E IMPACTOS JUNTO À POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA.

Justificativa

O SISTEMA PRÓ-SOCIAL INCLUI UM CONJUNTO DE CADASTROS SOBRE INSTITUIÇÕES, BENEFICIÁRIOS E AÇÕES SOCIAIS NO ESTADO. JUSTIFICA-SE MANTÊ-LO E APRIMORÁ-LO, EM ESTREITA LIGAÇÃO COM AÇÕES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL, COM VISTAS A CONHECER A EFICIÊNCIA, A EFICÁCIA E A EFETIVIDADE DO GASTO SOCIAL.

Público Alvo

GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS; INSTITUIÇÕES SOCIAIS; SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PROPORÇÃO DE BENEFICIÁRIOS CADASTRADOS NO PRÓ-SOCIAL	76	100
PROPORÇÃO DE PROGRAMAS CADASTRADOS NO PRÓ-SOCIAL	44,67	100
PROPORÇÃO DE INSTITUIÇÕES CADASTRADAS NO PRÓ-SOCIAL	81,43	100

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS -PRÓ-SOCIAL	100	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DESENVOLVIDOS
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	8	RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO
PROJETO AVALIAÇÃO E APRIMORAMENTO DA POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO	100	MÓDULOS DESENVOLVIDOS

Programa**3513 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Valor do Programa no Período	R\$	254.558.899
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	254.158.682	400.217
Demais Recursos		
Total	254.158.682	400.217

Objetivo

CONCEDER APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A MUNICÍPIOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, GARANTINDO-LHES CONDIÇÕES MÍNIMAS DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS À SOBREVIVÊNCIA.

Justificativa

NECESSIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO AOS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL. OS SERVIÇOS OFERTADOS RECAEM NO BINÔMIO FAMÍLIA/COMUNIDADE NA ARTICULAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL, PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÃO, SERVIÇOS DE CONTRATURNO ESCOLAR.

Público Alvo

FAMÍLIAS, JOVENS E ADULTOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS E PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO	100	100
PERCENTUAL DE PESSOAS ATENDIDAS ATRAVÉS DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ATENDIMENTOS PREVISTOS	100	100

Ações	Meta do Período	Produto
ATENÇÃO BÁSICA	1.762.994	PESSOAS ATENDIDAS
ATIVIDADES DE PREVENÇÃO A SITUAÇÕES DE RISCO PESSOAL E SOCIAL	55.133	PESSOAS ATENDIDAS
IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	1.200	EQUIPAMENTOS IMPLANTADOS

Programa**3514 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	286.576.070
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	286.175.853	400.217
Demais Recursos		
Total	286.175.853	400.217

Objetivo

APOIAR TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE OS MUNICÍPIOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.

Justificativa

PROTEÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, VULNERÁVEIS AO ABANDONO, A PRIVAÇÃO, A PERDA DE VÍNCULOS FAMILIARES, A BAIXA ESCOLARIDADE, AO TRABALHO INFANTIL, A DROGADIÇÃO, A EXPLORAÇÃO SEXUAL, A VIOLÊNCIA, A DELINQUÊNCIA E A GRAVIDEZ. OFERTA DE ACOLHIMENTO, ABRIGAMENTO E PROCESSOS PSICOSOCIAIS VOLTADOS À REINserÇÃO SOCIAL.

Público Alvo

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE DESAMPARO E EXCLUSÃO SOCIAL: CRIANÇAS E ADOLESCENTES; IDOSOS; PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA; MIGRANTES; MORADORES DE RUA.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DO ESTADO	100	100
PERCENTUAL DE PESSOAS ATENDIDAS PELAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL EM RELAÇÃO AO PREVISTO.	100	100

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO TÉCNICO OPERACIONAL À EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE	33	CONVENIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES SOCIAIS
ATENÇÃO ESPECIAL	357.900	PESSOAS ATENDIDAS
CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS	40	EQUIPAMENTOS IMPLANTADOS

Programa**3515 REDE SOCIAL SÃO PAULO**

Valor do Programa no Período	R\$	4.651.884
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.651.884	
Demais Recursos		
Total	4.651.884	

Objetivo

CONTRIBUIR PARA A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, ARTICULANDO GOVERNOS, EMPRESAS E SOCIEDADE CIVIL, VISANDO APRIMORAR E FORTALECER OS SISTEMAS DE REDES NA CONSTRUÇÃO DO BEM COMUM.

Justificativa

A DIVERSIDADE DAS FORMAS DE POBREZA, DESTITUIÇÃO DE DIREITOS E VULNERABILIDADE SOCIAL REQUEREM UMA FLEXIBILIDADE DE RESPOSTA QUE O SETOR PÚBLICO NÃO TEM. SÓ A PARCERIA ENTRE O GOVERNO, EMPRESARIADO E O TERCEIRO SETOR É CAPAZ DE AUMENTAR A EFICIÊNCIA DAS INICIATIVAS QUE, AO ATENDER OS MAIS POBRES E VULNERÁVEIS, CONTRIBUA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Público Alvo

SETORES MAIS FRÁGEIS DA SOCIEDADE NO ESTADO DE SÃO PAULO, ENGLOBANDO TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS NOS SEGMENTOS: CRIANÇA, ADOLESCENTE, ADULTO E IDOSOS.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES NOS EVENTOS REALIZADOS PELA REDE SOCIAL	16.938	20.000
PROPORÇÃO DE PARCEIROS DOS SETORES GOVERNAMENTAL, PRIVADO E DA SOCIEDADE CIVIL ARTICULADOS NA REDE SOCIAL	38	100

Ações	Meta do Período	Produto
APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS	25.000	ATORES CAPACITADOS
PORTAL DA REDE SOCIAL SÃO PAULO	4.000	ATORES SOCIAIS CADASTRADOS

Programa**3516 FAMÍLIA CIDADÃ - AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS**

Valor do Programa no Período	R\$	903.554.023
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	903.554.023	
Demais Recursos		
Total	903.554.023	

Objetivo

ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA, COM AÇÕES ARTICULADAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR, PROMOÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO INFANTIL.

Justificativa

DOTAR DE MAIOR EFETIVIDADE A INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM DIVERSAS AÇÕES CONJUGADAS SOBRE UM MESMO PÚBLICO ALVO, PARTINDO DO PRINCÍPIO QUE A SUPERAÇÃO DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL REQUER, ALÉM DA TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DE RENDA, AÇÕES ARTICULADAS E COMPLEMENTARES QUE POSSIBILITEM O ROMPIMENTO DO CÍRCULO VIRTUOSO DA POBREZA.

Público Alvo

FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELAS AÇÕES SOCIAIS INTEGRADAS DO PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÃO JOVEM	368.624	JOVENS ATENDIDOS
CENTRO DE ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	3.000.000	PESSOAS ENCAMINHADAS
GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	17.500	BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS
RENDA CIDADÃ	240.000	FAMÍLIAS ATENDIDAS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	2.211.486
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.711.486	500.000
Demais Recursos		
Total	1.711.486	500.000

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
GERENCIAMENTO E MODERNIZAÇÃO DE REC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	100 %	RECURSOS DE TIC ATUALIZADOS

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	
Demais Recursos		
Total	44	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.061.712.486
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	173.859.601	887.852.885
Demais Recursos		
Total	173.859.601	887.852.885

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DA DÍVIDA DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM		
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	7.865.518
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	7.865.518	
Demais Recursos		
Total	7.865.518	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - METRÔ	29	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**3703 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRANSPORTE METROPOLITANO - PITU VIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	181.986.600
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	180.986.600	1.000.000
Demais Recursos		
Total	180.986.600	1.000.000

Objetivo

GARANTIR O TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO À POPULAÇÃO, POR MEIO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, EXECUÇÃO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE EFICIENTE E SUSTENTÁVEL ECONÔMICA, AMBIENTAL E SOCIALMENTE.

Justificativa

A NECESSIDADE DE PROVER AS RMS DO ESTADO DE SP PAULO DE QUALIDADE DE VIDA E COMPETITIVIDADE, EXIGE QUE AÇÕES DE GOVERNO PARA O TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO SEJAM INTEGRADAS E COERENTES, PARA GARANTIR O MÁXIMO APROVEITAMENTO DA AÇÃO E DOS RECURSOS DAS EMPRESAS, VINCULADAS À STM, RESPONSÁVEIS POR ESTE TRANSPORTE BEM COMO ATRAIR A PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NOS EMPREENDIMENTOS.

Público Alvo

POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Abrangência Espacial

REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA	REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
---	-------------------------------------	--------------------------------------

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE GERAL DA IMAGEM DO TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO NAS REGIÕES METROPOLITANAS	80	86,4
BENEFÍCIOS ADICIONAIS GERADOS ANUALMENTE PELA MELHORA DA DISPONIBILIDADE, DA QUALIDADE E DA COMPETITIVIDADE DOS SERVIÇOS DO TRANSPORTE METROPOLITANO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO.	350	1.750

Ações	Meta do Período	Produto
ARTICULAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE METROPOLITANO	8	CONTRATOS VIGENTES
COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE TRANSPORTES METROPOLITANOS	106	CONTRATOS VIGENTES
COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	1	UNIDADE ATENDIDA
MONITORAÇÃO DE QUALIDADE E CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE METROPOLITANO	36	CONTRATOS VIGENTES
PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO	11	CONTRATOS VIGENTES
PLANEJAMENTO E GESTÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO	30	CONTRATOS VIGENTES

Programa

3706 EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE - PITU EM MARCHA

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		1.256.605.000
Demais Recursos	288.550.000	306.140.000
Total	288.550.000	968.055.000

Objetivo

AMPLIAR O TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO E A SUA PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO MODAL DAS VIAGENS MOTORIZADAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA TRONCALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO E AUMENTO DA UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA, OFERECENDO SERVIÇOS DE QUALIDADE SOCIAL E AMBIENTAL, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO, ESPECIALMENTE A DE BAIXA RENDA.

Justificativa

CONDIÇÕES FÍSICO/OPERACIONAIS DE SERV.LINHAS METROPOL.SÃO DIVERSIFICADAS E, EXCETUANDO-SE O CORREDOR S.MATEUS/JABAQUARA E OS DO MUNICÍPIO/SP, COMPARTILHAM C/TRÁFEGO GERAL UM SIST.VIÁRIO S/PRIORIZAÇÃO P/O TRANSP.COLET.,C/INFRA-ESTRUTURA SATURADA,DEMANDA REPRIMIDA E DESLOCAMENTOS INDIVIDUAIS DEPENDENTES DO AUTOMÓVEL E TRANSP.COLETIVO RESTRITO AO ÔNIBUS,ACARRETANDO PROBLEMAS AMBIENTAIS.

Público Alvo

POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

~~REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA~~ ~~REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS~~ ~~REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO~~

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
INDICE DE QUALIDADE DO TRANSPORTE - IQT NA RMSP	5,96	7,5
INDICE DE QUALIDADE DO TRANSPORTE - IQT NA RMBS	7,34	9,23
INDICE DE QUALIDADE DO TRANSPORTE - IQT NA RMC	5,72	7,19
INDICE DE QUALIDADE DO CLIENTE - IQC NA RMSP	5,71	6,3
INDICE DE QUALIDADE DO CLIENTE - IQC NA RMBS	5,96	6,57
INDICE DE QUALIDADE DO CLIENTE - IQC NA RMC	5,9	6,5
NIVEL DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO - NSU	71,55	80

Ações	Meta do Período	Produto
ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE MOBILIDADE REDUZIDA	18	PROJETOS IMPLANTADOS
CORREDOR METROPOLITANO GUARULHOS-TUCURUVI DA REG.METROP.DE S.PAULO - IMPLANTAÇÃO	100 %	CORREDOR IMPLANTADO
CORREDOR METROPOLITANO NOROESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS- IMPLANTAÇÃO	100 %	CORREDOR IMPLANTADO
CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA DA RMSP - ELETRIFICAÇÃO E MELHORAMENTO	37,3 %	CORREDOR ELETRIFICADO E MELHORADO
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO - SIM DA BAIXADA SANTISTA	100 %	SISTEMA IMPLANTADO
PRO-PÓLOS - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS PÓLOS DE ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	5	PÓLOS IMPLANTADOS
RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES CONCEDIDAS AOS USUÁRIOS DE LINHAS DA EMTU	208.600.000	USUÁRIOS TRANSPORTADOS COM GRATUIDADE
RESSARCIMENTO DOS SUBSÍDIOS CONCEDIDOS A USUÁRIOS ESTUDANTES DAS LINHAS DA EMTU	87.261.680	ESTUDANTES TRANSPORTADOS COM SUBSÍDIO
SISTEMA VIÁRIO DE INTERESSE METROPOLITANO - SIVIM - IMPLANTAÇÃO	4	PROJETOS IMPLANTADOS

Ações	Meta do Período	Produto
SISTEMAS DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE - EXPANSÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS	6 %	SISTEMAS IMPLANTADOS
TECNOLOGIAS VEICULARES - DESENVOLVIMENTO	3	TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS
TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO VINCULADO À EMTU - GERENCIAMENTO	2.173.000.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

Programa

3707 EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO - PITU EM MARCHA

Valor do Programa no Período	R\$	11.771.714.960
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.332.834.169	3.565.880.791
Demais Recursos		3.873.000.000
Total	4.332.834.169	7.438.880.791

Objetivo

AMPLIAR A UTILIDADE DA MALHA FERROVIÁRIA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, EXPANDINDO E MODERNIZANDO SEUS SERVIÇOS, ADEQUANDO-SE À DEMANDA E APRIMORANDO SUA INSERÇÃO URBANA.

Justificativa

A REQUALIFICAÇÃO E O AUMENTO DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS, DE SUA MICROACESSIBILIDADE E DE SUA CONECTIVIDADE COM OS DEMAIS MODOS PERMITIRÁ O ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA E FUTURA, REORDENANDO A MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO DE TRANSPORTE NAS RM'S DE SÃO PAULO, REDUZINDO TEMPOS DE VIAGEM E EXTERNALIDADES AMBIENTAIS NEGATIVAS DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.

Público Alvo

POPULAÇÃO USUÁRIA DOS SERVIÇOS FERROVIÁRIOS E A RESIDENTE, OU EM TRÂNSITO, NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

~~REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA~~ ~~REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS~~ ~~REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO~~

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE GERAL DA IMAGEM DOS SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO	44	70
ÍNDICE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS FERROVIÁRIOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO	67	85
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DA CPTM	10,4	65
ÍNDICE DE OFERTA DE SERVIÇO	95.615	176.188
ÍNDICE DA DENSIDADE DA REDE FERROVIÁRIA	1,7	2,7

Ações	Meta do Período	Produto
ESTUDOS E PROJETOS PARA EXPANSÃO E NOVOS SERVIÇOS SOBRE TRILHOS	79,02 %	ESTUDOS E PROJETOS REALIZADOS
INTEGRAÇÃO CENTRO - IMPLANTAÇÃO	100 %	INTEGRAÇÃO CENTRO IMPLANTADA
LINHA A - LUZ - JUNDIAÍ - MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA OFERTA	95 %	LINHA A MODERNIZADA
LINHA B - JÚLIO PRESTES - AMADOR BUENO - MODERNIZAÇÃO	60 %	LINHA B MODERNIZADA
LINHA C - OSASCO - JURUBATUBA - MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO	90 %	LINHA C MODERNIZADA E EXPANDIDA
LINHA D - LUZ - RIO GRANDE DA SERRA - MODERNIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO EXPRESSO ABC	100 %	LINHA D MODERNIZADA E EXPRESSO ABC IMPLANTADO
LINHA E - LUZ - ESTUDANTES - MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO EXPRESSO LESTE	59,2 %	LINHA E MODERNIZADA E EXPRESSO LESTE EXPANDIDO
LINHA F - BRÁS - CALMON VIANA - MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA OFERTA	100 %	LINHA F MODERNIZADA
LINHAS DA CPTM - ADAPTAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE	100 %	ESTAÇÕES E TRENS EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DE ACESSIBILIDADE

Ações	Meta do Período	Produto
LINHAS FERROVIÁRIAS-OPERAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	2.701.000.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES CONCEDIDAS A USUÁRIOS DE LINHAS FERROVIÁRIAS	572.000.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE
RESSARCIMENTO DO SUBSÍDIO CONCEDIDO A USUÁRIOS ESTUDANTES DE LINHAS FERROVIÁRIAS	87.000.000	ESTUDANTES TRANSPORTADOS COM SUBSIDIO
TREM DE GUARULHOS E EXPRESSO AEROPORTO - IMPLANTAÇÃO	100 %	TREM DE GUARULHOS E EXPRESSO AEROPORTO IMPLANTADOS

Programa**3708 EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA**

Valor do Programa no Período	R\$	17.559.890.416
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	761.488.336	7.877.062.080
Demais Recursos	4.283.020.000	4.638.320.000
Total	5.044.508.336	12.515.382.080

Objetivo

AMPLIAR O SISTEMA METROVIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, OFERECENDO SERVIÇOS DE QUALIDADE, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO, INCLUINDO A RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA, POR MEIO DE ADEQUADA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS, COM NÍVEIS DE SEGURANÇA E REGULARIDADE.

Justificativa

O SISTEMA METROVIÁRIO, FACE A SUA PEQUENA REDE INSTALADA E ALIADO A UMA INFRA-ESTRUTURA SATURADA, DEMANDA REPRIMIDA, MEIO AMBIENTE DEGRADADO E AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA, LEVA À NECESSIDADE DE EXPANDIR A REDE C/AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA SOBRE TRILHOS E PROMOVER SUA CAPACITAÇÃO CONTÍNUA, P/ATENDER COM QUALIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA A POPULAÇÃO.

Público Alvo

POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE IMAGEM DO METRÔ - IM	93	93
VARIAÇÃO DA EXTENSÃO DA REDE DE METRÔ	1	1,32
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA	54	52
ÍNDICE DA VARIAÇÃO DO TOTAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO METRÔ	1	1,62
ÍNDICE DE DENSIDADE DA REDE METROVIÁRIA	12,9	15,8

Ações

	Meta do Período	Produto
ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA EXPANSÃO DA REDE METROVIÁRIA	100 %	PROJETOS E PESQUISAS ELABORADOS
EXTENSÃO LESTE - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	100 %	MELHORIA E COMPLEMENTAÇÃO IMPLANTADAS
LINHA 1- AZUL - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	84,4 %	LINHA 1 MODERNIZADA
LINHA 2 - VERDE - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	100 %	LINHA 2 MODERNIZADA
LINHA 2-VERDE-IMPLANTAÇÃO TRECHO ALTO DO IPIRANGA - VILA PRUDENTE / TATUAPÉ.	100 %	TRECHO ALTO IPIRANGA/VILA PRUDENTE IMPLANTADO
LINHA 3 - VERMELHA -RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	79,75 %	LINHA 3 MODERNIZADA
LINHA 4 - AMARELA - TABOÃO DA SERRA - LUZ - FASE II	77,31 %	TRECHO IMPLANTADO
LINHA 4 - AMARELA - RESSARCIMENTO DE VALORES PELO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	9,99 %	INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO
LINHA 4 - AMARELA - TABOÃO DA SERRA - LUZ - FASE I	100 %	TRECHO IMPLANTADO
LINHA 5 - LILÁS - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	100 %	LINHA 5 MODERNIZADA
LINHA 5 - LILÁS - IMPLANTAÇÃO OPERACIONAL DO LARGO 13 - CHÁCARA KLABIN	100 %	TRECHO IMPLANTADO
LINHAS METROVIÁRIAS - ADAPTAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE	84,23 %	ADAPTAÇÕES IMPLANTADAS

Ações	Meta do Período	Produto
LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES A USUÁRIOS	239.100.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE
LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE SUBSÍDIO AOS USUÁRIOS ESTUDANTES	172.700.000	ESTUDANTES TRANSPORTADOS COM SUBSIDIO
OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS	2.656.200.000	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	60.292.661
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	50.292.661	10.000.000
Demais Recursos		
Total	50.292.661	10.000.000

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	19.682	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL	11.470.032	PESSOAS INCLUÍDAS DIGITALMENTE
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	242.455	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.820.862
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.820.862	
Demais Recursos		
Total	1.820.862	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**3801 EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	1.300.004.908
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	4.908	1.300.000.000
Demais Recursos		
Total	4.908	1.300.000.000

Objetivo

AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS PRISIONAIS, ADEQUAR E REFORMAR ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EXISTENTES.

Justificativa

CRESCIMENTO DE APROXIMADAMENTE 6.000 PRESOS/INTERNADOS/MÊS NO SISTEMA PRISIONAL E ABSORÇÃO DOS PRESOS QUE SE ENCONTRAM RECLUSOS JUNTO À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Público Alvo

POPULAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
VAGAS CRIADAS	2.624	37.370

Ações	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	400	REFORMAS EFETUADAS
AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	37.370	VAGAS CRIADAS

Programa**3805 REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO/INTERNADO E EGRESSO**

Valor do Programa no Período	R\$	180.581.487
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	180.081.052	500.435
Demais Recursos		
Total	180.081.052	500.435

Objetivo

OFERECIMENTO DE FERRAMENTAS QUE POSSIBILITEM AO PRESO/INTERNADO E AO EGRESSO A REINserÇÃO SOCIAL.

Justificativa

GRANDE NÚMERO DE EGRESSOS QUE VOLTAM A DELINQUIR.

Público Alvo

POPULAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE PRESOS/INTERNADOS ATENDIDOS	29.384	149.101
EGRESSOS ATENDIDOS	3.943	6.800

Ações	Meta do Período	Produto
ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DA POPULAÇÃO PRISIONAL	18.016	PRESOS/INTERNADOS ALOCADOS
APOIO PSICOSSOCIAL AO EGRESSO	6.800	EGRESSOS ATENDIDOS
ATENDIMENTO E CONTROLE DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	9	NÚMERO DE CENTRAIS
ATENDIMENTO JURÍDICO À POPULAÇÃO PRISIONAL	5.100.000	ATENDIMENTOS REALIZADOS
ATIVIDADES CULTURAIS E ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO À POPULAÇÃO PRISIONAL.	155.000	PRESOS/INTERNADOS ATENDIDOS
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO PRISIONAL	4.368	PESSOAS CAPACITADAS
GESTÃO ADMINISTRATIVA DA FUNAP	1	UNIDADE ADMINISTRADA

Programa**3806 GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	6.406.678.249
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	6.380.515.812	26.162.437
Demais Recursos		
Total	6.380.515.812	26.162.437

Objetivo

DAR ASSISTÊNCIA AOS PRESOS, INTERNADOS (MEDIDA DE SEGURANÇA), AOS SUBMETIDOS A PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, A SEUS FAMILIARES E AOS EGRESSOS DO SISTEMA, BEM COMO APOIO ADMINISTRATIVO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, GARANTINDO ESTRUTURA ADEQUADA ÀS AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO, TRANSPORTES, E UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

Justificativa

PROGRAMA FUNDAMENTAL E ABSOLUTAMENTE NECESSÁRIO PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Público Alvo

POPULAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
POPULAÇÃO PRISIONAL ATENDIDA	138.625	184.702

Ações	Meta do Período	Produto
ASSISTÊNCIA À SAÚDE	779.904	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO À POPULAÇÃO PRISIONAL	238.928.590	DIÁRIAS FORNECIDAS
GERENCIAMENTO DAS UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL	202	UNIDADES ADMINISTRADAS

Programa**3810 RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	120.562.125
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	120.562.125	
Demais Recursos		
Total	120.562.125	

Objetivo

BUSCAR A EXCELÊNCIA DOS DIVERSOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SISTEMA PRISIONAL.

Justificativa

DIFICULDADE NA OBTENÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ATUAREM NO SISTEMA PRISIONAL E MOROSIDADE PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES.

Público Alvo

POPULAÇÃO PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
SERVIDORES CAPACITADOS	13.062	107.237
NOVOS SERVIDORES CONCURSADOS	6.850	17.288

Ações	Meta do Período	Produto
FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	107.237	SERVIDORES CAPACITADOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TIC	202	UNIDADES GERENCIADAS
SISTEMA DE TELEAUDIÊNCIA CRIMINAL	200	SALAS IMPLANTADAS
VIABILIZAÇÃO DE PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL	23	PARCERIAS FIRMADAS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	12.000.044
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		12.000.044
Demais Recursos		
Total		12.000.044

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE RECURSOS DE TIC	202	UNIDADES MODERNIZADAS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	537.898.427
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	183.591.527	354.306.900
Demais Recursos		
Total	183.591.527	354.306.900

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA		
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	385.100.166
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	385.100.166	
Demais Recursos		
Total	385.100.166	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - SABESP	2.910	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**3904 SANEAMENTO PARA TODOS**

Valor do Programa no Período	R\$	44
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		44
Demais Recursos		
Total		44

Objetivo

ATENDER TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE OS MUNICÍPIOS, NÃO OPERADOS PELA CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP E QUE POSSUAM POPULAÇÃO URBANA ATÉ 50.000 HABITANTES, NO COMBATE À DEGRADAÇÃO DE ÁREAS E A CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS EM TODO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

A UNIVERSALIZAÇÃO DETERMINADA POR LEI, EXIGE, QUE O ESTADO PRESTE ASSISTÊNCIA EM SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

Público Alvo

POPULAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE ATÉ 50 MIL HABITANTES NÃO OPERADOS PELA SABESP

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE CONVÊNIOS ASSINADOS	0	117

Ações

	Meta do Período	Produto
ÁGUA LIMPA	53	ATENDIMENTOS

Programa**3906 SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIASIS DE INTERESSE REGIONAL**

Valor do Programa no Período	R\$	319.906.174
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	7.906.174	312.000.000
Demais Recursos		
Total	7.906.174	312.000.000

Objetivo

PLANEJAR, IMPLEMENTAR E COORDENAR AÇÕES INTEGRADAS DE MELHORIA, CONTROLE, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DOS MANANCIASIS DE INTERESSE REGIONAL.

Justificativa

A CONTÍNUA EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE MANANCIASIS DO ESTADO COLOCA EM RISCO A MANUTENÇÃO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DEVIDO A POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS.

Público Alvo

POPULAÇÃO ABASTECIDA PELAS ÁGUAS DAS ÁREAS DOS MANANCIASIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP	57	51
ÍNDICE DE PROTEÇÃO DA VIDA AQUÁTICA - IVA	6,4	3,4

Ações	Meta do Período	Produto
RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS MANANCIASIS DO ALTO TIETÊ	66	INTERVENÇÕES REALIZADAS

Programa**3907 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DE SANEAMENTO E COMBATE ÀS ENCHENTES**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	261.794.933	375.934.520
Demais Recursos		18.911.390
Total	261.794.933	394.845.910

Objetivo

PREVENIR, CONTROLAR E COMBATER AS INUNDAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Justificativa

COMBATE ÀS ENCHENTES, PROVOCADAS PELAS MODIFICAÇÕES OCORRIDAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E OUTRAS ÁREAS CONURBADAS DO ESTADO, EM FUNÇÃO DO AUMENTO POPULACIONAL E DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, QUE PROPORCIONARAM UM SENSÍVEL AUMENTO NA VEICULAÇÃO DA VAZÃO NOS CORPOS D'ÁGUA, POR OCASIÃO DAS GRANDES PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

POPULAÇÃO BENEFICIADA.

Mais recente Ao final do Plano
Não Disponível

Ações	Meta do Período	Produto
ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS	150	ATENDIMENTOS
ESTUDOS DE MACRODRENAGEM	29	ESTUDOS
IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO - PISCINÕES	23	RESERVATÓRIOS CONCLUÍDOS
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE CANAIS E CORPOS D'ÁGUA	10.000.000 m³	VOLUME DE MATERIAL RETIRADO
MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS HIDRÁULICAS	4	ESTRUTURAS HIDRÁULICAS ATENDIDAS
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VÁRZEAS	40	INTERVENÇÕES
RENOVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS	35	ATENDIMENTOS
SERVIÇOS E OBRAS COMPLEMENTARES NA BACIA DO ALTO TIETÊ	33	INTERVENÇÕES

Programa**3913 PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

Valor do Programa no Período	R\$	44.782.900
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.303.215	43.479.685
Demais Recursos		
Total	1.303.215	43.479.685

Objetivo

PLANEJAR E ADMINISTRAR AS AÇÕES NECESSÁRIAS AO APROVEITAMENTO MÚLTIPLO, INTEGRADO E, RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DE ACORDO COM O OBJETIVO EXPRESSO NA LEI ESTADUAL Nº 7.663/91.

Justificativa

A ABUNDÂNCIA DE ÁGUA EM TERMOS GLOBAIS, CONTRAPÕE À ESCASSEZ MOTIVADA PELAS CONCENTRAÇÕES URBANAS, E DEMANDAS NA AGRICULTURA E NA INDÚSTRIA. OS PROBLEMAS SÃO O BAIXO TRATAMENTO DE ESGOTOS, DISPOSIÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DEGRADAÇÃO DAS TERRAS PELA EROSÃO, PROBLEMAS DE QUALIDADE E SUPEREXPLORAÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS, RISCO DE CONTAMINAÇÃO DE AQUÍFEROS, E AS INUNDAÇÕES.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO CONCEDIDAS/ANO	3.560	6.000
NÚMERO DE RELATÓRIOS ELABORADOS	0	2
NÚMERO DE EVENTOS	0	2
NÚMERO DE PONTOS DE MONITORAMENTO DE DISPONIBILIDADE	1.000	1.200

Ações	Meta do Período	Produto
CONTROLE DO USO DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS	24.000	AUTORIZAÇÕES DE USO
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CAPACITAÇÃO PARA O USO RACIONAL DOS REC. HÍDRICOS	11	EVENTOS
MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	720	POSTOS DE MONITORAMENTO ADQUIRIDOS OU MODERNIZADOS
PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	26	RELATÓRIOS

Programa**3921 PROGRAMA ESTADUAL DE ENERGIA E MINERAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	17.394.224
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.094.224	15.000.000
Demais Recursos	300.000	
Total	2.394.224	15.000.000

Objetivo

DESENVOLVER AÇÕES, DIRETRIZES E SUBSIDIAR O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS ENERGÉTICAS E MINERÁRIAS VOLTADAS AO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS E AO ADEQUADO ATENDIMENTO ENERGÉTICO DO ESTADO.

Justificativa

A CENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES E A EXISTÊNCIA DE FATORES INIBIDORES DE CRESCIMENTO, IMPLICAM NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E DELIBERAÇÕES SUSTENTÁVEIS POR MEIO DA DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA. É MISTER, AINDA, A EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS, GARANTIA DE SUPRIMENTO, UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO, UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS AVANÇADAS E IDENTIFICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO GEOLÓGICA.

Público Alvo

UNIDADES VINCULADAS AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, MUNICÍPIOS E, SEGMENTOS COMERCIAL, INDUSTRIAL, RESIDENCIAL, ÓRGÃOS PÚBLICOS NORMATIVOS E DE PLANEJAMENTO FEDERAL, POPULAÇÃO RURAL E SETORES PÚBLICO E PRIVADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

PUBLICAÇÕES, RELATÓRIOS, SISTEMAS IMPLANTADOS, NOVAS LIGAÇÕES E PARECERES.

Mais recente Ao final do Plano

0 10.353

Ações	Meta do Período	Produto
ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL	8	RELATÓRIOS
FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA POLÍTICA ENERGÉTICA	17	PARECERES
GESTÃO DE DEMANDA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	103	RELATÓRIOS
INCENTIVO À COGERAÇÃO	22	RELATÓRIOS
INCENTIVO AO USO DE FONTES ENERGÉTICAS	32	PUBLICAÇÕES
INVENTÁRIO GEOLÓGICO	8	RELATÓRIOS
PLANEJAMENTO E INFORMAÇÕES ENERGÉTICAS PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE ENERGIA	64	RELATÓRIOS
SISTEMA DE INFORMAÇÕES ENERGÉTICAS E MINERÁRIAS	100 %	SISTEMA IMPLANTADO
UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NO MEIO RURAL	10.000	NOVAS LIGAÇÕES

Programa**3925 SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Valor do Programa no Período	R\$	538.958.927
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	16.507.439	1.008.688
Demais Recursos		521.442.800
Total	16.507.439	522.451.488

Objetivo

MANTER EM BOAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS SEUS ATIVOS DE GERAÇÃO.

Justificativa

GARANTIR A QUALIDADE E CONFIABILIDADE DA PRODUÇÃO DE SEU PARQUE GERADOR, CONECTADO AO SISTEMA INTERLIGADO, GARANTINDO O SUPRIMENTO E FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM NÍVEIS SATISFATÓRIOS.

Público Alvo

DISTRIBUIDORES, COMERCIALIZADORAS E CONSUMIDORES LIVRES DE ENERGIA ELÉTRICA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COM BAIXO ÍNDICE DE FALHAS E INDISPONIBILIDADE - EMAE	10,9	10,9
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA COM BAIXO ÍNDICE DE FALHAS E INDISPONIBILIDADE - CESP	8,1	8,1

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA	2,5 %	GERAÇÃO DE ENERGIA ADICIONAL
MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CESP	8,1 %	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE
MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA - EMAE	10,9 %	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE
OBRAS COMPLEMENTARES COMPENSATÓRIAS	100 %	PONTE CONSTRUÍDA

Programa**3929 EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO DE OBRAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

Valor do Programa no Período	R\$	156.052.388
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		4.388
Demais Recursos	148.052.000	7.996.000
Total	148.052.000	8.000.388

Objetivo

PRESTAR SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ELABORAR PROJETOS, ORÇAMENTOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS, DESENVOLVER EDITAIS E ASSESSORAR NAS LICITAÇÕES. ALÉM DE EXERCER A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO, REALIZAR INTERVENÇÕES PARA RECUPERAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS E, DE INFRA-ESTRUTURAS.

Justificativa

O ESTADO NÃO DISPÕE DE ESTRUTURA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO DE OBRAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO. UMA EMPRESA ESPECIALIZADA OFERECE MAIOR AGILIDADE E REDUÇÃO DE CUSTOS, POIS ALÉM DISSO, EXISTEM DEMANDAS POR OBRAS DE PONTES, TRAVESSIAS, PASSARELAS, CICLOVIAS, PARQUES E OUTRAS INTERVENÇÕES DE INTERESSE SOCIAL E ECONÔMICO.

Público Alvo

ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL E, ENTIDADES PRIVADAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE CONTRATANTES CONQUISTADOS NO PERÍODO	0,36	0,8

Ações	Meta do Período	Produto
AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	117	CONTRATOS
EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO DE OBRAS	263	CONTRATOS
INFRA-ESTRUTURA DE INTERESSE SOCIAL	20	INTERVENÇÕES
MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CPOS	380	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PRESTADOS

Programa**3930 FORTALECIMENTO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS DO ESTADO EM SANEAMENTO E ENERGIA**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	91.962.084	500.044
Demais Recursos		
Total	91.962.084	500.044

Objetivo

DOTAR O ESTADO DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS E FISCALIZADORAS NAS ÁREAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO E, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

Justificativa

A FISCALIZAÇÃO, POR PARTE DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA - CSPE, DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO E ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO, ASSEGURA A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO. A NOVA LEI DO SANEAMENTO REQUER A INSTITUIÇÃO DE UMA AGÊNCIA REGULADORA, INDEPENDENTE, DIRIGIDA AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DELEGADOS.

Público Alvo

USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO E DE SANEAMENTO DELEGADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE RELATÓRIOS REALIZADOS.	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA E ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS	2.440	RELATÓRIOS
FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS E ATEND. DOS USUÁRIOS	1.056	RELATÓRIOS
INSTALAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	100 %	AGÊNCIA
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DELEGADAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.	320	CONVÊNIOS

Programa**3931 GESTÃO ADMINISTRATIVA EM SANEAMENTO E ENERGIA**

Valor do Programa no Período	R\$	909.315.218
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	907.446.321	1.868.897
Demais Recursos		
Total	907.446.321	1.868.897

Objetivo

PROVER A SECRETARIA E ÀS AUTARQUIAS A ELA VINCULADAS OS MEIOS NECESSÁRIOS PARA SUA REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, E A EXECUÇÃO DE SEUS PROGRAMAS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINALÍSTICAS. E, AINDA, FORTALECER A COMUNICAÇÃO E A SUA IMAGEM INSTITUCIONAL.

Justificativa

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVA PARA GARANTIR A INFRA-ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA E DE SUAS AUTARQUIAS.

Público Alvo

SECRETARIA E UNIDADES AUTÁRQUICAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

APOIO, NO ÂMBITO INTERNO DA SECRETARIA, O PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS VOLTADOS AO DESEMPENHO DE SUA MISSÃO COMO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELAS POLÍTICAS DE SANEAMENTO E ENERGIA.

Mais recente Ao final do Plano

100 100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO SOCIAL	16	RELATÓRIOS
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4	UNIDADES ADMINISTRADAS
REORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE	1	UNIDADE REORGANIZADA
SUPORTE TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DE SANEAMENTO E ENERGIA	35	SISTEMAS ATUALIZADOS

Programa**3932 IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO**

Valor do Programa no Período	R\$	648.414.941
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	8.453.741	209.000.000
Demais Recursos	63.810.000	367.151.200
Total	72.263.741	576.151.200

Objetivo

MODERNIZAR E ADEQUAR OS MECANISMOS DE ATUAÇÃO DO ESTADO AO NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA APOIAR E DESENVOLVER O SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO.

Justificativa

A NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA O SANEAMENTO BÁSICO REQUER A MAIOR PRESENÇA DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR. ESTE DESAFIO ENVOLVE, TAMBÉM, A MODERNIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIOS, ARTICULANDO NOVAS FONTES DE RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SANEAMENTO, CRIANDO INDICADORES CAPAZES DE MEDIR OS RESULTADOS SOCIAIS E A MENSURAÇÃO DOS GANHOS AMBIENTAIS.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE TRATAMENTO DO ESGOTO COLETADO	48,4	65

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO À ELABORAÇÃO E EXEC. DOS INSTRUM. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SANEAMENTO	645	PLANOS ELABORADOS
APOIO AO DESENV. INSTITUCIONAL DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	91	RELATÓRIOS
APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTOS	270	ATENDIMENTOS
COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	6	ATENDIMENTOS
GESTÃO DE DEMANDA E RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA POTÁVEL	4	RELATÓRIOS
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE FLOTAÇÃO NO RIO PINHEIROS	36	LICENÇAS OBTIDAS
OPERAÇÃO DO SISTEMA DE FLOTAÇÃO NO RIO PINHEIROS	50 m³	VAZÃO MÉDIA TRATADA
OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO - FESAN	1	FUNDO REGULAMENTADO
RECUPERAÇÃO DAS ÁGUAS PAULISTAS	335	INTERVENÇÕES
SANEAMENTO RURAL	9.875	ATENDIMENTOS
SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE SANEAMENTO	100 %	SISTEMA IMPLANTADO

Programa**3933 UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO URBANO**

Valor do Programa no Período	R\$	22.605.004.344
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		4.344
Demais Recursos	16.070.000.000	6.535.000.000
Total	16.070.000.000	6.535.004.344

Objetivo

ATENDER ÀS POPULAÇÕES DAS ÁREAS ATENDIDAS PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E TRATAMENTO DESTES ESGOTOS.

Justificativa

A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, PRODUZ EFEITOS MULTIPLICADORES NA ECONOMIA, GERANDO INVESTIMENTOS, SOCIALMENTE, INDISPENSÁVEIS E ECONOMICAMENTE RENTÁVEIS.

Público Alvo

POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA URBANA DOS MUNICÍPIOS OPERADOS PELA SABESP E NAQUELES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO QUE OBTÊM OS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS NO ATACADO.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
POPULAÇÃO ATENDIDA COM ÁGUA POTÁVEL	6,61	7,28
POPULAÇÃO ATENDIDA COM COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS	4,3	5,4
ÍNDICE DE TRATAMENTO DOS ESGOTOS COLETADOS	62	76

Ações	Meta do Período	Produto
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	671.300	LIGAÇÕES ADICIONAIS
COLETA DE ESGOTOS	868.800	LIGAÇÕES ADICIONAIS
CÓRREGO LIMPO	42	CÓRREGOS DESPOLIÚIDOS
PROJETO TIETÊ - 3A. ETAPA	78 %	TRATAMENTO DE ESGOTO COLETADO
SANEAMENTO AMBIENTAL DA BAIXADA SANTISTA	100 %	TRATAMENTO DE ESGOTO COLETADO
TRATAMENTO DOS ESGOTOS COLETADOS.	81,8 %	TRATAMENTO DOS ESGOTOS COLETADOS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	3.652.928.611
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.995.577.542	657.351.069
Demais Recursos		
Total	2.995.577.542	657.351.069

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS		
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR		

Programa**4001 ADVOCACIA DO ESTADO**

Valor do Programa no Período	R\$	9.909.911
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	9.909.911	
Demais Recursos		
Total	9.909.911	

Objetivo

REVER O MODELO DE NEGÓCIO DA ÁREA DO CONTENCIOSO, APERFEIÇOAR A DEFESA DO ESTADO, FORNECER RELATÓRIOS GERENCIAIS, AUMENTAR A RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS, COMBATER A PROLIFERAÇÃO DE TESES ELISIVAS, MAPEAR AS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL E OS PRÓPRIOS ESTADUAIS, INFORMAR A ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES JÁ PACIFICADAS NA JURISPRUDÊNCIA E CONSOLIDAR A ASSUNÇÃO DA ADVOCACIA DAS AUTARQUIAS.

Justificativa

MANTER A PGE ATUALIZADA EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, INFORMAR SOBRE A REPERCUSSÃO E OS CUSTOS GERADOS POR SUAS AÇÕES, AMPLIAR A RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS, REDUZIR A INADIMPLÊNCIA, PERMITIR, POR MEIO DE GEOREFERENCIAMENTO, A IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL, AUMENTAR A EFICÁCIA DA DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO E DAS AUTARQUIAS.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

RELAÇÃO ENTRE O TEMPO MÉDIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PGE (DISCRIMINADOS POR TIPO E POR SECRETARIA) E METAS ESTABELECIDAS NO PPA.

Mais recente	Ao final do Plano
0	100

Ações	Meta do Período	Produto
MAPEAMENTO DE ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO	100 %	ÁREAS MAPEADAS
RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DO ESTADO	100 %	CRÉDITOS RECUPERADOS
REVISÃO DO MODELO DE NEGÓCIO DA ÁREA DO CONTENCIOSO	2	MODELOS IMPLANTADOS

Programa**4004 APERFEIÇOAMENTO, CAPACITAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	34.575.556
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	34.575.556	
Demais Recursos		
Total	34.575.556	

Objetivo

APRIMORAR O CONHECIMENTO DOS PROCURADORES DO ESTADO E SERVIDORES DA PGE, BEM COMO DIVULGAR AS AÇÕES DA ADVOCACIA DO ESTADO.

Justificativa

NECESSIDADE PERMANENTE DE ATUALIZAÇÃO DOS INTEGRANTES DA PGE PARA ADEQUADA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ADVOCACIA PÚBLICA À ADMINISTRAÇÃO

Público Alvo

PROCURADORES DO ESTADO, AUTÁRQUICOS, SERVIDORES E ENGENHEIROS DA PGE

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	98	PUBLICAÇÕES EDITADAS
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ACERVO E DOS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA	19	BIBLIOTECAS ORGANIZADAS
SERVIÇO DE APERFEIÇOAMENTO PRESTADO PELO CENTRO DE ESTUDOS	1.446	SERVIDORES CAPACITADOS
SUPORTE TÉCNICO AO CENTRO DE ESTUDOS	1	UNIDADES MANTIDAS

Programa**4005 CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	
Demais Recursos		
Total	44	

Objetivo

ORIENTAÇÃO CONSULTIVA DO ESTADO.

Justificativa

DESCOMPASSO ENTRE OS PROCEDIMENTOS PRATICADOS E AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS.CONSTATAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS ENTRE ORIENTAÇÕES JURÍDICAS DAS DIFERENTES UNIDADES DA CONSULTORIA.VERIFICAÇÃO DE LAPROS ADMINISTRATIVOS QUE COMPROMETEM OU RETARDAM A CONCLUSÃO DOS PROCESSOS.POSTURAS ADMINISTRATIVAS EM DESCOMPASSO COM O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL SOBRE A MATÉRIA.

Público Alvo

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRETA E INDIRETA E FUNDACIONAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA REVER O MODELO DE NEGÓCIO DA ÁREA DA CONSULTORIA

Mais recente

0

Ao final do Plano

1

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DA ATIVIDADE DE ASSESSORIA JURÍDICA	25	SERVIÇOS IMPLANTADOS
REVISÃO DO MODELO DE NEGÓCIO DA ÁREA DE CONSULTORIA E ASSESSORIA	25	MODELOS REVISTOS

Programa**4006 GESTÃO DA PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.915.508.451
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.904.508.451	11.000.000
Demais Recursos		
Total	1.904.508.451	11.000.000

Objetivo

MANTER OS CONTRATOS ATUAIS; REALIZAR NOVOS CONTRATOS; CRIAR, DESMEMBRAR, FUNDIR E/OU AMPLIAR UNIDADES; CRIAR E IMPLANTAR COORDENADORIAS; AMPLIAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DA PGE E SUA ATRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL E À CRESCENTE DEMANDA DE TRABALHO; CRIAR NOVOS CARGOS, REALIZAR CONCURSOS E PROVER TODOS OS CARGOS DA PGE. REMUNERAR CONDIGNAMENTE OS PROCURADORES, SERVIDORES E AUXILIARES.

Justificativa

ESTRUTURA FÍSICA E FUNCIONAL P/REALIZAÇÃO PLENA DO TRABALHO DA PGE; OBSOLESCÊNCIA DO QUADRO DE CARGOS DE PROCURADORES E SERVIDORES DE APOIO; INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS MATERIAIS; INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA; DESCOMPASSO ENTRE AS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, FACE ÀS NOVAS ATRIBUIÇÕES DA PGE A PARTIR DA CF/88 E ENGESSAMENTO DA ASCENSÃO FUNCIONAL DOS PROCURADORES DO ESTADO

Público Alvo

UNIDADE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

VIABILIZAÇÃO DA DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE POR MEIO DAS UNIDADES DO ÓRGÃO

Mais recente

22

Ao final do Plano

27

Ações	Meta do Período	Produto
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROCURADORIAS E COORDENADORIAS	9	PROCURADORIAS E COORDENADORIAS IMPLANTADAS
ENCARGOS JUDICIAIS	2.280.880	DILIGÊNCIAS EFETUADAS
MANUTENÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	27	UNIDADES ATENDIDAS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	26.966.286
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	14.931.534	12.034.752
Demais Recursos		
Total	14.931.534	12.034.752

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL	1.100	PESSOAS CAPACITADAS
DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS INFORMATIZADOS	6	SISTEMAS DESENVOLVIDOS
EXPANSÃO E RENOVAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	12.346	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	41	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO
MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5.205	SERVIÇOS ADQUIRIDOS

Programa**4105 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Valor do Programa no Período	R\$	20.085.382
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	19.485.382	600.000
Demais Recursos		
Total	19.485.382	600.000

Objetivo

REALIZAR ATIVIDADES INDUTORAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SEGMENTO TURÍSTICO (PRODUTOS TURÍSTICOS) NO ESTADO DE SÃO PAULO E A CONSEQUENTE GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LOCAL.

Justificativa

SÃO PAULO É CONHECIDO DENTRO E FORA DO PAÍS COMO LOCAL DE NEGÓCIOS E EVENTOS, PORÉM POSSUI OPÇÕES PARA O TURISMO DE LAZER NOS MUNICÍPIOS, MESMO NAQUELES COM BAIXOS IDH, QUE PODERIAM CRÊSCER ECONOMICAMENTE COM O TURISMO. OUTROS POSSUEM UM GRANDE FLUXO TURÍSTICO EM ALTA TEMPORADA QUE FICAM COM EQUIPAMENTOS OCIOSOS FORA DESSE PERÍODO, GERANDO DESEMPREGO E BAIXA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

Público Alvo

TURISTAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS, ACADÊMICOS, REPRESENTANTES DE ENTIDADES E A COMUNIDADE LIGADOS DIRETA E INDIRETAMENTE AO SETOR DE TURISMO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS CAPACITADOS E QUALIFICADOS.	0	100
PERCENTUAL DE PRODUTOS TURÍSTICOS FORMATADOS EM RELAÇÃO À META PREVISTA.	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA A ÁREA DO TURISMO	2.800	AGENTES CAPACITADOS
CONSOLIDANDO O TURISMO PAULISTA	1.000	PRODUTO TURÍSTICO FORMATADO
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	100 %	BANCO DE DADOS IMPLANTADOS
PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO	80	PROMOÇÕES REALIZADAS

Programa**4106 FAZENDO A DIFERENÇA**

Valor do Programa no Período	R\$	16.252.791
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	15.752.747	500.044
Demais Recursos		
Total	15.752.747	500.044

Objetivo

PROPORCIONAR ACESSO A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER À POPULAÇÃO EM GERAL, NAS MAIS VARIADAS FORMAS E MODALIDADES.

Justificativa

A CARÊNCIA DE OPORTUNIDADES AO ACESSO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER ACARRETAM EM SEDENTARISMO QUE POR SI SÓ, TRAZEM MALEFÍCIOS À SAÚDE DAS MAIS VARIADAS ORDENS. EM GRUPOS OU COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL, A SITUAÇÃO É AGRAVADA, POIS O SEDENTARISMO E O ÓCIO FAZEM COM QUE REFERIDA POPULAÇÃO POSSA TRILHAR OS CAMINHOS DA CRIMINALIDADE, NOTADAMENTE O PÚBLICO JOVEM.

Público Alvo

A POPULAÇÃO EM GERAL, APTA AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES FÍSICAS, NO QUE SE REFERE AO ESPORTE E AO LAZER

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DO NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS.	74	100
PERCENTUAL DE EVENTOS "ÍDOLOS QUE MARCAM ÉPOCA, MARCAM O PRESENTE" REALIZADOS.	0	100

Ações

	Meta do Período	Produto
ESPORTE SOCIAL	120.000	PESSOAS ATENDIDAS
FORMAS ALTERNATIVAS PARA A PRÁTICA DO ESPORTE E DO LAZER	340.000	PESSOAS ATENDIDAS
ÍDOLOS QUE MARCARAM ÉPOCA, MARCAM O PRESENTE	96	EVENTOS REALIZADOS

Programa**4107 GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	187.630.744	1.000.217
Demais Recursos	5.000.000	
Total	192.630.744	1.000.217

Objetivo

REALIZAR O GERENCIAMENTO DE CONTRATOS E SERVIÇOS QUE VIABILIZEM AS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA DE ESPORTE LAZER E TURISMO NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E NA MANUTENÇÃO E MELHORIAS NOS PRÓPRIOS DA PASTA.

Justificativa

A NECESSIDADE QUE A ADMINISTRAÇÃO POSSUI DE MANTER EM FUNCIONAMENTO AS UNIDADES ADMINISTRADAS PELA PASTA OFERECENDO-LHES INSUMOS E SERVIÇOS ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA, BEM COMO A NECESSIDADE CONSTANTE DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SUA ESTRUTURA FÍSICA.

Público Alvo

UNIDADES ADMINISTRADAS PELA SEDE, A SABER: SEDE, CONJ.DESP. CONST. VAZ GUIMARÃES, CONJ. DESP. BABY BARIONI, PQ DA JUVENTUDE, VILA OLÍMPICA, CERECAMP, CSUS DOS MUNICÍPIOS DE CATANDUVA, BAURU, PRESIDENTE PRUDENTE E RIO GRANDE DA SERRA, DELEGACIAS/INSPETORIAS REGIONAIS DE ESPORTE, LAZER E TURISMO E DEMAIS PRÓPRIOS QUE VIREM A INTEGRAR A ESTRUTURA DA SECRETARIA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE UNIDADES ADMINISTRADAS	100	100

Ações	Meta do Período	Produto
GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA E SUPRIMENTOS	76	UNIDADE ADMINISTRADA
MANUTENÇÃO E MELHORIAS EM BENS IMÓVEIS	8	IMÓVEL ATENDIDO

Programa**4108 NOVOS RUMOS, NOS VELHOS TRILHOS**

Valor do Programa no Período	R\$	39.693.768
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	28.759.276	10.934.492
Demais Recursos		
Total	28.759.276	10.934.492

Objetivo

ATENDER A UMA DEMANDA ALTAMENTE INTERESSADA NO TURISMO, DE MODO A CONQUISTAR MELHOR QUALIDADE DE VIDA.

Justificativa

A ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO ESTÁ LOCALIZADA ESTRATÉGICAMENTE NO REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA E SERRA DA MANTIQUEIRA, REGIÃO COM TECNOLOGIA DE PONTA, INDUSTRIAL POR EXCELÊNCIA. O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO É ATRATIVO TURÍSTICO E, HÁ QUASE UM SÉCULO PROMOVE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS.

Público Alvo

AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FERROVIA VOLTAM-SE À TODA A SOCIEDADE, E SUAS CATEGORIAS SOCIAIS

Abrangência Espacial

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ATENDIMENTO ANUAL NOS SERVIÇOS FERROVIÁRIOS.	105.148	154.000
INCREMENTO ANUAL DE VISITANTES NOS SERVIÇOS TURÍSTICOS E DE LAZER.	231.747	340.000

Ações	Meta do Período	Produto
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1	UNIDADE ADMINISTRADA
PÓLOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E DE LAZER	1.185.320	USUÁRIOS ATENDIDOS
TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DE TURISMO	539.660	PASSAGEIROS ATENDIDOS.

Programa**4109 SÃO PAULO: DO LAZER E DO ESPORTE TOTAL**

Valor do Programa no Período	R\$	102.860.297
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	102.860.297	
Demais Recursos		
Total	102.860.297	

Objetivo

FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ESPORTE E LAZER, COORDENAR E IMPLEMENTAR AÇÕES GOVERNAMENTAIS, APOIAR INICIATIVAS, PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER, BEM COMO, PROPICIAR INTERCÂMBIO ENTRE ORGANIZAÇÕES, ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E ESPORTIVAS DE NÍVEL MUNICIPAL, ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.

Justificativa

PROMOVER TRADICIONAL CALENDÁRIO DE EVENTOS DE ESPORTE E DE LAZER COM A FINALIDADE DE DAR OPORTUNIDADE DE PARTICIPAÇÃO A TODOS OS MUNICÍPIOS EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS. CAPTAR EVENTOS DE NÍVEL ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL, PROMOVENDO A EXCELÊNCIA DO ESPORTE E DO LAZER NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Público Alvo

POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, COMUNIDADE ESPORTIVA NAS DIVERSAS MODALIDADES, PREFEITURAS MUNICIPAIS, ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DO DESPORTO NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
NUMERO DE PESSOAS PARTICIPANTES NOS EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER REALIZADOS	400.000	1.600.000

Ações	Meta do Período	Produto
ATIVIDADE NA MELHOR IDADE	180.000	PESSOA ATENDIDA
CAMPANHAS E CAPTAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS PARA SÃO PAULO	200	EVENTOS CAPTADOS
CAMPEONATOS REGIONAIS E ESTADUAIS DE ESPORTES	1.848.000	ATLETA SELECIONADO
CAPACITAÇÃO EM ESPORTE E LAZER	5.792	AGENTES PUBLICOS CAPACITADOS
CENTROS DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO	5	PÓLOS IMPLANTADOS
ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	14.800	PPD ATENDIDO
JOGOS COM IDENTIDADE CULTURAL	24.000	PESSOA ATENDIDA
VIDA MELHOR COM LAZER E ESPORTE	92	EVENTOS REALIZADOS

Programa**4110 AMPLIAÇÃO DO ACESSO À PRÁTICA DO ESPORTE, LAZER E TURISMO**

Valor do Programa no Período	R\$	23.577.666
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	11.577.406	12.000.260
Demais Recursos		
Total	11.577.406	12.000.260

Objetivo

OFERECER SUPORTE DE INFRAESTRUTURA AOS MUNICÍPIOS PAULISTAS COM A FINALIDADE DE DIFUNDIR A PRÁTICA DO ESPORTE, LAZER E DO TURISMO, INCLUINDO A AQUISIÇÃO, PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Justificativa

O ESTADO DE SÃO PAULO, COM 645 MUNICÍPIOS, É CARENTE DE INFRAESTRUTURA E TAMBÉM DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DE LAZER E DE TURISMO. HÁ A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO EM REFORMA NOS EQUIPAMENTOS JÁ EXISTENTES E CONSTRUÇÃO DE NOVOS, BEM COMO DISTRIBUIR MATERIAIS ESPORTIVOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; OFERECENDO PROJETOS PADRÃO VOLTADOS PARA AS ÁREAS ESPORTIVAS, DE LAZER E TURISMO AOS MUNICÍPIOS.

Público Alvo

ATLETAS PROFISSIONAIS, AMADORES, USUÁRIOS FREQUENTADORES DOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS MUNICIPAIS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE DOAÇÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE, LAZER E TURISMO POR TIPO.	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
OTIMIZAÇÃO PRÁTICAS DESP. LAZER E TURÍSTICAS ENTRE A SECRETARIA E OS MUNICÍPIOS	34	PROJETOS ELABORADOS
REFORMA, MODERNIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS, LAZER E TURISMO	2.000	OBRAS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES REALIZADAS
SUSTENTABILIDADE PARA A PRÁTICA DE ESPORTE E LAZER	222.548	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER PRODUZIDOS/ADQUIRIDOS.

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	608.602
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	108.602	500.000
Demais Recursos		
Total	108.602	500.000

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	11	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL	1.200	PESSOAS CAPACITADAS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	95	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**4200 ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA AOS NECESSITADOS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.534.619.043
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.493.511.196	41.107.847
Demais Recursos		
Total	1.493.511.196	41.107.847

Objetivo

GARANTIR A ORIENTAÇÃO JURÍDICA, E O ATENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO AOS LEGALMENTES NECESSITADOS, PARA PREVENIR E SOLUCIONAR CONFLITOS.

Justificativa

AMPLIAR E APRIMORAR O ACESSO A JUSTIÇA PARA OS NECESSITADOS POR MEIO DE AÇÕES PREVENTIVAS E DO ATENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO

Público Alvo

POPULAÇÃO NECESSITADA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
TAXA DE OFERTA DIRETA DE SERVIÇOS POR 100.000 PÚBLICO ALVO POTENCIAL	554,7	5.101,2
TAXA DE OFERTA INDIRETA DE SERVIÇO POR 100.000 PÚBLICO ALVO POTENCIAL	5.381,3	5.381,3

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS	240	AÇÕES REALIZADAS
AMPLIAÇÃO DO QUADRO DE MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA	5.476	SERVIDORES E MEMBROS EM EXERCÍCIO
ATENDIMENTO COMPLEMENTAR E/OU ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	3.056.000	ATENDIMENTOS REALIZADOS
FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES, ESTAGIÁRIOS E MEMBROS DA DEFENSORIA	3.000	SERVIDORES, ESTAGIÁRIOS E MEMBROS CAPACITADOS
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE QUALIDADE TOTAL NO ATENDIMENTO	44	POSTOS PADRONIZADOS
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFORMATIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	44	POSTOS INFORMATIZADOS
INSTALAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE ATENDIMENTO	9	POSTOS INSTALADOS
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	44	POSTOS DE ATENDIMENTOS MANTIDOS
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO PELA SOCIEDADE CIVIL	52	CONFERÊNCIAS REALIZADAS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	51.182.991
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	49.489.793	1.693.198
Demais Recursos		
Total	49.489.793	1.693.198

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA		
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**100 SUPORTE ADMINISTRATIVO**

Valor do Programa no Período	R\$	6.088.839.526
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	6.008.103.295	80.736.231
Demais Recursos		
Total	6.008.103.295	80.736.231

Objetivo

PROVER OS ÓRGÃOS DO ESTADO DOS MEIOS DESTINADOS À GESTÃO ADMINISTRATIVA E QUE NÃO CONCORRAM DIRETAMENTE NA PRODUÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS ESPECÍFICOS GERADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES FINIS.

Justificativa

NÃO HÁ.

Público Alvo

ÓRGÃOS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA SEDE DA SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	1.367,56 m ²	OBRAS EXECUTADAS
APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	6	UNIDADES ADMINISTRADAS

Programa**1024 ENSINO PÚBLICO TÉCNICO**

Valor do Programa no Período	R\$	126.642.356
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	126.482.090	160.266
Demais Recursos		
Total	126.482.090	160.266

Objetivo

QUALIFICAR PROFISSIONAIS REPRESENTA ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DAS DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO.

Justificativa

A QUALIDADE DOS SERVIÇOS E A COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO, E A COMPETITIVIDADE DE SÃO PAULO COMO POLO DE ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS, DEPENDEM DA OFERTA DE PESSOAL QUALIFICADO NAS DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO.

Público Alvo

ESTUDANTES E EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO; PROFISSIONAIS QUE POSSUEM A CERTIFICAÇÃO NECESSÁRIA; JOVENS E ADULTOS EM BUSCA DE QUALIFICAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS EXISTENTES	76.946	175.300

Ações	Meta do Período	Produto
ENSINO TÉCNICO	25.500	ALUNOS MATRICULADOS

Programa**4300 PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR**

Valor do Programa no Período	R\$	371.411.957
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	327.971.957	43.440.000
Demais Recursos		
Total	327.971.957	43.440.000

Objetivo

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, AMPLIANDO O ACESSO DE JOVENS EGRESSOS DO ENSINO PÚBLICO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS, COM QUALIDADE.

Justificativa

AS UNIVERSIDADES POSSUEM UM PAPEL RELEVANTE NAS MUDANÇAS NECESSÁRIAS E URGENTES DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PAÍS. A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA E DA QUANTIDADE DE JOVENS CURSANDO AS UNIVERSIDADES, TÊM A VER, TAMBÉM, COM A CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE PERMEADA PELO PENSAMENTO CIENTÍFICO, BASE PARA A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

Público Alvo

INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA, COMUNIDADE CIENTÍFICA, EMPRESAS, PROFESSORES, ALUNOS, PREFEITURAS, COMUNIDADE LOCAL E A SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
ALUNOS MATRICULADOS NA UNIVERSIDADE VIRTUAL/ANO	0	55.000

Ações	Meta do Período	Produto
ADOÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	200	PROJETOS IMPLEMENTADOS
BANCO DE DADOS DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	1	BANCO DE DADOS MANTIDO/MÊS
EXPANSÃO E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR	5.600	NOVAS VAGAS DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP	55.000	ALUNOS MATRICULADOS/ANO

Programa**4301 ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS**

Valor do Programa no Período	R\$	2.121.084.482
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.094.281.207	26.803.275
Demais Recursos		
Total	2.094.281.207	26.803.275

Objetivo

PROMOVER A FORMAÇÃO DE PESSOAL QUALIFICADO NA ÁREA DE SAÚDE, EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, CONCOMITANTEMENTE COM A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL, MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA, E PROCEDIMENTOS HOSPITALARES DE ALTA COMPLEXIDADE.

Justificativa

OS ATUAIS INDICADORES DE PRODUÇÃO SITUAM OS HOSPITAIS DE ENSINO NUM LIMITE PRÓXIMO DE SUA CAPACIDADE MÁXIMA DE ATENDIMENTO E FINANCIAMENTO. MUDANÇAS DO PERFIL DE ATENDIMENTO DESSES HOSPITAIS PROVOCARAM UM FORTE CRESCIMENTO DO USO DE PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE, EXIGINDO A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS COM ELEVADO GRAU DE INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS.

Público Alvo

ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR, CLIENTELA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PACIENTES INTERNADOS	99.320	112.500

Ações	Meta do Período	Produto
APERFEIÇOAMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE PROMOVIDAS PELOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS	8.532.000	PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E DE INTERNAÇÕES
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL	424.000	INTERNAÇÕES
PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE/ÁREAS DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS-DEFIC.AUDIT.	46.765	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE REALIZADOS
PROMOÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA GERENCIAL COM ÓRGÃOS DO SISTEMA DE SAÚDE	86	CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Programa**4302 ENSINO PÚBLICO SUPERIOR**

Valor do Programa no Período	R\$	13.023.232.757
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	12.643.855.538	379.377.219
Demais Recursos		
Total	12.643.855.538	379.377.219

Objetivo

MANTER E AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS E CURSOS SUPERIORES EM ÁREAS ESTRATÉGICAS, BEM COMO O SUPORTE À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, APERFEIÇOANDO CONSTANTEMENTE A QUALIDADE DA FORMAÇÃO EM GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

Justificativa

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESTÁ RELACIONADO COM A CAPACIDADE DE SUPERAR OS GRANDES DESAFIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS, ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO E APOIO DE ATIVIDADES QUE FAVOREÇAM AS PESQUISAS BÁSICA E APLICADA, O AUMENTO DO CONHECIMENTO E A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS EM CURSOS SUPERIORES DE QUALIDADE, NOS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Público Alvo

ALUNOS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ALUNOS MATRICULADOS NA GRADUAÇÃO/ANO.	100.258	105.944

Ações	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS	407.700 m ²	INSTALAÇÕES ADEQUADAS
ATIVIDADES EM MUSEUS	2.130.000	VISITANTES EM EXPOSIÇÕES E MOSTRAS DO ACERVO
BOLSAS DE ESTUDOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	771	BOLSAS PARA PROJETOS DE PESQUISA
CONCLUSÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS - EXPANSÃO DE VAGAS	11.200 m ²	ÁREA CONSTRUÍDA
CONGRESSOS DE ESPECIALIDADES	52	CONGRESSOS TÉCNICOS / CIENTÍFICOS E JORNADAS MÉDICAS
ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS	416.071	ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS	46.564	TÍTULOS OUTORGADOS
EXPANSÃO DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR	240	NOVAS VAGAS DE GRADUAÇÃO
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIFUSÃO CULTURAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	397.085	ALUNOS MATRICULADOS
POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO ESTUDANTIL	21.500	ALUNOS ATENDIDOS
RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	21.028.878	REFEIÇÕES SERVIDAS
SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	52.193	MICROCOMPUTADORES MANTIDOS

Programa**4304 DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA**

Valor do Programa no Período	R\$	2.787.292.057
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	2.778.526.760	8.765.297
Demais Recursos		
Total	2.778.526.760	8.765.297

Objetivo

ATENDER À DEMANDA DE PESQUISADORES E BOLSISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM TODAS AS ÁREAS DO CONHECIMENTO.

Justificativa

A FAPESP APOIA PROJETOS APRESENTADOS POR PESQUISADORES VINCULADOS A INSTITUIÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO E SUA APROVAÇÃO É SEMPRE TOMADA EM FUNÇÃO DO MÉRITO DE CADA PROJETO. O APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA É FEITO PELA FAPESP POR MEIO DA CONCESSÃO DE BOLSAS E AUXÍLIOS, EM DIVERSAS MODALIDADES.

Público Alvo

BOLSISTAS E PESQUISADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
BOLSAS CONCEDIDAS/ANO	7.750	8.000

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP	1	UNIDADE ADMINISTRADA
CONCESSÃO DE AUXÍLIO À PESQUISA	13.000	AUXÍLIOS À PESQUISA MANTIDOS
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	30.000	BOLSAS DE ESTUDOS MANTIDAS
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	1.200	AUXÍLIOS À PESQUISA MANTIDOS
PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	2.060	AUXÍLIOS À PESQUISA MANTIDOS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	176.746
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	176.746	
Demais Recursos		
Total	176.746	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	21.736.760
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	21.736.760	
Demais Recursos		
Total	21.736.760	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - PRODESP	110	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**4401 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA**

Valor do Programa no Período	R\$	56.202.521
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	54.030.496	2.172.025
Demais Recursos		
Total	54.030.496	2.172.025

Objetivo

CRIAR E INSTITUCIONALIZAR UMA ORGANIZAÇÃO NO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CAPAZ DE ORIENTAR, CONTROLAR E FOMENTAR A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA, PROPICIANDO CONDIÇÕES PARA QUE MAIS E MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS SEJAM PRODUZIDOS, DA FORMA MAIS EFICIENTE POSSÍVEL.

Justificativa

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO POR RESULTADOS, REALINHAR A MACRO-ESTRUTURA, GARANTIR A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES ESSENCIAIS, READEQUAR FORÇA DE TRABALHO BUSCANDO MAIS EFICIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES, PELO DIMENSIONAMENTO, CAPACITAÇÃO, RESPONSABILIZAÇÃO, VALORIZAÇÃO APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO, DISSEMINAR E AMPLIAR O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO GOVERNO DO ESTADO.

Público Alvo

DIRIGENTES E SERVIDORES DA SGP E SEUS CLIENTES

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS DIFERENTES SEGMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PAULISTA COM OS APORTES TRAZIDOS PELA SGP PARA A MELHORIA DA GESTÃO	0	80

Ações	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO E DESENV.DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À SEC.DE GESTÃO PÚBLICA	100	SERVIDORES AVALIADOS
AMPLIAÇÃO E INTENSIF.DA UTILIZ.DE TECNOL.DA INFORM.COMUNIC.NA SEC GESTÃO PÚBLICA	10	PROCESSOS INFORMATIZADOS
APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA	5	UNIDADES ADMINISTRADAS
CAPACITAÇÃO, RESPONSABILIZAÇÃO E VALORIZ.DOS SERVIDORES DA SEC.DE GESTÃO PÚBLICA	200	CAPACITAÇÕES REALIZADAS
DESENVOLVIMENTO DE AMBIENTES DE TRABALHO SAUDÁVEIS NA SEC. DE GESTÃO PÚBLICA	8	PESQUISAS ELABORADAS
DESENVOLV.IMPLEM.METODOLOGIA, ESTRUTURAS PROC.TRABALHO PARA A SEC.GESTÃO PÚBLICA	9	PROCESSOS DELINEADOS
ESTABELECIMENTO DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	20	ALIANÇAS ESTABELECIDAS
FINANCIAMENTO ALTERNATIVO PARA APOIO À CAPACIDADE DE GOVERNAR	12	PARCERIAS VIABILIZADAS
ORGANIZAÇÃO E FORTALEC. DA ATUAÇÃO COMITÊS, CONSELHOS E AGENDAS VINCUL. À PASTA	27	PROJETOS CONCLUÍDOS

Programa**4402 MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

Valor do Programa no Período	R\$	53.444.171
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	49.751.727	3.692.444
Demais Recursos		
Total	49.751.727	3.692.444

Objetivo

FOMENTAR A GESTÃO POR RESULTADOS, MODELOS ORGANIZACIONAIS E METODOLOGIAS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL; MELHORAR MECANISMOS DE INTERAÇÃO GOVERNO-CIDADÃO; PROMOVER A INTERSETORIALIDADE; REALINHAR A MACRO-ESTRUTURA; SIMPLIFICAR E AGILIZAR SERVIÇOS E PROCESSOS; FORTALECER CAPACIDADE DE CONTROLE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.

Justificativa

NÃO HÁ UMA GESTÃO POR RESULTADOS; CONTROLE SOMENTE DE INSUMOS E PROCESSOS; PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A SOCIEDADE É REDUZIDA; MACRO-ESTRUTURA DO ESTADO COM ALINHAMENTO INSATISFATÓRIO AO EXERCÍCIO PLENO DE SUAS ATIVIDADES ESSENCIAIS; AO NÚCLEO ESTRATÉGICO DO GOVERNO CABE MUITAS ATRIBUIÇÕES EXECUTIVAS EM DETRIMENTO ÀS FUNÇÕES DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E DE NÚCLEO DA CONHECIMENTO SETORIAL.

Público Alvo

ORGANIZAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE SECRETARIAS DE ESTADO ATUANDO POR RESULTADOS	2	4

Ações	Meta do Período	Produto
CONSOLIDAÇÃO E REALIZAÇÃO DO PRÊMIO MÁRIO COVAS - INOVAÇÃO DA GESTÃO	1	PRÊMIO MARIO COVAS CONSOLIDADO
CONTRATUALIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA	1	NÚCLEO DE APOIO MANTIDO
GESTÃO DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	8	RELATÓRIOS DE PESQUISA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO-PNAGE/SP	85 %	PNAGE IMPLEMENTADO
MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	100 %	SISTEMA DE DEFESA DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS FORTALECIDO
MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS E DE PROCESSOS DE TRABALHO	32	PROJETOS MODERNIZADOS

Programa**4403 MELHORIA DOS RECURSOS HUMANOS DO ESTADO**

Valor do Programa no Período	R\$	46.589.997
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	46.589.997	
Demais Recursos		
Total	46.589.997	

Objetivo

FORMULAR E IMPLEMENTAR POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS VISANDO A READEQUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ÀS NECESSIDADES E PRIORIDADES DO ESTADO, POR INTERMÉDIO DO APRIMORAMENTO DA GESTÃO, DO DIMENSIONAMENTO, DA CAPACITAÇÃO, DA RESPONSABILIZAÇÃO, DA VALORIZAÇÃO E DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR.

Justificativa

MELHORIA DOS RECURSOS HUMANOS DO ESTADO

Público Alvo

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DAS AUTARQUIAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUIAS READEQUADOS AS NECESSIDADES DO ESTADO	0	50

Ações	Meta do Período	Produto
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS ÓRGÃOS DE RECURSOS HUMANOS	4	ETAPAS CONCLUÍDAS
CAPACITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	40.000.000	HORAS/AULA
DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	20	INSTRUMENTOS IMPLEMENTADOS
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	100 %	SISTEMA IMPLEMENTADO
QUALIDADE DE VIDA PARA OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUIAS	4	PLANOS DE AÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA ALINHADOS À POLÍTICA DA SEC. GESTÃO PÚBLICA
RESPONSABILIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	22	CLASSES RESTRUTURADAS

Programa**4404 QUALIDADE EM GESTÃO PÚBLICA**

Valor do Programa no Período	R\$	239.163.467
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	234.428.451	4.735.016
Demais Recursos		
Total	234.428.451	4.735.016

Objetivo

CONTRIBUIR PARA A ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Justificativa

O GOVERNO DO ESTADO BUSCA A CONSTANTE MELHORIA DE ATUAÇÃO. A FUNDAP DEVE GERAR, ANALISAR E DISSEMINAR CONHECIMENTO, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA GESTÃO DO ESTADO MEDIANTE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS, DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA ADMINISTRATIVA, PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E REALIZAÇÃO DE PESQUISAS APLICADAS EM GESTÃO PÚBLICA.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO ANUAL DAS AÇÕES DO PROGRAMA	90	95
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA	90	95
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS "HORAS TÉCNICAS DE CAPACITAÇÃO"	0	20
ÍNDICE DE CONCLUSÃO DOS CURSOS	75	90

Ações	Meta do Período	Produto
ADMINISTRAÇÃO DOS ESTÁGIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18.000	ESTAGIÁRIOS COLOCADOS
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO PARA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	1	UNIDADE ADMINISTRADA
APRIMORAMENTO PROFISSIONAL	12.500	PROFISSIONAIS CAPACITADOS
ASSESSORIA TÉCNICA EM GESTÃO	80	ASSESSORIAS REALIZADAS
AVALIAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	24	ESTUDOS REALIZADOS
ESTUDOS SOBRE ECONOMIA E SOCIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO	148	PUBLICAÇÕES
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	56.000	HORAS TÉCNICAS DE CAPACITAÇÃO
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ECONOMIA PAULISTA E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO	24	ESTUDOS REALIZADOS
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	24	ESTUDOS REALIZADOS
PRÊMIO MÁRIO COVAS	40	PRÊMIOS CONCEDIDOS
PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS GERENCIAIS PARA A ADMINIS.PÚBLICA	32	PUBLICAÇÕES

Programa**4405 CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL DA PRODESP**

Valor do Programa no Período	R\$	
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		
Demais Recursos	60.470.000	91.444.448
Total	60.470.000	91.444.448

Objetivo

PERMITIR QUE A PRODESP EVOLUA EM TODOS OS ASPECTOS COMO EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA, VISANDO GARANTIR A QUALIDADE E EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Justificativa

A PRODESP ATUA COMO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) DO ESTADO, ABRANGENDO DIVERSOS PROGRAMAS, ENTRE ELAS O GOVERNO ELETRÔNICO (E-GOV). POR ATUAR EM ÁREA DE CONHECIMENTO DE PONTA, HÁ NECESSIDADE CONTÍNUA DE ATUALIZAÇÃO DE SEUS RECURSOS HUMANOS, TECNOLÓGICOS E MATERIAIS, FUNDAMENTAL PARA GARANTIR SUA COMPETITIVIDADE E A EXCELÊNCIA DE SEUS SERVIÇOS.

Público Alvo

TODOS OS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO GOVERNO DO ESTADO E OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, BEM COMO OUTRAS ENTIDADES INTERESSADAS EM SEUS SERVIÇOS.

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE CONTRATOS	100	100
PERCENTUAL DE SISTEMAS EM OPERAÇÃO NO DATACENTER	100	100
PERCENTUAL DE LINKS DE COMUNICAÇÃO EM OPERAÇÃO.	100	100

Ações	Meta do Período	Produto
CAPACITAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E DE CONHECIMENTOS DE TIC	100 %	PARQUE DE TIC COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES DA EMPRESA
IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	100 %	SISTEMA IMPLANTADO
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PRODESP	100 %	PLANO IMPLEMENTADO

Programa**4406 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.624.675.262
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.624.675.262	
Demais Recursos		
Total	1.624.675.262	

Objetivo

ATENDER AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DA LEI.

Justificativa

CUMPRIMENTO DA LEI Nº 7.564, DE 28/10/1991, ALTERADA PELA LEI Nº 8.320, DE 22/06/1993, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 34.064, DE 28/10/1991.

Público Alvo

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DAS AUTARQUIAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
RELAÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS COM VALES-ALIMENTAÇÃO E O TOTAL DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTARQUIAS	70	70

Ações	Meta do Período	Produto
GERENCIAMENTO DO BENEFÍCIO - ADMINISTRAÇÃO GERAL	49.830	SERVIDORES BENEFICIADOS
GERENCIAMENTO DO BENEFÍCIO - EDUCAÇÃO	185.790	SERVIDORES BENEFICIADOS
GERENCIAMENTO DO BENEFÍCIO - SAÚDE	75.340	SERVIDORES BENEFICIADOS
GERENCIAMENTO DO BENEFÍCIO - SEGURANÇA PÚBLICA	101.450	SERVIDORES BENEFICIADOS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	798.254.637
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	774.613.105	23.641.532
Demais Recursos		
Total	774.613.105	23.641.532

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUAPATEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO AMBIENTE INTRAGOV	3.000	AMBIENTE INTRAGOV ADEQUADO
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	980	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACESSA SÃO PAULO	335	INFOCENTROS ADEQUADOS
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO DATACENTER DO ESTADO	1.000	DATACENTER ADEQUADO
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO POUAPATEMPO	45	POSTOS POUAPATEMPO ADEQUADOS
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO STIC - SISTEMA DE TECNOL. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	82	APLICATIVOS DO STIC ADEQUADOS
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	50	SOFTWARES DESENVOLVIDOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.225	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO
GERENCIAMENTO DO ACESSA SÃO PAULO	841	INFOCENTROS MANTIDOS
GERENCIAMENTO DO AMBIENTE INTRAGOV	15.000	AMBIENTE INTRAGOV MANTIDO
GERENCIAMENTO DO DATACENTER DO ESTADO	2.000	DATACENTER EM FUNCIONAMENTO
GERENCIAMENTO DO POUAPATEMPO	61	POSTOS POUAPATEMPO

Ações	Meta do Período	Produto
GERENCIAMENTO DO STIC - SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	40	APLICATIVOS EM FUNCIONAMENTO
MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.200	PARQUE DE TIC ATUALIZADO
PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL, TRANSAÇÕES INTERNAS E PARA A SOCIEDADE	12	PROJETOS IMPLANTADOS

Programa**4503 INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS**

Valor do Programa no Período	R\$	9.209.389
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	9.209.389	
Demais Recursos		
Total	9.209.389	

Objetivo

EXPLORAR AO MÁXIMO O POTENCIAL DA COMUNICAÇÃO DE GOVERNO NA INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Justificativa

O USO DA INTERNET E DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO AINDA É MUITO HETEROGÊNEA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SUBIR O PATAMAR DE UTILIZAÇÃO TRARÁ GANHOS PARA O CONJUNTO DO GOVERNO.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL E ÓRGÃO CENTRAL E SETORIAIS DO SICOM

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
AVALIAÇÃO DE SÍTIOS GOVERNAMENTAIS	6.000	SÍTIOS AVALIADOS
PORTAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	400	SERVIÇOS ELETRÔNICOS DISPONIBILIZADOS

Programa**102 OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM COMPLEMENTAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	21.291.360
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	21.291.360	
Demais Recursos		
Total	21.291.360	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES AOS BENEFICIÁRIOS ABRANGIDOS PELA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 200, DE 13 DE MAIO DE 1974, REFERENTES AO PESSOAL REGIDO PELA CLT ADMITIDOS ATÉ 13/05/1974, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL.

Público Alvo

PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES LEI 200/74 - IMESP	176	INATIVOS ATENDIDOS

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	62.786.652
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		4.344
Demais Recursos	23.233.308	39.549.000
Total	23.233.308	39.553.344

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL	3.000.000	CERTIFICADOS DIGITAIS EMITIDOS
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.008	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	8.223	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	390.229.339
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	390.229.339	
Demais Recursos		
Total	390.229.339	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1	UNIDADE ADMINISTRADA
COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO	1.440	SERVIÇOS REALIZADOS

Programa**4502 MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	63.895.800
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários		
Demais Recursos	27.860.800	36.035.000
Total	27.860.800	36.035.000

Objetivo

GARANTIR À SOCIEDADE O ACESSO DEMOCRÁTICO ÀS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E DAR PUBLICIDADE AOS ATOS DOS TRÊS PODERES, VIABILIZAR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO E INICIATIVAS CULTURAIS, ATRAVÉS DE SERVIÇOS GRÁFICOS E PUBLICAÇÃO DE LIVROS. PREPARAR A IMPRENSA OFICIAL PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DE FACILITAR O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.

Justificativa

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS COM AGILIDADE ATENDENDO À DEMANDA DE AÇÕES DE GOVERNO. AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CRIARAM UM AMBIENTE COMPLEXO PARA A COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DE GOVERNO. É IMPRESCINDÍVEL PREPARAR A IMPRENSA OFICIAL PARA AS DEMANDAS ATUAIS PARA CONTINUAR DANDO TRANSPARÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ASSEGURANDO PERENIDADE E AUTENTICIDADE DOS DADOS PUBLICADOS

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL. EMPRESAS, ORGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) E CLIENTES DA EMPRESA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PARA A PRODUÇÃO	0	100
PERCENTUAL DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS PARA A ÁREA PÚBLICA	0	100
PERCENTUAL DE ÁREA AFETADA COM ADEQUAÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA	0	100
PERCENTUAL DE HORAS REALIZADAS DE TREINAMENTO	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA IMPRENSA OFICIAL	815.744 m ²	ÁREA ADEQUADA
CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	80.000	HOMEM - HORA DE TREINAMENTO
MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DA IMPRENSA OFICIAL	10	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA A ÁREA PÚBLICA	10.000.000	DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

Programa**4503 INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS**

Valor do Programa no Período	R\$	9.209.389
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	9.209.389	
Demais Recursos		
Total	9.209.389	

Objetivo

EXPLORAR AO MÁXIMO O POTENCIAL DA COMUNICAÇÃO DE GOVERNO NA INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Justificativa

O USO DA INTERNET E DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO AINDA É MUITO HETEROGÊNEA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SUBIR O PATAMAR DE UTILIZAÇÃO TRARÁ GANHOS PARA O CONJUNTO DO GOVERNO.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL E ÓRGÃO CENTRAL E SETORIAIS DO SICOM

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
BIBLIOTECA VIRTUAL	800.000	MENSAGENS RECEBIDAS
CRIAÇÃO DE UM PORTAL PARA A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	100 %	PORTAL IMPLANTADO
CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SÍTIOS NA INTERNET	10	SÍTIOS NA INTERNET
PORTAIS DE GOVERNO	5	PORTAIS DISPONIBILIZADOS
SUPORTE AO SICOM-SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	1	RELATÓRIOS

Programa**4504 MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E DO SICOM
- SISTEMA DE COMUNICAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	1.954.823
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.954.823	
Demais Recursos		
Total	1.954.823	

Objetivo

PREPARAR A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DE COORDENAR A COMUNICAÇÃO DE GOVERNO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.

Justificativa

AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CRIARAM UM AMBIENTE COMPLEXO PARA A COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DE GOVERNO. É IMPRESCINDÍVEL PREPARAR A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E O SICOM - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PARA AS DEMANDAS ATUAIS.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL, ORGÃO CENTRAL E SETORIAIS DO SICOM

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
AÇÃO SUSTENTÁVEL	1	DIRETRIZES ELABORADAS
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	1	DIRETRIZES ELABORADAS
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	12	SOLUÇÕES AUTOMATIZADAS

Programa**0 ENCARGOS GERAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	1.454.427
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	1.454.427	
Demais Recursos		
Total	1.454.427	

Objetivo

ALOCAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, PRECATÓRIOS, AÇÕES TRABALHISTAS, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E DE OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO.

Justificativa

AS DESPESAS COM O PAGAMENTO DE JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, PRECATÓRIOS, DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL, AÇÕES INDENIZATÓRIAS DE PEQUENO VALOR E OUTROS ENCARGOS DE RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO, NÃO ESTÃO RELACIONADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DE NENHUM PROGRAMA FINALÍSTICO OU DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Público Alvo

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Ações	Meta do Período	Produto
PAGAMENTO DE AÇÕES INDENIZATÓRIAS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		

Programa**4407 FORTALECIMENTO DA GESTÃO COM TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

Valor do Programa no Período	R\$	500.175
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	131	500.044
Demais Recursos		
Total	131	500.044

Objetivo

ALINHAR A TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS OBJETIVOS DO GOVERNO, COMO FERRAMENTA DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, INOVANDO FORMAS DE TRABALHO E DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

Justificativa

O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESTADO DEPENDE DE INFRA-ESTRUTURA DE TIC QUE FACILITE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GOVERNO, PERMITINDO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E BASES DE DADOS, POSSIBILITANDO A PRESTAÇÃO DE MELHORES SERVIÇOS E INFORMAÇÕES À SOCIEDADE. PARA TANTO, OS RECURSOS NECESSITAM DE PERMANENTE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO, GERANDO REFLEXOS SISTÊMICOS POSITIVOS PARA O ESTADO.

Público Alvo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
ACESSO DE ÓRGÃOS DO ESTADO À REDE INTRAGOV	12.500	15.500
SERVIDORES COMPUTACIONAIS DO DATACENTER DO ESTADO	900	1.900
ADESÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS AO SISTEMA PROTOCOLO ÚNICO	0	80
INFOCENTROS DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO	403	841
POSTOS POUPEMPO DISPONIBILIZADOS À SOCIEDADE	18	61
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS COM CORREIO ELETRÔNICO	11.400	261.400

Ações	Meta do Período	Produto
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	100	RECURSOS DE TIC ADEQUADOS
CAPACITAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	9.600 h	CAPACITAÇÃO REALIZADA
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	8	RECURSOS DE TIC EM FUNCIONAMENTO

Programa**4501 COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Valor do Programa no Período	R\$	44
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	44	
Demais Recursos		
Total	44	

Objetivo

DIFUNDIR AS INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE AS DIRETRIZES DE GOVERNO, OS DIREITOS DOS CIDADÃOS, SERVIÇOS, PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO ESTADO NAS DIVERSAS ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIEDADE. ESTIMULAR A SOCIEDADE A PARTICIPAR DO DEBATE E DO APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO.

Justificativa

DAR PUBLICIDADE ÀS AÇÕES DO GOVERNO É UM DEVER DO ESTADO JUNTO À SOCIEDADE EM GERAL. DEMOCRATIZAR A INFORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO FORTALECE AS INSTITUIÇÕES, PROMOVE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.

Público Alvo

SOCIEDADE EM GERAL

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES	0	100

Ações	Meta do Período	Produto
COMUNICAÇÃO DE AÇÕES DO GOVERNO	4	MATERIAIS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING

Programa**4601 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Valor do Programa no Período	R\$	11.189.495
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	11.189.451	44
Demais Recursos		
Total	11.189.451	44

Objetivo

CONTRIBUIR PARA A ADEQUADA CONDUÇÃO DO RELACIONAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES E COM SETORES DA SOCIEDADE. AUXILIAR NA SOLUÇÃO OU PREVENÇÃO DE PROBLEMAS NAS DIVERSAS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO QUE DEPENDAM DO RELACIONAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES E COM SETORES DA SOCIEDADE.

Justificativa

A SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, CRIADA PELO INCISO III DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 12.474, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006, NÃO DISPÕE DE UMA ESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL QUALIFICADO QUE POSSIBILITE O CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS VOLTADAS À CONDUÇÃO DO RELACIONAMENTO DO GOVERNO ESTADUAL COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES E COM SETORES DA SOCIEDADE.

Público Alvo

SECRETARIAS DE ESTADO, ORGANIZAÇÕES E SETORES DA SOCIEDADE

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS ORGANIZAÇÕES	0	70

Ações	Meta do Período	Produto
MODERNIZAÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS	100 %	RECURSOS MODERNIZADOS
RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	8	INICIATIVAS PROMOVIDAS
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	5	UNIDADES ADMINISTRADAS

Programa**4602 INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES VULNERÁVEIS**

Valor do Programa no Período	R\$	5.110.233
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	5.110.233	
Demais Recursos		
Total	5.110.233	

Objetivo

PROPOR, ACOMPANHAR E CONTROLAR POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS, GARANTIDORAS DOS DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS COM ARTICULAÇÃO DE AÇÕES NO NÍVEL ESTADUAL E DESTES COM O MUNICIPAL E NACIONAL.

Justificativa

POLÍTICAS PÚBLICAS DESARTICULADAS, SETORIAIS E EXCLUSIVAS DE SEGMENTOS ESPECÍFICOS TÊM SIDO POUCO EFICAZES E MUITO MOROSAS NO ATENDIMENTO DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS DE PÚBLICOS VULNERÁVEIS.

Público Alvo

SECRETARIAS ESTADUAIS , PREFEITURAS E CONSELHOS MUNICIPAIS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
PERCENTUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCORPORADAS	0	70

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO AOS CONSELHOS	6	CONSELHOS APOIADOS
CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS DE DIREITOS E FUNCIONÁRIOS DOS CONSELHOS	280	PESSOAS CAPACITADAS
IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS	16	EVENTOS REALIZADOS

Programa**4603 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Valor do Programa no Período	R\$	23.721.097
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	23.634.172	86.925
Demais Recursos		
Total	23.634.172	86.925

Objetivo

SUBSIDIAR E DELIBERAR SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, CONTROLANDO AS AÇÕES DECORRENTES; ASSIM COMO ARTICULAR E COLABORAR COM AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DO ESTADO.

Justificativa

ATENDIMENTO A LEI FEDERAL 8.069/90 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE); ASSIM COMO A LEI ESTADUAL 8.074/92 (CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONDECA), QUE DELINEIAM ROTAS DE AÇÃO.

Público Alvo

CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PREFEITURAS E SECRETARIAS DE ESTADO

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores	Mais recente	Ao final do Plano
CONSELHOS MUNICIPAIS E ENTIDADES DE ATENDIMENTO INSCRITOS NO PORTAL CONDECA	645	2.000
NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIADOS PELAS AÇÕES DO CONDECA	120	200
DELIBERAÇÕES SOBRE AÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	6	24

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO A PROJETOS DE GARANTIA DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	740	PROJETOS ATENDIDOS
FUNCIONAMENTO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO CONDECA-CONSELHO EST.DIR.CRIANÇA ADOLESC	140	EVENTOS REALIZADOS

Programa**4604 SÃO PAULO - DINÂMICA JOVEM**

Valor do Programa no Período	R\$	6.623.462
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	6.023.462	600.000
Demais Recursos		
Total	6.023.462	600.000

Objetivo

CONTRIBUIR PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE APLICADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO SEJAM ARTICULADAS, EFICAZES E EFICIENTES, E QUE O JOVEM DO ESTADO CONHEÇA, DISCUTA E ACESSE ESSAS POLÍTICAS, POSSIBILITANDO ASSIM O PLENO EXERCÍCIO DOS SEUS DIREITOS.

Justificativa

JOVENS DO ESTADO DE SÃO PAULO NÃO CONSEGUEM EXERCER PLENAMENTE SEUS DIREITOS POIS, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AINDA ENCONTRA DIFICULDADES EM ELABORAR E EXECUTAR POLÍTICAS PÚBLICAS ADEQUADAS PARA ESSE PÚBLICO. ISSO SE DÁ NAS MAIS DIFERENTES ÁREAS, ASSIM, ESSE É UM DESAFIO QUE PERPASSA TODAS AS ESFERAS E PASTAS DO GOVERNO E O PRÓPRIO JOVEM CIDADÃO, SUJEITO DE DIREITOS E DEVERES.

Público Alvo

JOVENS DE 15 A 29 ANOS

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NUMERO TOTAL DE JOVENS ENVOLVIDOS EM PPJS CERTIFICADAS SOBRE O TOTAL DE JOVENS DO ESTADO.	0	1
PERCENTUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE - PPJ MUNICIPAIS CERTIFICADAS PELA UPPJ EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PPJ MAPEADAS	0	20
RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O NÚMERO TOTAL DE JOVENS ATENDIDOS PELA UPJ SOBRE O NÚMERO DE JOVENS DO ESTADO	0	10

Ações

	Meta do Período	Produto
CIDADANIA JOVEM	700.000	JOVENS ACESSADOS
JORNADAS DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	500	GESTORES CAPACITADOS
JUVENTUDE EM AÇÃO	16	CONVÊNIOS FIRMADOS
OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE PAULISTA	8	PESQUISAS REALIZADAS

Programa**4606 INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS**

Valor do Programa no Período	R\$	56.679.143
	Correntes	Capital
Recursos Orçamentários	56.178.708	500.435
Demais Recursos		
Total	56.178.708	500.435

Objetivo

PROMOVER A DISCUSSÃO DAS QUESTÕES ATINENTES À INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E APRESENTAR AS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.

Justificativa

DIVULGAÇÃO E INTERCÂMBIO DA CULTURA BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA E SUA INTEGRAÇÃO ÀS ATIVIDADES INTELECTUAIS DO ESTADO.

Público Alvo

POPULAÇÃO LATINO-AMERICANA

Abrangência Espacial

ESTADO

Indicadores

	Mais recente	Ao final do Plano
NÚMERO DE FREQUENTADORES	76.072	3.448.100

Ações	Meta do Período	Produto
APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	1	UNIDADE ADMINISTRADA
CÁTEDRA MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA	12.850	POPULAÇÃO ATENDIDA
CENTRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA	132.500	POPULAÇÃO ATENDIDA
FESTIVAL DE CINEMA LATINO-AMERICANO	106.000	POPULAÇÃO ATENDIDA
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	3.196.750	FREQUENTADORES